

Culturas territoriais no conhecimento e nas práticas do ordenamento do território.
O observatório como instrumento para o planeamento local

Liliana Isabel Leite Godinho



Liliana Godinho

Culturas territoriais no conhecimento e nas práticas do ordenamento do território.
O observatório como instrumento para o planeamento local



Liliana Isabel Leite Godinho

2º Ciclo de Estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

**Culturas territoriais no conhecimento e nas práticas do ordenamento do território.
O observatório como instrumento para o planeamento local**

2012

Orientador: Professora Doutora Teresa Sá Marques

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação:

Versão definitiva

AGRADECIMENTOS

À professora Teresa Sá Marques pela disponibilidade em ser minha orientadora, pela partilha de conhecimento e por todas as aprendizagens que me proporcionou.

À entidade de acolhimento Gaiurb, Urbanismo e Habitação EEM, por ter aceite o meu pedido de estágio e por ter disponibilizado toda a informação necessária para a realização deste trabalho.

A todos os colegas do Departamento de Planeamento Urbanístico (DPU), em especial ao Diretor do Departamento, Alberto Simões por toda a confiança depositada e à Helena Pereira e Anneline Silva por todo o apoio, em todas as horas.

Ao Carlos Delgado por toda a atenção, disponibilidade e apoio em relação às questões cartográficas.

Aos meus pais e irmã que acreditaram sempre na minha formação. Sem eles não era possível.

A todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a concretização deste trabalho.

O meu sincero Agradecimento!

RESUMO

A teoria e prática de planeamento têm sido muito adversas às novas conceções de espaço. A partir das abordagens de Simin Davoudi (2009), que encara o espaço como produto social e o planeamento como atividade social, esta pesquisa vai à procura das representações do espaço e do ordenamento do território. Com o objetivo de abordar a cultura territorial, procura-se avaliar a influência das correntes positivista, estruturalista e pós-modernista nas formas de conceber os espaços e exercer a prática de planeamento.

Em primeiro lugar, esta pesquisa aplica um questionário a três públicos-alvo: estudantes do ensino superior (arquitetura, geografia e sociologia), investigadores (pertencentes ao Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território e ao Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) e profissionais de ordenamento do território de várias câmaras municipais. Tratou-se de um ensaio metodológico que mostrou boas perspetivas analíticas.

Em segundo lugar, esta pesquisa foca-se num exercício de planeamento, a construção do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, para analisar a prática do planeamento territorial à luz das diferentes conceções do espaço e do planeamento. Os observatórios podem ter um papel crucial na produção e difusão de conhecimento sobre o território e na promoção de processos de aprendizagem coletiva em torno do ordenamento territorial e do desenvolvimento local, constituindo uma ferramenta fundamental para mudar os conteúdos e os processos no planeamento.

Conclui-se que, o paradigma modernista está muito presente nas formas de conceber e ordenar o território. No entanto, as representações e algumas das práticas demonstram que existe abertura para novas conceções do espaço e do planeamento. Além disso, a abertura é mais clara na assimilação dos discursos e das linguagens do que no próprio exercício de planeamento.

Assim, espera-se que este projeto possa contribuir para a reflexão de uma nova cultura territorial e indiretamente, reforçar a qualidade da gestão territorial, numa perspetiva pró-ativa do ordenamento do território.

Palavras-chave: Cultura territorial, ordenamento do território, observatório, território, paisagem.

ABSTRACT

The theory and practice of planning have been very adverse to the new conceptions of space. From the approaches of Simin Davoudi (2009), who sees space as a social product and planning as a social activity, this research seeks the space and territory planning representations. Having the objective of approaching the territorial culture, we seek to assess the influence of the positivist, structuralist and post-modern currents in the ways of conceiving spaces and exercising the practice of planning.

Firstly, this research applies a questionnaire to three target publics: Superior Education Students (architecture, geography and sociology), researchers (from the Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território and from the Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) and territory planning professionals of several municipalities. This is a methodological essay which has shown good analytical perspectives.

Secondly, this research focuses in a planning exercise, the assembly of the Observatory of the Territory and Landscape of Gaia, to analyze the territory planning practice in the light of the different conceptions of space and planning. The observatories may have a crucial part on the production and diffusion of knowledge about the territory and in the promotion of collective apprenticeship processes on territory planning and local development, constituting a fundamental tool to change the contents and the processes in planning.

Thus, we conclude that, the modernist paradigm is very present in the ways of conceiving and planning the territory. However, the representations and some of the practices show that there is an opening for new conceptions of space and planning. Furthermore, this opening is clearer in assimilating the discourses and the languages than in the planning exercise itself.

Therefore, we expect that this project may contribute to the reflection of a new territory culture and indirectly, to reinforce the quality of the territory management, in a proactive perspective of the territory planning.

Keywords: Territory culture, territory planning, observatory, territory, landscape.

LISTA DE SIGLAS E DE ACRÓNIMOS

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

ARFE – Associação de Regiões Fronteiriças da Europa

ARU – Áreas de Reabilitação Urbana

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CEAU – Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

CEP – Convenção Europeia da Paisagem

CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto

CMG – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

CTP – Comunidade de Trabalho dos Pirenéus

DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

ESPON – European Spatial Planning Observation Network (Rede Europeia de Observação do Ordenamento do Território)

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

Gaiurb, EEM – Gaiurb, Entidade Empresarial Municipal

GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto

IDA – Indicadores da Declaração Ambiental

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBPOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

MTSS – Ministério do Trabalho e da Segurança Social

- NELS** – Rede Navarra de Entidades Locais sobre a Sustentabilidade
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG** – Organização Não Governamental
- OSE** – Observatório da Sustentabilidade de Espanha
- OTPG** – Observatório do Território e da Paisagem de Gaia
- OUR** – Operações Urbanísticas Relevantes
- PDM** – Plano Diretor Municipal
- PEOT** – Planos Especiais de Ordenamento do Território
- PMOT** – Planos Municipais de Ordenamento do Território
- PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- POVT** – Programa Operacional Valorização do Território
- PP** – Plano de Pormenor
- PROT** – Planos Regionais de Ordenamento do Território
- PU** – Plano de Urbanização
- R.A.A** – Região Autónoma dos Açores
- RAN** – Reserva Agrícola Nacional
- REN** – Reserva Ecológica Nacional
- REOT** – Relatório do Estado do Ordenamento do Território
- RJIGT** – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- SIG** – Sistemas de Informação Geográfica
- SIMGAIA** – Sistema Integrado de Mobilidade de Gaia
- SITNA** – Sistema de Informação Territorial de Navarra
- UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- VNG** – Vila Nova de Gaia
- ZUP** – Zona de Urbanização Programada

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de Siglas e de Acrónimos	iv
Índice Geral	vi
Índice de Figuras	viii
Índice de Quadros	ix
Lista de Anexos	x
Introdução	1
CAPÍTULO I - TERRITÓRIO E PAISAGEM	
1. Enquadramento	8
2. Território e Ordenamento do Território	9
2.1. As diferentes visões do território e a evolução dos conceitos de “espaço” e “lugar”.	9
2.2. A emergência de uma nova cultura de ordenamento do território	14
2.3. A prática da governança e da participação no centro de uma nova cultura de ordenamento do território	18
3. A importância da integração da paisagem nos processos de planeamento e ordenamento do território	22
3.1. A complexidade e multidimensionalidade do conceito de paisagem	22
3.2. A integração da paisagem nos instrumentos legais em Portugal: dos anos 40 até ao presente	25
3.3. Os desafios da Convenção Europeia da Paisagem: proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias	28
3.4. Os processos de avaliação e da perceção da paisagem	32
CAPÍTULO II - CULTURAS TERRITORIAIS NO CONHECIMENTO E NAS PRÁTICAS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: UM ENSAIO METODOLÓGICO	
1. Enquadramento Metodológico	38
2. Resultados da pesquisa	43
2.1. Caracterização da amostra	43

2.2. As diferentes correntes conceptuais no ordenamento do território e no urbanismo	47
a) A influência neopositivista	48
b) A influência estruturalista	51
c) A influência pós-modernista	54
2.3. A paisagem no ordenamento do território	57
3. Síntese e reflexão crítica	59
CAPÍTULO III - A IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM DE GAIA COMO UM INSTRUMENTO INOVADOR PARA O PLANEAMENTO LOCAL	
1. Enquadramento	64
2. Observatórios do Ordenamento do Território e da Paisagem	66
2.1. Observatórios territoriais	66
2.2. Observatórios da paisagem	69
2.3. Síntese	73
3. Observatório do Território e da Paisagem de Gaia	74
3.1. Estrutura e orgânica do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia	75
3.2. A importância do domínio “informação” para o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia e para a monitorização das dinâmicas territoriais	77
a) A influência neopositivista	83
b) A influência estruturalista	85
c) A influência pós-modernista	88
3.2.1. Proposta de indicadores para o sistema de informação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia	89
3.3. Síntese	96
Conclusão	98
Bibliografia	102

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cronograma das principais atividades desenvolvidas no estágio curricular	3
Figura 2 – Estrutura da dissertação	7
Figura 3 – Dimensões da paisagem	23
Figura 4 – Medidas específicas que visam a proteção, gestão e ordenamento da paisagem	31
Figura 5 – Esquema do processo de perceção da paisagem	35
Figura 6 – Relação entre a análise da paisagem e os processos de planeamento e ordenamento do território.....	36
Figura 7 – População inquirida por nível de escolaridade completo	44
Figura 8 – Áreas de formação da população inquirida: estudantes	45
Figura 9 – Centros de investigação da população inquirida: investigadores	46
Figura 10 – Distribuição espacial da população inquirida: profissionais	46
Figura 11 – Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência neopositivista no ordenamento do território e no urbanismo.....	49
Figura 12 – Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência estruturalista no ordenamento do território e no urbanismo.	52
Figura 13 – Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência pós-modernista no ordenamento do território e no urbanismo.	55
Figura 14 - Níveis de concordância/discordância da população inquirida relativamente aos princípios referentes à paisagem	58
Figura 15 – Observatório Territorial de Navarra.....	67
Figura 16 – Observatório da Paisagem de Catalunha	70
Figura 17 – Observatório da Paisagem de Canal Brenta	72
Figura 18 – Observatório Cidadão da Paisagem (Região da Valónia)	73
Figura 19 – Estrutura do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia	75
Figura 20 – Orgânica do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia.....	77
Figura 21 – Estrutura em domínios e subdomínios da organização da base de indicadores relativa ao sistema de informação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia	78
Figura 22 – Critérios de seleção de indicadores: primários e complementares.	80
Figura 23 – Rede viária do concelho de Vila Nova de Gaia, por nível hierárquico	85
Figura 24 – Estrutura etária predominante da população residente do concelho de Vila Nova de Gaia ...	87
Figura 25 - Intensidade e tipos predominantes de fragmentação da RAN do concelho de VNG	93
Figura 26 – População residente com ensino superior completo no município de Vila Nova de Gaia	95

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Análise dos conceitos de espaço, lugar e tempo segundo três perspectivas teóricas: positivismo, estruturalismo e pós-modernismo	13
Quadro II – Caracterização da cultura de ordenamento do território em relação a três diferentes paradigmas: moderno, neoliberal e neomoderno	15
Quadro III – Exemplos de tipologias de participação e de participantes nas diferentes fases de estudo sobre a Paisagem	37
Quadro IV – Dimensão da amostra por faixa etária e sexo	44
Quadro V – Percentagem da população inquirida que concorda com os princípios de influência neopositivista, por total e tipo - estudantes, investigadores e profissionais	50
Quadro VI – Nível de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência estruturalista, por total e tipo - estudantes, investigadores e profissionais	53
Quadro VII – Nível de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência pós-modernista, por total e tipo: estudantes, investigadores e profissionais	56
Quadro VIII – Nível de concordância da população inquirida relativamente aos princípios referentes à paisagem, por total e tipo: estudantes, investigadores e profissionais	59
Quadro IX – Níveis de concordância da população inquirida por critério analítico – síntese	62
Quadro X – Correntes teóricas dominantes por critério analítico	63
Quadro XI – Estrutura do sistema de indicadores territoriais de Navarra	68
Quadro XII – Cinco exemplos de indicadores classificados segundo o paradigma positivista	83
Quadro XIII - Cinco exemplos de indicadores classificados segundo o paradigma estruturalista	86
Quadro XIV - Cinco exemplos de indicadores classificados segundo o paradigma pós-modernista	88
Quadro XV – Proposta de indicadores para o sistema de informação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia	89

LISTA DE ANEXOS

- **Anexo I** – Objetivo estratégico: Reforço da qualidade e eficiência da gestão territorial – Objetivos específicos e medidas prioritárias
- **Anexo II** – Estudos académicos relevantes para a compreensão e caracterização da paisagem portuguesa
- **Anexo III** – Cronograma sobre a integração da paisagem nos processos de planeamento e ordenamento do território em Portugal: marcos relevantes
- **Anexo IV** – Modelo de inquérito submetido aos estudantes, investigadores e profissionais do ordenamento do território e urbanismo
- **Anexo V** – Resultados
- **Anexo VI** – Base de indicadores para o portal de dados do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

INTRODUÇÃO

O território e a paisagem devem ser vistos como elementos estratégicos para garantir a qualidade de vida das populações e na promoção do desenvolvimento local, daí assumirem grande importância nos processos de planeamento e ordenamento do território.

Para Cancela d'Abreu (2011:10) os conceitos de território e paisagem são convergentes sendo que a paisagem “identifica-se e caracteriza-se, analisa-se e diagnostica-se podendo os resultados deste estudo ser o ponto de partida para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção de base territorial” enquanto que o território “planifica-se, no sentido de para ele se definir um modelo de desenvolvimento ou modelo territorial que estabelecerá as regras para a sua utilização num dado quadro temporal”.

A componente subjetiva que está subjacente ao conceito de paisagem e que resulta da percepção de cada observador permite fazer a distinção entre estes dois conceitos que, muitas vezes, são facilmente confundidos. De facto, a percepção do indivíduo ou da coletividade em relação à paisagem pode condicionar e determinar a forma de como estes atuam sobre a mesma, daí a importância da relação da percepção individual e coletiva nos processos de planeamento e ordenamento do território para que as intervenções que se façam no território e na paisagem se aproximem das expectativas das populações que vivenciam esses espaços.

Porém, não se tem assistido a uma participação ativa dos cidadãos em matéria da valorização do ordenamento do território, sendo necessário e fundamental iniciar uma reflexão e discussão acerca de uma nova cultura territorial. Entende-se por cultura territorial, os valores e atitudes tanto da comunidade científica como dos profissionais relacionados diretamente com o ordenamento do território, como também dos cidadãos em geral.

Contudo, existem obstáculos à implementação de uma nova cultura de ordenamento do território, pois não se cultiva o território tanto junto dos cidadãos como das instituições. Domina uma cultura tradicional de ordenamento do território, caracterizada pelos princípios do paradigma “moderno”.

De facto, a evolução da prática do ordenamento do território reflete três grandes influências teóricas: o positivismo, assente em princípios de racionalidade científica e

na ordem racional, em que se acredita na linearidade dos processos e num futuro previsível; o estruturalismo, onde o espaço é visto como socialmente produzido e consumido e o futuro pode ser conhecido e conquistado; e, por fim, o pós-estruturalismo ou pós-modernismo, onde o espaço é vivido fisicamente, percebido individualmente e construído socialmente e o futuro é caracterizado por incertezas e riscos.

A nova cultura de ordenamento do território deve ir de encontro ao desenvolvimento territorial, atendendo tanto às fragilidades como potencialidades do território, através de uma intervenção sustentável, integrada, estratégica e flexível, assente em princípios de governança territorial. Assim, o desafio para esta nova cultura de ordenamento do território consiste no reforço da prática da governança e da participação, com vista a um planeamento territorial sustentável, integrado e inclusivo.

Para tal, é necessário criar novos processos ou instrumentos para estimular a participação de todos nos temas do território e da paisagem, como também para produzir e difundir conhecimento sobre ordenamento e desenvolvimento do território. Ao mesmo tempo assiste-se, internacionalmente, à criação de vários observatórios, a diferentes escalas, com o propósito de abordar a problemática territorial e paisagística.

Assim, a pesquisa desta dissertação pretende ser um pequeno contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre a cultura de ordenamento do território e do papel dos observatórios nos processos de aprendizagem coletiva, através da promoção da participação e da capacitação (dos cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil) em torno dos temas do território e da paisagem.

A escolha deste tema encontra-se fortemente relacionada com o estágio curricular desenvolvido na empresa municipal *Gaiurb, Urbanismo e Habitação EEM* e, de um modo particular, com o projeto que está a ser desenvolvido pelo Departamento de Planeamento Urbanístico referente ao Observatório do Território e da Paisagem de Gaia.

Um observatório corresponde a uma estrutura com um determinado e específico domínio de conhecimento e intervenção. No caso concreto do concelho de Vila Nova de Gaia, o projeto do observatório a implementar tem como domínio de conhecimento e intervenção o território e a paisagem de Gaia e tem como objetivos: a criação de um *laboratório* conduzido para a observação; a promoção da *participação* de todos os

interessados no tema da paisagem e do território de Gaia; e a gestão e disponibilização de *informação* relevante para a monitorização e avaliação das dinâmicas sociais, económicas, ambientais e territoriais do concelho.

Durante o estágio curricular foram desenvolvidas várias atividades sendo que a maior parte do tempo foi dedicada ao projeto do observatório (figura 1).

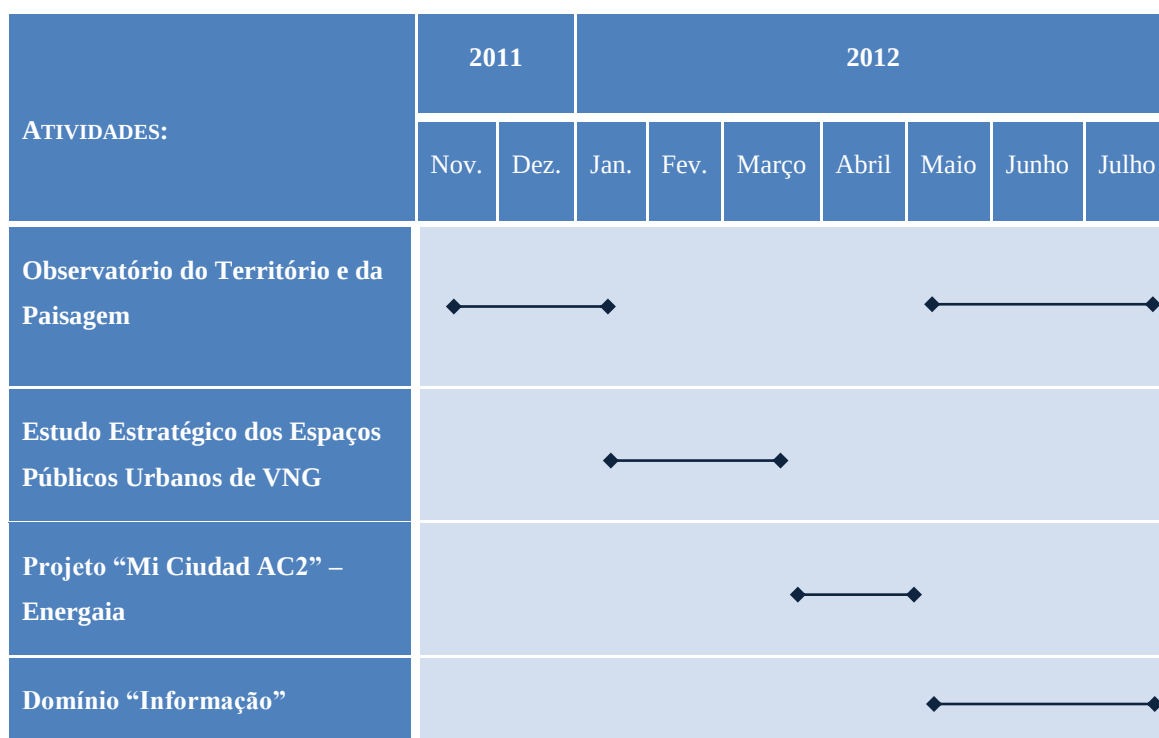


Figura 1 – Cronograma das principais atividades desenvolvidas no estágio curricular

Este projeto encontra-se atualmente em fase de desenvolvimento e brevemente encontrar-se-á disponível, contribuindo desta forma para a aproximação dos cidadãos com as entidades responsáveis pelo ordenamento e planeamento do território, fomentando a participação de todos os interessados nestes temas, bem como na divulgação de todos os trabalhos desenvolvidos pelo departamento de forma a contribuir para a cultura territorial de cada cidadão do município.

As restantes atividades desenvolvidas no estágio encontram-se também relacionadas com o projeto do observatório. O estudo estratégico dos espaços públicos urbanos de Vila Nova de Gaia pretende ser um dos trabalhos que integrará o laboratório do OTPG. Este estudo tem como objetivo avaliar a qualidade do espaço público urbano do concelho através do seu diagnóstico e caracterização e através do domínio

“participação” do OTPG promover a participação e o envolvimento dos cidadãos em torno deste tema.

Por outro lado, o projeto “*Mi Ciudad AC2*” corresponde a um trabalho que consistiu no levantamento de campo, na georreferenciação da informação e no tratamento da mesma em ambiente SIG nas diferentes áreas temáticas: planeamento urbanístico e gestão da mobilidade, planeamento de áreas verdes, cidadania participativa e eficiência e poupança energética.

Por último, as atividades desenvolvidas referentes ao domínio da “informação” correspondem à estruturação e organização de uma base de indicadores assente em três temas: território, pessoas e organizações com o objetivo de monitorizar e analisar de forma permanente as dinâmicas sociais, económicas, ambientais e territoriais do concelho, constituindo-se como parte integrante do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia.

Em termos sintéticos, os objetivos gerais que estruturam este trabalho definem-se em três pilares:

- reforço dos conhecimentos relativos ao território e à paisagem como elementos estratégicos na promoção do ordenamento do território e, desta forma, da qualidade de vida e do desenvolvimento local;
- ensaio de avaliação das culturas territoriais presentes nas perceções relativas ao ordenamento do território e à paisagem junto dos estudantes universitários, investigadores e profissionais do território;
- análise crítica e desenvolvimento de alguns contributos para o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, enquanto instrumento de planeamento local.

Por conseguinte, os objetivos específicos propostos para a concretização deste trabalho prendem-se em:

- clarificar os conceitos de território e de paisagem;
- compreender a evolução dos conceitos de “espaço” e “lugar” em função das conceções filosóficas que influenciaram a prática do ordenamento do território desde o final do século XIX;
- identificar alguns dos principais obstáculos à implementação de uma nova cultura territorial;

- perceber o papel da governança e da participação no centro de uma nova cultura de ordenamento do território e a sua contribuição para um planeamento mais sustentável, integrado e inclusivo;
- analisar a integração da paisagem nos instrumentos legais em Portugal desde os anos 40 até à atualidade;
- compreender os desafios da Convenção Europeia da Paisagem que consistem na proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias;
- compreender os processos de avaliação e de perceção da paisagem e a sua relação com o planeamento e ordenamento do território;
- abordar as questões da cultura territorial através da aplicação de um questionário.
- fazer uma análise sobre a prática de construção de observatórios a nível internacional e compreender a sua importância para o ordenamento do território;
- analisar alguns observatórios territoriais e alguns observatórios de paisagem;
- conhecer o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, demonstrando como este contribui para um planeamento mais estratégico e pró-ativo, mas como pode ser ainda aperfeiçoado;
- perceber como um sistema de informação é relevante para a monitorização das dinâmicas territoriais;
- propor indicadores para o sistema de monitorização do concelho, à luz de conceções mais neomodernas.

Quanto à estratégia de investigação, a metodologia utilizada para a elaboração do enquadramento conceptual consistiu numa intensa recolha bibliográfica e pesquisa documental e posterior análise de conteúdo.

Na investigação sobre a análise da cultura territorial junto dos principais agentes de capacitação e de inovação em matéria de ordenamento do território e da paisagem em Portugal, foi implementado um questionário em que cada inquirido tinha de posicionar-se numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) relativamente a um conjunto de matérias ou questões.

Para dar resposta aos objetivos supracitados, o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos (figura 2).

A primeira parte refere-se ao enquadramento conceptual e corresponde ao primeiro capítulo denominado por “*Território e Paisagem*” e que se desenvolve a partir de dois pontos principais: faz-se uma análise à evolução dos conceitos de “espaço” e “lugar”, cada vez mais importantes na vida social e económica dos territórios partindo de aspetos que foram fundamentais para se iniciar uma reflexão em torno da emergência de uma nova cultura de ordenamento do território; a importância da integração da paisagem nos processos de planeamento e ordenamento do território tendo em consideração os desafios preconizados pela Convenção Europeia da Paisagem.

Face a este enquadramento conceptual, a parte empírica da dissertação subdivide-se em duas componentes: a primeira, que corresponde ao segundo capítulo “*Culturas territoriais no conhecimento e nas práticas do ordenamento do território: um ensaio metodológico*” tem como objetivo abordar as questões da cultura territorial no conhecimento e nas práticas do ordenamento do território; a segunda, que corresponde ao terceiro capítulo “*A implementação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia como um instrumento inovador para o planeamento local*”, resulta do estágio curricular (sob a forma de trabalho em equipa), consiste na apresentação da estrutura do projeto do observatório. Individualmente, procedeu-se a uma análise crítica e foram feitas algumas propostas para o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, para o domínio da Informação.

Em suma, esta dissertação pretende ser um contributo para uma nova cultura de ordenamento do território, tendo em vista o planeamento local numa perspetiva neomoderna.

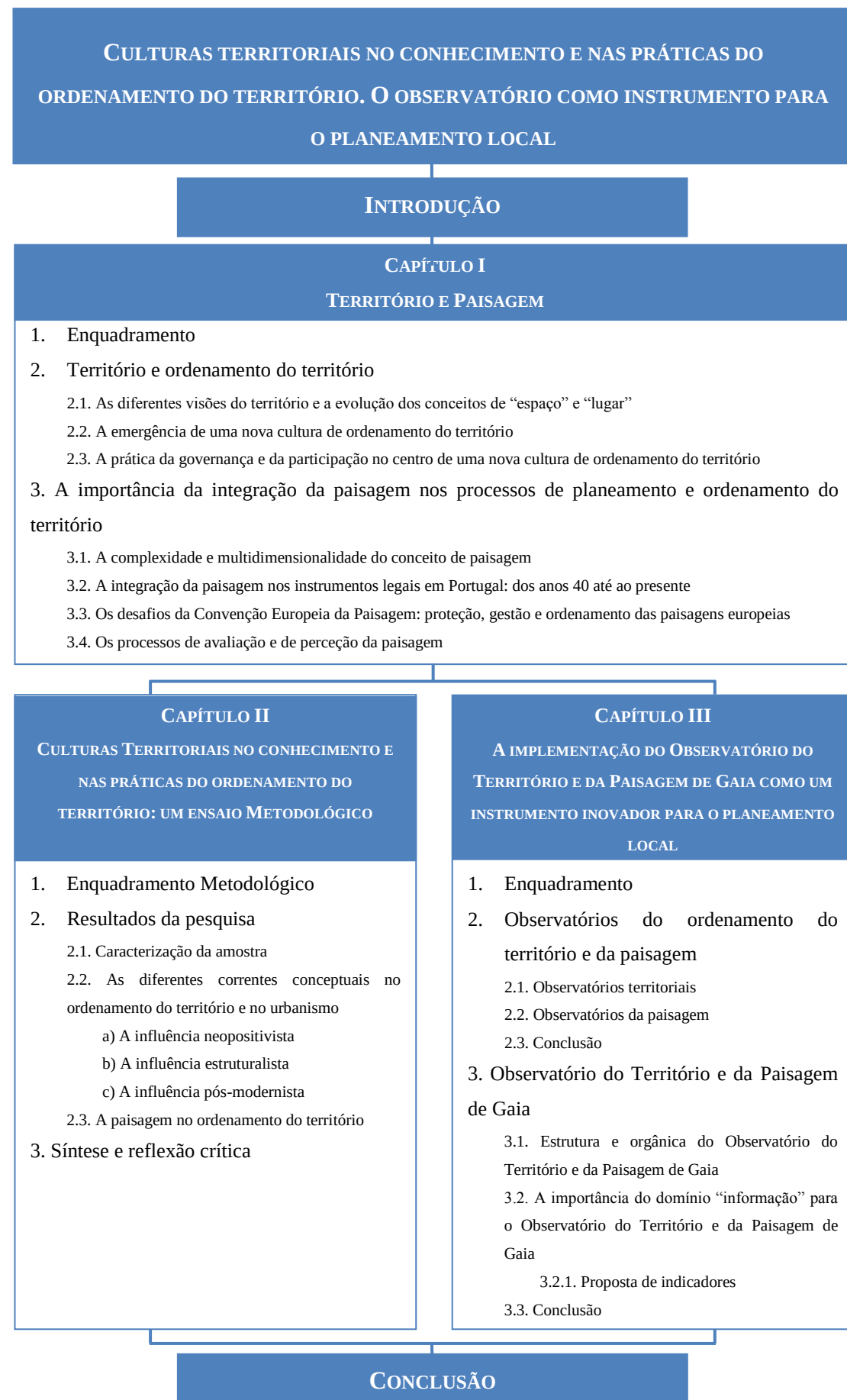


Figura 2 – Estrutura da dissertação



CAPÍTULO I

TERRITÓRIO E PAISAGEM

“Ao termo «território» atribui-se o significado de área extensa, quase sempre relacionada com uma determinada característica, como seja posse, jurisdição ou uma funcionalidade específica. Mais complexo é o conteúdo do termo «paisagem» ao qual, para além de uma dimensão espacial e estética, está associada uma identidade e carácter – em resultado da combinação única de factores e processos ecológicos, culturais e socio-económicos –, bem como uma apreciação emotiva por parte de quem a observa ou com ela convive.”

Alexandre d'Orey Cancela d'Abreu (2007)

1. ENQUADRAMENTO

Este capítulo, de natureza conceptual, organiza-se em duas partes. Em primeiro lugar, optou-se por analisar a influência de diferentes abordagens filosóficas – positivismo, estruturalismo e pós-modernismo – na análise geográfica e no ordenamento do território.

Interessa perceber a evolução dos conceitos “espaço” e “lugar”, e as respetivas interpretações relativas à espacialidade (diferenciação espacial, organização espacial e escalas geográficas preferenciais). As distinções epistemológicas e metodológicas repercutem-se também nas formas de visualização e representação gráfica, no papel e nas competências-chave dos planeadores e na forma de encarar o tempo nos processos territoriais. Concretamente, o ordenamento do território vai espelhar os conteúdos e os processos intrínsecos aos diferentes “paradigmas”.

Em seguida, procura-se refletir a pertinência de uma nova cultura de ordenamento do território em prole do desenvolvimento territorial, que atenda às características e necessidades dos territórios, que suporte uma intervenção sustentável e integradora e que dinamize a governança territorial.

Em segundo lugar, desenvolve-se o conceito de paisagem atendendo à sua complexidade e multidimensionalidade, dada a importância da paisagem nos processos de planeamento e ordenamento do território. Em seguida, faz-se uma retrospectiva da integração da paisagem nos instrumentos de gestão territorial em Portugal, apresentando-se os desafios da Convenção Europeia da Paisagem: proteger, gerir e ordenar as paisagens europeias.

O final deste capítulo é dedicado aos processos de avaliação e de perceção da paisagem. De facto, a perceção e avaliação dos indivíduos em relação à paisagem pode condicionar e determinar a forma de como estes atuam sobre a mesma, daí a sua importância para os processos de planeamento e ordenamento do território.

2. TERRITÓRIO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Um país bem ordenado pressupõe a interiorização de uma cultura de ordenamento do território por parte do conjunto da população. O ordenamento português depende, assim, não só da vontade de técnicos e políticos, mas também do contributo de todos os cidadãos.”

[Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (2007)]

2.1. As diferentes visões do território e a evolução dos conceitos de “espaço” e “lugar”.

O território, como conceito, corresponde a uma porção da superfície terrestre sujeita a vários usos e apropriações por diversos indivíduos, grupos sociais e várias instituições. Assim, o território é uma construção social baseada nas relações, nos usos do espaço e nas ideias construídas sobre esses mesmos usos, estando sujeito a diversas transformações (Herrero, 2009:275).

Davoudi (2012:430) refere que, em toda a Europa, na última parte do século XX, o lugar e o território ganham destaque e atenção política. Esta mudança não está alheia à passagem de uma economia fordista para uma pós-fordista, onde o lugar passa a ter valor para o desenvolvimento económico. Como refere Maarten Hajer *et al* (2012) o planeamento é coordenação mais articulação, e o território é a base para a coordenação de estratégias, para o desenvolvimento de novas formas de governança. Tudo gira em torno de uma interação matizada entre três grupos: gestores, especialistas e organizações da sociedade civil (cidadãos, empresas e associações).

Ferrão considera que o território está “no centro da razão de ser do ordenamento do território”, pois tem um papel decisivo na forma como delimita e modela a construção dos sistemas e culturas de ordenamento do território (Ferrão, 2011:46).

Em termos conceptuais, segundo Maria Herrero Canela (Herrero, 2009:276), o conceito *território* pode ser analisado em duas dimensões: a dimensão material e a dimensão simbólica. Por um lado, a dimensão material corresponde aos usos, às formas de ocupação e aos modelos de produção, ou seja, às relações funcionais que os grupos sociais estabelecem com o território para a satisfação das suas necessidades. Por outras palavras, a dimensão material corresponde à forma propriamente dita, onde se encontram incluídos todos os aspetos físicos do território tal como o clima, o relevo, a

hidrografia, a vegetação, as infraestruturas, entre outros. Por outro lado, a dimensão simbólica refere-se aos valores, aos aspetos culturais e identitários que os grupos sociais atribuem ao território.

No final do milénio verifica-se um crescente reconhecimento da importância dos conceitos de “espaço” e “lugar” na vida social e económica dos territórios (Davoudi, 2012:430). Tanto a espacialidade como a temporalidade são articuladas e representadas no ordenamento do território.

A prática do ordenamento do território é influenciada por três correntes (Davoudi *et al*, 2009:16-39):

- por um lado, o positivismo assente nos princípios de racionalidade científica e da ordem racional, em que se acredita na linearidade dos processos e num futuro previsível. Caracteriza-se por ser uma abordagem objetiva, que interpreta o espaço como absoluto e mensurável. O planeamento é um “processo racional” de tomada de decisões, um sistema de análise e de controlo, em que os planeadores têm um papel-chave no apoio às decisões políticas. O seu auge foi na década de 1960 e 1970;
- por outro, o estruturalismo, dá um papel central ao espaço socialmente produzido e consumido, onde o futuro pode ser conhecido e conquistado. Os estruturalistas procuram as estruturas psicológicas ou sociais determinantes do comportamento humano. Na vertente da geografia e do planeamento, o estruturalismo introduziu uma nova interpretação à espacialidade, ou seja, o espaço passa a ser socialmente produzido e consumido e os planeadores são reformadores sociais;
- por fim, o pós-estruturalismo ou pós-modernismo considera que o espaço é vivido fisicamente, percebido individualmente e construído socialmente, e o futuro encontra-se repleto de incertezas e riscos. Ao contrário do positivismo e estruturalismo que, apesar das suas diferenças significativas em termos ontológicos e epistemológicos, correspondem a abordagens profundamente enraizadas na modernidade (uma visão absoluta do espaço), a corrente pós-modernista tem uma visão relacional do espaço. Na geografia e no planeamento, o pós-modernismo interpreta o espaço e o lugar como culturalmente produzidos.

Seguindo Davoudi *et al* (2009:16-39), passamos a sistematizar de forma comparativa alguns fundamentos relativamente a cada corrente (quadro I). Relativamente à interpretação da espacialidade, o paradigma positivista retrata de um ponto de vista absoluto o espaço, enraizado na geometria euclidiana. Assim, o lugar deve ser objetivo, limitado, autossuficiente, mensurável e cartografável. Por outro lado, sob uma visão estruturalista, o espaço deve ser socialmente produzido e consumido sendo o lugar das intersecções das múltiplas relações sociais, económicas e políticas. Numa perspetiva pós-modernista, o espaço é relacional e culturalmente produzido, vivido fisicamente, concebido socialmente e percecionado individualmente. O lugar encontra-se em constante transformação e reconfiguração correspondendo a um elemento essencial de manifestação de identidade e de sentimentos de pertença, sendo também objeto de diversas interpretações.

No que respeita à organização espacial e ao entendimento de escala, uma característica fundamental do planeamento positivista é o desejo de dominar e criar ordem no espaço. Desta forma, os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e numa configuração aureolar e desenhados seguindo lógicas hierárquicas, com delimitações fixas de usos e funções. Sob a perspetiva estruturalista, os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional que responda às necessidades sociais (um zonamento funcional). Por sua vez, o paradigma pós-modernista sugere a interligação de várias redes sobrepostas de fluxos contínuos de pessoas e recursos, estando em permanente reconfiguração.

Na conceção positivista, o tempo é linear e o futuro é previsível, passível de ser planeado e capaz de ser controlado através das escolhas e decisões humanas efetuadas no presente. Segundo o paradigma estruturalista, deve-se privilegiar o tempo em relação ao espaço e o futuro deve ser perspectivado numa lógica de utopia social. Na perspetiva pós-modernista, o tempo é real privilegiando-se a importância do dia-a-dia, onde o passado, o presente e o futuro devem estar interligados. De facto, o planeamento pós-modernista, tal como reconhece a dialética da espacialidade também reconhece a dialética da temporalidade, ou seja, os espaços devem ser percecionados individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente, como também devem ser entendidos como memórias passadas, experiências presentes e expectativas futuras. Sobre este facto, Soja (2000:147) fala sobre o “novo modo de vida contemporâneo que se caracteriza por profundas e imutáveis continuidades com o passado”. Por sua vez, a

noção de futuro é caracterizada pela incerteza, como algo em aberto e palco de múltiplas contingências. Assim, a imagem do futuro como algo que pode ser controlado é substituída por uma imagem do futuro indeterminado, imprevisível, repleto de incertezas e riscos.

Segundo a perspectiva positivista, os espaços devem ser cartografados através de modelos estáticos e bidimensionais, assente em protótipos e modelos computadorizados. Por sua vez, o estruturalismo também elege os mapas bidimensionais como forma de visualização e representação gráfica. Contudo, o paradigma pós-modernista aparece a privilegiar a representação de fluxos, redes, imagens, cenários e narrativas.

Por último, o positivismo considera o processo de planeamento como uma tomada de decisão racional e linear, fruto do conhecimento científico especializado, assente em processos *top-down* de consulta de natureza sobretudo formal, onde os planos assumem um papel crucial no planeamento e ordenamento do território. Por outro lado, a visão estruturalista considera que o processo de planeamento deve centrar-se na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço, com conhecimento e competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário onde a participação é orientada para a consulta não vinculativa à população. Segundo o paradigma pós-modernista, o processo de planeamento, deve ser interativo, flexível e transdisciplinar, assente em princípios de deliberação participativa e de governança territorial, dominando sobretudo uma visão estratégica sobre o território.

Quadro I – Análise dos conceitos de espaço, lugar e tempo segundo três perspetivas teóricas: positivismo, estruturalismo e pós-modernismo

PERSPETIVAS TEÓRICAS	POSITIVISMO	ESTRUTURALISMO	PÓS-ESTRUTURALISMO/PÓS-MODERNISMO
Interpretação de espacialidade	Espaço euclidiano, palco de localização neutro, ciência positivista.	Espaço socialmente produzido e consumido.	Espaço culturalmente produzido; dialética da espacialidade: espaço percebido (mental), concebido (social) e vivido (físico).
Conceção de lugar	Lugar como lugar objetivo, mensurável, cartografável, delimitado, autocontido.	Lugar como intersecção múltipla de relações sociais, políticas e económicas e <i>locus</i> de geometrias diversificadas de poder.	Lugar como forma particular de espaço, criado através de atividades e imaginação, elemento essencial de manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações, sempre em transformação.
Princípios de organização espacial	Distância, direção e queda de intensidade com a distância; teorias de proximidade.	Zonamento funcional.	Sobreposição múltipla de fluxos e redes.
Entendimento de escala	Hierarquias com delimitações fixas resultantes de movimentos, redes, nós e hierarquias.	Globalização predadora da escala local, «lugares sem lugar», ênfase nas questões urbanas.	Redes interligadas com fronteiras contingentes, em permanente reconfiguração, sítio de contestação política.
Tratamento do tempo	Tempo linear/ordem temporal.	Compressão spatiotemporal, destruição do espaço pelo tempo.	Tempo como «presente», tempo real, importância do dia-a-dia.
Conceção do futuro	Possível, alcançável através de planeamento, conhecido e ordenado.	Utopia social a conquistar, futuro conhecido e ordenado.	Futuro caracterizado por incertezas e riscos, emergindo de formas inesperadas, desconhecido e desordenado
Visualização e representação gráfica	Mapas estáticos bidimensionais, perspectivas fotográficas tridimensionais, modelos computadorizados.	Linguagem, mapas bidimensionais	Mapas esquemáticos [infografia] representando fluxos, espaço vivido e descrito pelos seus habitantes e utilizadores, imagens, cenários e narrativas.
Papel dos técnicos de planeamento / ordenamento do território	Previsão de tendências de desenvolvimento futuras como base de controlo e de criação de uma ordem/produção de planos	Intervenção social, ativistas comunitários, defesa do «espaço de lugares» contra o «espaço de fluxos», produção de planos «populares» alternativos	Exploração de noções partilhadas de lugar e de entendimentos comuns do espaço, procura de consensos.
Conhecimento e competências	Conhecimento científico especializado, competências em modelização quantitativa.	<i>Empowerment</i> comunitário, competências de ativista social.	Conhecimento especializado e vivencial, competências no domínio da visão estratégica e da mediação
Metodologias de participação	Processos <i>top-down</i> de consulta de natureza sobretudo formal.	Participação pública, exercício de contraditório.	Processos de deliberação participados.
Instituições / governança / relações de poder	Sistemas de governo hierarquizados e formais, planos vinculativos dos privados, predomínio do conhecimento técnico.	Espírito corporativo, poder das estruturas institucionais.	Governança multinível facilitadora da ação pública e privada, capacidade de mediação.
Implementação	Sistema de comando e controlo através da regulação do uso do solo.	Redistribuição de recursos e realocação de atividades geridas pelo Estado.	Implementação através de práticas colaborativas, aprendizagem social.

(Fonte: Davoudi *et al*, 2009, adaptado por Ferrão, 2011: 53-54)

2.2. A emergência de uma nova cultura de ordenamento do território

Segundo João Ferrão (2011:115) a falência das conceções racionalistas modernas podem ser vistas como uma oportunidade “para tornar a política de ordenamento do território em Portugal mais eficiente, resiliente, justa e democrática” dando lugar ao paradigma neomoderno assente em princípios de governança territorial, democracia deliberativa e planeamento colaborativo.

Tal como Ferrão, são vários os autores que discursam sobre uma nova cultura de ordenamento do território. A propósito do objetivo estratégico anteriormente referido, Mário Vale (2007:12) afirma que a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições “é o que mais contribui para uma nova cultura e para um novo discurso do ordenamento do território”. Por sua vez, António Ferreira (2007:6) apresenta vários problemas entre os quais o défice de cultura urbana e de urbanidade dos portugueses apelando para “profundas mudanças culturais e comportamentais na forma como os portugueses e os agentes económicos e sociais encaram e utilizam o território e os recursos ambientais”. Do mesmo modo, Cancela d’Abreu (2007:75-76) defende que a falta de uma cultura de ordenamento do território explica em grande parte o “desordenamento do país” sendo que os “avanços significativos no processo de ordenamento também têm que passar por uma alteração de atitudes cívicas/culturais de todos nós, por uma mudança de comportamentos que, por não ser fácil nem rápida, mais responsabiliza os decisores actuais e os técnicos que os apoiam”.

Jorge Gaspar (2007:82) afirma que se impõe “a todos os agentes, em todos os níveis, do Estado e da Sociedade Civil, a assumpção das responsabilidades, segundo o princípio da subsidiariedade” apelando para uma nova cultura que responda a esse desafio. Por último, Margarida Pereira (2009:88) defende que o “ordenamento do território, está ainda muito marcado pela abordagem racionalista, e que tem de sofrer alterações nos instrumentos e nos procedimentos, para evitar que as orientações de política sejam ultrapassadas pelos acontecimentos”.

Entende-se por “cultura de ordenamento do território”, os valores e as atitudes partilhados pelas comunidades científica, técnica e política com intervenção direta no domínio do ordenamento do território como também pelas instituições e pelos cidadãos em geral (Ferrão, 2011:36).

Quadro II – Caracterização da cultura de ordenamento do território em relação a três diferentes paradigmas: moderno, neoliberal e neomoderno¹

	PARADIGMAS / TIPOS IDEAIS		
	Moderno (racionalidade tecnocrática, «Estado de Direito»)	Neoliberal (desregulamentação, privatização)	Neomoderno (governança, democracia deliberativa, planeamento colaborativo)
	<i>Visão técnico-racional</i>	<i>Visão estratégico-competitiva</i>	<i>Visão estratégico-colaborativa</i>
Finalidade	Regulação do uso do solo.	Visão estratégica a favor da competitividade territorial.	Intervenção integrada e estratégica a favor de uma agenda partilhada de desenvolvimento territorial.
Flexibilização	Rigidez de planos.	Flexibilização casuística.	Flexibilização inclusiva, sensibilidade à diversidade.
Papel dos privados	Intervenção estatal.	Papel facilitador do Estado, centralidade dos atores privados.	Governança de base territorial, planeamento participado e colaborativo.
Exposição à globalização e europeização	Culturas nacionais.	Globalização.	Europeização e globalização.

Fonte: adaptado de Ferrão (2011:82)

De facto, a cultura racional de ordenamento do território tem como finalidade a regulação do uso do solo enquanto a cultura territorial neomoderna tem como finalidade o desenvolvimento do território através de uma intervenção integrada, estratégica e flexível, assente em princípios de governança territorial.

Luis Balula considera que os processos de europeização e de globalização têm produzido importantes efeitos na definição do espaço urbano devido às várias transformações a nível social e económico. São exemplos destas transformações o aumento da empregabilidade no setor dos serviços (setor terciário) face ao setor industrial (setor secundário), o incremento das novas tecnologias de informação e de comunicação, o domínio dos grandes grupos económicos e a internacionalização dos seus investimentos, a entrada da mulher no mundo laboral e a consequente alteração da estrutura do agregado familiar, o acentuado recuo do Estado e a crescente privatização dos bens e atividades tradicionais do Estado, o aumento de parcerias entre as entidades públicas e privadas em relação a atividades de desenvolvimento urbano bem como uma maior consciência ecológica por parte da população (Balula, 2007:57). De facto, a

¹Os paradigmas bem como as visões que lhes estão associadas correspondem a tipos ideais, ou seja, são usados como referências úteis para exercícios de aferição de crenças e valores neste domínio (Ferrão; 2011:128)

globalização (ligações “local-global” e “global-local”) foi responsável pela produção de cidades mais heterogêneas, “sendo que esta diversidade, muitas vezes etiquetada simplesmente como multiculturalismo”, corresponde a uma das características do urbanismo pós-moderno (Sarmiento, 2003:257).

O modelo moderno, racionalista e positivista encontra-se numa crescente perda de importância (que tem vindo a ser questionado desde os anos 80 do século passado) a favor da emergência de novos paradigmas, nomeadamente o paradigma neomoderno (quadro II). Com isto, o que se pretende atualmente é a “construção colectiva de uma consciência territorial mais exigente à luz da concepção neomoderna de ordenamento do território” (Ferrão, 2011:31).

Neste contexto de mudança, alguns autores começam a falar sobre a possibilidade de uma significativa mudança de paradigma no campo do planeamento urbano. Tal como afirma Balula (2010:6) apesar do paradigma modernista (positivista) estar ainda muito presente e enraizado no planeamento contemporâneo, o planeamento pós-modernista pode ser capaz de influenciar e de alterar as práticas modernistas por ser mais sensível aos desafios urbanos do presente². Por sua vez, Sarmiento (2003:255) defende que o urbanismo pós-modernista deve ser orientado através de uma abordagem “inclusiva, flexível e eclética”. Neste contexto, apela-se à importância de uma cidade coerente, incluindo as zonas históricas, as relações entre os edifícios novos e os antigos, melhoramentos pontuais como sejam ruas com passeios e a existência de mobiliário urbano promovendo a socialização cívica e urbana (Sarmiento, 2003:258).

No sistema de planeamento e ordenamento do território são várias as dinâmicas de influência catalisadoras da mudança e evolução conceptual das políticas públicas. João Mourato considera que estas dinâmicas podem ser de natureza política e ideológica, institucional e organizacional, territorial, académica, social e cultural (Mourato, 2009:150). Contudo, segundo Ferrão (2011:117), os dois principais obstáculos à implementação de uma nova cultura de ordenamento do território são: a ausência de uma cultura de território tanto dos cidadãos como das instituições; a preponderância de

²“Even though the Modernist canon is still ubiquitous in multiple aspects of contemporary planning processes, neo-traditional planning appears to be capable of influencing and changing longstanding Modernist practices, since it articulates a novel comprehensive theory of urban design that is more responsive to the challenges of the present” (Balula, 2010:6).

uma cultura tradicional de ordenamento do território, caracterizada pelos princípios do paradigma “moderno” e por uma visão técnico-racional.

Existe a necessidade de entender o território de uma nova forma, ou seja, deve ser implementada uma nova cultura territorial fundamentada nos recursos humanos, económicos, sociais e culturais de cada território. De facto, autores como Mata Olmo, Tarroja, Zoido Naranjo, entre outros³, dão um contributo interessante nesse sentido através da elaboração de um manifesto por uma nova cultura de território assente em determinados princípios.

Em primeiro lugar, defendem que o território é um “bem não renovável, essencial e limitado”, devendo ser entendido como um recurso. Assim, uma das preocupações da nova cultura territorial deve centrar-se na preservação deste recurso e também dos seus valores culturais, históricos e identitários para as gerações presentes e futuras. Por outro lado, o território corresponde a uma “realidade complexa e frágil” que contém “valores ecológicos, culturais e patrimoniais”. Um outro princípio que sustenta esta nova cultura territorial refere-se a que “um território bem ordenado constitui um ativo económico de primeira ordem”, ou seja, um correto processo de urbanização permite reduzir custos de mobilidade e conter os preços do solo sendo que a gestão sustentável do território corresponde a uma obrigação ambiental e social, mas também económica. Segundo os autores atrás mencionados, o “planeamento territorial e urbanístico corresponde a um instrumento essencial para a atuação dos poderes públicos” tendo como principais objetivos a acessibilidade, preservação do ambiente e a contenção do perímetro urbano. Assumem ainda como princípio que num mundo cada vez mais integrado, o ordenamento do território deve atender aos “compromissos de solidariedade e responsabilidade globais”, através de acordos internacionais no âmbito do ordenamento do território. Por fim, a “sustentabilidade ambiental, a eficiência económica e a equidade social” correspondem aos valores que a nova cultura territorial pretende com a finalidade da preservação de um futuro sustentável para as próximas gerações (Burriel de Orueta *et al*, 2006).

Com isto, a nova cultura de ordenamento do território deve ir de encontro ao desenvolvimento territorial, atendendo tanto às fragilidades como potencialidades do

³Burriel de Orueta, Eugenio Luis; Ezquiaga, José M^a.; Mata Olmo, Rafael; Miralles Guasch, Carme; Nello i Colom, Orió; Roger Fernandez, Gerardo; Romero, Joan; Tarroja, Alexandre; Zoido Naranjo, Florencio, formam o grupo promotor do manifesto por uma nova cultura de território.

território, através de uma intervenção sustentável, integrada, estratégica e flexível, assente em princípios de governança territorial. De facto, atualmente, o planeamento territorial deve ter três características principais: ser sustentável na medida em que deve olhar para as questões do território a curto, médio e a longo prazo; integrado, quer em termos de conhecimentos (*know-how*), quer em termos dos objetivos e das ações envolvidas; e, por último, inclusivo no que respeita ao envolvimento de múltiplos agentes no processo de planeamento.

Em suma, o planeamento atual deve-se apoiar em “procedimentos mais reflexivos e mais bem adaptados a uma sociedade e a um território complexos e a um futuro claramente incerto” (Marques, 2004:425). Desta forma, “estes novos procedimentos são muito mais exigentes em competências técnicas, nos sistemas de observação, nos procedimentos de monitorização estratégica e nas bases de informação” (Marques, 2004:425).

2.3. A prática da governança e da participação no centro de uma nova cultura de ordenamento do território

Refletindo as metodologias de participação no ordenamento do território, verifica-se que a influência positivista gera processos *top-down*, com um sistema de governo hierarquizado e formal. Em contraposição, a influência pós-modernista assenta em processos de deliberação participados levando a um ordenamento do território mais integrado, estratégico, prospetivo e participado.

De facto, tal como afirma Riesen (1999:139), “o planeamento urbano exige um diálogo contínuo entre diferentes actores sobre os objectivos a atingir e os métodos a utilizar, de modo a que possa resultar em concretizações válidas”. Quer isto dizer, que a multiplicidade de atores corresponde às entidades administrativas, políticas, entre outros grupos de interesse, como também os cidadãos em geral, com grande importância no processo de planeamento, uma vez que são estes que utilizam os resultados das ações de planeamento.

Atualmente o processo de ordenamento do território implica um maior envolvimento dos cidadãos e dos vários atores sociais e económicos ao longo dos diferentes processamentos. Assim, a participação não deve estar limitada apenas aos dois

principais momentos de informação e discussão pública⁴. Ou seja, não deve corresponder só à possibilidade de apresentação de sugestões, pedidos de esclarecimento ou outro tipo de informação considerada relevante para o processo. Por outro, não se deve limitar a intervenções no período de discussão pública dos instrumentos de gestão territorial, que precede obrigatoriamente à aprovação dos instrumentos. (Vasconcelos *et al*, 2009:17).

Com isto, a participação deve ser “encarada como uma forma de *empowerment* e um processo de aprendizagem e «educação territorial» por parte dos cidadãos e entidades envolvidos” (Ferrão, 2011:71). Deve-se promover uma participação mais informada, ativa e responsável abrangendo uma maior diversidade de atores nos processos de ordenamento e planeamento territorial, afirmando-se uma nova cultura e prática de governança.

Tal como afirma Teresa Sá Marques *et al* (2010:144) “a passagem do governo para a governança representa o desaparecimento da hierarquia e a emergência de relações mais complexas, sobrepostas e assentes em múltiplas lógicas”. De facto, assiste-se à evolução de uma “óptica mais estrita e vertical de «governo» a favor de uma óptica mais interativa e plural de «governança» (Ferrão, 2011:94), ou seja, a modernização do Estado e a consequente descentralização administrativa faz com que se assista à evolução de um sistema de governo hierarquizado e formal para um sistema de governança territorial que corresponde a um processo de articulação e de coordenação de múltiplos atores em sistemas não hierárquicos de negociação, regulação e administração política, assente numa estrutura flexível e em rede, onde o Estado apenas desempenha um papel de mediação. Tal como afirma Álvaro Domingues (1998:44) entende-se por governança territorial “não só, o mero governo do território, mas todo o

⁴ O princípio da participação encontra-se consagrado na revisão constitucional de 1997, Lei n.º1/97, de 20 de setembro [Artigo 65º, Ponto 5.]: “É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território”. Por sua vez, a Lei n.º83/95, de 31 de agosto prevê o direito da participação procedimental e de ação popular. A LBOTU, Lei n.º48/98, de 11 de agosto [Artigo 5º, Alínea f)] consagra como um dos seus princípios gerais o princípio da “participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial”. O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (na sua atual redação, Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro) consagra no artigo 6º, o direito à participação onde “todos os cidadãos bem como as associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial”.

sistema de relações entre instituições, organizações e indivíduos, que assegura as escolhas colectivas e a sua concretização”.

A governança deve ser entendida como um fenómeno social onde participam atores de diversas naturezas, tanto públicos como privados que se devem relacionar entre si, ou seja, em rede, formando estruturas reticulares para negociar a implementação de determinadas políticas (Kooiman, 2004:172 *apud* Rojo Salgado *et al*, 2006:32-35).

Neste contexto de mudança para uma nova cultura de ordenamento do território, aponta-se para um reforço da prática da governança e da participação que, apesar da existência de referências e documentos legais acerca deste tema, ainda se encontra pouco presente na prática do dia-a-dia, “raramente se ultrapassando o primeiro nível, com a melhoria do acesso à informação” (Rojo Salgado *et al*, 2006:79).

Porém, “a cultura democrática em Portugal é relativamente recente e não se tem assistido a uma participação activa dos cidadãos no sentido da valorização do ordenamento do território como uma questão essencial da qualidade de vida” (Vasconcelos *et al*; 2009:16). De facto, assiste-se atualmente a uma débil participação dos cidadãos na vida democrática: por um lado, os decisores só proporcionam um debate na fase final do projeto ou do plano quando a maioria das opções já estão tomadas; por outro lado, os cidadãos evidenciam posturas passivas, ou seja, apenas acedem à informação e exercem posturas mais ativas quando estão em causa os seus interesses pessoais ou de um determinado grupo a que pertencem (Rojo Salgado *et al*, 2006:81).

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007) evidencia claramente a necessidade de uma mudança nos processos de participação. Dos vinte e quatro problemas que Portugal enfrenta no domínio do ordenamento do território⁵ (PNPOT, 2007:4), são reconhecidos quatro problemas no que respeita à “cultura cívica, planeamento e gestão territorial” dos quais se destacam: “a ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território e baseada no conhecimento rigoroso dos problemas, na participação dos cidadãos e na capacitação técnica das instituições e dos agentes mais directamente envolvidos; a insuficiência das bases técnicas essenciais para o ordenamento do território, designadamente nos

⁵Lei n.º58/2007, de 4 de setembro.

domínios da informação geo-referenciada sobre os recursos territoriais, da cartografia certificada, da informação cadastral e do acesso em linha ao conteúdo dos planos em vigor; a dificuldade de coordenação entre os principais actores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial; e, por fim, a complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial, afectando a sua eficiência e aceitação social”.

O PNPOT apresenta como objetivo estratégico “reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições”. Este objetivo estratégico subdivide-se em objetivos específicos – “produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território”; “renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial, promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial”; “incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao território e ao ordenamento do território” (PNPOT, 2007:56), caracterizando desta forma a nova cultura territorial.

Para cada objetivo específico são apontadas medidas prioritárias⁶. Destaca-se o uso crescente das tecnologias de informação e comunicação por parte da população, para um maior envolvimento da sociedade nas questões da participação bem como no âmbito da elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão territorial. De facto, a população deve estar informada acerca dos princípios orientadores de boas práticas de ordenamento e qualificação do território, para estar sensibilizada para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo e da paisagem. Segundo o PNPOT (2007:60), “cidadãos bem informados são parte interessada e capacitada para participar nas decisões e na resolução dos problemas do território”, sendo o ordenamento do território “um instrumento mobilizador da intervenção responsável da sociedade portuguesa nas suas trajectórias de desenvolvimento”.

Pode-se concluir que, o PNPOT dá um importante contributo para a mudança de práticas, enunciando os atuais problemas e dando indicações estratégicas para uma alteração ao nível dos valores e das atitudes.

⁶Anexo I “Objetivo estratégico: reforço da qualidade e eficiência da gestão territorial – objetivos específicos e medidas prioritárias”.

3. A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DA PAISAGEM NOS PROCESSOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“Palimpsesto onde se plasma a complexa interacção que os factores naturais e a acção humana estabeleceram ao longo dos tempos, a paisagem é um sistema complexo e dinâmico onde confluem, para o melhor e para o pior, as questões do território, do ambiente, do ordenamento e do desenvolvimento (...).”

[Lúcio Cunha, Messias Modesto dos Passos, Rui Jacinto (2010)]

3.1. A complexidade e multidimensionalidade do conceito de paisagem

O conceito de paisagem foi evoluindo desde uma posição muito próxima da geografia física, até abranger também os processos económicos e culturais. No século XIX, Humboldt define paisagem como “a totalidade de aspectos de uma região, tais como apreendidos pelo Homem” transmitindo de uma forma bastante esclarecedora que a paisagem é o resultado da observação do Homem de um sistema complexo e dinâmico e que integra tanto fatores naturais como culturais⁷ (Pinto-Correia; 2005:153).

Tal como afirma George Bertrand (1968:249), o termo paisagem corresponde a uma “porção de espaço caracterizada por um tipo de combinação dinâmica e, por conseguinte instável, de elementos geográficos diferenciados – físicos, biológicos e antrópicos – que, ao actuarem dialeticamente uns sobre os outros, tornam a paisagem num conjunto geográfico indissociável que evolui em bloco, tanto em função do efeito das interacções entre os elementos como em função do efeito da dinâmica própria de cada um dos elementos considerados separadamente”. Significa isto que o conceito de paisagem encontra-se intimamente relacionado com a dinâmica e complexa interação entre os elementos naturais e humanos no território. De facto, a paisagem corresponde a

⁷Desde os finais do século XV até a atualidade, o conceito de paisagem tem assumido diferentes significados devido à influência dos vários contextos históricos e culturais. No que respeita ao enquadramento conceptual de paisagem, este termo já existia no início da Idade Média referindo-se a uma divisão administrativa ou religiosa do território (Pinto-Correia, Teresa; 2005). Contudo, é a partir do século XV que se assiste a um maior envolvimento da sociedade em relação à paisagem sob o ponto de vista da pintura. Por este motivo, vários autores defendem que o conceito de paisagem surge associado à pintura renascentista em consequência da rutura com a visão teológica medieval, verificando-se um novo posicionamento das pessoas em relação ao ambiente e à natureza e “valorizando o território como espetáculo estético”. (Barata Salgueiro; 2001:38). Mais tarde, com o desenvolvimento de escolas de arquitetos-paisagistas, assiste-se a uma postura mais ativa no que se refere à intervenção na paisagem. Contudo, no período do positivismo assiste-se à perda de importância dos estudos sobre o tema da paisagem que volta a ter o seu interesse no último quartel do século XX através do crescimento progressivo do número de publicações, colóquios e seminários relativos à Paisagem.

um espaço visível constituído “por um conjunto de componentes que formam um todo coerente” tais como a morfologia do terreno, hidrografia, coberto vegetal e pelas instalações e transformações que as comunidades humanas exerceram nesse espaço (Almeida, 2006:31).

Por outras palavras, a paisagem pode ser definida como “um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter” (Cancela d’Abreu *et al*, 2004: 32).

Desta forma, pode-se dizer que a complexidade do conceito reside na dinâmica e interação de três múltiplas dimensões da paisagem.

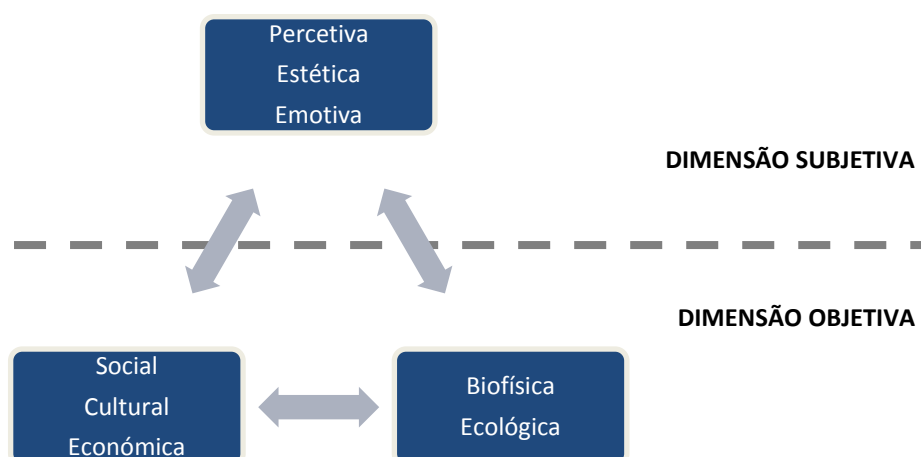


Figura 3 – Dimensões da paisagem (Fonte: adaptado de Saraiva, 1999:226)

De facto, ao conceito de paisagem estão associadas componentes de natureza objetiva e subjetiva (figura 3). A dimensão objetiva engloba dois suportes. Por um lado, o suporte biogeofísico (geologia, geomorfologia, edafologia, fauna e flora) e as dinâmicas ambientais (processos climáticos e geomorfológicos, dinâmica dos biótopos e dos ecossistemas). A dimensão económica (fator produtivo, fator locativo e valor turístico) e a dimensão sociocultural (antropização da morfologia do terreno e dos ecossistemas, práticas agro-pastoris, sistemas de divisão da propriedade, sistemas comunais e vicinais, património edificado).

A dimensão subjetiva revela-se no modo como a paisagem é sentida, percecionada, entendida e vivenciada pelos diferentes grupos da população que dela fazem parte, englobando a dimensão percetiva, ou seja, a imagem mental da Paisagem, os códigos simbólicos e artísticos, o valor estético da Paisagem, as Paisagens sonoras, olfativas e tácteis (Pereira *et al*, 2007:50).

Segundo a Convenção Europeia da Paisagem, aprovada em Florença a 20 de outubro de 2000, o termo Paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e humanos” [Artigo 1º, alínea a)]⁸. Trata-se de uma definição baseada em preocupações ambientais e culturais, com uma forte motivação social e articulada em torno de três noções básicas que correspondem ao território, à perceção e ao carácter (Mata Olmo, 2011:22). A Convenção interessa-se pela paisagem enquanto qualidade específica de um território, sendo que não se restringe apenas às paisagens excepcionais mas interessa-se pelas paisagens do quotidiano e pelas paisagens degradadas. Aplica-se a todo o território incidindo sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas [Artigo 3º]⁸. Por outro lado, a paisagem surge da perceção sensorial, principalmente visual mas também auditiva, olfativa, táctil e gustativa, do território observado e vivido pelo Homem. Desta forma, no conceito de paisagem, a perceção remete para a importância da participação dos cidadãos, na definição dos objetivos de qualidade paisagística (que surge como uma das medidas específicas da Convenção no Artigo 6º). Por último, o carácter de cada paisagem corresponde ao resultado da ação dos fatores naturais e humanos e das suas inter-relações garantindo uma fisionomia e identidade próprias.

Em suma, o preâmbulo da CEP aponta que a paisagem desempenha um importante papel em diferentes âmbitos, “cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego”. De facto, a paisagem contribui para a “formação das culturas locais” uma vez que corresponde a um elemento fundamental do património natural e cultural. Por último, a paisagem é tida como um “elemento importante da qualidade de vida das populações” quer em meios urbanos quer em meios rurais, em áreas degradadas ou em áreas de grande qualidade, nos espaços excepcionais ou nos mais quotidianos. A paisagem corresponde a um elemento

⁸Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro.

chave de bem-estar individual e social sendo que a sua proteção, gestão e ordenamento implica tanto direitos como responsabilidades para todos os cidadãos.

Na compreensão e caracterização da paisagem portuguesa podemos realçar dois estudos relevantes: por um lado, a obra de referência de Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) que faz uma análise aos fatores naturais e culturais, que constituem a paisagem, por outro lado, o estudo *Contributos para a Identificação da Paisagem em Portugal Continental* (2004), elaborado pela Universidade de Évora e publicado pela DGOTDU, que identifica as unidades de paisagem do país⁹.

3.2. A integração da paisagem nos instrumentos legais em Portugal: dos anos 40 até ao presente

Fazendo uma retrospectiva sobre a evolução e a integração da paisagem nos processos de planeamento e ordenamento do território verifica-se a existência de marcos relevantes. (Loupa Ramos *et al*, 2008)¹⁰.

A partir de 1940, inicia-se a prática do planeamento urbanístico com a introdução da figura dos anteplos de urbanização (Decreto-Lei n.º 35.931, de 4 de novembro de 1946) sob a égide da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, criada em 1944. Neste período desenvolvem-se um conjunto de estudos pioneiros sobre a paisagem em Portugal, realizada por arquitetos, geógrafos e arquitetos paisagistas, que tentam integrar a paisagem nos planos de ordenamento. Regista-se em 1958, a elaboração do Plano de Ordenamento Paisagístico, pelos arquitetos paisagistas Ribeiro Telles, Edgar Fontes e A. Campelo; em 1967, elaborou-se o Plano de Ordenamento Paisagístico do Algarve, desenvolvido através de estudos pioneiros em matéria do reconhecimento paisagístico, por Viana Barreto, Ponce Dentinho e Albano Castelo-Branco; e, por último, em 1971, assiste-se à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês¹¹.

A partir de 1974, assiste-se à mudança de regime e ao reconhecimento legal da paisagem formalizado na Constituição da República em 1976 “ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem” [Artigo

⁹Anexo II – “Estudos académicos relevantes para a compreensão e caracterização da paisagem portuguesa”

¹⁰Anexo III – Cronograma sobre a integração da Paisagem nos processos de Planeamento e Ordenamento do Território em Portugal: marcos relevantes.

¹¹Decreto-Lei n.º 187/71, de 8 de maio

66º, Ponto 2, Alínea b)¹²]. De facto, durante este período (1974-1985), a paisagem surge associada às questões ambientais e de conservação da natureza. Assim, verifica-se em 1975, a criação do Serviço de Parques, Reservas e Património Paisagístico correspondendo ao primeiro organismo público com a responsabilidade das políticas da conservação da natureza. Por outro lado, em 1982, o Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio¹³, define as linhas mestras do Plano Diretor Municipal (PDM) sendo este um instrumento que “define as metas a alcançar nos domínios do desenvolvimento económico e social do município nas suas relações com o ordenamento do território, é um instrumento de planeamento de ocupação, uso e transformação do território do município pelas diferentes componentes sectoriais da actividade nele desenvolvida e um instrumento de programação das realizações e investimentos municipais que, respeitando as normas urbanísticas existentes, constituirá um meio de coordenação dos programas municipais com os projectos de incidência local dos departamentos da administração central e regional, articulando-se com os planos ou estudos de carácter nacional e regional” [Artigo 1º].

O período entre 1985 e 2000 é marcado pela adesão de Portugal à CEE. Este facto influenciou a adoção de importantes políticas comunitárias nomeadamente ambientais e agrícolas que se refletiram na gestão da paisagem. Neste período, assiste-se à perda da importância do sector agrícola e à rápida e crescente expansão urbana que acaba por ter repercussões na paisagem, transformando-a. De facto, este período é igualmente marcado pela consolidação dos instrumentos de gestão territorial e de salvaguarda. Assim, em 1987 é promulgada a Lei de Bases do Ambiente que define o conceito de paisagem como uma “unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica” [Artigo 5º, Ponto 2., alínea c)¹⁴]. Por outro lado, em 1990 é estabelecido o Regime de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) que atende aos efeitos diretos e indiretos sobre vários fatores entre os quais “o solo, a água, o ar, o clima e a paisagem” [Artigo 2º, Ponto 2., alínea b)¹⁵]. Neste

¹²Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto – Sétima Revisão Constitucional.

¹³Revogado pelo artigo 34º do Decreto-Lei n.º 60/90 de 2 de março que condensa os PDMs, PUs e PPs na designação genérica de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)

¹⁴Lei de Bases do Ambiente: Lei n.º 11/87, de 7 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro e pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro

¹⁵Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho

período, verifica-se que existe um maior reconhecimento das paisagens de elevado valor natural e cultural e, em 1995, a Serra de Sintra é classificada como Paisagem Cultural da UNESCO. Neste mesmo ano, o Decreto-Lei n.º151/95, de 24 de junho¹⁶ regula a elaboração e aprovação dos planos com incidência no ordenamento do território, ou seja, os designados Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT). Por sua vez, em 1998, é estabelecida a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) tendo como um dos objetivos do ordenamento do território e do urbanismo, a salvaguarda dos valores naturais essenciais, garantindo que “as edificações, isoladas ou em conjunto, se integrem na paisagem, contribuindo para a valorização da envolvente” [Artigo 6º, Ponto 3., Alínea a)¹⁷]. Por fim, em 1999, foi estabelecido o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)¹⁸ que desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo em três âmbitos: nacional, regional e municipal.

A partir de 2000, tal como afirma Isabel Loupa Ramos *et al* (2008:4), a paisagem ganha um novo estatuto resultante da aprovação da Convenção Europeia da Paisagem, em Florença. Em 2001, assiste-se às Classificações do Alto Douro Vinhateiro e, em 2004, à Paisagem da Cultura de Vinha da Ilha do Pico como Paisagens Culturais da UNESCO. Por outro lado, em 2004, é elaborado o primeiro estudo para a identificação e a caracterização da paisagem em Portugal Continental, realizado pela Universidade de Évora, a pedido da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Em 2005, Portugal ratifica a Convenção Europeia da Paisagem através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro, e onde se encontra previsto “integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem” [Artigo 5º, alínea d)].

Em 2007 é aprovado o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)¹⁹ que integra a paisagem no Programa de Ação do PNPOT, nomeadamente no

¹⁶Revogado pelo artigo 159º do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de setembro

¹⁷Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo: Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto

¹⁸Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º316/2007, de 19 de setembro, na redação atual, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro

¹⁹Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificado pelas Declarações n.º 80-A, de 7 de setembro e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro.

Objetivo Estratégico 1: “Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos” e especialmente no seu Objetivo Específico 1.10 que corresponde à proteção e valorização das paisagens e do património cultural apontando como medida prioritária a elaboração de um “Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural”. A caracterização da paisagem encontra-se desenvolvida no capítulo “Organização, tendências e desempenho do território” e no subcapítulo “Paisagem, património cultural e arquitectura” referindo-se claramente ao estado das paisagens portuguesas. Segundo o PNPOT, apesar da grande multiplicidade de paisagens que o território nacional apresenta, estas, na sua grande maioria, encontram-se bastante danificadas. O relatório aponta como situações críticas as paisagens descaracterizadas, degradadas e abandonadas cabendo à Administração Central e às Autarquias Locais uma grande responsabilidade tendo em vista uma intervenção mais ativa e inovadora de forma a recriar paisagens adequadas aos novos contextos sociais, mas também ordenadas e humanizadas.

Neste sentido, pode-se dizer que a paisagem tem assumido uma maior importância nos processos de planeamento, ordenamento e gestão do território. No entanto, tal como afirma Isabel Loupa Ramos *et al* (2008:6) existe ainda um longo “caminho a percorrer no sentido de integrar mais eficazmente o conceito de paisagem na concepção e na prática dos instrumentos de gestão territorial” numa perspetiva mais global e participada.

3.3. Os desafios da Convenção Europeia da Paisagem: proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias

A nível europeu, pode-se dizer que existem vários documentos estratégicos que fazem referência à paisagem e que demonstram a evolução da sensibilização das sociedades europeias em relação a este tema, nomeadamente em relação às questões da proteção e gestão do património natural e cultural.

Pode-se destacar nomeadamente os seguintes documentos:

- “*Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa*” (Berna, 1979) tem como objetivo garantir a conservação da flora e da fauna selvagens e dos seus habitats naturais, bem como as espécies em vias de extinção, vulneráveis e migradoras;
- “*Convenção Benelux sobre a Conservação da Natureza e a Protecção da Paisagem*”, foi ratificada em 1982 pela Holanda, Bélgica e Luxemburgo, tem como objetivo regular uma ação conjunta no campo da conservação, gestão e reabilitação do meio natural e das paisagens;
- “*Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*” (Granada, 1985), tem como objetivo assegurar a proteção dos monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios;
- “*Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico da Europa*” (revista) (Valleta, 1992), tem como finalidade proteger o património arqueológico, por ser um elemento essencial para o conhecimento da história da cultura dos povos;
- “*Carta da Paisagem Mediterrânea*” (1993), corresponde também a uma iniciativa conjunta, neste caso, entre três regiões mediterrâneas: Andaluzia, Languedoc-Roussillon e Toscana e tem como objetivo criar um instrumento sobre a Paisagem no qual se inspira a Convenção Europeia da Paisagem;
- “*Estratégia Pan-Europeia para a Diversidade Biológica e de Paisagem*”, adotada em 1996 pelos países do Conselho da Europa, apresenta a necessidade de integrar a paisagem na perspetiva da conservação da natureza, ou seja, é necessário que a política de conservação se preocupe também com a diversidade de paisagens e não apenas com a diversidade biológica (Askasibar, 1998).
- “*Convenção Europeia da Paisagem*”, criada pelo Conselho da Europa em Florença (20 de outubro de 2000) e ratificada por Portugal pelo Decreto n.º4/2005, de 14 de fevereiro, corresponde à única iniciativa internacional que tem a paisagem como objeto pretendendo estabelecer um novo instrumento dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias.

Os objetivos da Convenção Europeia da Paisagem partem da constatação de que as paisagens europeias se encontram em progressiva transformação e que por esse motivo necessitam de uma intervenção urgente (Cancela d’Abreu *et al*, 2004:24). Desta forma,

os objetivos referem-se, como já foi dito anteriormente, à proteção, gestão e ordenamento da paisagem, organizando a cooperação europeia neste domínio.

Por proteção da paisagem entende-se “as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana” [Artigo 1º, alínea d)²⁰]. De facto, a paisagem está submetida a evoluções e transformações que se devem aceitar. Contudo, deve-se proteger as suas características específicas, materiais e imateriais, de forma a serem transmitidas às gerações futuras, mantendo deste modo a identidade do local. Tal como vem estabelecido na Recomendação adotada pelo Comité de Ministros as 6 de fevereiro de 2008, a proteção da paisagem deve encontrar as vias e meios de atuação não só sobre as características dos locais como também sobre os fatores externos dos quais as características da uma paisagem dependem, como é o caso dos fatores económicos, sociais, ecológicos, culturais e históricos.

A Convenção Europeia da Paisagem define como outro objetivo o ordenamento da paisagem que se refere “às acções com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação das paisagens” [Artigo 1º, alínea f)]. De acordo com a Recomendação (2008), o ordenamento da paisagem refere-se a um projeto territorial que deve ser consistente com o desenvolvimento sustentável e admitir os processos ecológicos e económicos que podem ocorrer a médio ou a longo prazo bem como a reabilitação de áreas degradadas de forma a dar resposta aos objetivos de qualidade paisagística.

Por último, a gestão da paisagem é definida pela Convenção Europeia da Paisagem como “a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais” [Artigo 1º, alínea e)]. De facto, a gestão da paisagem corresponde a uma forma de planeamento flexível que evolui à medida que as sociedades transformam o seu modo de vida, o seu desenvolvimento e ambiente (Cancela d’Abreu *et al*, 2011:18).

²⁰Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro – Convenção Europeia da Paisagem

Tal como vem preconizado na CEP deve-se estabelecer e aplicar medidas que tenham como objetivos a proteção, gestão e ordenamento da paisagem através da adoção de ações mais específicas (figura 4).



Figura 4 – Medidas específicas que visam a proteção, gestão e ordenamento da paisagem. (Fonte: adaptado do Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro)

Assim, para atingir os objetivos de proteção, gestão e ordenamento da paisagem deve-se incrementar a sensibilização da sociedade bem como das organizações privadas e das autoridades públicas em relação ao valor da paisagem; promover a formação de especialistas quanto ao conhecimento e intervenção na paisagem, programas de formação bem como cursos escolares e universitários que abordem a temática da paisagem e das questões de proteção, gestão e ordenamento; identificar as paisagens e analisar as suas características, dinâmicas e pressões bem como acompanhar as suas transformações; por outro lado, a questão da avaliação das paisagens após a sua identificação, prende-se pela consideração dos valores específicos que são atribuídos à paisagem, pelos intervenientes e pela população interessada; definir os objetivos de qualidade paisagística que devem corresponder às preferências paisagísticas da sociedade, dando resposta à seguinte questão: *que paisagem queremos?*; por último, pretende-se a aplicação das políticas de paisagem através de instrumentos que visem a proteção, gestão e/ou ordenamento da paisagem.

3.4. Os processos de avaliação e da percepção da paisagem

Tal como afirma Saraiva (1999:225), “a compreensão e representação da paisagem têm constituído um quadro de reflexão dessas relações ao longo do tempo”. De facto, nos finais dos anos 60, verifica-se uma crescente preocupação em relação à preservação das paisagens naturais associada à expansão urbana e industrial e a uma maior consciencialização acerca dos problemas ambientais. Com isto, a partir dos anos 70, assiste-se ao desenvolvimento de estudos sobre os critérios de avaliação da qualidade da paisagem.

Desta forma, pretende-se apresentar uma breve revisão e sistematização teórica acerca da evolução dos métodos de avaliação da qualidade da paisagem. De um modo geral, numa primeira fase destaca-se o desenvolvimento de métodos empíricos intuitivos. Por sua vez, numa segunda fase, a partir dos anos 70, verifica-se a integração dos processos cognitivos de percepção nas metodologias de avaliação da qualidade da paisagem. De acordo com Silva (2002:91), podem ser identificados cinco períodos distintos²¹ no que respeita à evolução dos estudos de percepção e de avaliação da paisagem e que correspondem aos métodos intuitivos (desde finais dos anos 60 até princípios dos anos 70); às análises estatísticas complexas (entre 1971-1976); à utilização das preferências do público (a partir de 1973); à utilização de análises psicológicas, integração de influências anteriores (entre 1983-1990); e, por último, à aplicação das tecnologias de informação geográfica (a partir dos anos 90).

Com isto, no que respeita aos métodos intuitivos, esta tipologia de avaliação da qualidade da paisagem subdivide-se em duas fases: a primeira fase corresponde à descrição objetiva da paisagem através da identificação dos seus elementos; por sua vez, a segunda fase refere-se à análise qualitativa dos elementos descritos e inventariados através de uma escala de valores com a finalidade de aferir o valor de cada paisagem. Esta metodologia foi alvo de diversas críticas devido à subjetividade que lhe está inerente.

Quanto às análises estatísticas complexas, esta metodologia tem como principal finalidade assegurar uma maior objetividade possível, dando maior credibilidade aos dados obtidos, por resultarem de um processo automático e estatístico de avaliação da

²¹Esta divisão não significa que os vários métodos tenham prevalecido apenas naqueles momentos temporais mas sim identificar o período em que surgiram e que tiveram mais importância (Nota do autor).

paisagem. Assim, a metodologia pretende correlacionar um número de variáveis objetivas e representativas dos diferentes elementos que constituem as unidades de paisagem em observação. Desta forma, eram utilizadas diversas técnicas estatísticas como as de *standardização* das preferências, análise fatorial com agregação de variáveis inter-correlacionadas, análises regressivas, entre outras que eram calculadas através de métodos computacionais. Esta metodologia teve como principal crítica o facto de ser bastante complexa, abstrata e também dispendiosa perdendo um grande apoio por parte das entidades estatais.

Por sua vez, a partir de 1973, através dos modelos preferenciais, dá-se importância à opinião do público com o objetivo de conhecer as suas preferências. Assim, esta metodologia consiste em perceber quais as paisagens mais valorizadas pelo público e quais os motivos para essa valorização. Com isto, a utilização de fotografias, inquéritos e entrevistas correspondem às técnicas mais aplicadas durante este período. Contudo, a validade desta metodologia foi posta em causa devido à subjetividade inerente aos critérios e às técnicas na recolha da informação. Por outro lado, esta metodologia pode limitar a avaliação da paisagem por deixar prevalecer a sua dimensão estética em relação a outras dimensões (ecológica, cultural, etc.) igualmente importantes. Contudo, segundo Silva (2002:99), a avaliação da paisagem tendo por base as preferências do público não deve ser colocada de lado uma vez que complementada por outras técnicas corresponde a uma metodologia de grande utilidade para o planeamento.

No que diz respeito à utilização de análises psicológicas e integração de influências anteriores, esta metodologia para além de se basear em inquéritos e entrevistas introduz as características psicológicas dos indivíduos. Assim, esta metodologia está assente em dois princípios: em primeiro lugar, a avaliação da paisagem encontra-se inerente às características físicas desta, utilizando inventários e descrições dos elementos da paisagem; em segundo lugar, a avaliação e a perceção da paisagem resulta também das características do indivíduo e da relação que este estabelece com a paisagem.

Por último, a aplicação das tecnologias de informação geográfica que, através dos Sistemas de Informação Geográfica, veio dar mais objetividade aos estudos de perceção e avaliação da paisagem uma vez que “permitem a identificação de determinados elementos da paisagem a diferentes escalas e verificar a sua contribuição para a valorização da mesma” (Silva, 2002:101) o que contribui para uma maior credibilidade

nos processos de avaliação da qualidade da paisagem. Assim, segundo o mesmo autor, importa reforçar a importância do papel que a população representa em todo o processo, “pois ela é simultaneamente, o ponto de partida de todas as percepções, o ponto de chegada de todas as acções e, quem confere verdadeiro significado ao espaço, no seu amplo sentido (Silva, 2002:102).

De facto, o processo de avaliação deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral, resultando num processo de aprendizagem coletiva, de inovação institucional e de mudança social (Ferrão *et al*, 2010:21).

Como foi visto anteriormente, a maioria das definições considera a paisagem como um produto da interação entre o ambiente natural e a ação do Homem. Contudo, a Convenção Europeia da Paisagem, na sua definição, introduz neste conceito a dimensão da percepção: “«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e humanos” [Artigo 1º, alínea a)²²]. Com isto, a dimensão percetual da paisagem está sujeita à interpretação diferenciada por parte da população e dos valores subjetivos que lhe atribuem, ou seja, o indivíduo cria intelectualmente um significado de paisagem, tendo em conta os seus “valores, sensibilidade e conhecimentos, atribuindo à paisagem uma dimensão afetiva e um valor estético e simbólico” (Dias, 2002:17). Desta forma, segundo a mesma autora, o indivíduo estabelece a sua relação com a paisagem através de duas formas: em primeiro lugar, como agente modificador, pois este altera e transforma a paisagem e, em segundo lugar, como agente recetor de informação contida na paisagem, quer emocionalmente, quer cientificamente.

De acordo com Corraliza (1993), um indivíduo quando está perante uma paisagem põe em prática dois tipos de atividades mentais: descritiva e interpretativa. De facto, a primeira relaciona-se com a análise das componentes da paisagem enquanto que a segunda permite que o indivíduo possa avaliar o seu grau de satisfação em relação à paisagem bem como planear o seu comportamento em relação à mesma (Dias, 2002:17).

Assim, existe uma grande subjetividade em torno dos vários modos de observação e apreensão da paisagem que resultam em percepções bastante diferenciadas sobre a

²²Decreto n.º4/2005, de 14 de fevereiro – Convenção Europeia da Paisagem

mesma. Segundo C. Dubois (2009:313), são distinguidos três tipos de apreensão da paisagem, atendendo às características de cada observador: “olhar enformado”, “olhar informado” e “olhar iniciado”. Desta forma, o “olhar enformado” corresponde à apreensão estética da paisagem em função das referências culturais do observador; o “olhar informado” encontra-se dependente do grau, do conhecimento e do domínio científico do observador; e, por último, o “olhar iniciado” que se refere a um tipo de apreensão mais íntima e afetiva da paisagem e que se encontra dependente de um contacto direto com o território. Com isto, a mesma autora defende que existem três tipos de leitura da paisagem que se encontram intimamente relacionados com os três tipos de apreensão da paisagem referidos anteriormente. Por um lado, a “leitura estética” que se encontra relacionada com o “olhar enformado” do observador. Por outro lado, a “leitura científica” relacionada com o “olhar informado” do observador. Por fim, a “leitura afetiva” relacionada com o “olhar iniciado” por parte de quem observa.

A percepção é entendida como um processo mental entre o observador e a paisagem (figura 5). Desta forma, no que respeita ao processo de percepção da paisagem este faz-se, primeiramente, através de filtros biofísicos que correspondem às características físicas do indivíduo (por exemplo, a visão) a partir de um espaço visual comum e que estimulam os sentidos e as sensações.

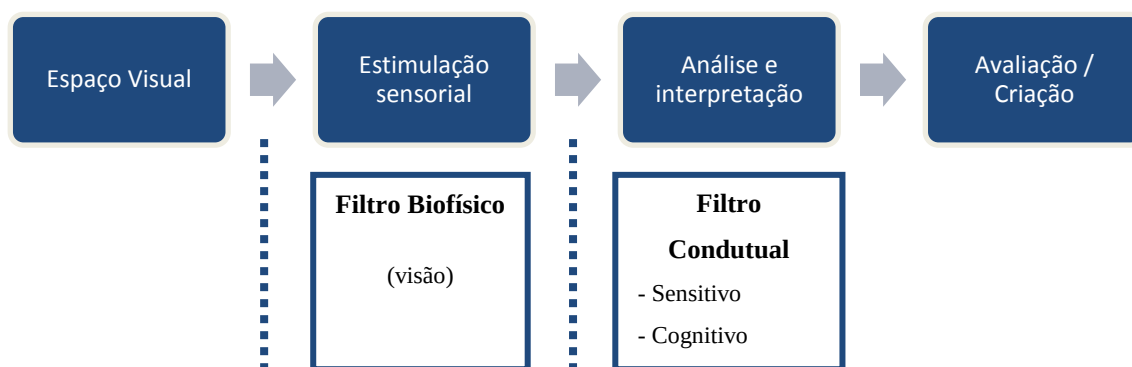


Figura 5 – Esquema do processo de percepção da paisagem
(Fonte: adaptado de Hardt [2000 *apud* Tarnowski; 2007:27])

Assim, após a estimulação sensorial, a paisagem passa por um filtro condutual que se refere às experiências psicológicas do observador, como por exemplo, as relações emocionais e afetivas. Desta forma, estes filtros condicionam a interpretação pessoal da

paisagem e que resulta na sua avaliação, terminando desta forma o processo (Tarnowski, 2007:27).

Em suma, pode-se afirmar que o processo de percepção encontra-se dividido em três etapas distintas: em primeiro lugar, a percepção que resulta da experiência sensorial direta; em segundo lugar, a cognição que corresponde à forma de como os indivíduos percebem e estruturam a experiência sensorial; e, por fim, a avaliação que se refere à hierarquização das preferências em função da utilidade (Silva, 2002:86).

Com isto, a percepção que um indivíduo tem sobre uma determinada paisagem reflete-se no seu grau de conforto, de satisfação e de identificação individual e coletiva em relação à mesma, inter-relacionando-se com a análise da paisagem e com os processos de planeamento e ordenamento do território, como se constata através da figura 6 (Ferreira, 2010:141).

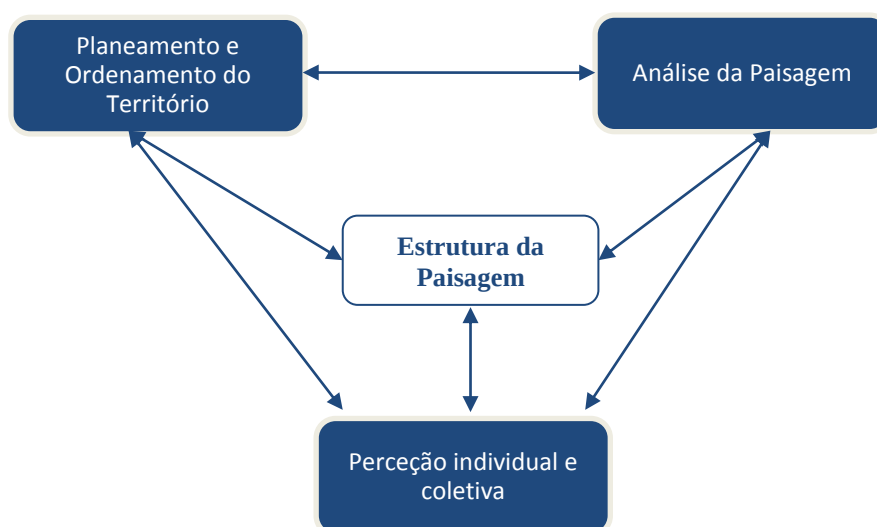


Figura 6 – Relação entre a análise da paisagem e os processos de planeamento e ordenamento do território (Fonte: adaptado de Ferreira, 2010:142)

De facto, a percepção do indivíduo ou da coletividade em relação à paisagem pode condicionar e determinar a forma de como estes atuam sobre a mesma, daí a importância da relação da percepção individual e coletiva nos processos de planeamento e ordenamento do território. Desta forma, é de notar a relevância da promoção de estratégias de participação pública de modo a que os planos e intervenções no âmbito do ordenamento do território e da paisagem se aproximem das expectativas das populações que vivenciam esses espaços.

A participação, como já foi referido, corresponde a uma das medidas gerais preconizadas pela Convenção Europeia da Paisagem onde devem ser estabelecidos “procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem” [Artigo 3º, alínea c)²³] visando a proteção, gestão e ordenamento da paisagem.

Com isto, segundo Cancela d’Abreu *et al* (2011:14) são inúmeras as tipologias de participação que podem ser adaptadas no que respeita ao estudo da paisagem (quadro III). Assim, os tipos de participação podem assumir diversos modos, desde uma postura mais passiva relacionada com a obtenção de informação a uma postura mais ativa de que são exemplos os *workshops* por envolverem diversos atores e diversas fases de estudo.

Quadro III – Exemplos de tipologias de participação e de participantes nas diferentes fases de estudo sobre a paisagem

Tipos de Participação	Tipo de Participantes	Fases do estudo de Paisagem com maior incidência
Inquérito telefónico / Correio	A título individual	Análise e Diagnóstico
Entrevistas e inquéritos presenciais	A título individual	Análise e Diagnóstico
Consulta Web	A título individual	Análise e Diagnóstico Proposta
Grupos de discussão	Atores com intervenção direta na paisagem	Análise e Diagnóstico Proposta
<i>Workshops</i> com convidados	Atores com intervenção direta na paisagem e outros agentes externos	Análise e Diagnóstico Proposta
<i>Workshops</i> abertos	Quem tiver interesse	Análise e Diagnóstico Proposta
<i>Workshops</i> com agentes de paisagem	Representantes dos atores com intervenção direta na paisagem	Análise e Diagnóstico Proposta Gestão

Fonte: adaptado de Cancela d’Abreu *et al* (2011:15)

É de notar que o processo participativo tem que estar assente em princípios como a transparência, a responsabilidade, a eficácia e a coerência para não se tornar “contraproducente ou inconsequente” (Cancela d’Abreu *et al*, 2011:14), devendo resultar num processo de aprendizagem tanto por parte dos cidadãos como por parte das entidades envolvidas.

²³Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro.



CAPÍTULO II

CULTURAS TERRITORIAIS NO CONHECIMENTO E NAS PRÁTICAS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: UM ENSAIO METODOLÓGICO

“É, pois, de cultura que estamos a falar: de cultura de território, de cultura de ordenamento do território, de cultura de aprendizagem. Mas também de cultura de mudança e de inovação social, dos seus contextos e actores, e das relações de poder e interesse que inevitavelmente pressupõem e desencadeiam. É neste âmbito que o entendimento das condições sociais de funcionamento do ordenamento do território enquanto política pública ganha particular relevância. Ao defender a adopção de concepções neomodernas, e ao apelar à necessidade de uma política de ordenamento do território mais eficiente e resiliente, mas também mais justa e democrática, esperamos estar a contribuir para um debate tão urgente quanto ignorado.”

João Ferrão (2011)

1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Com o objetivo de abordar as questões da cultura territorial, esta investigação pretende refletir a cultura do território, à luz das três conceções teóricas - positivismo, estruturalismo e pós-modernismo. A partir dessas conceções teóricas, a análise desenvolve-se em dez critérios ou dimensões analíticas, seguindo de perto a abordagem conceptual de Simin Davoudi (2009): o conceito de lugar e as lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade; os princípios em que assenta a organização espacial; as escalas de abordagem geográfica e o seu entendimento; a interpretação da noção do tempo e do futuro em matéria de reflexão e decisão territorial; as principais formas de representação e de visualização gráfica do território; o papel dos técnicos de ordenamento territorial e as suas competências fundamentais; os significados e as funções atribuídas às metodologias de participação; os sistemas de governo ou de governança institucional; as formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial e paisagístico; a importância da paisagem para o ordenamento e planeamento territorial.

1. No que respeita ao conceito de lugar e às lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade importa perceber se:

- os lugares e as diferentes áreas urbanas devem ser entendidos de uma forma objetiva, mensurável e cartografável?
- os espaços urbanos devem ser o espelho de relações de poder (social, política e económica) diferenciadas?
- os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações?
- os espaços devem ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear?
- os espaços urbanos devem ser interpretados seguindo as apropriações sociais?
- os espaços urbanos devem ser interpretados de uma forma tridimensional - percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente?

2. Quanto aos princípios em que assenta a organização espacial interessa compreender se:

- os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e numa configuração aureolar?

- os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais?
- os espaços urbanos devem ser concebidos e estruturados seguindo lógicas reticulares?

3. No que respeita às escalas de abordagem geográfica e ao seu entendimento é importante perceber se:

- os espaços urbanos devem ser desenhados seguindo lógicas hierárquicas e com delimitações fixas de usos ou funções?
- o ordenamento deve focar-se na afirmação das pequenas comunidades, pois os processos de globalização esvaziaram a urbanidade local?
- os espaços urbanos encontram-se em constante reconfiguração, logo as propostas urbanísticas devem assentar em propostas flexíveis?

4. Por sua vez, quanto à interpretação da noção do tempo e do futuro em matéria de reflexão e decisão territorial importa refletir se:

- no ordenamento do território o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço?
- na reflexão urbanística deve-se privilegiar o tempo relativamente ao espaço?
- o tempo, no ordenamento do território, deve ser real privilegiando-se as necessidades que vão emergindo no presente?
- os técnicos do ordenamento do território devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade (previsão do que vai ser o futuro)?
- no ordenamento do território, o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências?
- a conceção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social?

5. Relativamente às principais formas de representação e de visualização gráfica do território:

- os espaços devem ser concebidos e cartografados segundo modelos estáticos e bidimensionais, assentes em protótipos computacionais?
- o mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos, redes, imagens e narrativas?

6. Quanto ao papel dos técnicos de ordenamento territorial e às suas competências fundamentais é crucial entender se:

- o plano, no ordenamento do território, deve ser a meta e naturalmente a representação do futuro?
- os especialistas do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel chave na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço?
- os técnicos devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações?
- os técnicos do ordenamento do território devem estar munidos sobretudo de um conhecimento científico especializado?
- os técnicos do ordenamento do território devem ter competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário?
- as competências dos profissionais do ordenamento do território devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares?

7. Em relação aos significados e às funções atribuídas às metodologias de participação é preciso entender se:

- as abordagens no planeamento devem seguir uma estratégia de imposição hierárquica descendente (*top-down*) em que o Estado assume um papel pivô?
- a participação pública no ordenamento do território deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população?
- na conceção do espaço deve-se dar ênfase aos processos de deliberação participativa?

8. Quanto aos sistemas de governo ou de governança institucional importa perceber se:

- no urbanismo e ordenamento do território os planos devem configurar uma lógica de governo formal e serem obrigatoriamente vinculativos?
- os profissionais do ordenamento do território devem ter um espírito corporativo associado à defesa dos seus interesses sociais, económicos e profissionais?
- no ordenamento do território as relações de poder, devem reger-se por estratégias de governança plural?

9. No que respeita às formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial e paisagístico é necessário sublinhar se:

- o urbanismo e o ordenamento do território deve assentar num sistema estrito de regulação de uso do solo?
- o ordenamento do território deve ser perspectivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais?
- o Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades?
- a implementação dos projetos urbanos deve apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem social?

10. Relativamente ao papel e à importância da paisagem no ordenamento e planeamento territorial é importante refletir se:

- a avaliação da qualidade da paisagem deve recorrer a análises estatísticas complexas de forma a assegurar uma maior objetividade dos dados obtidos?
- o ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e seguindo uma perspetiva estratégica, assente na flexibilidade inclusiva e uma sensibilidade diversificada?
- a paisagem não deve assumir grande importância nas questões do urbanismo e do ordenamento do território?
- o processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral?
- no ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado”?
- o ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral?
- o ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais?
- no ordenamento da paisagem deve-se dar importância à opinião pública de forma a conhecermos as suas preferências e os seus usos dominantes?

Para a operacionalização desta pesquisa foi concebido um questionário²⁴ em que cada inquirido tinha de posicionar-se numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) relativamente às matérias ou questões enunciadas.

Além disso, foram selecionados três universos analíticos: os estudantes universitários, que estão ainda a desenvolver competências em matéria da gestão territorial; os investigadores que produzem conhecimento nas temáticas do ordenamento do território

²⁴ O modelo de inquérito submetido aos estudantes, investigadores e profissionais do ordenamento do território e urbanismo encontra-se no anexo IV.

e da paisagem; os profissionais com intervenção direta no ordenamento do território e na gestão urbanística, nomeadamente técnicos superiores de câmaras municipais. Neste sentido, foi implementado um inquérito a estes três grupos com o objetivo de compreender quais os níveis de influência das diferentes conceções filosóficas no urbanismo e no ordenamento do território e se há conceções díspares nos três grupos em análise.

Neste âmbito, o inquérito foi implementado a estudantes do 1º e 2º Ciclo da Universidade do Porto de três áreas científicas (geografia, arquitetura e sociologia): estudantes da licenciatura em Geografia e dos mestrados em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território e em Sistemas de Informação Geográfica; os estudantes do Mestrado Integrado em Arquitetura (estudantes do 1º e 2º ciclo); os estudantes da licenciatura e do mestrado em Sociologia.

Relativamente ao grupo dos investigadores, privilegiou-se o Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e o Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU). Embora com menor peso, ainda se obtiveram respostas de outros centros de investigação nomeadamente o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO).

Quanto ao grupo dos profissionais, em primeiro lugar, privilegiou-se a empresa municipal de urbanismo e habitação de Vila Nova de Gaia (Gaiurb, EEM) e uma câmara municipal escolhida ao acaso (Câmara Municipal de Guimarães). Contudo, para obter um número mais significativo de respostas em relação ao grupo dos profissionais, optou-se por enviar o formulário de inquérito para todas as câmaras municipais a nível nacional.

No total foram realizados duzentos e oitenta inquéritos, o que é nas ciências sociais um número estatisticamente significativo. Sublinha-se que esta investigação corresponde a um ensaio, uma vez que a validade das suas conclusões teria maior significado estatístico se a amostra tivesse uma dimensão superior e se fosse estratificada devidamente tendo em consideração a dimensão das populações de estudantes, investigadores e profissionais. Além disso, o levantamento teria de ser de âmbito nacional. Dado que o inquérito não foi implementado a uma amostra significativa de estudantes (112 inquiridos), de investigadores (62 inquiridos) e de profissionais do

ordenamento do território (106 inquiridos), logo as conclusões que se vão tirar por grupos não são estatisticamente válidas.

No final, conclui-se quais são as influências teóricas que dominam nas formas de pensar e conceber o espaço, em função de cada critério analítico, contribuindo deste modo para a análise da cultura territorial dos principais agentes de capacitação e de inovação em matéria de ordenamento do território e da paisagem em Portugal.

2. RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados obtidos²⁵ sustentam-se na aplicação do inquérito. Em primeiro lugar, apresentam-se as principais características da população inquirida. Em segundo lugar, analisa-se a influência das diferentes correntes filosóficas - neopositivista, estruturalista e pós-modernista – no ordenamento do território e no urbanismo. Em terceiro lugar, procura-se interpretar o papel da paisagem no ordenamento do território. Por fim, apresenta-se uma síntese de todos os resultados, segundo os dez critérios de análise mencionados anteriormente.

2.1. Caracterização da amostra

Como foi já referido, a amostra compreende duzentos e oitenta inquiridos (112 correspondem a estudantes do ensino superior, 106 a profissionais cuja profissão se relaciona com o ordenamento do território e os restantes 62 a investigadores que se dedicam à produção de conhecimento em matéria de ordenamento do território e urbanismo). Com isto, a população inquirida caracteriza-se, antes de mais, por se subdividir em três grupos distintos: por um lado, os estudantes com 40% da amostra; os profissionais com 38%; e os investigadores com 22%.

Em termos gerais, existe uma maior representatividade de inquiridos com idades inferiores aos 44 anos sendo portanto uma amostra considerada relativamente jovem, destacando-se os estudantes com idades inferiores aos 34 anos, os investigadores com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos e os profissionais com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos. Relativamente ao género, cerca de 51% da

²⁵Para a visualização de todos os resultados provenientes da aplicação do inquérito, consultar o anexo V – “Resultados”.

população inquirida pertence ao sexo feminino e 47% ao sexo masculino, verificando-se, portanto, um relativo equilíbrio no levantamento de informação (quadro IV).

Quadro IV – Dimensão da amostra por faixa etária e sexo

		Total	Faixa etária					Sem dados	Sexo	
			15/24	25/34	35/44	45/54	55/64		F	M
Estudantes (112 inquéritos)	Arquitetura	60	49	11	0	0	0	-	33	27
	Geografia	32	13	14	3	1	1	-	12	20
	Sociologia	20	13	3	2	1	1	-	14	6
Investigadores (62 inquéritos)	CEGOT	33	0	10	13	5	3	2	15	16
	CEAU	10	0	4	4	1	1	-	5	5
	Outros	19	0	6	7	3	2	1	9	9
Profissionais (106 inquéritos)	Norte	32	0	8	19	5	0	-	20	12
	Centro	23	0	4	13	5	0	1	12	10
	Lisboa	15	0	1	8	4	2	-	7	8
	Alentejo	9	0	3	3	3	0	-	1	8
	Algarve	4	0	3	1	0	0	-	1	3
	R.A.A	2	0	0	1	1	0	-	0	2
	Outros	21	0	2	11	4	3	1	14	6
TOTAL		280	75	69	85	33	13	5	143	132

Atendendo ao nível de escolaridade da população inquirida (figura 7) verifica-se que a maioria detém o grau de licenciatura (39%), seguindo-se o ensino secundário (21%) devido ao grande número de jovens estudantes do ensino superior inquiridos. Cerca de 18% da população inquirida possui pós-graduação, 10% detém o grau de mestre e outros 10% detém o doutoramento.

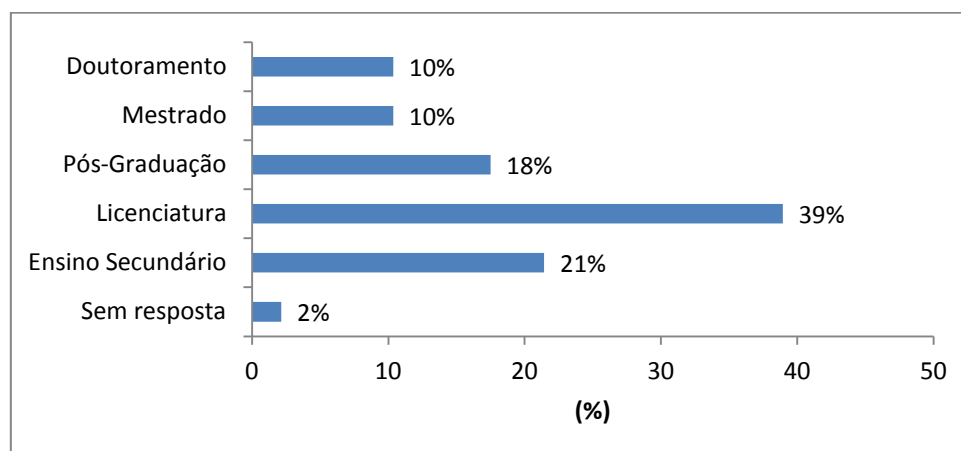


Figura 7 – População inquirida por nível de escolaridade completo

Foram inquiridos estudantes do ensino superior da Universidade do Porto, privilegiando-se três áreas de formação específicas e relacionadas com o ordenamento do território: arquitetura, geografia e sociologia (figura 8).

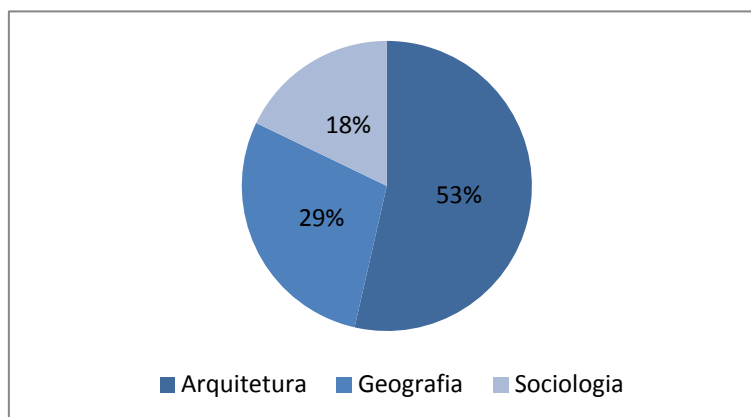


Figura 8 – Áreas de formação da população inquirida: estudantes

Assim, cerca de 53% dos estudantes frequenta o Mestrado Integrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Da população inquirida que estuda neste curso, 77% frequenta o 1º ciclo (72% o 2º ano, 5% o 3º ano) e 21% o 2º Ciclo (8% o 4º ano e 13% o 5º ano), e 2% não refere o ano que frequenta.

Por outro lado, 29% dos estudantes tem como área de formação a Geografia. Este grupo caracteriza-se por cerca de 34% dos estudantes a frequentar o Mestrado Integrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, e 22% o Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, na mesma faculdade; cerca de 40% dos inquiridos são da licenciatura em Geografia (1º Ciclo); os restantes 4% não referem o ciclo nem o curso.

Por último, 18% dos estudantes inquiridos frequentam o curso de Sociologia. Destes, cerca de 80% frequenta a licenciatura em Sociologia e 15% frequenta o mestrado em Sociologia, na mesma faculdade; cerca de 5% não disponibilizou os dados referentes ao curso e ano.

Atendendo ao grupo dos investigadores, cerca de 53% dos inquiridos pertence ao Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), 16% ao Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) e 31% a outros grupos de investigação, ou seja, corresponde à percentagem de inquiridos que não especificou o centro e grupo de investigação a que pertencem e também a centros de investigação com uma reduzida

percentagem de respostas como é o caso do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO) (figura 9).

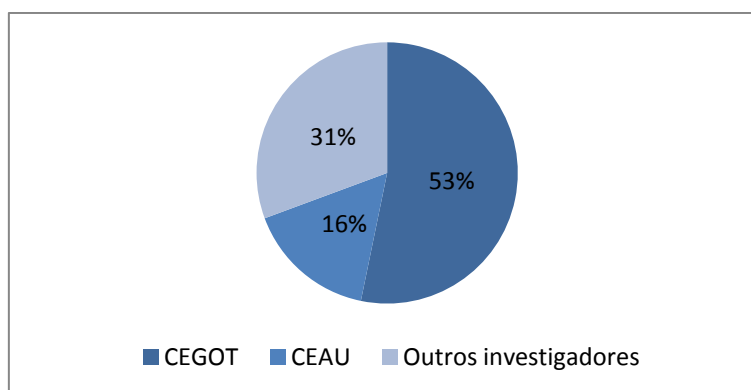


Figura 9 – Centros de investigação da população inquirida: investigadores

Apesar de uma considerável percentagem não especificar a que grupo de investigação pertencem, dos investigadores do CEGOT, 18% dos inquiridos corresponde ao grupo de investigação “Natureza e dinâmicas ambientais”, 18% ao grupo “Cidades, competitividade e bem-estar” e 24% ao grupo “Paisagens culturais, turismo e desenvolvimento”. Por sua vez, os investigadores inquiridos do CEAU fazem parte dos grupos de investigação: “Morfologias e dinâmicas do território”, “Arquitetura: teoria, projeto, história”, “Património da arquitetura, da cidade e do território”, “Atlas da casa” e “Centro de comunicação e representação espacial”. Isto significa que na amostra estão presentes investigadores de diferentes áreas específicas do ordenamento e do urbanismo.

Relativamente ao grupo dos profissionais, foi enviado um formulário de inquérito para todas as câmaras municipais do país, registando-se uma maior percentagem de respostas nas regiões Norte e Centro (figura 10).

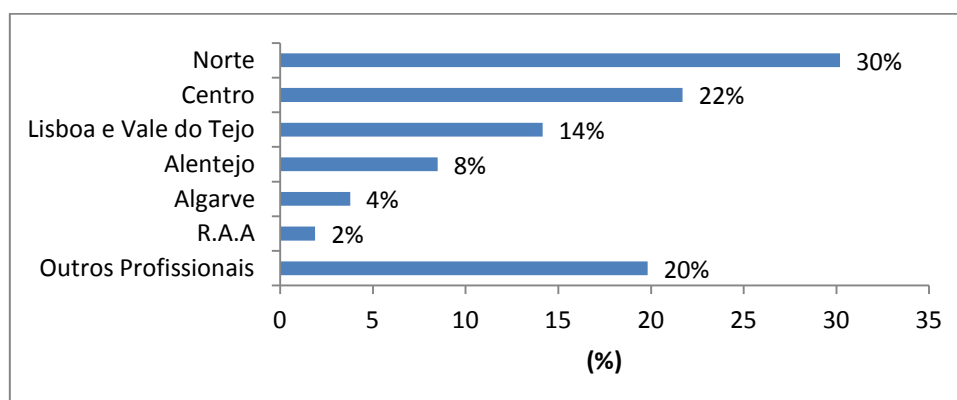


Figura 10 – Distribuição espacial da população inquirida: profissionais

Cerca de 30% dos profissionais inquiridos trabalha na região Norte (nomeadamente na empresa municipal Gaiurb, EEM e nas câmaras municipais de Guimarães, Amares, Maia, Mogadouro, Amarante, Póvoa do Varzim, Alfandega da Fé, Marco de Canaveses, Fafe, Cabeceiras de Basto, Oliveira de Azeméis, Celorico de Basto e Melgaço); 22% dos profissionais inquiridos trabalha na região Centro (nas câmaras municipais de Seia, Lourinhã, São Pedro do Sul, Leiria, Condeixa-a-Nova, Penamacor, Santa Comba Dão, Oliveira do Hospital, Fundão, Marinha Grande, Guarda, Miranda do Corvo, Nelas, Ovar, Covilhã e Bombarral); 14% dos profissionais inquiridos trabalha na região de Lisboa e Vale do Tejo (nomeadamente nas câmaras municipais de Ferreira do Zêzere, Palmela, Moita, Alcochete, Loures, Odivelas e Cascais); 8% dos profissionais inquiridos trabalha na região do Alentejo (nomeadamente nas câmaras municipais de Évora, Campo Maior, Grândola, Salvaterra de Magos, Reguengos de Monsaraz, Sines, Serpa e Ferreira do Alentejo); 4% dos profissionais inquiridos trabalha na região do Algarve (nas câmaras municipais de Faro, Lagos e Vila Real de Santo António); 2% dos profissionais inquiridos trabalha na Região Autónoma dos Açores nas câmaras municipais de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo; os restantes 20% dos profissionais inquiridos não especificam em que instituições trabalham, sendo denominados assim por “outros profissionais”.

Relativamente às profissões que exercem nas instituições anteriormente referidas, mais de metade dos profissionais inquiridos (51%) são arquitetos, seguindo-se os geógrafos (10%) e os urbanistas (6%). Pontualmente, registam-se arquitetos paisagistas, economistas, engenheiros civis, engenheiros geógrafos, assistentes técnicos, e técnicos superiores de planeamento e de SIG.

2.2. As diferentes correntes conceptuais no ordenamento do território e no urbanismo

De forma a analisarmos o grau de influência de cada corrente filosófica, é pertinente começar-se por definir as afirmações que estão intrinsecamente mais vinculadas a cada corrente. Depois, para cada uma dessas afirmações vai-se analisar sobretudo os níveis de concordância (concordam e concordam totalmente) e de rejeição (discordam e discordam totalmente) dos inquiridos. Há o pressuposto que os inquiridos são influenciados pelas três correntes, mas com diferentes intensidades e em diferentes matérias (atendendo às dez dimensões de análise enunciadas).

a) A influência neopositivista

A influência neopositivista exprime-se nas seguintes dezasseis afirmações:

- **P1** – Os espaços devem ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear;
- **P5** – Os lugares devem ser entendidos como entidades objetivas;
- **P7** – As diferentes áreas urbanas devem ser entendidas de uma forma objetiva, mensurável e cartografável;
- **P9** – Os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e numa configuração aureolar;
- **P12** – Os espaços urbanos devem ser desenhados seguindo lógicas hierárquicas e com delimitações fixas de usos ou funções;
- **P14** – A avaliação da qualidade da paisagem deve recorrer a análises estatísticas complexas de forma a assegurar uma maior objetividade dos dados obtidos;
- **P18** – No urbanismo e no ordenamento do território o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço;
- **P22** – Os técnicos do ordenamento do território devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade (previsão do que vai ser o futuro);
- **P25** – Os espaços devem ser concebidos e cartografados segundo modelos estáticos e bidimensionais, assentes em protótipos computacionais;
- **P26** – O plano, no ordenamento do território, deve ser a meta ou o futuro;
- **P30** – Os técnicos do ordenamento do território devem estar munidos de um conhecimento científico preferencialmente especializado;
- **P32** – As abordagens no planeamento devem seguir uma estratégia de imposição hierárquica descendente (*top-down*), em que o Estado assume um papel pivô;
- **P35** – No urbanismo e no ordenamento do território os planos devem configurar uma lógica de governo formal e obrigatoriamente vinculativos;
- **P40** – O urbanismo e o ordenamento do território deve assentar num sistema estrito de regulação de uso do solo;
- **P41** – O urbanismo e o ordenamento do território deve ser perspectivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais;
- **P43** – O ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral.

A influência do neopositivismo está, de uma forma expressiva, presente nas formas de refletir e conceber os territórios e os espaços urbanos. Mas essa força exprime-se de uma forma diferenciada (figura 11).

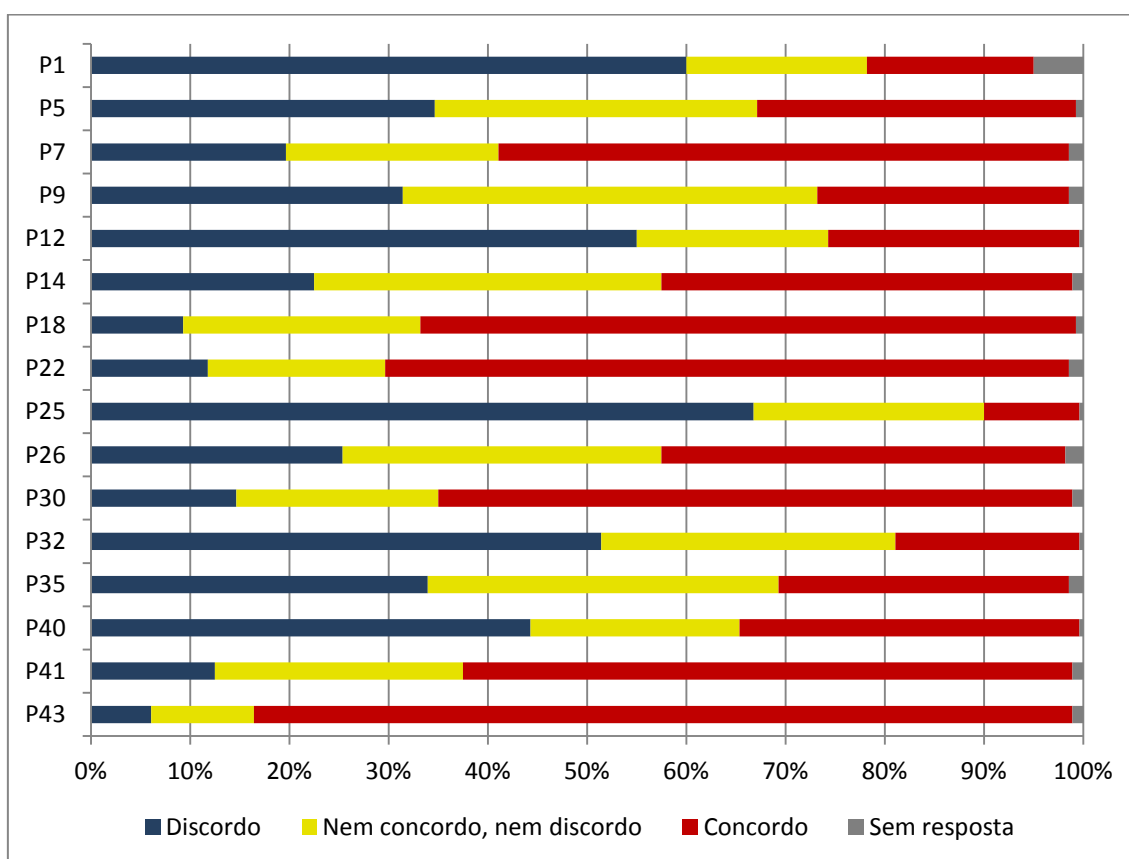


Figura 11 – Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência neopositivista no ordenamento do território e no urbanismo.

Verifica-se que a grande maioria dos inquiridos concorda que (quadro V):

- os lugares devem ser entendidos enquanto unidades objetivas, mensuráveis e cartografáveis (P7 - 53%) e o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço (P18 - 66%);
- os profissionais de ordenamento e urbanismo devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade, ou seja, antevendo o que vai ser o futuro (P22 - 69%) e devem munir-se de um conhecimento especializado (P30 - 64%);
- no que respeita às formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial e paisagístico, a maioria dos inquiridos concorda que o ordenamento do território deve ser perspectivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais (P41 - 61%);
- por último, a grande parte dos inquiridos concorda que o ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral (P43 - 83%).

Mas por outro lado, rejeitam que os espaços devam ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear (P1 - 60%), desenhados e cartografados seguindo princípios hierárquicos e modelos estáticos, assentes em protótipos computacionais (P25 - 67%) e delimitações fixas de usos ou funções (P12 - 55%). Por outro lado, mais de metade dos inquiridos rejeita que as abordagens no planeamento devam seguir uma hierarquia legislativa (*top-down*), em que o Estado assume um papel central e nuclear (P32 - 51%).

Quadro V – Percentagem da população inquirida que concorda com os princípios de influência neopositivista, por total e tipo - estudantes, investigadores e profissionais

	Total (%)	Estudantes (%)	Investigadores (%)	Profissionais (%)
P1	17	21	10	16
P5	32	31	29	35
P7	58	53	56	63
P9	25	28	21	25
P12	25	29	19	25
P14	41	52	32	36
P18	66	70	76	57
P22	69	66	65	75
P25	10	12	5	10
P26	41	38	29	50
P30	64	67	58	64
P32	19	18	10	25
P35	29	13	34	43
P40	34	46	35	22
P41	61	61	66	59
P43	83	79	81	87

Esta influência neopositivista exprime-se de forma bastante semelhante nos grupos dos estudantes, investigadores e profissionais, ou seja, os níveis de concordância ou discordância rondam percentagens relativamente idênticas. Contudo, esta convergência nas respostas não se verifica em duas situações: por um lado, os estudantes (52%) acreditam mais que os investigadores (32%) e os profissionais (36%) que a avaliação da qualidade da paisagem deva assentar em análises estatísticas complexas que assegurem a objetividade dos resultados; por outro lado, os profissionais acreditam mais que os estudantes e investigadores, que os planos são fundamentais no ordenamento do território e urbanismo.

b) A influência estruturalista

A influência estruturalista exprime-se, por sua vez, através das seguintes treze afirmações:

- **P2** – Os espaços urbanos devem interpretados seguindo as apropriações sociais;
- **P4** – Os espaços urbanos devem ser o espelho de relações de poder (social, política e económica) diferenciadas;
- **P10** – Os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais;
- **P11** – Os processos de globalização esvaziaram a urbanidade local, logo o ordenamento deve focar-se na afirmação das pequenas comunidades;
- **P19** – Na reflexão urbanística deve-se privilegiar o tempo relativamente ao espaço;
- **P21** – A conceção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social;
- **P28** – Os especialistas do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel chave na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço;
- **P29** – Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ter competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário;
- **P34** – A participação pública no urbanismo e no ordenamento do território deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população;
- **P37** – Os profissionais do ordenamento do território devem ter um espírito corporativo associado à defesa dos seus interesses sociais, económicos e profissionais;
- **P38** – O Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades;
- **P44** – O ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais;
- **P45** – No ordenamento da paisagem deve-se dar importância à opinião pública de forma a conhecermos as suas preferências e os seus usos dominantes.

A influência estruturalista encontra-se bastante presente nas formas de refletir e conceber os lugares e os espaços urbanos, não sendo muito significativo o nível de discordância dos inquiridos em relação aos princípios mencionados anteriormente (figura 12).

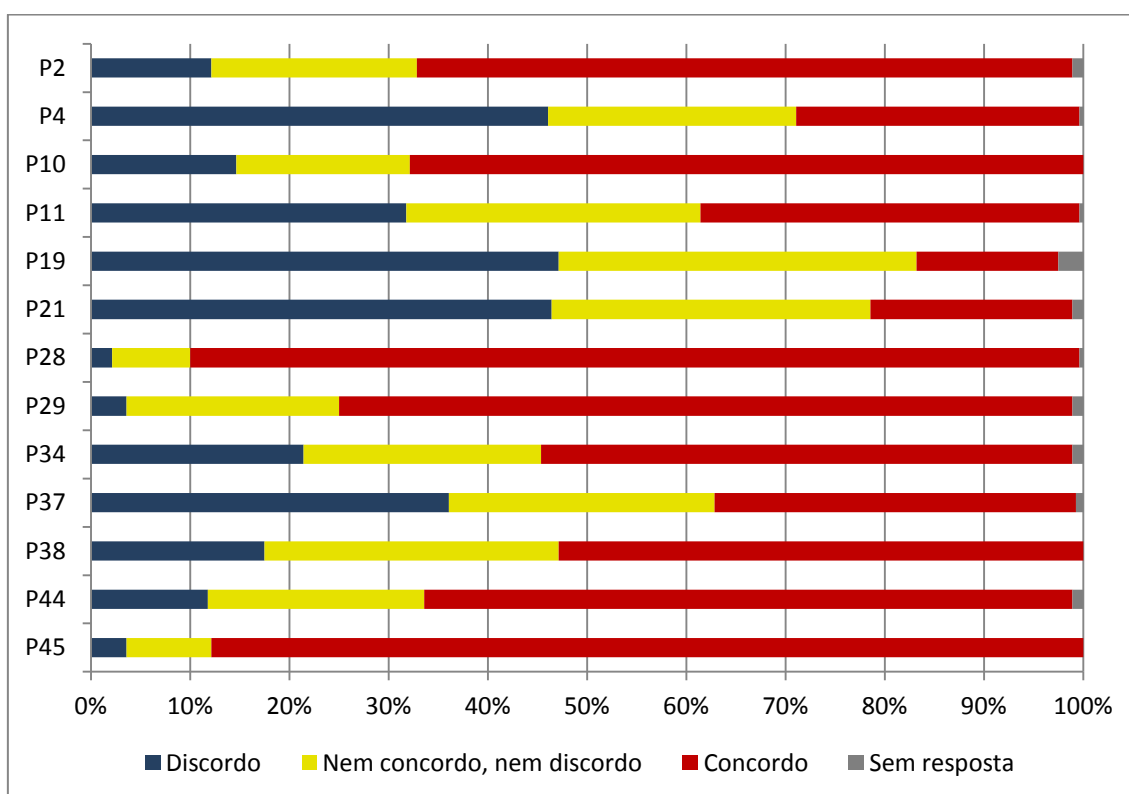


Figura 12 – Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência estruturalista no ordenamento do território e no urbanismo.

Contudo, existem princípios que se destacam pelo seu elevado nível de concordância pois a grande maioria dos inquiridos concorda que:

- os espaços devem ser interpretados segundo as apropriações sociais (P2 - 66%) e a sua organização deve obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que dê resposta às necessidades sociais (P10 - 68%);
- os especialistas, técnicos e/ou profissionais do ordenamento do território devem desempenhar um importante papel na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço (P28 - 90%) bem como possuir competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário (P29 - 74%);
- a participação pública no urbanismo e no ordenamento do território, no que respeita às metodologias de participação, deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população (P34 - 54%), sendo que o Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades (P38 - 53%);
- o ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais (P44 - 65%) dando-se grande importância à opinião pública no conhecimento das suas preferências e dos seus usos dominantes (P45 - 88%).

No entanto, há um número significativo de inquiridos, apesar de não atingirem os 50%, que não concordam que os espaços urbanos são ou devam ser o espelho de relações de poder diferenciadas em termos sociais, políticas e económicas (P4 - 46% dos inquiridos discorda desta afirmação). Por sua vez, a mesma percentagem da população rejeita que a conceção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social (P21) e que o tempo deve ser privilegiado relativamente ao espaço nas políticas urbanas e territoriais (P19 – 47% dos inquiridos discorda desta afirmação).

Quadro VI – Nível de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência estruturalista, por total e tipo - estudantes, investigadores e profissionais

	Total (%)	Estudantes (%)	Investigadores (%)	Profissionais (%)
P2	66	72	71	57
P4	29	34	31	22
P10	68	75	50	71
P11	38	35	47	37
P19	14	14	18	12
P21	20	17	29	19
P28	90	94	92	84
P29	74	85	69	65
P34	54	53	40	62
P37	36	43	16	42
P38	53	55	53	50
P44	65	76	68	53
P45	88	89	89	86

A influência estruturalista, tal como a influência neopositivista, exprime-se de forma bastante semelhante no grupo dos estudantes, investigadores e profissionais, ou seja, os níveis de concordância ou discordância apresentam percentagens muito aproximadas. Contudo, esta convergência nas respostas não se verifica em três situações, onde os investigadores apresentam taxas de concordância consideravelmente inferiores aos restantes grupos (quadro VI):

- 62% dos profissionais e 53% dos estudantes concordam que a participação pública no urbanismo e ordenamento do território deve assentar numa consulta não vinculativa à população (P34), mas só 40% dos investigadores vão nesse sentido;

- por outro lado, metade dos investigadores (50%) considera que os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais (P10), enquanto que os restantes grupos apresentam percentagens mais elevadas (profissionais 71%, estudantes 75%);
- por fim, os investigadores (16%) são os que menos concordam com o princípio estruturalista (P37) de que os profissionais do ordenamento do território devem ter um espírito corporativo associado à defesa dos interesses sociais, económicos e profissionais (estudantes 43%, profissionais 42%).

c) A influência pós-modernista

A influência pós-modernista exprime-se através das seguintes quinze afirmações ou princípios:

- **P3** – Os espaços urbanos devem ser interpretados de uma forma tridimensional: percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente;
- **P6** – Os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações;
- **P8** – Os espaços urbanos devem ser concebidos e estruturados seguindo lógicas reticulares;
- **P13** – Os espaços urbanos encontram-se em constante reconfiguração, logo as propostas urbanísticas devem assentar em propostas flexíveis;
- **P15** – O ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e seguindo uma perspetiva estratégica, assente na flexibilidade inclusiva e uma sensibilidade diversificada;
- **P17** – O processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral;
- **P20** – O tempo, no ordenamento do território, deve ser real, privilegiando-se as necessidades que vão emergindo;
- **P23** – No ordenamento do território, o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências;
- **P24** – O mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos, redes, imagens e narrativas;
- **P27** – Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações;
- **P31** – As competências dos profissionais do ordenamento do território devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares;
- **P33** – Na conceção do espaço deve-se dar ênfase aos processos de deliberação participativa;
- **P36** – No ordenamento do território as relações de poder, devem reger-se por estratégias de governança plural;
- **P39** – A implementação dos projetos urbanos deve apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem social;
- **P42** – No ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado”.

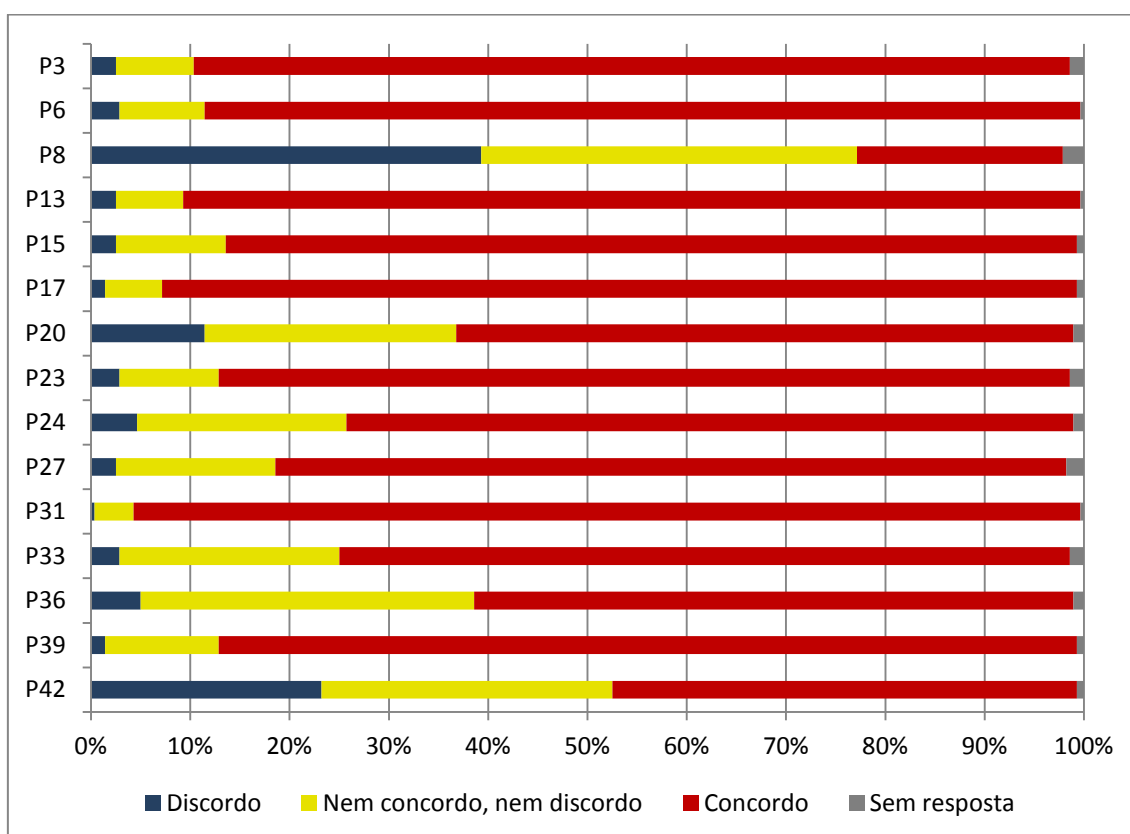


Figura 13 – Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência pós-modernista no ordenamento do território e no urbanismo.

A influência pós-modernista encontra-se dominantemente presente nas formas de refletir e conceber os lugares e os espaços urbanos, verificando-se elevados níveis de concordância dos inquiridos em relação à quase totalidade das afirmações apresentadas (figura 13):

- 88% da população inquirida concorda com a dialética dos espaços urbanos, ou seja, que os espaços devem ser percecionados individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente (P3) e que os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença (P6);
- 95% dos inquiridos concorda que as competências dos profissionais do ordenamento do território devem assentar na flexibilidade e na transdisciplinaridade (P31);
- 92% dos inquiridos concorda que o processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação entre as entidades envolvidas e os cidadãos em geral (P17);

- 90% dos inquiridos concorda que as propostas urbanísticas devem ser flexíveis uma vez que os espaços urbanos se encontram em constante reconfiguração (P13);
- 86% da população inquirida concorda que o ordenamento da paisagem deve ser multifuncional, estratégico, flexível e inclusivo (P15), que o futuro deve ser encarado como algo em aberto e incerto (P23) e que a implementação de projetos urbanos deve encontrar-se apoiada em processos colaborativos e de aprendizagem social (P39);
- 80% da população inquirida concorda que os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações (P27);
- 74% dos inquiridos concorda que na conceção do espaço se deve dar ênfase aos processos de deliberação participativa (P33);
- 73% dos inquiridos concorda que os espaços urbanos devem ser representados através de fluxos e redes (P24);
- 62% dos inquiridos concorda que no ordenamento do território o tempo deve ser real, dando-se prioridade às necessidades que surgem (P20);
- 60% dos inquiridos concorda que as relações de poder devem ser conduzidas por estratégias de governança plural (P36).

Quadro VII – Nível de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência pós-modernista, por total e tipo: estudantes, investigadores e profissionais

	Total (%)	Estudantes (%)	Investigadores (%)	Profissionais (%)
P3	88	86	85	92
P6	88	90	90	85
P8	21	23	27	14
P13	90	90	89	92
P15	86	84	76	93
P17	92	92	87	95
P20	62	68	61	57
P23	86	82	89	88
P24	73	72	71	75
P27	80	80	79	79
P31	95	96	95	95
P33	74	68	77	77
P36	60	53	74	60
P39	86	88	84	86
P42	47	55	55	33

No entanto, existem duas afirmações que apresentam níveis inferiores de concordância: os espaços urbanos devem ser concebidos e estruturados seguindo lógicas reticulares (P8); no ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado” (P42).

A influência pós-modernista, tal como aconteceu com a influência neopositivista e a influência estruturalista, exprime-se de forma bastante semelhante no grupo dos estudantes, investigadores e profissionais sendo que os níveis de concordância ou discordância apresentam percentagens muito próximas.

No entanto, esta convergência nas respostas não se verifica apenas numa situação (quadro VII). Quando afirmamos que no ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado” (P42) verifica-se uma percentagem de concordância inferior no grupo dos profissionais (33%) comparativamente ao grupo dos estudantes e investigadores (55%).

2.3. A paisagem no ordenamento do território

A importância da paisagem para o ordenamento e planeamento territorial exprime-se através das seguintes oito afirmações:

- **P14** – A avaliação da qualidade da paisagem deve recorrer a análises estatísticas complexas de forma a assegurar uma maior objetividade dos dados obtidos;
- **P15** – O ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e seguindo uma perspetiva estratégica, assente na flexibilidade inclusiva e uma sensibilidade diversificada;
- **P16** – A paisagem não deve assumir grande importância nas questões do urbanismo e do ordenamento do território;
- **P17** – O processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral;
- **P42** – No ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado”;
- **P43** – O ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral;
- **P44** – O ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais;
- **P45** – No ordenamento da paisagem deve-se dar importância à opinião pública de forma a conhecermos as suas preferências e os seus usos dominantes.

O que se pretende compreender relativamente a este subtema corresponde à importância e a interpretação dada à paisagem no ordenamento e planeamento territorial (P16) pelo grupo dos estudantes, investigadores e profissionais.

Neste sentido, relativamente à questão de que a paisagem não deve assumir grande importância nas questões do ordenamento do território (P16), esta é fortemente rejeitada pela população inquirida (92% discorda desta afirmação).

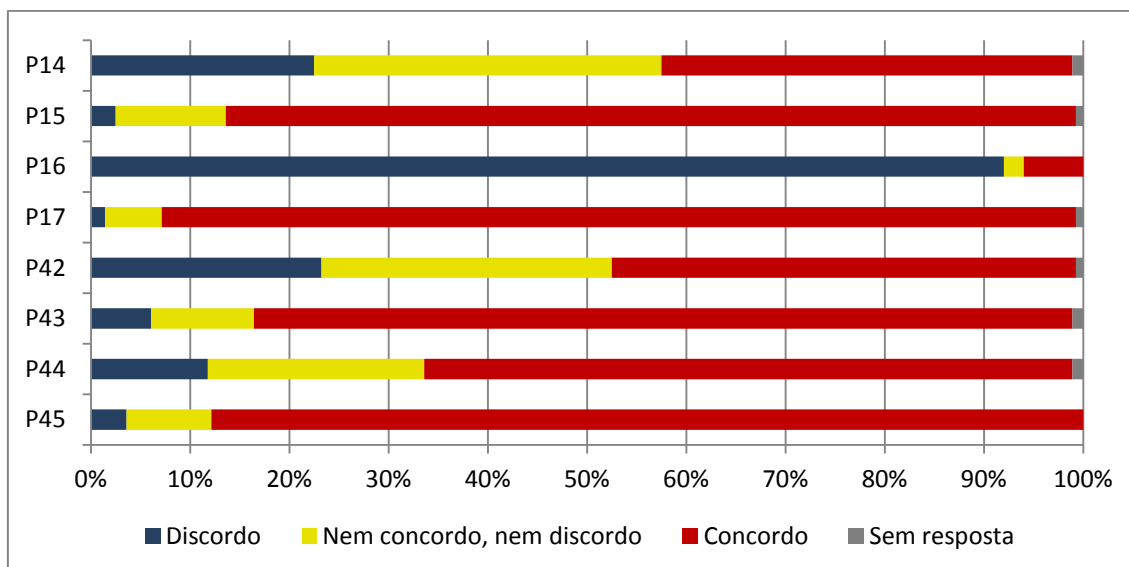


Figura 14 - Níveis de concordância/discordância da população inquirida relativamente aos princípios referentes à paisagem

Relativamente às restantes afirmações verifica-se um nível de concordância bastante significativo (figura 14):

- cerca de 92% dos inquiridos considera importante e benéfico para o ordenamento da paisagem, a troca de informação e conhecimento entre as entidades envolvidas e os cidadãos em geral (P17);
- 88% dos inquiridos considera importante a opinião pública de forma a conhecer as preferências e usos dominantes da população em relação à paisagem (P15);
- 86% da população inquirida acredita que o ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e estratégico (P45);
- Por sua vez, 83% acredita que o ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral (P43).

O comportamento da população inquirida exprime-se de forma semelhante, ou seja, o grupo dos estudantes, investigadores e profissionais apresentam níveis de concordância ou discordância bastante aproximados, com a exceção de duas situações (quadro VIII).

Quadro VIII – Nível de concordância da população inquirida relativamente aos princípios referentes à paisagem, por total e tipo: estudantes, investigadores e profissionais

	Total (%)	Estudantes (%)	Investigadores (%)	Profissionais (%)
P14	41	52	32	36
P15	86	84	76	93
P16	6	3	10	6
P17	92	92	87	95
P42	47	55	55	33
P43	83	79	81	87
P44	65	76	68	53
P45	88	89	89	86

Por um lado, o grupo dos estudantes acredita mais (52%) que os investigadores e os profissionais que na avaliação da qualidade da paisagem se deve recorrer a análises estatísticas complexas para que os dados obtidos sejam mais objetivos (P14). Por outro lado, o grupo dos profissionais é o que menos acredita (33%) em relação aos restantes grupos que no ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado” (P42).

3. SÍNTESE E REFLEXÃO CRÍTICA

Atendendo aos resultados obtidos verifica-se a influência das três correntes (positivismo, estruturalismo e pós-modernismo) no pensamento e na prática do ordenamento do território e do urbanismo.

Relativamente ao primeiro critério analítico que corresponde ao conceito de lugar e às lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade, a maioria assume uma postura pós-modernista ao concordar que os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações e que estes devem ser interpretados de uma forma tridimensional, ou seja, percecionados individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente.

Atendendo ao segundo critério analítico referente à organização espacial, a maioria assume um pensamento influenciado sobretudo pela corrente estruturalista, defendendo a posição de que os espaços devem obedecer a uma distribuição funcional ou a um zonamento funcional que dê resposta às necessidades sociais.

Por outro lado, o terceiro critério analítico referente às escalas de abordagem geográfica e ao seu entendimento realça-se que a maioria assume uma atitude pós-modernista pois consideram que os espaços urbanos se encontram em permanente reconfiguração e que, por isso, as propostas urbanísticas devem ser flexíveis, rejeitando as lógicas hierárquicas.

O quarto critério analítico corresponde à interpretação do tempo e do futuro em matéria de reflexão e decisão territorial. Relativamente à interpretação do tempo, a maioria concorda que o tempo, no ordenamento do território, deve ser central e crucial na conceção do espaço e que o futuro deve ser previsível e alcançável através do planeamento, adotando deste modo posturas mais associadas ao neopositivismo; no entanto, a grande maioria também concorda que o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências, contando com a influência da corrente pós-modernista.

Relativamente às principais formas de representação e de visualização gráfica do território (quinto critério analítico), a maioria, influenciada pela abordagem pós-modernista, acredita que o mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos e redes, imagens e narrativas.

O papel dos técnicos e das competências fundamentais para o ordenamento do território são sobretudo influenciados pela corrente estruturalista quando se considera que os profissionais do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel fundamental na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço. No entanto, as competências dos profissionais devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares, seguindo a perspetiva pós-modernista.

O sétimo critério analítico diz respeito às metodologias de participação verificando-se que a maioria é influenciada pela abordagem pós-modernista, pois dá-se grande relevância aos processos de deliberação participativa.

Em relação ao oitavo critério analítico que corresponde aos sistemas de governo ou de governança institucional verifica-se, novamente, que a maioria concorda com a abordagem pós-modernista pois defende que as relações de poder devem-se orientar por estratégias de governança plural.

Atendendo ao nono critério analítico referente às formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial e paisagístico, evidencia-se novamente a abordagem pós-modernista pois a implementação dos projetos urbanos deve estar apoiada em processos colaborativos e de aprendizagem social.

Finalmente, relativamente à importância da paisagem para o ordenamento e planeamento territorial, a maioria concorda com a abordagem pós-modernista. Os processos de avaliação da paisagem devem resultar de trocas de informação e conhecimentos beneficiando tanto as entidades envolvidas como os cidadãos em geral e que a paisagem deve ser multifuncional, estratégica, flexível e inclusiva. Por sua vez, uma significativa percentagem da população inquirida também concorda com a abordagem estruturalista pois o ordenamento da paisagem deve orientar-se pelas preferências e os usos sociais dominantes.

Deste modo, pode-se concluir, como já foi dito anteriormente, que as três abordagens teóricas encontram-se presentes na forma de pensar e conceber os territórios (quadros IX e X). Pode-se concluir que o neopositivismo encontra-se mais presente na interpretação da noção do tempo e também do futuro no ordenamento do território e em alguns aspetos do ordenamento da paisagem; por sua vez, a abordagem estruturalista encontra-se mais presente nos princípios em que assenta a organização espacial, no papel dos profissionais do ordenamento do território e também no que respeita à importância da paisagem para o planeamento territorial; com mais predominância, destaca-se a abordagem pós-modernista que se evidencia quanto ao conceito de lugar e à interpretação do espaço, às escalas de abordagem geográfica e ao seu entendimento, à interpretação da noção de futuro para o ordenamento e planeamento territorial, às formas de visualização e representação gráfica do território, às competências fundamentais que os profissionais do ordenamento do território devem possuir, à forma das metodologias de participação, aos sistemas de governo ou de governança institucional, às formas de implementação das decisões e/ou ações com impacto no território e também em relação à importância da paisagem no ordenamento e planeamento territorial.

No entanto, apesar da abordagem pós-modernista predominar nas formas de pensar o espaço, o tempo e o lugar não significa que a mesma predomine na prática do ordenamento do território. Contudo, na globalidade, os três grupos em análise

demonstraram uma cultura de território favorável a mudanças e inovação, com vista a um ordenamento do território mais estratégico, participado e pró-ativo.

Quadro IX – Níveis de concordância da população inquirida por critério analítico – síntese

		TOTAL (%)	Estudantes (%)	Investigadores (%)	Profissionais (%)	Corrente teórica
Critério 1: Conceito de lugar e lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade	P1	17	21	10	16	Neopositivismo
	P2	66	72	71	57	Estruturalismo
	P3	88	86	85	92	Pós-Modernismo
	P4	29	34	31	22	Estruturalismo
	P5	32	31	29	35	Neopositivismo
	P6	88	90	90	85	Pós-Modernismo
	P7	58	53	56	63	Neopositivismo
Critério 2: Organização espacial	P8	21	23	27	14	Pós-Modernismo
	P9	25	28	21	25	Neopositivismo
	P10	68	75	50	71	Estruturalismo
Critério 3: Escala de abordagem geográfica	P11	38	35	47	37	Estruturalismo
	P12	25	29	19	25	Neopositivismo
	P13	90	90	89	92	Pós-Modernismo
Critério 4: Noção do tempo e do futuro para o planeamento e ordenamento territorial	P18	66	70	76	57	Neopositivismo
	P19	14	14	18	12	Estruturalismo
	P20	62	68	61	57	Pós-Modernismo
	P21	20	17	29	19	Estruturalismo
	P22	69	66	65	75	Neopositivismo
	P23	86	82	89	88	Pós-Modernismo
	P24	73	72	71	75	Pós-Modernismo
Critério 5: Formas de representação e visualização gráfica	P25	10	12	5	10	Neopositivismo
Critério 6: Papel e competência dos profissionais do ordenamento do território	P26	41	38	29	50	Neopositivismo
	P27	80	80	79	79	Pós-Modernismo
	P28	90	94	92	84	Estruturalismo
	P29	74	85	69	65	Estruturalismo
	P30	64	67	58	64	Neopositivismo
	P31	95	96	95	95	Pós-Modernismo
Critério 7: Metodologias de participação	P32	19	18	10	25	Neopositivismo
	P33	74	68	77	77	Pós-Modernismo
	P34	54	53	40	62	Estruturalismo
Critério 8: Sistemas de governo ou de governança institucional	P35	29	13	34	43	Neopositivismo
	P36	60	53	74	60	Pós-Modernismo
	P37	36	43	16	42	Estruturalismo
Critério 9: Formas de implementação de decisões e ações	P38	53	55	53	50	Estruturalismo
	P39	86	88	84	86	Pós-Modernismo
	P40	34	46	35	22	Neopositivismo
	P41	61	61	66	59	Neopositivismo
Critério 10: Importância da paisagem para o ordenamento do território	P14	41	52	32	36	Neopositivismo
	P15	86	84	76	93	Pós-Modernismo
	P17	92	92	87	95	Pós-Modernismo
	P42	47	55	55	33	Pós-Modernismo
	P43	83	79	81	87	Neopositivismo
	P44	65	76	68	53	Estruturalismo
	P45	88	89	89	86	Estruturalismo

Quadro X – Correntes teóricas dominantes por critério analítico

Critérios analíticos	Princípios teóricos	Corrente teórica dominante
Critério 1: Conceito de lugar e lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade	P2 - Os espaços urbanos devem interpretados seguindo as apropriações sociais.	Estruturalismo
	P3 - Os espaços urbanos devem ser interpretados de uma forma tridimensional: percecionados individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente.	Pós-Modernismo
	P6 - Os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações.	Pós-Modernismo
	P7 - As diferentes áreas urbanas devem ser entendidas de uma forma objetiva, mensurável e cartografável.	Neopositivismo
Critério 2: Organização espacial	P10 - Os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais.	Estruturalismo
Critério 3: Escala de abordagem geográfica	P13 - Os espaços urbanos encontram-se em constante reconfiguração, logo as propostas urbanísticas devem assentar em proposta flexíveis.	Pós-Modernismo
Critério 4: Noção do tempo e do futuro para o planeamento e ordenamento territorial	P18 - No urbanismo e no ordenamento do território o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço.	Neopositivismo
	P20 - O tempo, no ordenamento do território, deve ser real, privilegiando-se as necessidades que vão emergindo.	Pós-Modernismo
	P22 - Os técnicos do ordenamento do território devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade (previsão do que vai ser o futuro).	Neopositivismo
	P23 - No ordenamento do território, o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências.	Pós-Modernismo
Critério 5: Formas de representação e visualização gráfica	P24 - O mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos, redes, imagens e narrativas.	Pós-Modernismo
Critério 6: Papel e competência dos profissionais do ordenamento do território	P27 - Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações.	Pós-Modernismo
	P28 - Os especialistas do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel chave na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço.	Estruturalismo
	P29 - Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ter competências nas áreas da intervenção social e do <i>empowerment</i> comunitário.	Estruturalismo
	P30 - Os técnicos do ordenamento do território devem estar munidos de um conhecimento científico preferencialmente especializado.	Neopositivismo
	P31 - As competências dos profissionais do ordenamento do território devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares.	Pós-Modernismo
Critério 7: Metodologias de participação	P33 - Na conceção do espaço deve-se dar ênfase aos processos de deliberação participativa.	Pós-Modernismo
	P34 - A participação pública no urbanismo e no ordenamento do território deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população.	Estruturalismo
Critério 8: Sistemas de governo ou de governança institucional	P36 - No ordenamento do território as relações de poder, devem reger-se por estratégias de governança plural.	Pós-Modernismo
Critério 9: Formas de implementação de decisões e ações	P38 - O Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades.	Estruturalismo
	P39 - A implementação dos projetos urbanos deve apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem social.	Pós-Modernismo
	P41 - O urbanismo e o ordenamento do território deve ser perspetivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais.	Neopositivismo
Critério 10: Importância da paisagem para o ordenamento do território	P15 - O ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e seguindo uma perspetiva estratégica, assente na flexibilidade inclusiva e uma sensibilidade diversificada.	Pós-Modernismo
	P17 - O processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral.	Pós-Modernismo
	P43 - O ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral.	Neopositivismo
	P44 - O ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais.	Estruturalismo
	P45 - No ordenamento da paisagem deve-se dar importância à opinião pública de forma a conhecermos as suas preferências e os seus usos dominantes.	Estruturalismo



CAPÍTULO III

A IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM DE GAIA COMO UM INSTRUMENTO INOVADOR PARA O PLANEAMENTO LOCAL

“El Observatorio del Paisaje se entiende como centro de reflexión y acción sobre el paisaje, como espacio capaz de entrelazar nuevos paradigmas y nuevos métodos, además de identificar nuevos «territorios» y nuevos sectores dentro de los cuales proponer experiencias de investigación con el fin de formular hipótesis innovadoras. (...) En este ámbito se nos plantea, ambiciosamente, el objetivo de hacer que el Gobierno de Canarias, conjuntamente con otras instituciones y universidades, entre otros, se convierta en pionero en la definición del papel de los observatorios del paisaje en la construcción de una «nueva política del territorio» en Europa.”

Juan Manuel Palerm Salazar (2011)

1. ENQUADRAMENTO

Este capítulo, de cariz mais instrumental, é orientado para a apresentação do projeto que foi desenvolvido no âmbito do estágio curricular na Gaiurb, EEM, relativamente ao Observatório do Território e da Paisagem de Gaia.

Inicialmente, o termo “observatório” encontrava-se associado sobretudo às ciências naturais. Contudo, nas últimas décadas, a utilização deste termo generalizou-se e alargou-se às ciências sociais. Desta forma, surgem observatórios de diversos tipos (observatórios do emprego, das desigualdades sociais, de recursos humanos, de tráfico de seres humanos, das obras públicas, entre muitos outros), a várias escalas geográficas (local, regional, nacional e global) e associados a instituições de diferentes naturezas (instituições públicas, privadas, académicas).

Atendendo aos atuais desafios de ordenamento do território e à necessidade de promover-se a cultura territorial, alguns autores consideram crucial a conceção e a implementação de observatórios territoriais (Munarriz Guezala, 2009:215).

A nível nacional, tendo como objetivo estratégico o reforço da qualidade e eficiência da gestão territorial, particularmente no que respeita à produção e difusão de conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território, o PN POT (2007:56) aponta como medida prioritária a criação do Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo enquanto “estrutura responsável pelo acompanhamento e avaliação das dinâmicas territoriais e dos instrumentos de gestão territorial”. Neste sentido, este observatório pretende promover a recolha e o tratamento de informação estratégica, técnica e científica para a avaliação da política de ordenamento do território e do urbanismo e do sistema de gestão territorial.

O Programa Operacional Valorização do Território (POVT, 2007:28) indica que uma boa gestão, governação e valorização do território “exige abordagens inovadoras” devendo considerar princípios como a pertinência, eficácia, responsabilização, transparência, participação e coerência. Deste modo, o Observatório pode ser o instrumento capaz de dar resposta a estes princípios, aproximando os cidadãos das entidades responsáveis pelo planeamento e ordenamento das cidades e dos territórios.

Na última década, tem-se assistido à progressiva construção de observatórios a

diferentes escalas com o propósito de abordar a problemática territorial (Vries, 2009:139) e também da paisagem. Assim, os observatórios podem ser de carácter territorial, logo têm como objetivo agrupar vários indicadores segundo uma lógica territorial integrada e articulada, avaliando a evolução dos mesmos através de uma medição repetida ao longo do tempo (Vries, 2009:139). Podem, também, ter o propósito de acompanhar os processos de evolução da paisagem, através de um centro de ação e reflexão sobre esse tema (Palerm, 2011:95), procurando desenvolver instrumentos adequados para a sua gestão, seguindo a recomendação da Convenção Europeia da Paisagem: integrar a paisagem nas políticas de ordenamento do território e urbanismo.

Geralmente, os observatórios materializam-se através de uma plataforma *web* com o objetivo de ser um espaço de comunicação, consulta e projeção de todas as temáticas abordadas pelo observatório bem como as atividades desenvolvidas pelo mesmo. Assim, a plataforma *web* corresponde a uma ferramenta/instrumento de informação, formação e sensibilização sobre o objeto de estudo do observatório (Nogué, 2007a). Com isto, destaca-se a importância dessas plataformas para a concretização dos observatórios, pois a informação passa a estar muito acessível e tem um carácter mais dinâmico.

Neste capítulo, em primeiro lugar, analisa-se a prática europeia em matéria de observatórios do ordenamento do território e da paisagem, de forma a compreender quais os principais objetivos, funções e atividades desenvolvidas. Não se pretende, de forma alguma, ser exaustivo, mas sobretudo divulgar algumas boas práticas e mostrar a diversidade das experiências.

Em segundo lugar, apresenta-se o projeto do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, referindo a metodologia desenvolvida, os principais objetivos e a estrutura e orgânica do mesmo. O observatório encontra-se organizado em três domínios principais - participação, laboratório e informação – mas esta abordagem dá maior relevância analítica à base de informação, por corresponder a uma das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio. Aqui, tendo presente as correntes teóricas que têm influenciado a prática do ordenamento do território (neopositivismo, estruturalismo e pós-modernismo), procura-se avaliar quais foram as correntes que mais influenciaram a construção da base de informação do Observatório e faz-se um exercício analítico e propositivo a partir das três correntes.

2. OBSERVATÓRIOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM

“É assim crucial garantir sistemas e dispositivos eficientes de produção e difusão do conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território.”

[PNPOT (2007)]

A nível europeu, o programa ESPON – European Spatial Planning Observation Network (Rede Europeia de Observação do Ordenamento do Território) tem como principal objetivo a definição de indicadores em matéria do desenvolvimento harmonioso do território e em termos de coesão territorial, de forma a apoiar o reforço da competitividade, cooperação territorial e o desenvolvimento sustentável a nível europeu. Com isto, este programa disponibiliza informação sobre as dinâmicas territoriais bem como sobre o potencial do território com vista ao seu desenvolvimento.

Na Europa, à escala nacional, regional e local (incluindo urbana) têm-se vindo a proliferar as experiências ao nível dos observatórios territoriais e da paisagem. Neste contexto, faz-se referência aos seguintes observatórios: Observatório Territorial da Holanda, Observatório de Nota Ruimte, Observatório Territorial de Navarra, Observatório da Paisagem de Catalunha, Observatórios da região de Piemonte (Observatório Biella – Património cultural e paisagístico, Observatório da Paisagem de Monferrato e Asti, Observatório da Paisagem de Monferrato, Observatório da Paisagem do Parque Po e Monte Turim, Observatório da Paisagem do Ecomuseu do anfiteatro Morenico di Ivrea e Observatório da paisagem de Langhe e Roero), Observatório Regional para a Qualidade da Paisagem (região de Abruzzo), Observatório da Paisagem de Canal de Brenta e Observatório Cidadão da Paisagem (região da Valónia).

2.1. Observatórios territoriais

Existe uma grande diversidade de observatórios territoriais, no entanto, alguns autores classificam-nos em dois grandes tipos: os observatórios territoriais de “sinalização” e os observatórios territoriais de “avaliação” (Ritsema van Eck *et al*, 2006 *apud* Vries, 2009:140). Os observatórios territoriais de “sinalização” procuram sobretudo assinalar os novos aspetos do desenvolvimento territorial. Os observatórios territoriais de “avaliação” têm como principal objetivo observar se a realidade está a progredir na direção desejada, ou seja, avaliar a prossecução dos objetivos estratégicos territoriais definidos politicamente.

Vries (2009:140) explica estas duas tipologias através de dois exemplos concretos. Em primeiro lugar, como exemplo de um observatório territorial de “sinalização”, apresenta o Observatório Territorial da Holanda que tem como principal objetivo confrontar a realidade territorial com a sociedade, uma vez que a organização espacial é de certa forma também um reflexo da evolução de uma sociedade. O seu propósito principal é compreender o desenvolvimento territorial do país. Em segundo lugar, como exemplo de um observatório territorial de “avaliação”, apresenta o Observatório de Nota Ruimte que tem como finalidade avaliar o nível de cumprimento dos objetivos da política territorial da Holanda. De facto, o observatório territorial pode clarificar ou avaliar cada um dos objetivos políticos territoriais (Vries, 2009:146).

No entanto, o *Observatorio Territorial de Navarra* (figura 15) parece ser um projeto mais ambicioso. Tem como objetivos informar, elaborar estudos, análises e investigações como também introduzir uma nova e necessária cultura de ordenamento do território. Este observatório apresenta como temáticas de observação a demografia, energia, agricultura, áreas económicas, cidades intermédias, paisagem, entre muitas outras, com o objetivo de elaborar documentos de reflexão e debate sobre aspetos fulcrais em termos territoriais.



Figura 15 – Observatório Territorial de Navarra

Este observatório sustenta-se num sistema de indicadores territoriais que é uma ferramenta de avaliação dos impactos dos instrumentos de planeamento territorial, apoiando a tomada de decisões no âmbito do ordenamento territorial. Este sistema de indicadores encontra-se estruturado em quatro domínios: património natural e cultural; sistema urbano; comunicações, transportes e infraestruturas; e, finalmente, a coordenação. Com isto, os indicadores apresentam-se agrupados segundo temas e subtemas para cada domínio (quadro XI).

Quadro XI – Estrutura do sistema de indicadores territoriais de Navarra

	TEMA	SUBTEMA
DOMÍNIO: Património Natural e Cultural		
	Conservação da Natureza	Biodiversidade
		Gestão e Proteção
	Contaminação	Água
		Ar
		Ruído
		Solos
	Riscos Naturais	Inundações
		Incêndios Florestais
	Produtividade	Produção agrícola e pecuária
		Gestão do solo agrícola
	Paisagem	Qualidade
	Cultura	Património Ordinário
		Património Singular
Itinerários		
DOMÍNIO: Sistema Urbano		
	População	Sistema urbano navarro
		Prospetivas
	Economia e inovação	Produtividade
		Inovação
		Áreas de atividade económica
		Proximidade ao trabalho
	Desenvolvimento rural	Dependência do setor agrícola
	Coesão social	Envelhecimento
		Imigração
		Pobreza
		Emprego
		Género
		Abandono escolar
	Serviços	Saúde
		Educação
		Cultura
		Desporto
		Comércio
	Habitação	Parque habitacional
		Acessibilidade
		Reabilitação
		Segunda residência
		Áreas residenciais
		Compacidade e densidade

	Urbanismo	Continuidade e dispersão
		Complexidade
DOMÍNIO: Comunicações, transportes e infraestruturas		
	Redes e serviços de transporte	Infraestruturas
		Conectividade a nós de transporte
		Acessibilidade a núcleos unificadores
	Mobilidade sustentável	Hábitos de mobilidade
		Acesso ao transporte público diário
	Acessibilidade digital	Acessibilidade a partir de casa
		Administração eletrónica
	Água	Consumo
	Energia	Produção
		Consumo
	Resíduos	Geração de resíduos
		Reciclagem de resíduos
DOMÍNIO: Coordenação		
	Cooperação	Cooperação inter-regional
		Planeamento supramunicipal
	Planeamento	Atualidade do planeamento
		Qualidade do planeamento
	Participação	Participação

(Fonte: Observatório Territorial de Navarra)

Este observatório participa em várias redes de trabalho e de investigação relacionadas com a prática do ordenamento do território e do urbanismo.

O Observatório Territorial de Navarra colabora com: a ESPON (Rede de Observatórios Territoriais Europeus) num programa de investigação sobre o ordenamento do território; a ARFE (Associação de Regiões Fronteiriças da Europa) com o objetivo de elaborar projetos e programas para o reforço da cooperação transfronteiriça; o OSE (Observatório da Sustentabilidade de Espanha), constituído por dezassete observatórios que têm como objetivo comum o desenvolvimento sustentável; a CTP (Comunidade de Trabalho dos Pirenéus) que corresponde a um organismo de cooperação transfronteiriça que tem como propósito a integração europeia das regiões que dela fazem parte; o SITNA (Sistema de Informação Territorial de Navarra) que é responsável pela gestão, atualização e difusão de toda a informação referente ao território de Navarra; e, por último, a rede NELs (Rede Navarra de Entidades Locais sobre a Sustentabilidade) que tem como finalidade promover a cooperação com vista ao desenvolvimento sustentável.

2.2. Observatórios da paisagem

Os observatórios da paisagem, ao contrário dos territoriais que normalmente assentam principalmente num sistema de indicadores, pretendem ser sobretudo centros de ação e de reflexão sobre o tema da paisagem. Como refere Palerm Salazar (2011:88), uma vez que as paisagens refletem as consequências positivas e negativas do exercício da

população sobre o território, é necessário que existam observatórios específicos que estudem a paisagem e que definam os instrumentos adequados para a sua gestão e implementação de ações eficazes.

De facto, no último decénio, foram-se desenvolvendo vários observatórios da paisagem a partir da experiência mais avançada de algumas regiões europeias, nomeadamente a Catalunha, com o objetivo de incrementar o conhecimento que a sociedade tem em relação à paisagem, ou seja, promover a formação e a sensibilização social relativamente a este tema, bem como fomentar a participação da sociedade civil em matéria de ordenamento do território e da paisagem.

O Observatório da Paisagem da Catalunha é um bom exemplo (figura 16). Este observatório estuda a paisagem e a sua evolução, elabora propostas e sensibiliza a sociedade tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da paisagem da Catalunha.

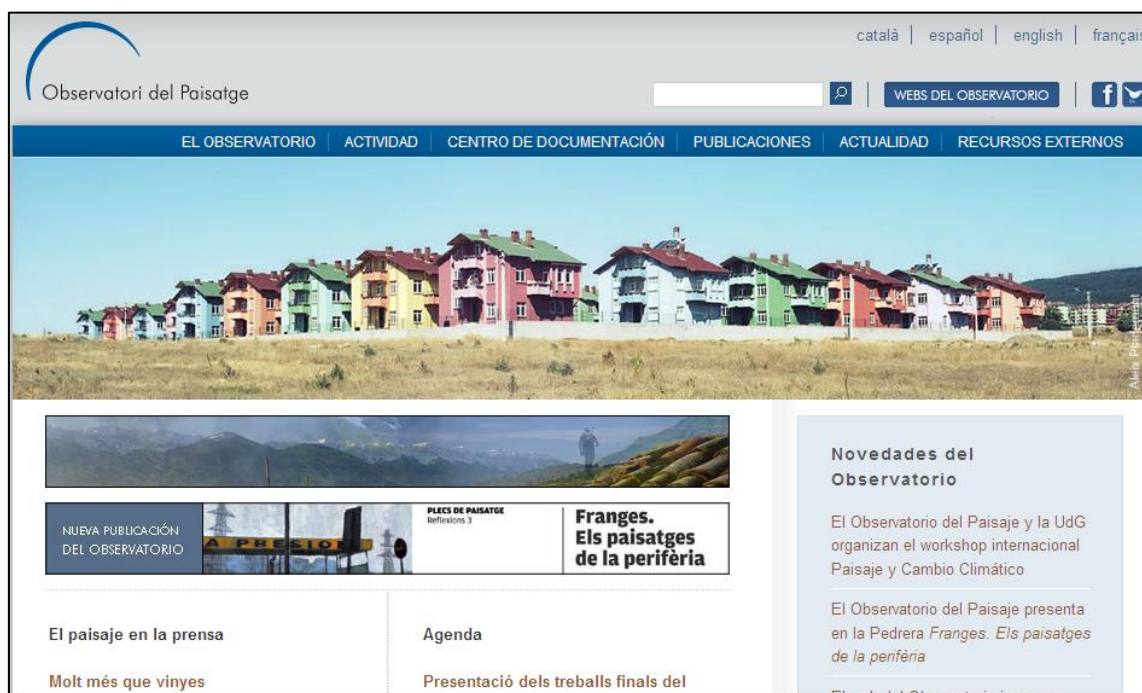


Figura 16 – Observatório da Paisagem de Catalunha

O observatório tem como funções: estabelecer critérios para a adoção de medidas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem, definir objetivos de qualidade paisagística e medidas e ações para a sua concretização; identificar mecanismos de observação acerca da evolução e transformação da paisagem; elaborar catálogos da paisagem com os objetivos de identificar, classificar e qualificar os diversos tipos de paisagens existentes; impulsionar ações de sensibilização social em relação à paisagem bem como

estimular a cooperação científica e académica sobre este tema; criar um centro de documentação que compile todos os estudos, investigações e outras publicações em matéria da paisagem; por fim, desenvolver iniciativas como seminários, cursos, exposições e conferências com o propósito de debater os vários assuntos relativos à paisagem.

Por sua vez, a Itália apresenta uma larga experiência no que respeita a observatórios da paisagem. A região de Piemonte, por exemplo, caracteriza-se por uma forte presença de associações para a valorização e preservação da paisagem, que levaram à criação de vários observatórios, de que são exemplos:

- O Observatório Biella – Património cultural e paisagístico²⁶ (*Osservatorio biellese - Beni culturali e paesaggio*), ativo desde 1994.
- O Observatório da Paisagem de Monferrato e Asti²⁷ (*Osservatorio del Paesaggio per il Monferrato e l'Astigiano*), ativo desde maio de 2003.
- O Observatório da Paisagem de Monferrato²⁸ (*Osservatorio del paesaggio del Monferrato casalese*), ativo desde 2004.
- O Observatório da Paisagem do Parque Po e Monte Turim²⁹ (*Osservatorio del Paesaggio dei Parchi del Po e della Collina torinese*).
- O Observatório da Paisagem do Ecomuseu do anfiteatro Morenico di Ivrea³⁰ (*Osservatorio del Paesaggio dell'Ecomuseo dell'Anfiteatro Morenico di Ivrea*).
- O Observatório da paisagem de Langhe e Roero³¹ (*Osservatorio del paesaggio di Langhe e Roero*).

Para além de Piemonte, a região de Abruzzo também apresenta um observatório para a qualidade da paisagem (*Osservatorio Regionale per la qualità del Paesaggio*) que tem como objetivos promover estudos e projetos sobre a paisagem cultural, arquitetónica e urbana, bem como promover o conhecimento em relação às dinâmicas da paisagem.

Um outro exemplo corresponde ao Observatório da Paisagem de Canal Brenta (*Osservatorio del Paesaggio del Canale di Brenta*) que, à semelhança de muitos outros observatórios da paisagem, foi criado enquanto ferramenta para a implementação da

²⁶ www.paesaggiobiellese.it

²⁷ www.osservatoriodelpaesaggio.org

²⁸ www.odpm.it

²⁹ www.paesaggiopocollina.it

³⁰ <http://osservatoriopaesaggio.ecomuseoami.it/>

³¹ www.odplangheroero.net

Convenção Europeia da Paisagem (figura 17). Este observatório pretende envolver toda a comunidade na gestão do património e da paisagem, desenvolvendo atividades de estudo, pesquisa e conhecimento sobre a paisagem local e fomentando a participação e a sensibilização social para este tema.



Figura 17 – Observatório da Paisagem de Canal Brenta

Por sua vez, na Bélgica, em particular na região da Valónia, após a ratificação da Convenção Europeia da Paisagem, reforçou-se a necessidade de criar uma ferramenta para a gestão da paisagem. Assim, foi criado o *Observatoire citoyen du paysage. Devenez acteur de votre territoire* (figura 18) com a missão do cidadão tornar-se parte do seu território. Neste observatório as questões da paisagem não são tratadas apenas por técnicos especializados, mas resultam de uma reflexão de todos, incluindo os cidadãos, dando resposta ao grande objetivo da CEP.

Assim, pretende-se que os cidadãos consigam compreender a evolução da paisagem e possam ser promotores responsáveis e conscientes da paisagem. Ou seja, o observatório pretende capacitar os cidadãos para um maior envolvimento na definição de políticas de gestão e valorização das paisagens.



Figura 18 – Observatório Cidadão da Paisagem (Região da Valónia)

Este observatório conta com inúmeras atividades, desde “dias de interpretação da paisagem”, que consiste em atividades que dinamizam junto da população a reflexão sobre a evolução e a perceção da paisagem, até exposições fotográficas, com o objetivo de haver um reforço do envolvimento dos cidadãos na gestão e valorização da paisagem.

2.3. Síntese

Em matéria de observatórios do território e da paisagem, na Europa existem diferentes experiências inspiradoras. Constata-se, através da análise de alguns observatórios, que a grande maioria se materializa através de um sistema de informação e comunicação (plataforma web), tendo como objeto de estudo o território ou a paisagem e com o intuito de promover um maior envolvimento e sensibilização dos cidadãos para as questões territoriais e paisagísticas.

Os processos de participação e capacitação dos cidadãos para o ordenamento do território e implicitamente da paisagem estão normalmente presentes, ainda com níveis de preocupação diferenciados. Alguns observatórios pretendem sobretudo sensibilizar a população enquanto outros são mais ambiciosos e procuram capacitar o cidadão para um maior envolvimento na definição de políticas e na gestão do território.

3. OBSERVATÓRIO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM DE GAIA

“O Observatório do Território e da Paisagem de Gaia tem como missão promover, proteger, gerir e ordenar o território e a paisagem com o intuito de incrementar a vivência na cidade.”

[Gaiurb, EEM (2012)]

O conceito de observatório corresponde a uma estrutura com um determinado e específico domínio de conhecimento e intervenção. No caso concreto do concelho de Vila Nova de Gaia, o projeto do observatório a implementar tem como domínio de conhecimento e intervenção o território e a paisagem de Gaia.

A criação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia (OTPG) articula-se com a estrutura prevista à escala nacional do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo – que tem como objetivo reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial e a produção e difusão de conhecimento sobre o ordenamento e desenvolvimento territorial.

O Observatório do Território e da Paisagem de Gaia (OTPG) é responsável pelo acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas territoriais, ambientais, sociais e económicas e dos instrumentos de gestão territorial, através da recolha e tratamento de informação estratégica, técnica e científica e enquanto centro de ação e de reflexão sobre a paisagem.

A missão do OTPG consiste em “promover, proteger, gerir e ordenar o território e a paisagem com o intuito de incrementar a vivência na cidade” (Gaiurb, EEM). O observatório pretende ser um instrumento pró-ativo e estratégico para o planeamento e ordenamento territorial correspondendo a uma plataforma de troca de conhecimento construída através de um sistema de informação e comunicação (*página web*).

São objetivos do observatório:

- a criação de um *laboratório* conduzido para a observação, caracterização e definição de ações que visem a qualidade do território e da paisagem;
- a promoção da *participação* de todos os interessados no tema da paisagem e do território de Gaia, com o propósito de alertar e mobilizar o cidadão comum para a importância destas temáticas na promoção da qualidade de vida bem como do desenvolvimento socioeconómico e territorial do concelho;

- a gestão e disponibilização da *informação* relevante para a monitorização e avaliação das dinâmicas sociais, económicas, ambientais e territoriais do concelho.

Estes objetivos gerais vão ser determinantes na definição da estrutura e do funcionamento do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia.

3.1. Estrutura e orgânica do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

O Observatório do Território e da Paisagem de Gaia é estruturado em três domínios: participação, laboratório e informação (figura 19).



Figura 19 – Estrutura do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

O domínio da *participação* tem como objetivo o desenvolvimento de iniciativas de forma a promover o envolvimento dos cidadãos em matéria do ordenamento do território e da paisagem. Assim, as iniciativas inicialmente propostas foram:

- a criação de uma “unidade escola”, permitindo uma aproximação dos técnicos com os estudantes dos diversos níveis de ensino, com o objetivo de sensibilizar estes grupos específicos para os problemas do território e da paisagem;
- a realização de “ações no terreno” com o objetivo de suscitar um maior envolvimento dos cidadãos através de, por exemplo, a realização de percursos pelo concelho com vista à recolha de informação sobre os problemas, necessidades e interesses destes em relação ao território e à paisagem;
- a concretização de várias iniciativas, nomeadamente “conferências” e “sessões de debate” para serem discutidas propostas e estratégias com relevância para os trabalhos em desenvolvimento.

O *laboratório* corresponde à estrutura dinâmica do observatório onde são produzidos estudos sobre o território e a paisagem. Neste momento, os trabalhos que estão a ser desenvolvidos pelo departamento e que integrarão esta estrutura do observatório são:

- o projeto “*City Gaia*” que apresenta uma visão do conceito de cidade inteligente assente na sustentabilidade territorial, sendo que um dos seus resultados corresponde ao Sistema Integrado de Mobilidade de Gaia (SIMGAIA) que pretende a articulação e integração de novos dispositivos de mobilidade (bicicleta, carro e barco) com a rede de transportes públicos;
- o estudo de enquadramento estratégico “Morfologias urbanas na paisagem de Vila Nova de Gaia”, que resultará na definição de áreas de reabilitação urbana (ARU) e em propostas de atuação programada que deverão ser consideradas na estratégia municipal de reabilitação urbana;
- ao Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), que se refere a um documento sobre a execução dos planos municipais de ordenamento do território e a sua articulação com a estratégia de desenvolvimento municipal, refletindo a primeira avaliação da execução do PDM em vigor (publicado em agosto de 2009), bem como a síntese da monitorização dos restantes planos municipais de ordenamento do território em vigor (Plano de Urbanização para a Área Envolvente à Quinta da Boeira, Plano de Urbanização da Barrosa, Plano de Pormenor do Novo Centro Cívico e Plano de Pormenor para a Área Envolvente ao Cemitério de Vilar do Paraíso).

Por último, o domínio da *informação* corresponde a um depósito da informação territorial que pode ser consultada por todos os interessados. Organiza-se em torno de três subdomínios que correspondem:

- “Gaia em Números”, que pretende ser um portal de dados de grande importância para a monitorização e avaliação das dinâmicas do concelho;
- “Gaia em Documentos”, que pretende ser uma estrutura onde são depositados trabalhos desenvolvidos pelo departamento como estudos estratégicos e urbanísticos ou outros trabalhos académicos com relevância para as temáticas em causa.
- “Para além de Gaia”, representa uma estrutura onde são divulgados recursos externos (*links*, *sites*) de grande interesse para o território e para a paisagem.

Relativamente à orgânica e funcionamento do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia (figura 20), destaca-se o papel central do laboratório em relação aos restantes domínios. De facto, como foi referido anteriormente, é nesta estrutura que são desenvolvidos estudos e delineadas propostas, assumindo-se como um centro de conhecimento e de investigação.

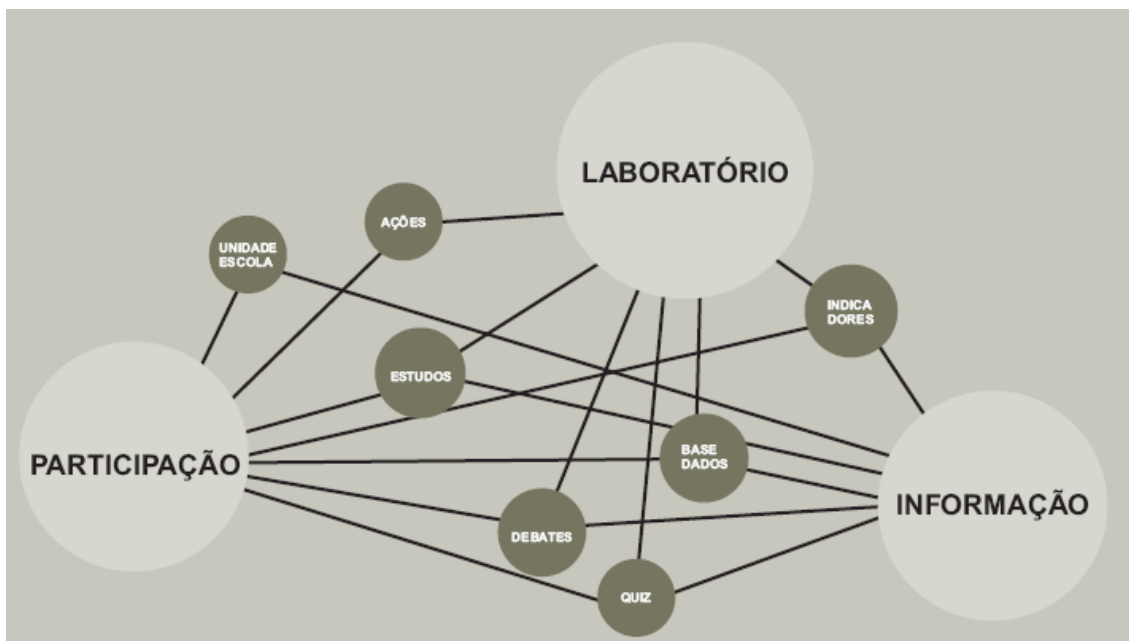


Figura 20 – Orgânica do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia (Fonte: Gaiurb, EEM)

Assim, o observatório pode ser visto como uma estrutura que funciona em “rede” sendo que o domínio do laboratório é fundamental para a articulação de todos os outros domínios e subdomínios. De facto, o laboratório corresponde ao “motor” que faz com que o observatório se constitua como um instrumento dinâmico, estratégico e pró-ativo.

3.2. A importância do domínio “informação” para o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia e para a monitorização das dinâmicas territoriais

“A boa gestão do território pressupõe a disponibilidade e difusão alargada de informação e de conhecimentos actualizados sobre os recursos existentes e as dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento às escalas nacional, regional e local” (PNPOT, 2007:57). Assim, o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia corresponde a um sistema e dispositivo eficiente de produção e difusão do conhecimento sobre o ordenamento e desenvolvimento do território e da paisagem.

Uma das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular refere-se à

estruturação e organização de uma base de indicadores³² (figura 21) assente em três domínios - território, pessoas e organizações -, com o objetivo de monitorizar e analisar de forma permanente as dinâmicas sociais, económicas, ambientais e territoriais do concelho, constituindo-se como parte integrante do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia³³.

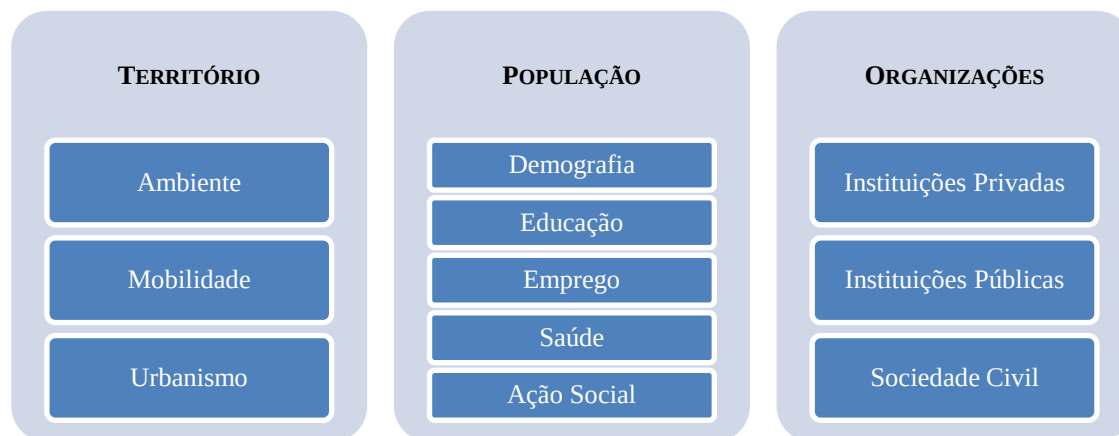


Figura 21 – Estrutura em domínios e subdomínios da organização da base de indicadores relativa ao sistema de informação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

Assim, os indicadores territoriais organizam-se normalmente pelos subdomínios do Ambiente, Mobilidade e Urbanismo, com o objetivo de analisar as dinâmicas do ordenamento e planeamento territorial, em matéria de acessibilidades, equipamentos, questões ambientais e sustentabilidade; por sua vez, os indicadores referentes ao domínio da população organizam-se pela Demografia, Educação, Emprego, Saúde e Proteção Social, com o objetivo de analisar as dinâmicas populacionais e as condições e qualidade de vida; por último, o domínio das organizações apresenta indicadores relativos às instituições (públicas e privadas) e à sociedade civil, com o objetivo de analisar a competitividade do concelho atendendo à sua base institucional e aos processos de participação cívica, mais concretamente os processos de governança.

Para cada um dos subdomínios foram elaborados um conjunto de indicadores. Entende-se por indicador o “parâmetro, ou valor calculado a partir dos parâmetros, fornecendo indicações sobre ou descrevendo o estado de um fenómeno, do meio ambiente ou de uma zona geográfica, de uma amplitude superior às informações directamente ligadas

³²Anexo VI – “Base de indicadores para o portal de dados do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

³³Atendendo a que a base de dados se encontra em atualização permanente pode existir a necessidade de fazer ajustamentos à estrutura da mesma.

ao valor de um parâmetro.” (OCDE, 2002:191). Por outras palavras, um indicador corresponde a um instrumento estatístico que mede, em termos quantitativos, um determinado fenómeno composto por elementos de cariz económico, social, territorial ou ambiental (Munarriz Guezala, 2009:238). Em suma, os indicadores devem sintetizar e simplificar grandes quantidades de informação através da sua quantificação, mesmo considerando informação qualitativa.

De facto, o uso de indicadores é relevante para um melhor entendimento e monitorização de sistemas complexos. Assim, “no mundo político, os indicadores surgem como um instrumento de monitorização e avaliação dos objectivos e alvos a alcançar” (GOT, 2006:3).

Apesar da maior parte dos sistemas de indicadores utilizarem como quadro de referência a identificação de temas ou domínios de observação (Vilares, 2010:4), é possível identificarem-se três objetivos gerais e comuns a todos os sistemas: monitorizar, planear e comunicar (GOT, 2006:4). Em relação ao primeiro objetivo, o indicador assume-se como um instrumento de acompanhamento das alterações de comportamento no sistema com o propósito de informar o estado atual/presente bem como a sua evolução, ou seja, aquilo que frequentemente se designa por acompanhamento e avaliação dos desempenhos e progressos. Por outro lado, os indicadores correspondem a instrumentos essenciais ao planeamento uma vez que contribuem para o desenvolvimento de propostas e estratégias e são fulcrais no apoio à decisão. Por fim, os indicadores devem ser comunicáveis, ou seja, a informação obtida através destes deve ser divulgada de uma forma eficaz e simplificada de modo a que seja utilizada por diversos públicos: investigadores, técnicos ou os cidadãos em geral.

No processo de construção ou escolha de indicadores deve-se ter em consideração um conjunto de critérios “políticos, técnicos e comunicacionais” de forma a garantir “qualidade, fiabilidade e utilidade” (Vilares, 2010:43). Deste modo, segundo a mesma autora, os critérios podem subdividir-se em “critérios primários”, ou seja, de maior relevância para o sistema de indicadores e em “critérios complementares” (figura 22).

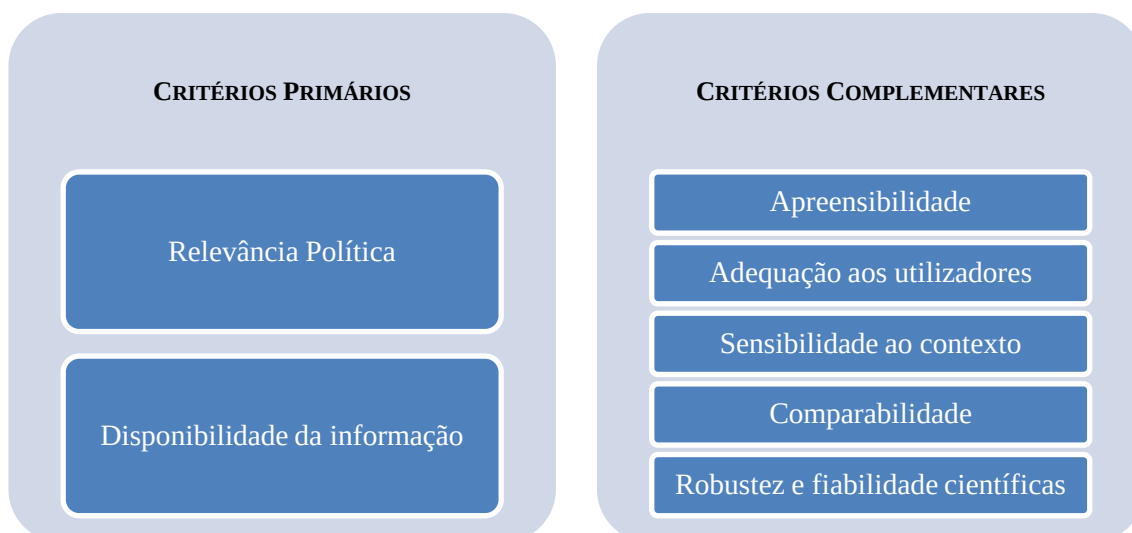


Figura 22 – Critérios de seleção de indicadores: primários e complementares.
(Fonte: adaptado de Vilares, 2010:43-44)

Atendendo, em primeiro lugar, aos critérios primários, destaca-se a *relevância política* dos indicadores, ou seja, estes devem ser capazes de medir o progresso em relação a questões relevantes “da intervenção política ou do princípio público”. Por outro lado, a *disponibilidade da informação* é considerado como um critério fundamental na seleção de indicadores uma vez que se deve ter em atenção os custos inerentes à sua recolha e monitorização bem como optar por dados que permitam uma recolha e atualização sistemáticas.

Relativamente aos critérios complementares destacam-se a *apreensibilidade*, ou seja, devem ser selecionados indicadores claros e de interpretação evidente e inequívoca; a *adequação aos utilizadores*, isto é, os indicadores devem responder ao perfil e às necessidades de quem os utiliza; a *sensibilidade ao contexto*, ou seja, os indicadores devem ser sensíveis às alterações resultantes de intervenções públicas permitindo, deste modo, a monitorização de processos de mudança em curso; a *comparabilidade* que deve garantir que os indicadores sejam consistentes e comparáveis no tempo e no espaço; por último, a *robustez e fiabilidade científicas* que diz respeito à construção de indicadores que sejam coerentes e consistentes, assentes em métodos cientificamente válidos de forma a serem desenvolvidos indicadores cientificamente robustos (Vilares, 2010:43-44).

No que respeita à evolução do uso de indicadores, os primeiros a serem utilizados tinham por base a economia uma vez que tinham como objetivo medir o estado de desenvolvimento económico dos países. Contudo, a partir da década de 1970,

reconheceu-se que os indicadores económicos não eram suficientes para medir o bem-estar social, introduzindo-se os primeiros indicadores sociais. Por fim, desenvolvem-se os indicadores ambientais como resposta à consciencialização das pressões sobre o ambiente, seguindo uma ótica de desenvolvimento sustentável.

De facto, pode-se considerar que a evolução do tipo de indicadores encontra-se também de certa forma associada às diferentes concepções filosóficas. Assim, os indicadores económicos de certa forma dominam as visões positivistas. O estruturalismo introduz o conceito do espaço socialmente produzido, dando uma grande importância ao domínio social e, por isso, facilitam a introdução dos indicadores sociais. Por último, numa vertente pós-modernista, surgem os indicadores ambientais associados à avaliação dos impactos e aos riscos e à vulnerabilidade territorial.

Com o objetivo de compreender qual foi o paradigma que mais influenciou o planeamento local em Vila Nova de Gaia, mais concretamente a concepção do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, optou-se por classificar cada indicador da base de dados utilizada no portal de informação, segundo a concepção teórica aparentemente dominante (positivismo, estruturalismo ou pós-modernismo). De facto, classificar os indicadores segundo o seu paradigma corresponde a um processo por vezes complexo e caracterizado por uma certa ambiguidade e subjetividade.

A classificação elaborada baseia-se nos princípios e critérios enunciados, no primeiro capítulo. Assim, para a classificação dos indicadores positivistas teve-se em consideração sobretudo:

- a objetividade e mensurabilidade dos dados;
- a presença de lógicas hierárquicas e neutrais;
- a distribuição espacial em função da distância euclidiana;
- uma noção de tempo-futuro previsível;
- a produção de planos reguladores.

No que respeita aos critérios para a classificação de indicadores estruturalistas, estes correspondem:

- o espaço enquanto construção social;
- a distribuição espacial como resposta às necessidades sociais;
- um zonamento em função das questões sociais.

Por último, os critérios que levaram à classificação de indicadores pós-modernistas assentam nomeadamente na:

- importância da participação e da governança territorial;
- avaliação de impactes ambientais, riscos naturais e tecnológicos;
- sustentabilidade social, económica e ambiental;
- sobreposição de múltiplos fluxos e redes.

Dos 91 indicadores que constam da base de dados apresentada em anexo (anexo VI), 48 indicadores foram classificados como positivistas, 21 indicadores como estruturalistas e 22 indicadores como pós-modernistas. Por vezes foi difícil caraterizar um indicador num paradigma, porque os critérios não são sempre totalmente estantes. Neste sentido, esta avaliação é simplesmente indicativa de uma tendência ou disposição global.

Assim, conclui-se que o positivismo é o paradigma que parece claramente prevalecer na conceção dos indicadores do *Observatório do Território e da Paisagem de Gaia*, pois há um claro domínio dos indicadores influenciados pela corrente positivista. O estruturalismo e o pós-modernismo têm uma influência mais diminuta.

No entanto, considera-se que os domínios da *Participação* e do *Laboratório*, ao serem estruturas de carácter pós-modernista, podem alimentar o domínio da *Informação*. A título exemplificativo, a unidade escola, as ações no terreno, os debates e as conferências devem munir-se de dispositivos de leitura de resultados e de impactos, de forma a alimentarem o domínio da *Informação*, contribuindo para a construção de um observatório mais integrado e articulado, e simultaneamente mais orientado para as necessidades atuais do ordenamento do território.

Em termos globais, considera-se que alguns indicadores não estão descritos de uma forma clara e necessitam de uma evidente revisão. Com o propósito de ilustrar as diferentes influências conceptuais na prática do planeamento e ordenamento territorial apresenta-se, de seguida, cinco exemplos de indicadores classificados para cada paradigma retirados da base de dados (anexo VI) e a partir daí faz-se uma análise crítica.

a) A influência neopositivista

Quadro XII – Cinco exemplos de indicadores classificados segundo o paradigma positivista

CLASSIFICAÇÃO DE INDICADORES: POSITIVISMO			
Indicador	Descrição do Indicador	Unidade	Fonte
Eficiência do consumo de solo	Área de solo urbano pelo número de habitantes	(ha/hab)	Gaiurb, EEM
Caracterização da atividade empresarial, por CAE	Empresas por CAE pelo total de empresas	(%)	INE
Programação do PDM	Área de ZUP estudada pela área de ZUP prevista em PDM	(%)	Gaiurb, EEM
Taxa de área afeta a outros PMOT	Área sujeita a PU e PP pela área total do concelho	(%)	Gaiurb, EEM
Rede viária, por nível hierárquico	Extensão (em quilómetros) da rede viária por nível hierárquico: eixos de alta capacidade, eixos concelhios estruturantes, eixos concelhios complementares e ruas de provimento local	(km)	Gaiurb, EEM

O indicador *eficiência do consumo de solo* é medido através de um *índice* - área total de solo urbano relativamente ao total de habitantes. Trata-se de um índice simplista (eficiência normalmente refere-se à relação dos meios, neste caso área de solo urbano, face aos resultados, neste caso o número de habitantes) que pretende avaliar um fenómeno claramente complexo. A eficiência do plano avalia se os resultados correspondem a um bom emprego (económico, social, ambiental) dos recursos existentes. Ou seja, os resultados alcançados são avaliados em função dos meios que estão a ser disponibilizados. Como se pode depreender, avaliar a eficiência do *consumo de solo* implicaria uma reflexão em torno de uma variedade de resultados ambientais, sociais e económicos. Além disso, uma visão pós-modernista desta questão implicaria uma participação ativa em torno desta questão (nas escolas, junto das empresas, etc.) de forma a impulsionarem-se processos de consciencialização coletiva da importância deste recurso fundamental – o solo. Em contrapartida, este *índice* favorece uma visão positivista em que o planeamento territorial deve estar assente num sistema de regulação de uso do solo.

O indicador *caracterização da atividade empresarial, por CAE* - número de empresas por CAE relativamente ao número total de empresas (%) - pretende quantificar, de uma forma objetiva, a estrutura empresarial. Relacionando-se com os princípios positivistas, parte-se do pressuposto que o número objetivo de empresas localizadas em

determinados lugares (neste caso num concelho) mede e caracteriza objetivamente os territórios. É uma interpretação racional e linear da realidade. Em primeiro lugar, o número de empresas tem pouco significado em matéria de ordenamento e desenvolvimento territorial, porque este indicador é pouco informativo relativamente às dinâmicas empresariais, às redes e aos fluxos económicas e sociais que estas dinamizam e aos impactos territoriais, sociais e ambientais.

O indicador *programação do PDM* que se refere à percentagem de área de Zona de Urbanização Programada (ZUP) estudada pela área prevista de Zona de Urbanização Programada (ZUP) no Plano Diretor Municipal e o indicador *taxa de área afeta a outros PMOT* que se refere à percentagem de área sujeita a planos de urbanização e/ou pormenor relativamente à área total do concelho, encontram-se relacionados com o princípio positivista que entende que o plano tem um papel fundamental no ordenamento do território por se constituir como uma base de controlo. Neste âmbito, em termos de monitorização seria importante criar indicadores mais reflexivos que dessem informação sobre as áreas mais dinâmicas em termos de urbanização e os fatores justificativos desses processos.

Por último, o indicador *rede viária, por nível hierárquico* pretende de uma forma objetiva medir a extensão (em quilómetros) da rede viária atendendo a uma lógica hierárquica relativa à rede (figura 23). Este indicador relaciona-se com o princípio positivista que entende que o espaço deve ser organizado segundo lógicas hierárquicas e com delimitações fixas de usos ou funções. Uma visão pós-modernista passaria, por exemplo, por uma análise da importância da rede viária na fragmentação da reserva agrícola nacional. Ou seja, cartografar a fragmentação da RAN e analisar de que forma a rede viária e os níveis ou tipos de edificação são fatores de fragmentação de importantes áreas naturais.

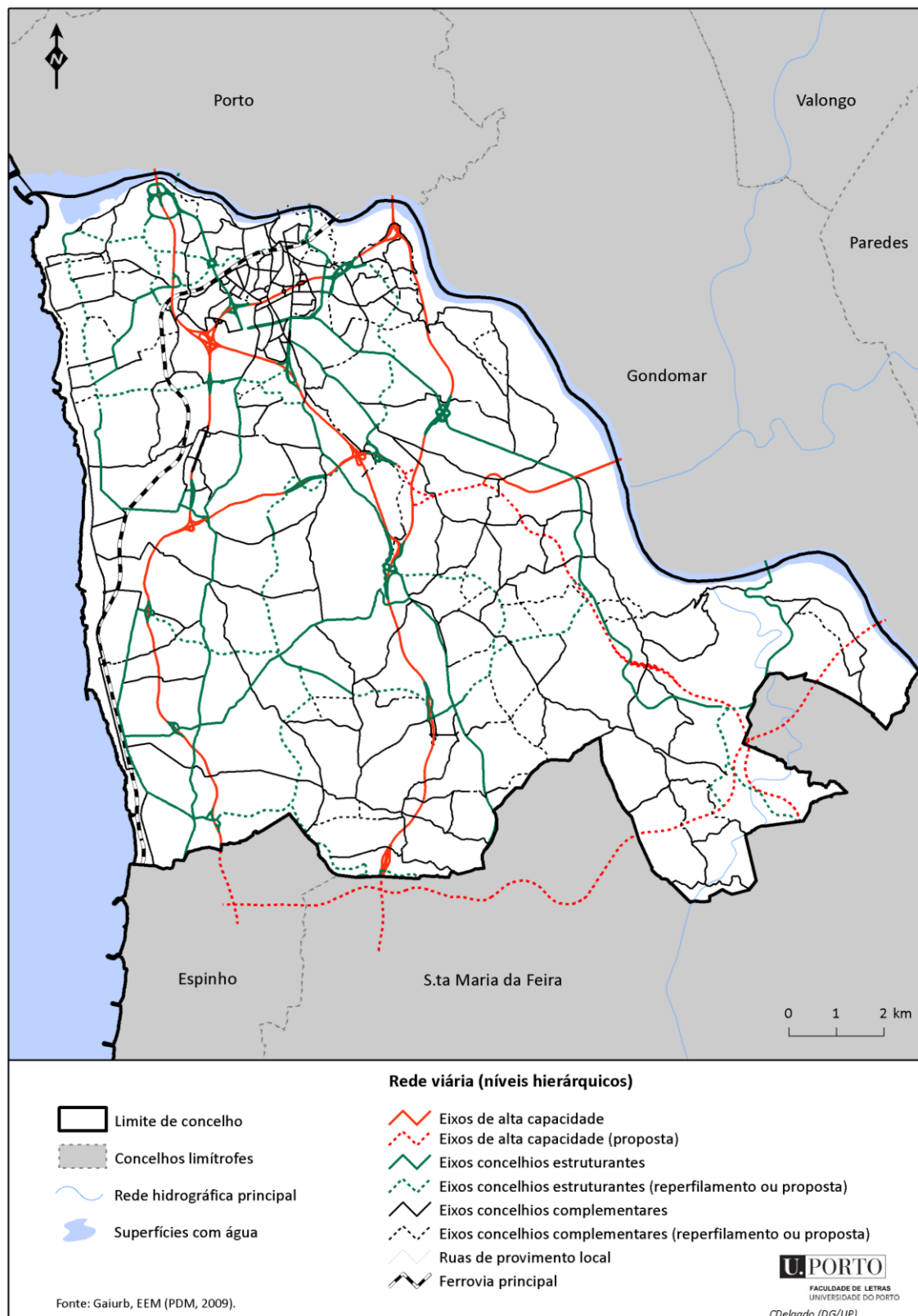


Figura 23 – Rede viária do concelho de Vila Nova de Gaia, por nível hierárquico

b) A influência estruturalista

Por sua vez, atendendo ao paradigma estruturalista, a base apresenta também alguns

indicadores que podem ser exemplificativos da influência deste paradigma.

Quadro XIII - Cinco exemplos de indicadores classificados segundo o paradigma estruturalista

CLASSIFICAÇÃO DE INDICADORES: ESTRUTURALISMO			
Indicador	Descrição do Indicador	Unidade	Fonte
Dinâmica da construção, por categoria de espaço	Porcentagem do número de pretensões por categoria de espaço pelo número total de pretensões	(%)	Gaiurb, EEM
Operações urbanísticas relevantes (OUR), por categoria de espaço	Operações urbanísticas relevantes, por categoria de espaço relativamente ao total de operações urbanísticas relevantes	(%)	Gaiurb, EEM
Famílias, por tipo	Número de famílias, por tipo em 1981, 1991, 2001 e 2011	(n.º)	INE
Famílias beneficiárias de habitação social	Famílias beneficiárias de habitação social relativamente ao total de famílias residentes	(%)	Gaiurb, EEM INE
População residente, por grupo etário	Número de população residente, por grupo etário em 1981, 1991, 2001 e 2011	(n.º)	INE

Os indicadores *dinâmica da construção* e *operações urbanísticas relevantes, por categoria de espaço*³⁴ relacionam-se com o princípio estruturalista do zonamento funcional, ou seja, a distribuição das funções no espaço atendendo às necessidades sociais.

Por outro lado, os indicadores *famílias, por tipo*, *famílias beneficiárias de habitação social* e *população residente, por grupo etário* vão de encontro ao princípio estruturalista que se relaciona com a importância da sociedade, das dinâmicas que a caracterizam e das apropriações, interesses e necessidades da população.

As dinâmicas observadas em termos dos perfis de família podem ser importantes para uma reflexão sobre os novos estilos e modos de vida. É importante refletir estas dinâmicas em termos territoriais para avaliar possíveis concentrações de problemas (por exemplo, idosos a residirem sozinhos).

³⁴Categorias de espaço: áreas agrícolas, áreas agroflorestais, áreas de comércio e serviços, áreas de equipamentos em área verde existentes, áreas de equipamentos em área verde previstas, áreas de equipamentos gerais existentes, áreas de equipamentos gerais previstas, áreas de infraestruturas de instalações especiais, áreas de quintas em espaço rural, áreas de transição, áreas de expansão de tipologia mista tipo I, II, III e IV, áreas de expansão tipologia moradia, áreas florestais de produção, áreas florestais de proteção, áreas industriais existentes, áreas industriais previstas, áreas de logradouro, áreas ribeirinhas, áreas costeiras, áreas turísticas, áreas urbanizadas consolidadas de moradia, áreas urbanizadas consolidadas de tipologia mista, áreas urbanizadas em transformação de moradia, áreas urbanizadas em transformação de tipologia mista, áreas verdes de enquadramento do espaço canal, áreas verdes de enquadramento paisagístico, áreas verdes de utilização pública, centro histórico-áreas usos mistos tipo I e II e quintas em espaço urbano.

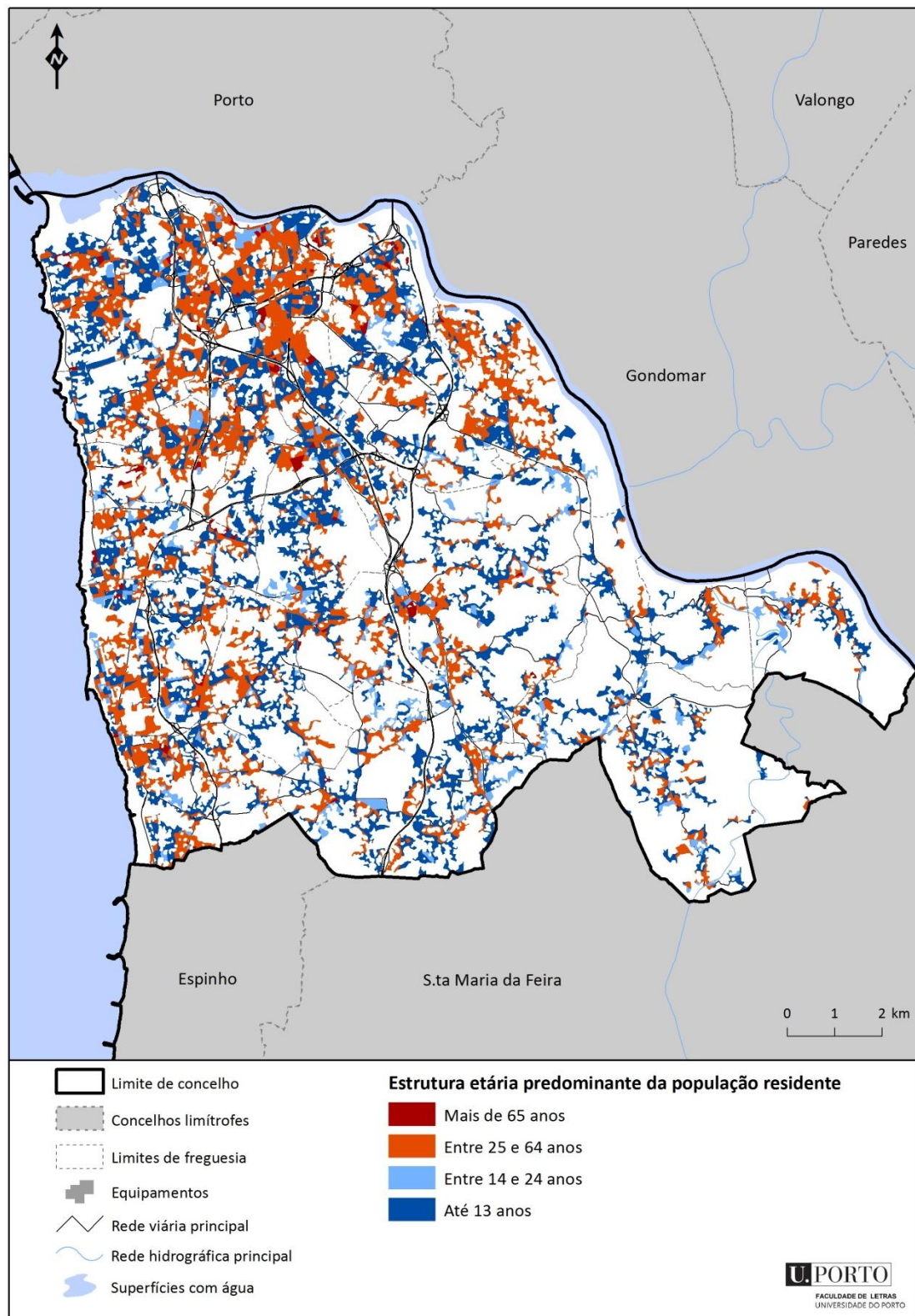


Figura 24 – Estrutura etária predominante da população residente do concelho de Vila Nova de Gaia.

Fonte: INE, 2001

A estrutura etária refere-se à distribuição da população segundo classes ou grupos de idade, correspondendo a um dos principais parâmetros a ter em consideração no que respeita ao desenvolvimento social e económico do concelho. Isto deve-se ao facto de

que através da informação obtida pela estrutura etária pode-se delinear ações concretas a vários níveis (saúde, educação, espaços públicos de lazer) destinadas a grupos específicos: população jovem, população adulta ou população idosa.

Apesar do concelho de Vila Nova de Gaia apresentar, à semelhança do que acontece à escala nacional, uma tendência para o aumento do número de idosos, a figura 24 demonstra que os grupos etários que predominam correspondem ao grupo etário dos “adultos” que abrange a população com idades entre os 25 e os 64 anos e ao grupo etário dos “jovens”, particularmente os jovens com idades até aos 13 anos. Este facto explica-se pelo aumento do número de casais jovens que têm sido atraídos para o concelho. No entanto, é verdade que existem áreas no concelho que são relativamente mais idosas e outras claramente mais jovens. Esta distribuição geográfica pode implicar uma reflexão em torno das políticas públicas (por exemplo a nível dos equipamentos e transportes).

c) A influência pós-modernista

No que respeita à abordagem pós-modernista, foram selecionados da base de dados em anexo (anexo VI) cinco exemplos de indicadores classificados segundo esta perspetiva teórica.

Quadro XIV - Cinco exemplos de indicadores classificados segundo o paradigma pós-modernista

CLASSIFICAÇÃO DE INDICADORES: PÓS-MODERNISMO			
Indicador	Descrição do Indicador	Unidade	Fonte
ONG de Ambiente e outras associações que desenvolvam projetos em parceria	Número de ONG de Ambiente e outras associações que desenvolvam projetos em parceria	(n.º)	Gaiurb, EEM
Extensão dos corredores qualificados para autocarros	Extensão (em quilómetros) dos corredores qualificados para autocarros	(km)	CMG
Extensão de vias pedonais	Extensão (em quilómetros) de vias pedonais	(km)	CMG
Extensão de ciclovias	Extensão (em quilómetros) de ciclovias	(km)	CMG
Extensão da rede de metro	Extensão (em quilómetros) da rede de metro	(km)	Gaiurb, EEM

O indicador *Organizações Não Governamentais de Ambiente e outras associações que desenvolvam projetos em parceria* relaciona-se com o princípio pós-modernista pois mede o nível de participação atendendo às preocupações ambientais.

Por outro lado, os indicadores *Extensão dos corredores qualificados para autocarros*,

Extensão das vias pedonais, Extensão de ciclovias e Extensão da rede de metro, apesar de medirem de uma forma objetiva a extensão destas vias em quilómetros, relaciona-se com as preocupações pós-modernistas relativamente à sustentabilidade. Desta forma, avalia-se a população que adere a mobilidades mais sustentáveis, ou seja, transportes coletivos ou outros modos de deslocação em ciclovias ou vias pedonais, em detrimento do uso do carro individual.

3.2.1. Proposta de indicadores para o sistema de informação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

Com a reflexão realizada não pretendemos dizer que os indicadores objetivos não podem dar importantes contributos à monitorização e à aprendizagem territorial. Neste sentido, apresentam-se alguns indicadores que podem ser integrados no sistema de monitorização do concelho, uma vez que podem dar resposta a alguns dos objetivos estratégicos do PDM e fornecem importante informação tendo em vista a construção de uma estratégia de desenvolvimento para uma sociedade e uma economia de conhecimento, ou seja, para o desenvolvimento local. De forma a reforçar a base de informação, a partir de uma conceção teórica mais neomoderna, são propostos alguns indicadores, dando sobretudo importância à participação e ao associativismo, ao uso dos espaços verdes, bem como à utilização de transportes públicos. Por outro lado, propõe-se que os domínios da *Participação* e do *Laboratório* contribuam com as suas iniciativas, estudos ou projetos, para a base de *Informação*.

Quadro XV – Proposta de indicadores para o sistema de informação do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia

Indicador	Descrição do Indicador	Unidade	Fonte
Degradação do edificado do centro histórico	Número de edifícios em ruína ou muito degradados localizados no centro histórico	(n.º)	Gaiurb, EEM
Abandono do centro histórico	Número de edifícios totalmente ou maioritariamente devolutos localizados no centro histórico	(n.º)	Gaiurb, EEM
Atratividade dos espaços públicos do centro histórico	Variação da área das esplanadas da restauração localizada no centro histórico	(%)	Gaiurb, EEM
Atratividade turística do centro histórico	Variação do número de pessoas que utilizam o teleférico	(%)	Gaiurb, EEM
Empregabilidade da base económica	Variação do emprego total	(%)	Gaiurb, EEM
Qualificação da base económica	Peso do emprego em atividades intensivas em conhecimento, no total de emprego	(%)	Gaiurb, EEM
Dinâmica de qualificação	Variação do emprego em atividades	(%)	Gaiurb, EEM

da base económica	intensivas em conhecimento		
Intensidade de fragmentação da RAN	Índice de perfuração dos polígonos incluídos na RAN	(%)	Adaptado de Huang <i>et al</i> (2007) <i>apud</i> Delgado, 2010
	Índice de incisão dos polígonos incluídos na RAN	(%)	
	Índice de dissecação da paisagem – rompimento total de polígonos da RAN	(n.º)	Bowen e Burgess, (1981), <i>apud</i> Delgado, 2010
	Grau de divisão da paisagem – Dissipação - aparecimento de novas manchas mais pequenas e irregulares, originadas pela quebra da mancha ou polígono inicial	Proporção (n.º)	Jaeger (2000) <i>apud</i> Delgado, 2010
	Nível de encolhimento dos polígonos incluídos na RAN	(%)	
	Desaparecimento de manchas ou polígonos da RAN - Atrito	(n.º total de manchas /km ²)	McGarigal e Marks (1995) <i>apud</i> Delgado, 2010
Atribuição de habitação social	Número de fogos de habitação social atribuídos, por forma de atribuição (arrendamento/venda)	(n.º)	INE
Beneficiários de rendimento social de inserção	Beneficiários de rendimento social de inserção, por 1000 habitantes	(‰)	INE
Pensionistas da segurança social	Número de pensionistas da segurança social, por 1000 habitantes em idade ativa	(‰)	INE
População estrangeira que solicitou estatuto de residente	Número de indivíduos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente, por nacionalidade e sexo	(n.º)	INE
Emprego qualificado	Pessoal ao serviço com o ensino superior completo, relativamente ao total de pessoas ao serviço	(%)	MTSS
Qualificação da população residente	Proporção da população residente com ensino superior completo	(%)	INE
Desemprego	Total de desempregados	(n.º)	Centros de Emprego
Desemprego de longa duração	Total de desempregados de longa duração	(n.º)	Centros de Emprego
Taxa de participação em ações de educação ambiental no ensino básico	Alunos que participaram em ações de educação ambiental relativamente ao número total de alunos a frequentar o ensino básico	(%)	Centros de Educação Ambiental do concelho
Taxa de participação em ações de educação ambiental no ensino secundário	Alunos que participaram em ações de educação ambiental relativamente ao número total de alunos a frequentar o ensino secundário	(%)	Centros de Educação Ambiental do concelho
Taxa de participação em ações de educação ambiental, por níveis de ensino	Alunos que participaram em ações de educação ambiental relativamente ao número total de alunos por nível de ensino (pré-escola, 1º, 2º, 3º ciclo e secundário)	(%)	Centros de Educação Ambiental do concelho

Associativismo	Número de associações sedeadas no concelho	(n.º)	Gaiurb, EEM/CMG
Frequência dos espaços verdes públicos	Total de pessoas que usam os espaços verdes públicos do concelho	(n.º)	OTPG
Frequência dos espaços verdes públicos	Pessoas que usam os espaços verdes públicos do concelho por frequência de uso (todos os dias/quase todos os dias/ uma vez por semana/ uma vez por mês/ uma vez por ano/ nunca)	(%)	OTPG
Utilidade dos espaços verdes públicos	Pessoas que utilizam os espaços verdes públicos por tipo de uso (descansar/passear/meditar/ praticar desporto/ conviver)	(%)	OTPG
Nível de satisfação relativamente aos transportes públicos	População que usa os transportes públicos coletivos de passageiros por níveis de satisfação (muito satisfeito/ satisfeito/ pouco satisfeito ou insatisfeito)	(%)	OTPG
Nível de satisfação relativamente à tipologia de transportes públicos	População que usa os transportes públicos coletivos de passageiros por níveis de satisfação (muito satisfeito/ satisfeito/ pouco satisfeito ou insatisfeito) e por tipologia de transporte (autocarros STCP, autocarros Espírito Santo, metro, comboio)	(%)	OTPG
Unidade escola	Número de estudantes envolvidos nas ações do programa “unidade escola”, por tipo de ação	(nº)	OTPG
Ações no terreno	Número de pessoas envolvidas nas ações do programa “ações no terreno”	(nº)	OTPG
Conferências e debates	Número de pessoas que assistiram às conferências e sessões de debate, por tipologia	(nº)	OTPG

Como já foi referido, os indicadores propostos podem dar resposta a alguns dos objetivos estratégicos do PDM³⁵ como são capazes de reforçar a base de informação, a partir de uma conceção teórica mais neomoderna.

Atendendo ao objetivo estratégico relativo à revitalização do centro histórico em torno das vertentes lúdica, turística e habitacional, considera-se que é crucial, por um lado medir os níveis de degradação e de abandono (pessoas e funções) do centro histórico e por outro lado avaliar a sua atratividade lúdica e turística.

³⁵São objetivos estratégicos do PDM de Vila Nova de Gaia: afirmação do concelho de Gaia como território qualificado e de primeira importância no contexto metropolitano; revitalização do centro histórico em torno das vertentes lúdica, turística e habitacional; reforço e captação de novas atividades empresariais e logísticas no concelho; compactação da plataforma cidade; consagração e estruturação do modelo de baixa densidade na faixa litoral; organização de uma segunda centralidade urbana em torno do centro geográfico do concelho; implementação de um modelo territorial que integre a atividade turística nas áreas de solo rural; reforço de uma componente residencial de alta qualidade; qualificação do uso na Estrutura Ecológica em solo urbano; qualificação ambiental e paisagística do território.

No que respeita ao reforço e captação de novas atividades empresariais e logísticas para o concelho, optou-se pela indicação de três indicadores mais orientados para o desenvolvimento de uma base económica e social dirigida para uma economia do conhecimento: *peso do emprego em atividades intensivas em conhecimento, no total de emprego; variação do emprego em atividades intensivas em conhecimento; variação do emprego total.*

Por último, os indicadores relativos à *intensidade de fragmentação da RAN* (figura 25), que pode ser igualmente aplicado à REN e à EEM, pretendem dar resposta ao objetivo estratégico referente à qualificação ambiental e paisagística do território. Este indicador recorre a estatísticas complexas de forma a garantir uma maior integração e profundidade da análise. Para a sua concretização, é necessário o cálculo de vários indicadores: o índice de perfuração (abertura de “buracos”) dos polígonos da RAN (neste caso específico) provocada, por exemplo, pela construção de edifícios ou construção de rede viária; o índice de incisão dos polígonos (rompimento das margens e limites da mancha) da RAN; o índice de dissecação da paisagem que se refere ao rompimento total de polígonos da RAN através de um corte que pode ser provocado, por exemplo, pela rede viária; ao grau de divisão da paisagem, ou seja, a dissipação, que se refere ao aparecimento de novas manchas mais pequenas e irregulares, originadas pela quebra da mancha ou polígono inicial; ao encolhimento que corresponde à diminuição da área das manchas da RAN; e, por último, ao atrito que corresponde ao desaparecimento de manchas ou polígonos da RAN (Delgado *et al*, 2012:9).

A figura 25 pretende demonstrar a intensidade e os tipos predominantes da fragmentação da RAN no concelho de Vila Nova de Gaia. Em primeiro lugar, procedeu-se à definição de unidades espaciais homogéneas através da utilização de uma rede regular de hexágonos com a área de 1 km². Em segundo lugar, aplicou-se uma análise de *clusters* relativamente aos seis indicadores referidos anteriormente com o propósito de serem constituídos perfis de fragmentação (Delgado *et al*, 2012:11-12).

No concelho de Vila Nova de Gaia existem pouco polígonos pertencentes à RAN. Genericamente a intensidade da fragmentação da RAN no concelho foi maioritariamente moderada (amarelo) e moderada-baixa (verde claro). Contudo, nota-se a existência de manchas da RAN que sofreram fortes intensidades de fragmentação (elevada - vermelho), ou seja, elevados índices de perfuração, incisão e dissecação

provocados pelos processos de edificação, exibindo níveis altos de divisão, ou seja, uma fragmentação que originou um número elevado de polígonos mais pequenos e irregulares.

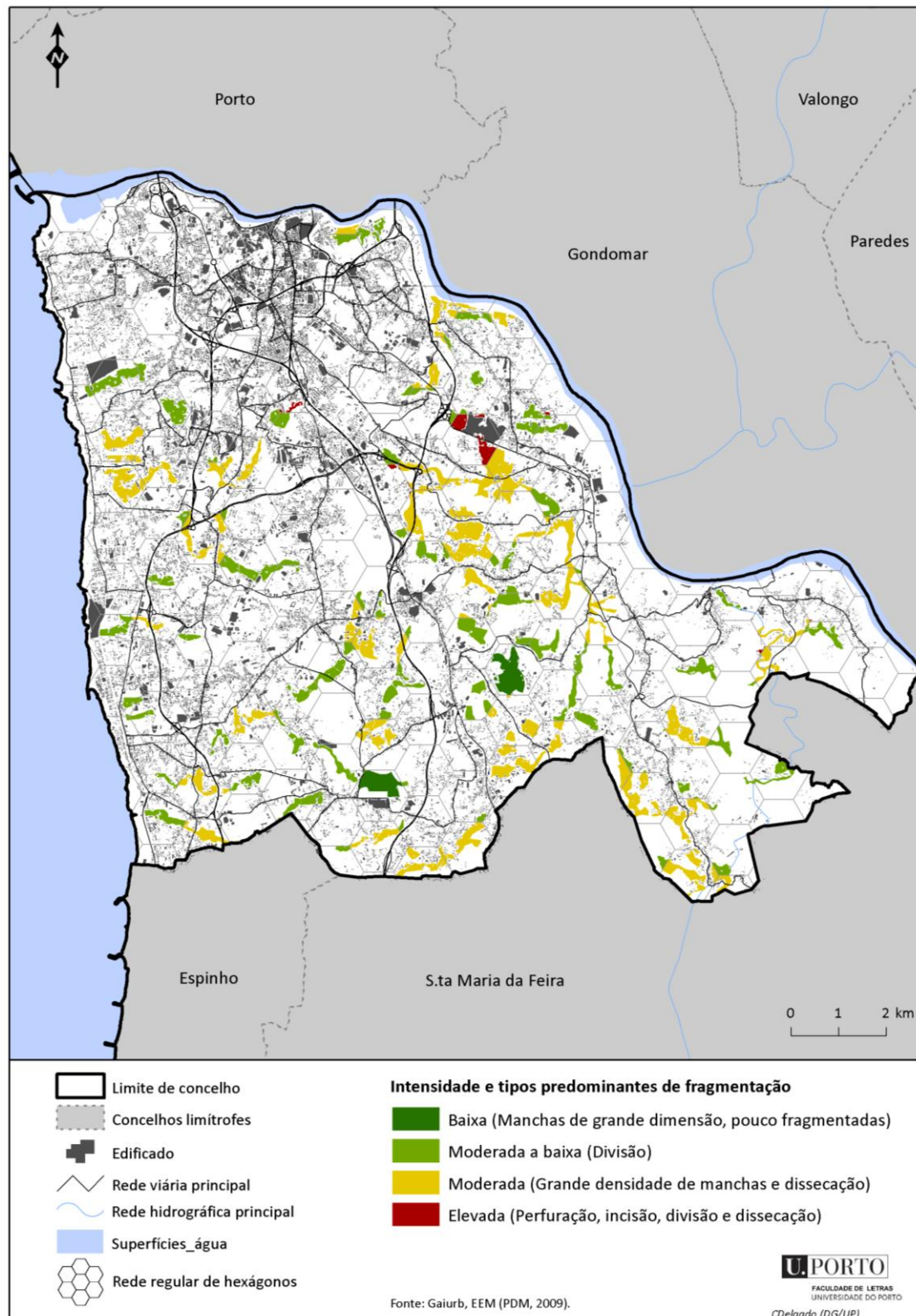


Figura 25 - Intensidade e tipos predominantes de fragmentação da RAN do concelho de VNG

Os bairros sociais correspondem a um conjunto de edifícios ou fogos de habitação social que são promovidos por iniciativa do Estado e autarquias locais para dar resposta ao problema de várias famílias que não têm acesso à habitação. Desta forma, o indicador *atribuição de habitação social* permite compreender, anualmente, se a evolução da atribuição de fogos de habitação social tem vindo a aumentar ou a diminuir atendendo ainda à forma de atribuição: venda ou arrendamento.

Os indicadores sociais propostos destacam-se pela sua pertinência, atualidade e disponibilidade dos dados. Por exemplo, o indicador *beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa* permite monitorizar a evolução do número de beneficiários em relação à população em idade ativa podendo fazer associações ao fenómeno social do desemprego; surgem desta forma, outros indicadores associados: o número *total de desempregados no concelho* bem como os *desempregados de longa duração*; o indicador *pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa* permite monitorizar a evolução do número de pensionistas em relação à população em idade ativa podendo fazer associações ao fenómeno social envelhecimento da população; o indicador *população estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade e sexo*, permite compreender se o número de população estrangeira a solicitar estatuto de residente no concelho se encontra a aumentar ou diminuir atendendo à sua origem (nacionalidade) e sexo podendo fazer associações ao fenómeno social da imigração.

Por último, o indicador *população com emprego qualificado* – percentagem de pessoal ao serviço com ensino superior completo relativamente ao total de pessoas ao serviço – dá resposta ao primeiro objetivo estratégico do PDM que se refere à “afirmação do concelho de Gaia como território qualificado e de primeira importância no contexto metropolitano”, daí a importância da integração deste indicador no sistema de monitorização de políticas públicas do concelho.

De facto, o grau de desenvolvimento urbano encontra-se relacionado com o nível de qualificação dos recursos humanos. Atendendo à figura 26, a população residente com ensino superior completo distribui-se de acordo com as áreas urbanizadas consolidadas destacando-se: um pouco por toda a faixa litoral que corresponde a uma extensa faixa de território localizada entre o estuário do rio Douro e o concelho de Espinho, com particular relevância para as malhas urbanas consolidadas de Francelos/Miramar e

Aguda/Granja; e na parte central da plataforma cidade abrangendo parte das freguesias de Santa Marinha e Mafamude.

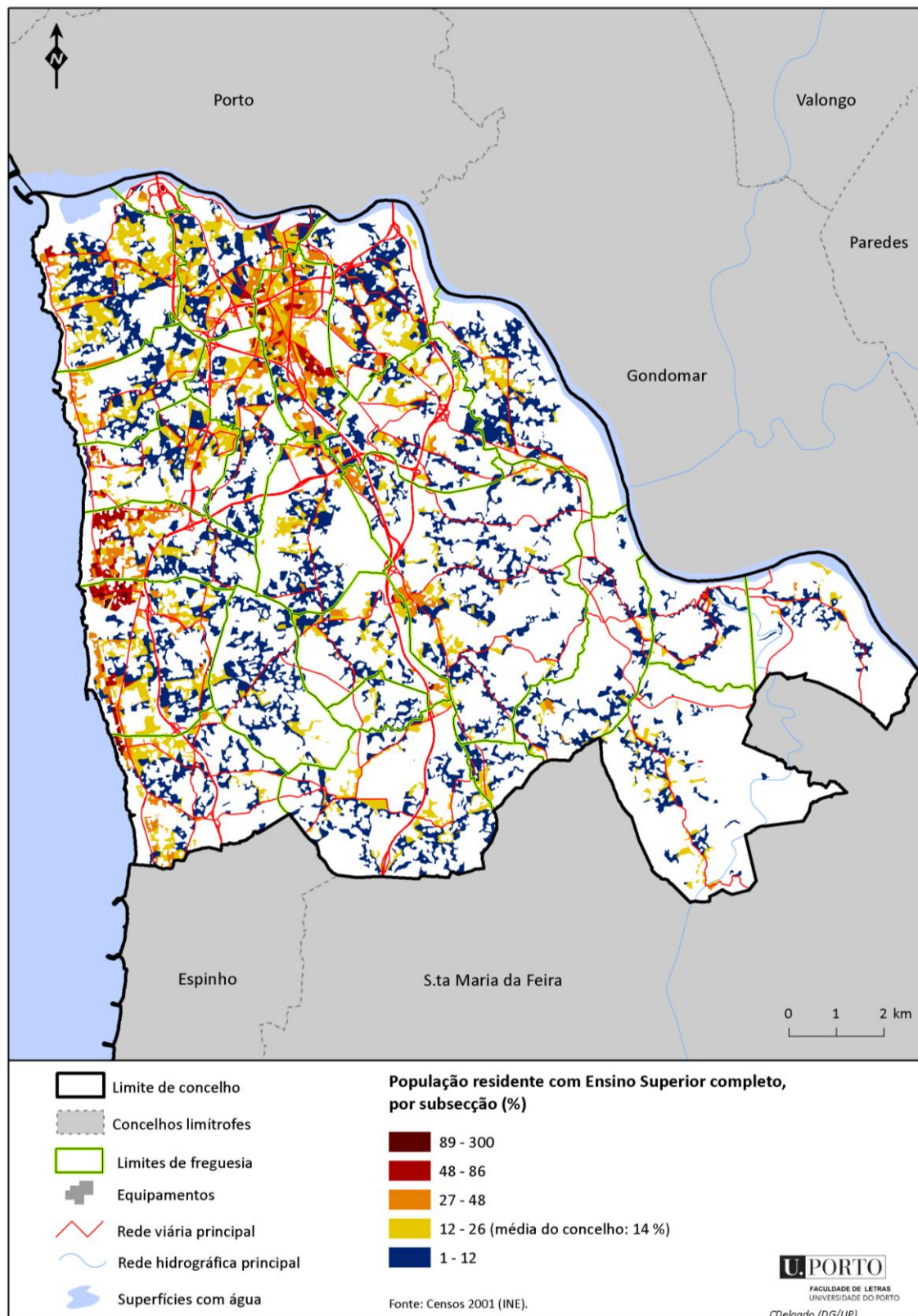


Figura 26 – População residente com ensino superior completo no município de Vila Nova de Gaia

Pelo contrário, a percentagem da população residente com ensino superior completo abaixo da média nacional (10,4%) predomina no interior do concelho e na proximidade do rio Douro por prevalecerem os espaços naturais, as áreas florestais e agroflorestais e as quintas em solo rural em relação às áreas urbanizadas e industriais existentes.

Assim, pode-se dizer que o indicador *qualificação da população residente* encontra-se relacionado e repercute-se no espaço, daí a importância da sua inclusão no sistema de informação e monitorização das dinâmicas do território.

Tendo em conta os restantes indicadores do quadro XV, propõe-se a inclusão da *taxa de participação em ações de educação ambiental*, recorrendo aos centros que promovem este tipo de atividades, e uma avaliação do grau de *associativismo*, ou seja, o número de associações sedeadas no concelho.

Por outro lado, atendendo à importância de avaliar os impactos das ações de planeamento e ordenamento do território, propõem-se indicadores de *frequência de uso dos espaços verdes públicos*, ou seja, pretende-se perceber com que frequência a população residente utiliza os espaços verdes públicos do concelho e para que finalidade. O *nível de satisfação da população em relação aos transportes públicos coletivos de passageiros* pretende avaliar se a maior parte da população se encontra satisfeita ou insatisfeita com a tipologia de serviço de transportes públicos existentes.

Atendendo às ações promovidas pelo observatório, pode-se ainda obter informação relativamente ao número de estudantes envolvidos na ações do programa “unidade escola”, o número de pessoas envolvidas no programa “ações no terreno” e o número de pessoas que assistiram às conferências e sessões de debate. Estes indicadores podem ser obtidos através da plataforma do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia desenvolvendo, deste modo, uma rede de cidadãos ativos e empenhados nas questões de planeamento e ordenamento do território e da paisagem, participando no futuro da sua cidade.

3.3. Síntese

O Observatório do Território e da Paisagem de Gaia corresponde a uma estrutura que se subdivide em três domínios: *participação*, *laboratório* e *informação*. Com isto, como principal conclusão refere-se que os domínios da *participação* e do *laboratório*, ao

serem estruturas de carácter pós-modernista, podem alimentar o domínio da *informação* que, como vimos anteriormente, caracteriza-se por uma predominância de indicadores influenciados pelo paradigma positivista.

Com isto, a proposta de indicadores apresentada pode ser útil no sentido de dar resposta a alguns dos objetivos estratégicos do PDM e fornecer informação relevante com vista ao desenvolvimento local, a partir de uma conceção teórica mais neomoderna, onde o Observatório do Território e da Paisagem de Gaia se assume como estrutura fundamental na aquisição de informação.

Conclui-se assim que, apesar do paradigma modernista estar muito presente nas formas de conceber e ordenar o território, algumas das práticas mencionadas anteriormente, demonstram que existe abertura para novas conceções do espaço e do planeamento, à luz de uma cultura territorial mais neomoderna.

CONCLUSÃO

Em termos globais, os objetivos propostos no início deste trabalho foram cumpridos, apresentando-se em seguida as principais conclusões.

Em primeiro lugar, o enquadramento permitiu aprofundar o conhecimento conceptual em relação à cultura territorial e à cultura de ordenamento do território e às diferentes visões que lhe estão inerentes a partir de uma análise sobre a evolução dos conceitos de espaço e lugar, cada vez mais presentes no desenvolvimento social e económico. Num contexto de emergência de uma nova cultura territorial, a participação, os processos de aprendizagem coletiva e a governança assumem-se como elementos-chave. Por sua vez, a importância da integração da paisagem nos processos de ordenamento e planeamento territorial constitui um elemento chave de bem-estar individual e social sendo que o seu ordenamento implica tanto direitos como responsabilidades para todos. Genericamente, fez-se alusão à cultura territorial uma vez que pode condicionar e determinar a forma como os cidadãos atuam sobre o mesmo.

Em segundo lugar, procedeu-se à análise da cultura territorial, tendo sido implementado um inquérito a três grupos distintos (um total de 280 inquéritos): estudantes universitários (nas áreas da arquitetura, geografia e sociologia), investigadores (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território e Centro de Estudos em Arquitetura e Urbanismo) e profissionais diretamente relacionados com o ordenamento do território. Os inquiridos tiveram de posicionar-se numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) relativamente a diferentes formas de refletir, conceber e intervir nos territórios. Relativamente à influência das correntes filosóficas (positivismo, estruturalismo e pós-modernismo) no pensamento e na prática do urbanismo e do ordenamento do território verificou-se que:

- a conceção neopositivista encontra-se bastante presente em determinados âmbitos: na forma como os lugares devem ser entendidos, os lugares devem ser objetivos, mensuráveis e cartografáveis; o tempo no ordenamento do território deve ser central e crucial na conceção dos espaços e os profissionais de ordenamento do território devem estar munidos de um conhecimento científico preferencialmente especializado; a implementação das decisões e ações de

âmbito territorial deve seguir as culturas nacionais e o ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral.

- a conceção estruturalista encontra-se mais presente nos critérios analíticos relacionados com a interpretação da espacialidade: os espaços devem ser interpretados seguindo as apropriações sociais e a organização espacial deve obedecer a um zonamento funcional que corresponda às necessidades sociais; os profissionais de ordenamento do território devem defender os interesses sociais ligados ao espaço bem como possuir competências nas áreas de intervenção social; a participação pública deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população; nas formas de implementação de decisões e ações de âmbito territorial, uma grande parte da população deposita no Estado a responsabilidade da locação dos recursos e atividades; por último, a maioria concorda que o ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais.
- a conceção pós-modernista que predomina de um modo geral, encontra-se presente nos critérios relativos ao conceito de lugar e às lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade sendo que os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimentos de pertença, cuja interpretação deve ser feita de forma tridimensional: percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente; em relação às escalas de abordagem geográfica, uma vez que os espaços urbanos se encontram em constante reconfiguração, as propostas urbanísticas devem ser flexíveis; em matéria do ordenamento do território, o tempo deve ser real privilegiando-se as necessidades que vão emergindo enquanto que o futuro deve ser encarado como algo em aberto, repleto de incertezas e riscos; por sua vez, as formas de representação e visualização gráfica devem privilegiar a representação de fluxos e redes; os profissionais do ordenamento do território devem assumir um papel de mediação das múltiplas representações do espaço por parte das populações e as suas competências devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares; a maioria enaltece a importância dos processos de deliberação participativa, aliados a sistemas de governança institucional em torno de estratégias plurais, com modelos de implementação assentes em processos colaborativos e de aprendizagem social. Por último, o ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e estratégico, com processos de monitorização onde se partilha a

informação e os conhecimentos entre as entidades envolvidas e os cidadãos em geral.

No futuro, o desenvolvimento desta pesquisa deve passar por um aperfeiçoamento do questionário, nomeadamente em relação ao equilíbrio do número de princípios por critério analítico e por conceção teórica. É preciso avaliar algumas questões, porque apresentam uma grande percentagem de respostas “não concordo, nem discordo”, pois podem ter suscitado algumas dúvidas. Por outro lado, este questionário devia ser aplicado a uma amostra significativa de estudantes, investigadores e profissionais relacionados com o ordenamento do território, numa escala nacional, para que os resultados pudessem ser representativos e generalizáveis e poder-se retirar ilações mais rigorosas.

Em terceiro lugar, apresentou-se o projeto do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia (OPTG) como um instrumento para reforçar a qualidade e eficiência do planeamento local. De facto, através desta plataforma alicerçada nos domínios da participação, informação e laboratório, pretende-se a produção e difusão de conhecimento relativo ao planeamento e ordenamento do território do município de Vila Nova de Gaia bem como fomentar a participação de todos os interessados nos temas do território e da paisagem. O observatório, através de uma abordagem inovadora em Portugal, pretende: desenvolver estudos e projetos através do seu laboratório orientado para a observação e produção de conhecimento sobre o ordenamento do território; promover a participação dos cidadãos contribuindo para a cultura territorial; apresentar um sistema de informação capaz de monitorizar as dinâmicas sociais, económicas, ambientais e territoriais. Assim, o observatório pode vir a assumir um papel fundamental nos processos de aprendizagem coletiva em torno do território e da paisagem.

A pesquisa desenvolvida concentrou-se sobretudo no domínio da informação. Tendo presente as correntes teóricas que têm influenciado a prática do ordenamento do território (neopositivismo, estruturalismo e pós-modernismo) procurou-se avaliar quais foram os “paradigmas” que mais influenciaram a construção da base de informação do Observatório. Neste âmbito, conclui-se que apesar do paradigma positivista prevalecer na conceção dos indicadores do Observatório do Território e da Paisagem de Gaia, os domínios da *Participação* e do *Laboratório*, por serem estruturas de carácter pós-

modernista, podem alimentar o domínio da *Informação* contribuindo para a construção de um observatório mais integrado e articulado, e simultaneamente mais orientado para as necessidades e para os desafios atuais do ordenamento do território. Além disso, são propostos um conjunto de indicadores que podem ser de grande utilidade para o sistema de monitorização das dinâmicas territoriais do concelho, uma vez que dão resposta a alguns dos objetivos estratégicos do PDM e fornecem informação relevante tendo em vista o desenvolvimento local, a partir de uma conceção teórica neomoderna.

Conclui-se assim que, apesar do paradigma modernista estar muito presente nas formas de conceber e ordenar o território, as representações e algumas das práticas demonstram que existe abertura para novas conceções do espaço e do planeamento, à luz de uma cultura territorial mais neomoderna.

Relativamente ao estágio curricular, deve-se referir que este foi bastante positivo na medida em que permitiu a aplicação de princípios e práticas adequadas ao mundo real do trabalho contribuindo para assimilar as aprendizagens adquiridas ao longo de toda a formação académica, bem como desenvolver novas competências no âmbito do “saber-fazer”. Além disso, o contacto com técnicos de outras áreas de formação e o trabalho em equipa permitiram a troca de saberes e fez enriquecer os meus conhecimentos e competências. De facto, o domínio do ordenamento do território deve cruzar conhecimentos científicos e profissionais de diversas áreas como a arquitetura, a geografia, a sociologia, a economia, entre muitas outras áreas científicas.

Em suma, consegui articular o estágio curricular com a investigação individual e a aprendizagem académica com a aprendizagem profissional.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, António Campar (2006) – “Paisagens : um património e um recurso”. In JACINTO, R.; BENTO, V., (Ed.) - *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*. Porto: Campo das Letras; Guarda: CEI, pp. 31-46.

ASKASIBAR, Miren (1998) – “Política y normativa del paisaje en Europa”. *Lurr@lde invés.esp*, [suporte eletrónico]. N.º21, pp. 155-193, Disponível: <http://www.ingeba.org/lurralde/lurranet/lur21/21asca/21aska.htm> [consultado a 11 de janeiro de 2012).

BALULA, Luis (2007) – “Dialécticas Espaciais na Cidade Contemporânea e o Poder Integrador do Desenho Urbano”, *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º 15, pp. 55-62.

BALULA, Luis (2010) - *Urban Design and Planning Policy: theoretical foundations and prospects for a new urbanism in Portugal*. Tese de Doutoramento, Graduate School—New Brunswick, New Jersey.

BARATA SALGUEIRO, Teresa (2001) – “Paisagem e Geografia”, *Finisterra*, vol. XXXVI, 72, pp. 37-53.

BERTRAND, George (1968) – “Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique”. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, vol. 39, n.º3, Toulouse, pp. 249-276.

BURRIEL DE ORUETA, Eugenio Luis; EZQUIAGA, José M^a.; MATA OLMO, Rafael; MIRALLES GUASCH, Carme; NEL-LO I COLOM, Orio; ROGER FERNANDEZ, Gerardo; ROMERO, Joan; TARROJA, Alexandre; ZOIDO NARANJO, Florencio (2006) - *Manifiesto por una nueva cultura del territorio* [suporte eletrónico]. Protocolo disponível: <http://nuevaculturadelterritorio.wordpress.com/> [consultado a 27 de junho de 2012].

CANCELA D'ABREU, A.; PINTO-CORREIA, T.; OLIVEIRA, R. (2004) - *Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental*. Colecção Estudos 10 – DGOTDU, Lisboa.

CANCELA D'ABREU, Alexandre (2007) – “Paisagem e Ordenamento do Território”. *Inforgeo* n.º 20/21, pp. 73-77.

CANCELA D'Abreu, Alexandre; BOTELHO, Maria João; OLIVEIRA, Maria do Rosário; AFONSO, Marta (2011) – *A Paisagem na revisão dos PDM. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. Documentos de Orientação 02/2011. DGOTDU, Lisboa.

CUNHA, Lúcio; MODESTO DOS PASSOS, Messias, JACINTO, Rui (2010) - *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa. Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal*. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda.

DAVOUDI, Simin; STRANGE, Ian (2009) – “Space and Place in twentieth-century planning – an analytical framework and an historical review”. In DAVOUDI, Simin; STRANGE, Ian (Eds.) – *Conceptions of Space and Place in Strategic Spatial Planning*. London and New York: Routledge, The RTPI Library Series, pp. 1-42.

DAVOUDI, Simin (2012) – “The Legacy of Positivism and the Emergence of Interpretive Tradition in Spatial Planning”, *Regional Studies*, vol. 46, n.º4, pp. 429-441.

DELGADO, Carlos (2010) – *Expansão urbana e fragmentação de áreas com forte aptidão agrícola. O caso de estudo da “bacia leiteira primária” de Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. (Tese)

DELGADO, Carlos; MARQUES, Teresa (2012) - “Reserva agrícola nacional e expansão urbana na bacia leiteira primária de Entre-Douro-e-Minho: fragmentação da paisagem e tipologias de pressão urbanística”. IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: (I)Mobilidades e (Des)Envolvimentos: o Rural desafiado, pp. 1-21.

DIAS, Maria (2002) - *Avaliação do carácter da paisagem como contributo para o ordenamento e gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

DOMINGUES, Álvaro (1998) – “Universidade, Empresas e Território: Reflexões em Torno de uma Articulação (Im)Possível”, *Ensino, Empresas e Território*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp. 33-50.

DUBOIS, Catherine (2009) – “Le paysage, enjeu et instrument de l'aménagement du territoire”, *Biotechnol. Agron. Soc. Environ.*, vol. 13 (2), pp. 309-316.

EEA (2002) – *Towards an urban atlas. Assessment of spatial data on 25 European cities and urban areas*. European Environment Agency, Copenhagen.

FADIGAS, Leonel (2010) – *Urbanismo e Natureza. Os desafios*. Edições Sílabo, Lisboa.

FERRÃO, João (2011) – *O Ordenamento do Território como política pública*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

FERRÃO, João; MOURATO, João (2010) – “A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania. O caso da política de ordenamento do território em Portugal”. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 12, n.º 1, pp. 9-28.

FERREIRA, António (2007) – “Situação e Perspectivas de Gestão do Território em Portugal”. *Sociedade e Território*, vol.40, pp. 4-10.

FERREIRA, Rui (2010) – “Evolução da Paisagem do concelho da Guarda: o último meio século”. In CUNHA, Lúcio; MODESTO DOS PASSOS, Messias, JACINTO, Rui - *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa. Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal*. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, pp. 137-164.

GASPAR, Jorge (2007) – “Notas em torno do processo de elaboração do PNPOT”. *Sociedade e Território*, n.º40, pp.74-86.

GOT (2006) – “Conceito de Indicador”. Revisões bibliográficas sobre indicadores de ambiente e ordenamento do território [suporte eletrónico], Disponível: http://www.igeo.pt/instituto/ceigig/got/17_Planning/Files/indicadores/conceito_indicador.pdf [consultado a 20 de agosto de 2012].

HAJER, Maarten; GRIJZEN, Jantine; KLOOSTER, Susan van't (2010) - *Strong Stories. How the Dutch are Reinventing Spatial Planning: hoe Nederland de planologie opnieuw uitvindt*. Design and Politics, n.º3.

HERRERO, Maria (2009) – “La dimensión material y simbólica de los conflictos territoriales. Una perspectiva para la gobernabilidad de los territorios”. In FARINÓS,

Joaquín; ROMERO, Joan; SALOM, Julia (Ed.) - *Cohesión e intelegencia territorial. Dinámicas y procesos para una mejor planificación y toma de decisiones*. PUV, Valencia, pp. 265-290.

LOUPA-RAMOS, Isabel; SARAIVA, Maria da Graça (2008) – *10 anos de Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo!... e qual o lugar da "paisagem" no ordenamento do território?*, [suporte eletrónico]. Disponível: <http://www.adurbem.pt/images/stories/ficheiros/encontro/Ramos.pdf> [consultado a 15 de janeiro de 2012].

MARQUES, Teresa (2004) - *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*. Edições Afrontamento.

MARQUES, Teresa; ALVES, Paulo (2010) – “O desafio da governança policêntrica”. *Prospectiva e Planeamento*, vol. 17, pp. 141-164.

MATA OLMO, Rafael (2011) – “La gestión del paisaje”. In SIMANCAS CRUZ, Moisés; CORTINA RAMOS, Albert (Coord.) - *Retos y perspectivas de la gestión del paisaje de Canarias. Reflexiones en relación con el 10º aniversario de la firma del Convenio Europeo del Paisaje*. Gobierno de Canarias, pp. 19-39.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007) - *PNPOT: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa.

MOURATO, João Mourais (2009) – “O Território e a (ir)racionalidade da decisão”. *Finisterra*, vol. XLIV, 88, pp. 145-164.

MUNARRIZ GUEZALA, Dámaso (2009) – “El sistema navarro de Gobernanza Territorial. El papel del Observatorio Territorial de Navarra”. In FARINÓS, Joaquín; ROMERO, Joan; SALOM, Julia (Ed.) - *Cohesión e intelegencia territorial. Dinámicas y procesos para una mejor planificación y toma de decisiones*. PUV, Valencia, pp. 215-244.

NOGUÉ, Joan (2007a) – “El web del Observatorio del Paisaje de Cataluña”. *Ar@cne Revista electrónica de recursos en internet sobre geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona* [suporte eletrónico]. N.º98, Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/aracne/aracne-098.htm> [consultado a 23 de julho de 2012].

NOGUÉ, Joan (2007b) – *El Observatorio del Paisaje de Cataluña y los catálogos de paisaje. La participación ciudadana en la ordenación del paisaje*, [suporte eletrónico]. Disponível: <http://www.geogr.unipd.it/setland/071004NogueES.pdf> [consultado a 23 de julho de 2012].

OCDE (2002) – *Rumo a um desenvolvimento sustentável: Indicadores ambientais*. Série Cadernos de Referência Ambiental, v.9, Centro de Recursos Ambientais, Salvador, Brasil.

PALERM SALAZAR, Juan Manuel (2011) – “El Observatorio del Paisaje de Canarias”. In SIMANCAS CRUZ, Moisés; CORTINA RAMOS, Albert (Coord.) – *Retos y perspectivas de la gestión del paisaje de Canarias. Reflexiones en relación con el 10º aniversario de la firma del Convenio Europeo del Paisaje*. Gobierno de Canarias, pp. 87-99.

PEREIRA, Andreia; PEDROSA, António de Sousa (2007) – “Paisagem cultural das montanhas do noroeste de Portugal: um ciclo de construção, desestruturação e reconversão”. *Territorium - Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*, n.º 14, Coimbra, pp. 45-61.

PEREIRA, Margarida (2009) – “Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: Para uma Governabilidade Inteligente do(s) Território(s)”. *Prospectiva e Planeamento*, vol. 16, pp. 77-102.

PINTO-CORREIA, Teresa (2005) – “Paisagem e Identidade: da memória à pós-modernidade”. MEDEIROS, Carlos Alberto (Dir.) – *Geografia de Portugal*, vol. 2, *Sociedade, Paisagem e Cidades*, parte IV, *Paisagens Urbanas*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 151-169.

PNPOT (2007) – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Disponível: <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/> [consultado a 12 de março de 2012].

POVT (2007) – Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013. Disponível: <http://www.povt.qren.pt/tempfiles/20100406171911moptc.pdf> [consultado a 24 de julho de 2012].

RIBEIRO, Orlando (1945) - *Portugal, o Mediterrâneo e Atlântico*. Livraria Sá da Costa Editora, Coleção Nova Universidade, 7ª edição, Lisboa.

RIESEN, Alexander (1999) – “Participação dos cidadãos no planeamento urbano: um projecto desenvolvido na Turíngia, Alemanha”. *Inforgeo*, n.º 14, Edições Colibri, Lisboa, pp. 139-153.

ROJO SALGADO, Argimiro; VARELA Álvarez, Enrique José; RIO FERNANDES, José Alberto, MARQUES, Teresa (2006) - *A Governança na Euro-região Galiza-Norte de Portugal*. Textos para o Debate, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

SARAIVA, Maria da Graça (1999) – *O rio como paisagem*. Textos Universitários de Ciências Sociais, Fundação Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.

SARMENTO, João (2003) – “Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto, pp. 255-265.

SILVA, Carlos (2002) - *Gestão Litoral. Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na definição da capacidade de Carga de Praias. O troço Litoral S. Torpes - Ilha do Pessegueiro*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa.

SILVA, Graça Ponte da (2008) – “Forma urbana e sustentabilidade. Algumas notas sobre o modelo da cidade compacta”. *Prospectiva e Planeamento*, vol.15, pp. 101-126.

SOJA, Edward W. (2000) - *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell.

TARNOWSKI, Camila (2007) - *Percepção da Paisagem: Estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba, Paraná*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

VALE, Mário (2007) – “Discussão Pública do PNPOT: Argumentos e Conclusões de um Debate”. *Inforgeo*, vol. 20/21, pp. 73-77.

VASCONCELOS, Lia; OLIVEIRA, Rosário; CASER, Úrsula (2009) - *Governância e participação na gestão territorial*. Política de Cidades, 5 – DGOTDU, Lisboa.

VILARES, Elisa (2010) – *Sistema Nacional de Indicadores e Dados-base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Análise exploratória de*

sistemas de indicadores como instrumentos na avaliação de políticas públicas. Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

VRIES, Aldert de (2009) – “Gestión de información territorial para la toma de decisiones”. In FARINÓS, Joaquín; ROMERO, Joan; SALOM, Julia (Ed.) - *Cohesión e inteligencia territorial. Dinámicas y procesos para una mejor planificación y toma de decisiones*. PUV, Valencia, pp. 139-152.

Legislação consultada:

Aviso n.º 14327/2009, de 12 de agosto de 2009. *Diário da República n.º 155 – II Série*. Município de Vila Nova de Gaia. [Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia].

Decreto-Lei n.º 187/71, de 8 de maio. *Diário da República n.º 108 – I Série*. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Lisboa. [Parques nacionais e outros tipos de reservas].

Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio. *Diário da República n.º 119 – I Série*. Ministérios da Qualidade de Vida, da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, Lisboa. [Define o quadro regulamentar dos planos diretores municipais], revogado pelo artigo n.º 34 do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março.

Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho. *Diário da República n.º 130 – I Série*. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. Lisboa. [Regime de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)].

Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de junho. *Diário da República n.º 144 – I Série-A*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa. [Regula a elaboração e aprovação dos Planos Especiais de Ordenamento do Território], revogado pelo artigo 159º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro. *Diário da República n.º 222 – I Série-A*. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa. [Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial], alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, na redação atual, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro. *Diário da República n.º 31 – I Série-A*. Lisboa. [aprova a Convenção Europeia da Paisagem].

Lei n.º 11/87, de 7 de abril. *Diário da República n.º 81 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa. [Lei de Bases do Ambiente], alterada pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro e pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro.

Lei n.º 83/95, de 31 de agosto. *Diário da República n.º 201 – I Série-A*. Assembleia da República. Lisboa [Direito de participação procedimental e de ação popular].

Lei n.º 1/97, de 20 de setembro. *Diário da República n.º 218 – I Série-A*. Assembleia da República. Lisboa. [Quarta Revisão da Constituição da República Portuguesa].

Lei n.º 48/98, de 11 de agosto. *Diário da República n.º 184 – I Série-A*. Assembleia da República. Lisboa. [Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo], alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto.

Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. *Diário da República n.º 170 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa. [Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território].

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República n.º 155 – I Série-A*. Assembleia da República. Lisboa. [Sétima Revisão da Constituição da República Portuguesa].

Endereços eletrónicos:

AMBIENTE: 30 anos da Conservação da Natureza em Portugal:

<http://ordembilogos.pt/Arquivo/Maria%20de%20Jesus1.html> [consultado a 26 de janeiro de 2012]

DGOTDU, Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo:

<http://www.dgotdu.pt/default.aspx> [consultado a 21 de janeiro de 2012]

ESPON, European Observation Network, Territorial Development and Cohesion:

<http://www.espon.eu> [consultado a 10 de julho de 2012]

ICNB, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade:

<http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/> [consultado a 30 de janeiro de 2012]

INE, Instituto Nacional de Estatística:

<http://www.ine.pt> [consultado a 10 de julho de 2012]

Observatoire citoyen du paysage, Devenez acteur de votre territoire:

<http://www.paysages-citoyens.be/> [consultado a 1 de junho de 2012]

Observatori del Paisatge:

<http://www.catpaisatge.net/cat/index.php> [consultado a 1 de junho de 2012]

Observatorio Territorial de Navarra:

<http://www.nasursa.es/es/ObservatorioTerritorialNavarra/index.asp> [consultado a 1 de junho de 2012]

Osservatorio del Biellese, Beni Culturali & Paesaggio:

<http://www.osservatoriodelbiellese.it/> [consultado a 1 de junho de 2012]

Osservatorio del Paesaggio dei Parchi del Po e della Collina Torinese:

<http://www.paesaggiopocollina.it/> [consultado a 1 de junho de 2012]

Osservatorio del Paesaggio del Canale di Brenta:

<http://osservatorio-canaledibrenta.it/> [consultado a 1 de junho de 2012]

Osservatorio del Paesaggio, Paesaggi D'Abruzzo:

<http://www.regione.abruzzo.it/osservatorioPaesaggio/> [consultado a 1 de junho de 2012]

Osservatorio del Paesaggio Per il Monferrato Casalese:

<http://www.odpm.it/> [consultado a 1 de junho de 2012]

Osservatorio del Paesaggio Per il Monferrato e L'Astigiano:

<http://www.osservatoriodelpaesaggio.org/> [consultado a 1 de junho de 2012]

PORDATA, Bases de Dados Portugal Contemporâneo:

<http://www.pordata.pt/> [consultado a 10 de julho de 2012]



ANEXOS

“Os processos de ordenamento do território (...) são um instrumento de transformação dos territórios e das paisagens, que afectam a vida das populações. Como tal, todos os instrumentos de ordenamento territorial devem ter um carácter integrador que seja garantia de estratégias coerentes de salvaguarda de recursos e valores ambientais, naturais e paisagísticos, tendo em conta o princípio da economia e da responsabilidade social no uso do solo e na gestão territorial e urbana.”

Leonel Fadigas (2010)

ANEXO I – OBJETIVO ESTRATÉGICO: REFORÇO DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO TERRITORIAL – OBJETIVOS ESPECÍFICOS E MEDIDAS PRIORITÁRIAS

OE1	Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território
	1. Criar o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo como estrutura responsável pelo acompanhamento e avaliação das dinâmicas territoriais e dos instrumentos de gestão territorial. 2. Criar um portal eletrónico sobre o ordenamento do território que organize a partilha de informação entre serviços públicos e particulares, incluindo o acesso em linha a todos os planos em vigor. 3. Desenvolver um Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral como instrumento de apoio à administração pública e de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas. 4. Promover o desenvolvimento de infraestruturas de adensamento da malha geodésica para melhorar a produção de cartografia. 5. Desenvolver o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)
OE2	Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial
	1. Atualizar e simplificar a base jurídica e os procedimentos administrativos com repercussão no ordenamento do território e no urbanismo, promovendo a sua eficiência e a melhor articulação entre as várias entidades públicas envolvidas. 2. Simplificar o relacionamento dos cidadãos com as entidades com competência no licenciamento de projetos com impacto territorial, através da concentração dos serviços de atendimento e de processamento numa ótica de balcão único. 3. Alargar as atribuições das Autarquias Locais, aprofundando o processos de descentralização administrativa, rever os regimes jurídicos das Associações de Municípios e das Áreas Metropolitanas e reforçar as competências municipais em matéria de ordenamento do território, responsabilizando as Autarquias pela qualidade dos planos, pela sua conformidade com os instrumentos territoriais de ordem superior e pela sua execução em tempo útil. 4. Valorizar o papel das CCDR, no território continental, no acompanhamento das competências exercidas pelos municípios e na promoção de estratégias concertadas de desenvolvimento às escalas regional e sub-regional. 5. Reforçar os meios e a capacidade de intervenção das inspeções sectoriais e da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT), em particular, para que esta possa assegurar com eficácia o acompanhamento e a avaliação do cumprimento da legalidade nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, designadamente em relação à salvaguarda do património e dos recursos naturais, dos meios e recursos hídricos, da zona costeira e do domínio público marítimo. 6. Desenvolver um programa coerente de atualização e formação especializada no domínio do ordenamento do território e do urbanismo dirigido prioritariamente aos agentes da administração pública desconcentrada e das autarquias locais.
OE3	Promover a participação cívica e institucional nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial
	1. Reforçar os mecanismos de acesso à informação no âmbito da elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente através do uso das TIC, com vista a uma maior co-responsabilização e envolvimento da sociedade civil. 2. Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de Programas de Ação Territorial. 3. Rever os modelos de acompanhamento, participação e concertação previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, no sentido de garantir o maior envolvimento das entidades públicas e das organizações económicas, sociais, culturais e ambientais desde a fase inicial de definição do conteúdo e das principais opções desses instrumentos. 4. Incentivar a organização e a participação qualificada da sociedade civil na prestação de serviços de interesse geral, promovendo parcerias e redes de base territorial
OE4	Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território
	1. Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral. 2. Introduzir e reforçar nos programas dos vários graus de ensino, desde o ensino básico ao secundário, os princípios orientadores de boas práticas de ordenamento e qualificação do território. 3. Estimular o contributo e a participação dos jovens em ações de ordenamento do território, nomeadamente no quadro do Programa Nacional da Juventude e do Voluntariado Jovem com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas. 4. Fomentar a investigação e a inovação na área do ordenamento do território e do urbanismo, nomeadamente através da instituição de bolsas de estudo e prémios especiais 5. Divulgar boas práticas em ordenamento do território e urbanismo e incentivar a participação em concursos para atribuição de prémios a nível internacional.

Fonte: PNPOT (2007:56-60)

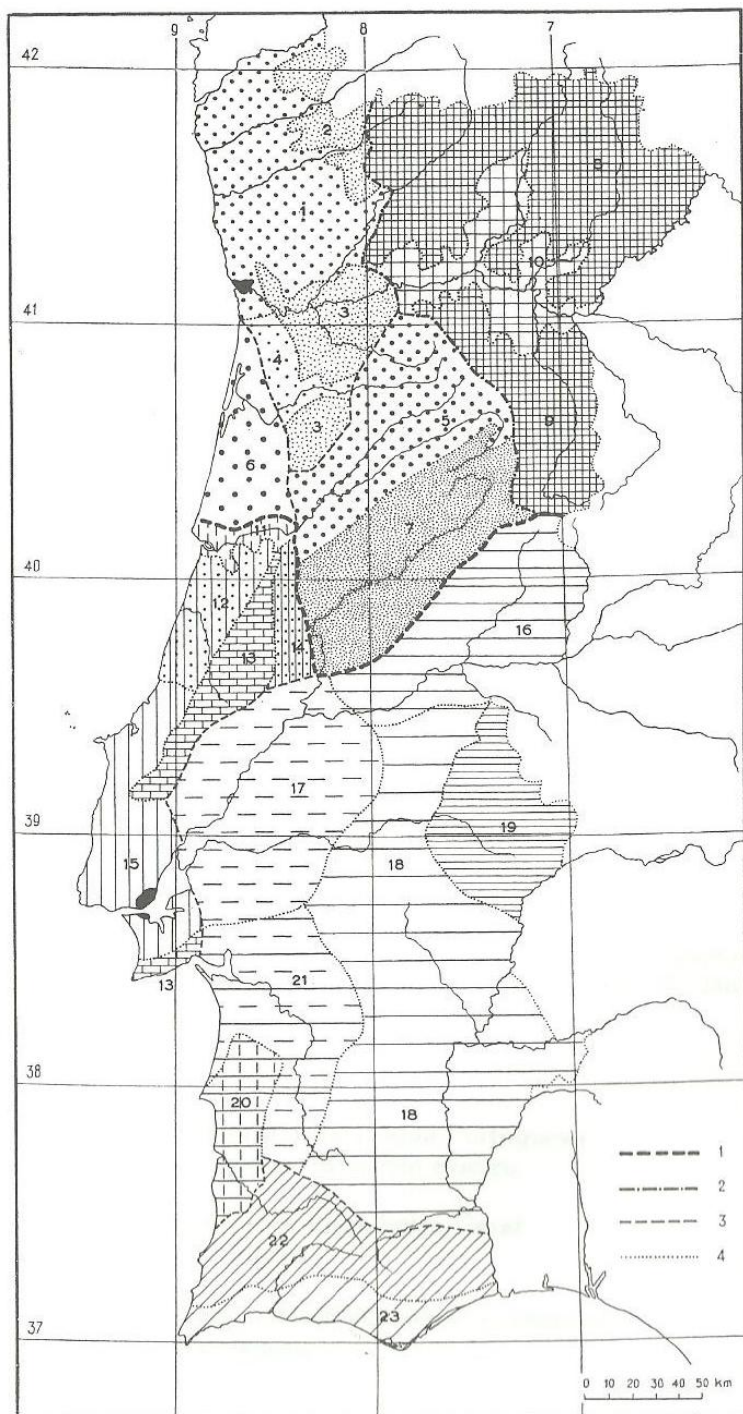
ANEXO II – ESTUDOS ACADÉMICOS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM PORTUGUESA

A obra de referência de Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) identifica vinte e três unidades de paisagem circunscritas a três divisões geográficas fundamentais que demonstram o contraste entre as influências mediterrâneas e atlânticas: o “Norte Atlântico”, o “Norte Transmontano” e o “Sul”.

Dentro da Divisão Geográfica do “Norte Atlântico” são identificadas as unidades de paisagem: Entre Douro e Minho, Montanha do Minho, Montanhas do Norte da Beira e do Douro, Terras de média altitude da Beira Litoral, Planaltos da Beira Alta, Beira Litoral e, por último, a Cordilheira Central; a Divisão Geográfica “Norte Transmontano” inclui as unidades de paisagem: Planaltos e montanhas de Trás-os-Montes, Planaltos e montanhas da Beira transmontana e a unidade de paisagem Alto Douro e depressões anexas. Por fim, a Divisão Geográfica “Sul - Estremadura” é constituída pelas unidades de paisagem do Baixo Mondego, Estremadura setentrional geralmente baixa, Maciços calcários da Estremadura e Arrábida, Depressões e Colinas, Estremadura Meridional geralmente acidentada; na Divisão Geográfica “Sul – Alentejo” são identificadas as unidades de paisagem da Beira Baixa, Ribatejo, Alentejo de planície com raras elevações isoladas, Alto Alentejo, Alentejo litoral com elevações e Depressão do Sado. A Divisão Geográfica “Sul – Algarve” compreende as unidades de paisagem da Serra Algarvia e do Algarve Litoral ou Baixo Algarve.

Este estudo considera os fatores físicos como determinantes na construção das paisagens sendo que o autor destaca a posição geográfica e a forma de Portugal, e consequentemente, as influências climáticas atlânticas, mediterrâneas e continentais; o relevo vigoroso e contrastado entre o Norte e o Sul e entre o litoral e o interior; a grande variedade em termos litológicos e uma costa bastante extensa. Contudo, o autor considera relevante a ação do Homem sobre este conjunto natural cujo resultado corresponde à identidade e ao carácter do próprio local. Teresa Pinto-Correia (2005:156) considera a análise de Orlando Ribeiro sobre “os aspectos determinantes da paisagem portuguesa, tanto os naturais como os culturais e tanto na sua diversidade como na sua unidade, se mantém predominantemente actual ainda nos dias de hoje.”

▪ **Mapa das Divisões Geográficas e Unidades de Paisagem de Orlando Ribeiro**



LEGENDA:

Limites:

1. Limite entre o Norte e o Sul.
2. Limite entre as áreas atlântica e transmontana.
3. Outros limites importantes determinados pelo relevo ou pela natureza das rochas.
4. Limites entre áreas pertencentes ao mesmo conjunto de paisagens.

Unidades de paisagem:

1. Entre Douro e Minho.
2. Montanha do Minho.
3. Montanhas do Norte da Beira e do Douro.
4. Terras de média altitude da Beira litoral.
5. Planaltos da Beira Alta.
6. Beira litoral.
7. Cordilheira Central.
8. Planaltos e montanhas de Trás-os-Montes.
9. Planaltos e montanhas da Beira transmontana.
10. Alto Douro e depressões anexas.
11. Baixo Mondego.
12. Estremadura setentrional, geralmente baixa.
13. Maciços calcários da Estremadura e Arrábida.
14. Depressões e colinas entre 7 e 13.
15. Estremadura meridional, geralmente acidentada.
16. Beira Baixa.
17. Ribatejo.
18. Alentejo de planície com raras elevações isoladas.
19. Alto Alentejo.
20. Alentejo litoral com elevações.
21. Depressão do Sado.
22. Serra Algarvia.
23. Algarve litoral ou Baixo Algarve.

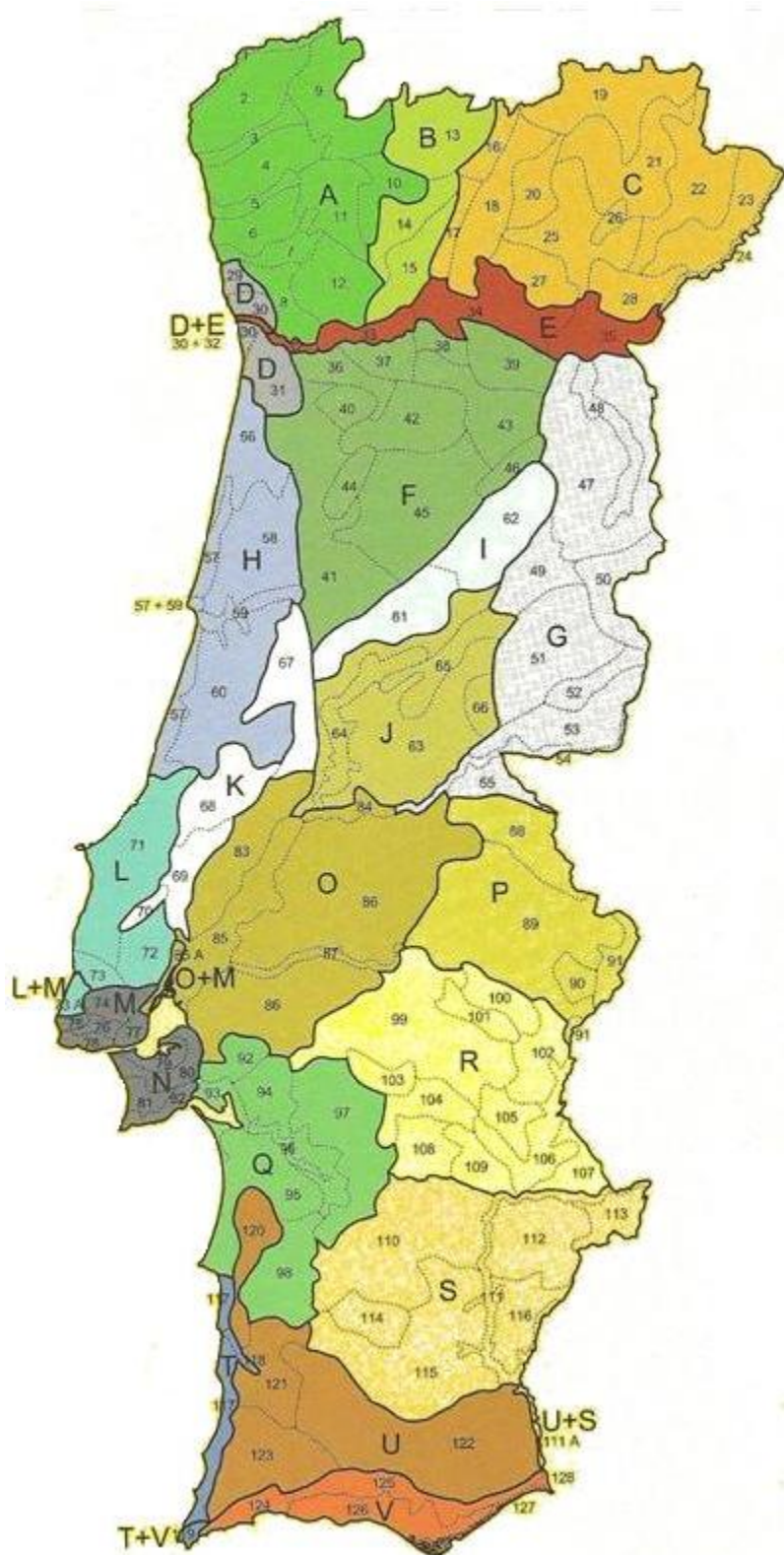
Fonte: Ribeiro; 1998: 189

Com pouco mais de meio século de intervalo, surge o recente estudo sobre a *Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental* com o objetivo de considerar todo o território nacional de uma forma homogénea, identificando as suas unidades de paisagem e caracterizando-as o mais detalhadamente possível. Foram identificadas cento e vinte e oito unidades de paisagem, organizadas em vinte e dois grupos de unidades: Entre Douro e Minho, Montes entre Larouco e Marão, Trás-os-Montes, Área Metropolitana do Porto, Douro, Beira Alta, Beira Interior, Beira Litoral, Maciço Central, Pinhal do Centro, Maciço Calcário da Estremadura, Estremadura-Oeste, Área Metropolitana de Lisboa-Norte, Área Metropolitana de Lisboa-Sul, Ribatejo, Alto Alentejo, Terras do Sado, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino, Serras do Algarve e do Litoral Alentejano e, por fim, Algarve.

Este estudo teve como objetivo identificar as unidades de paisagem em Portugal, baseando-se na compreensão do seu carácter, num processo homogéneo, com as mesmas bases de informação e os mesmos critérios. Segundo Teresa Pinto-Correia (2005:158), este estudo procurou ser “holístico e integrador” no que respeita às dimensões ecológica, cultural, socioeconómica e sensorial. Assim, a dimensão ecológica corresponde à parte física e biológica dos ecossistemas; a dimensão cultural refere-se aos fatores históricos e às questões identitárias; a vertente socioeconómica diz respeito aos fatores sociais e às atividades económicas bem como às respetivas regulamentações que condicionam a ação humana; e, por último, a dimensão sensorial que corresponde às impressões causadas pela paisagem em cada observador.

Tal como afirma Teresa Pinto-Correia, num momento em que as “paisagens em geral, e as portuguesas em especial, estão num processo de transformação tão abrangente” este estudo não pode ser encarado como algo definitivo e estático devendo ser visto como um “contributo para a leitura e compreensão da paisagem portuguesa no início do século XXI, com a sua unidade, a sua diversidade e as suas dinâmicas” (Pinto-Correia; 2005:162).

- Unidades e Grupos de Unidades de Paisagem de Portugal Continental, identificadas no estudo da Universidade de Évora para a DGOTDU (2004)



LEGENDA:

A- Entre Douro e Minho

1. Vale do Minho
2. Entre Minho e Lima
3. Vale do Lima
4. Entre Lima e Cávado
5. Vale do Cávado
6. Entre Cávado e Ave
7. Vale do Ave
8. Serra de Aboboreira
9. Serra da Peneda-Gerês
10. Serra da Cabreira e Montelongo
11. Minho Interior
12. Baixo Tâmega e Sousa

B- Montes entre Larouco e Marão

13. Serras do Larouco e Barroso
14. Terras de Basto
15. Serras do Marão e Alvão

C- Trás-os-Montes

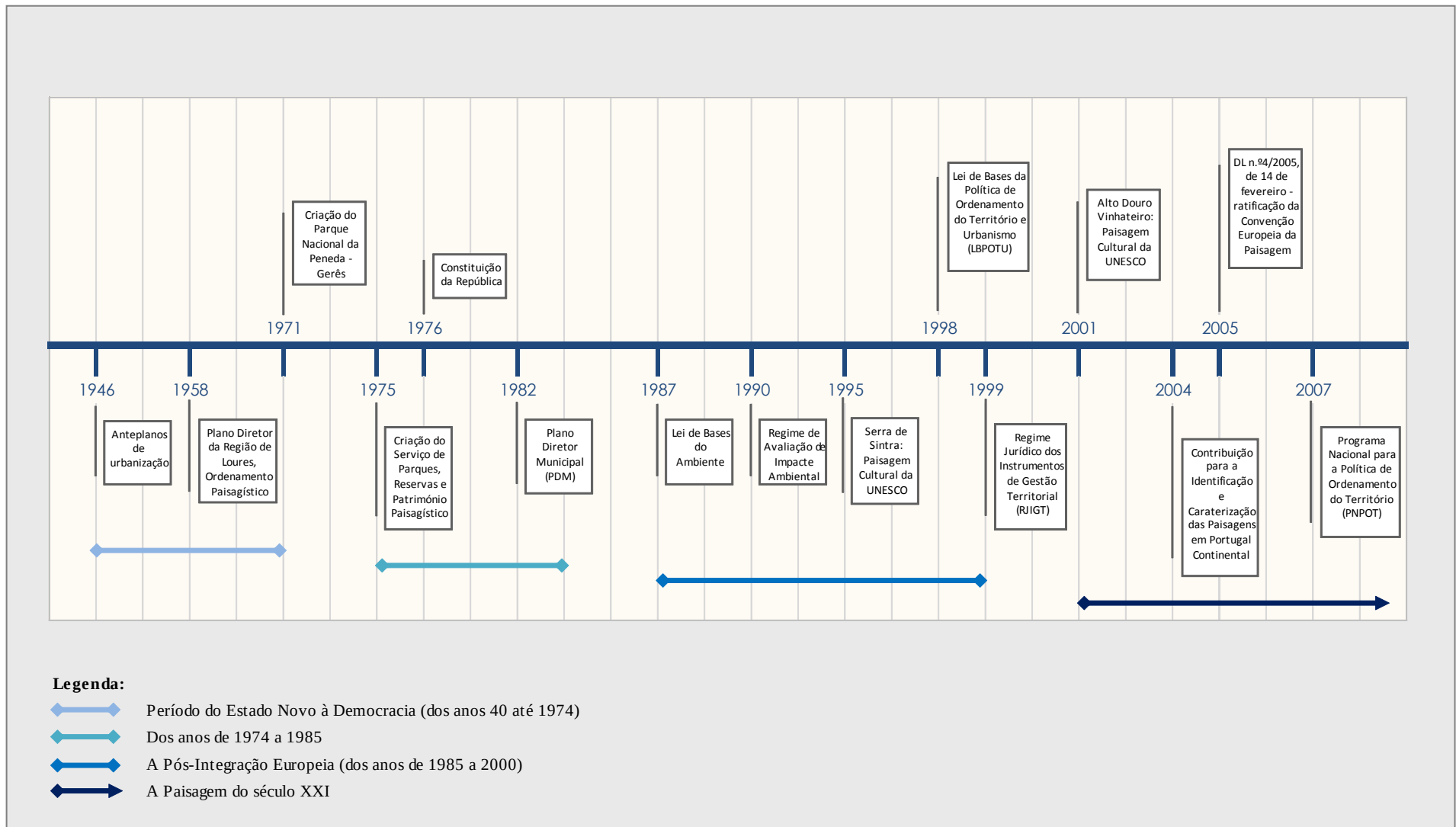
16. Veiga de Chaves
17. Vale do Corgo
18. Serras de Falperra e Padrela
19. Terra Fria Transmontana
20. Baixa de Valpaços
21. Terras de Bragança/Macedo de Cavaleiros
22. Vale do Sabor
23. Planalto Mirandês
24. Douro Internacional
25. Terra Quente Transmontana
26. Serra de Bornes
27. Baixo Tua e Ansiães
28. Baixo Sabor e Terras Altas de Moncorvo

D- Área Metropolitana do Porto

Fonte: Cancela d'Abreu; 2004

	29. Litoral a Norte do Porto				
	30. Grande Porto				
	31. Espinho-Feira- S. João da Madeira				
E-	Douro		K-	Maçãos calcários da Estremadura	100. Maciço Calcário; Estremoz – Borba – Vila Viçosa
	32. Baixo Douro			67. Maciço Calcário Coimbra- Tomar	101. Serra de Ossa
	33. Riba-Douro			68. Serras de Aire e Candeeiros	102. Terras de Alandroal e Terena
	34. Douro Vinhateiro			69. Colinas de Rio Maior – Ota	103. Serra de Monfurado
	35. Alto Douro			70. Serra de Montejunto	104. Campos Abertos de Évora
F-	Beira Alta		L-	Estremadura Oeste	105. Campos de Reguengos de Monsaraz
	36. Baixo Paiva			71. Oeste	106. Albufeira de Alqueva e envolventes
	37. Serra de Montemuro			72. Oeste Interior: Bucelas – Alenquer	107. Terras de Amareleja – Mourão
	38. Pomares de Lamego e Moimenta da Beira			73. Oeste Sul: Mafra – Sintra	108. Terras de Viana – Alvito
	39. Planalto de Penedono		M-	Área Metropolitana de Lisboa – Norte	109. Serra de Portel
	40. Serra da Arada			74. Terra Saloia	
	41. Montes Ocidentais da Beira Alta			75. Serra de Sintra – Cabo da Roca	S-
	42. Alto Paiva e Vouga			76. Linha de Sintra	Baixo Alentejo
	43. Serras de Leomil e Lapa			77. Lisboa	110. Terras Fortes do Baixo Alentejo
	44. Serra do Caramulo			78. Costa do Sol – Guincho	111. Vale do Baixo Guadiana e afluentes
	45. Dão e Médio Mondego				112. Olivais de Moura e Serpa
	46. Cova de Celorico		N-	Área Metropolitana de Lisboa – Sul	113. Barrancos
G-	Beira Interior			79. Arco Ribeirinho Almada – Montijo	114. Campo Branco de Castro Verde
	47. Planalto da Beira Transmontana			80. Outra Banda Interior	115. Campos de Ourique – Almodôvar – Mértola
	48. Vale do Côa			81. Charneca da Lagoa de Albufeira	116. Serras de Serpa e Mértola
	49. Cova da Beira			82. Serra da Arrábida – Espichel	
	50. Penha Garcia e Serra da Malcata		O-	Ribatejo	T-
	51. Castelo Branco- Penamacor-Idanha			83. Colinas do Ribatejo	Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino
	52. Campina de Idanha			84. Médio Tejo	117. Litoral Alentejano e Vicentino
	53. Beira Baixa – Tejo Internacional			85. Vale do Tejo – Lezíria	118. Vale do Mira
	54. Tejo Superior e Internacional			86. Charneca Ribatejana	119. Ponta de Sagres e Cabo de S. Vicente
	55. Terras de Nisa			87. Vale do Sorraia	
H-	Beira Litoral		P-	Alto Alentejo	U-
	56. Ria de Aveiro e Baixo Vouga			88. Serra de S. Mamede	Serras do Algarve e do Litoral Alentejano
	57. Pinhal Litoral Aveiro – Nazaré			89. Peneplanície do Alto Alentejo	120. Serras de Grândola e do Cercal
	58. Bairrada			90. Colinas de Elvas	121. Colinas de Odemira
	59. Coimbra e Baixo Mondego			91. Várzeas do Caia e Juromenha	122. Serra do Caldeirão
	60. Beira Litoral: Leira- Ourém-Soure				123. Serra de Monchique e envolventes
I-	Maciço Central		Q-	Terras do Sado	V-
	61. Serras da Lousã e Açor			92. Areias de Pegões	Algarve
	62. Serra da Estrela			93. Estuário do Sado	124. Barlavento Algarvio
				94. Charneca do Sado	125. Barrocal Algarvio
J-	Pinhal do Centro			95. Pinhais do Alentejo Litoral	126. Litoral do Centro Algarvio
	63. Pinhal Interior			96. Vale do Baixo Sado	127. Ria Formosa
	64. Vale do Zêzere			97. Montados da Bacia do Sado	128. Foz do Guadiana
	65. Serras da Gardunha, de Alvelos e do Moradal			98. Terras do Alto Sado	
	66. Mosaico AgroFlorestal – Castelo Branco		R-	Alentejo Central	
				99. Montados e Campos Abertos do Alentejo Central	

ANEXO III – CRONOGRAMA SOBRE A INTEGRAÇÃO DA PAISAGEM NOS PROCESSOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM PORTUGAL: MARCOS RELEVANTES



ANEXO IV – MODELO DE INQUÉRITO SUBMETIDO AOS ESTUDANTES, INVESTIGADORES E PROFISSIONAIS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO



Este inquérito realiza-se no âmbito de um projeto de investigação - “As diferentes concepções do espaço no urbanismo e no ordenamento do território”, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (GEOGOT/FLUP). Neste inquérito não existem respostas certas ou erradas, pretende-se apenas a sua opinião pessoal e sincera. Todas as informações e dados obtidos serão tratados com a máxima confidencialidade, sendo o tempo médio de resposta estimado em 10 minutos.

Estudantes:

- A – Género
- B – Idade
- C – Escolaridade
- D – Profissão
- E – Curso

Investigadores:

- A – Género
- B – Idade
- C – Escolaridade
- D – Profissão
- E – Centro de Investigação
- F – Grupo de Investigação

Profissionais:

- A – Género
 - B – Idade
 - C – Escolaridade
 - D – Profissão
 - E – Instituição
 - F – Departamento
-

Para cada princípio apresentado, responda consoante a sua posição:

1- Discordo Totalmente 2- Discordo 3- Nem discordo, nem concordo 4- Concordo 5- Concordo Totalmente

1. Os espaços devem ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear. ____
2. Os espaços urbanos devem ser interpretados seguindo as apropriações sociais. ____
3. Os espaços urbanos devem ser interpretados de uma forma tridimensional: percecionados individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente. ____
4. Os espaços urbanos devem ser o espelho de relações de poder (social, política e económica) diferenciadas. ____
5. Os lugares devem ser entendidos como entidades objetivas. ____
6. Os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações. ____
7. As diferentes áreas urbanas devem ser entendidas de uma forma objetiva, mensurável e cartografável ____
8. Os espaços urbanos devem ser concebidos e estruturados seguindo lógicas reticulares. ____
9. Os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e numa configuração aureolar. ____
10. Os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais. ____
11. Os processos de globalização esvaziaram a urbanidade local, logo o ordenamento deve focar-se na afirmação das pequenas comunidades. ____
12. Os espaços urbanos devem ser desenhados seguindo lógicas hierárquicas e com delimitações fixas de usos ou funções. ____

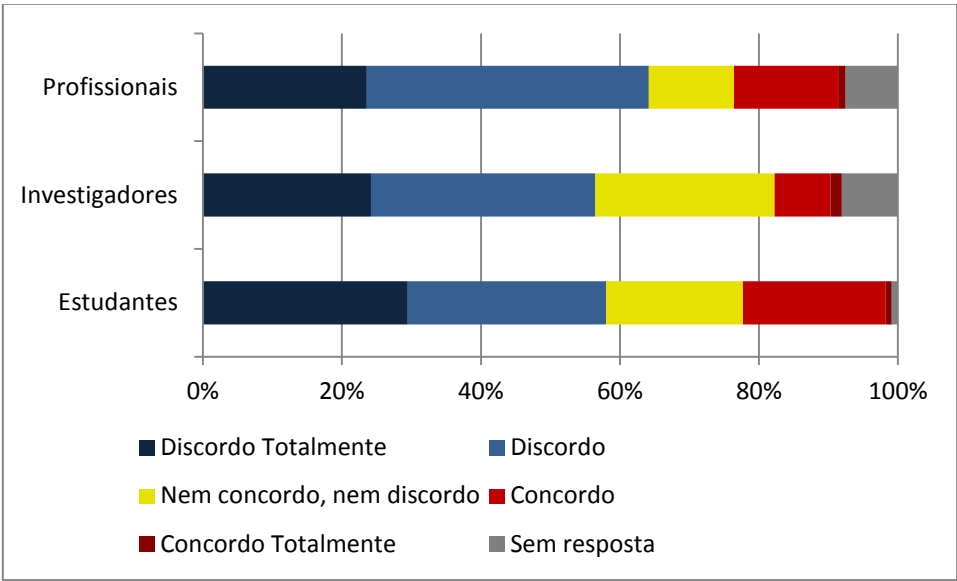
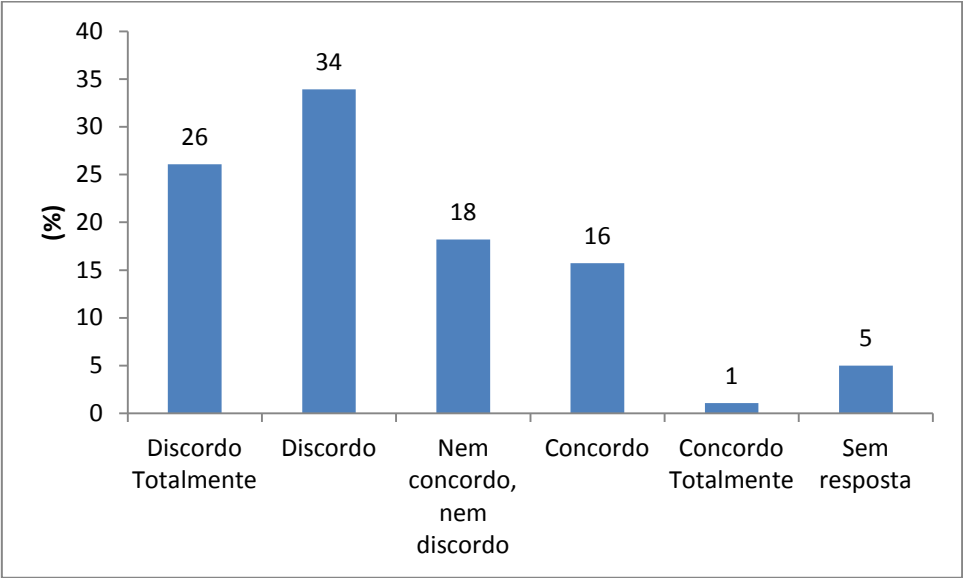
13. Os espaços urbanos encontram-se em constante reconfiguração, logo as propostas urbanísticas devem assentar em proposta flexíveis. ____
14. A avaliação da qualidade da paisagem deve recorrer a análises estatísticas complexas de forma a assegurar uma maior objetividade dos dados obtidos. ____
15. O ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e seguindo uma perspectiva estratégica, assente na flexibilidade inclusiva e uma sensibilidade diversificada. ____
16. A paisagem não deve assumir grande importância nas questões do urbanismo e do ordenamento do território. ____
17. O processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral. ____
18. No urbanismo e no ordenamento do território o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço. ____
19. Na reflexão urbanística deve-se privilegiar o tempo relativamente ao espaço. ____
20. O tempo, no ordenamento do território, deve ser real, privilegiando-se as necessidades que vão emergindo. ____
21. A conceção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social. ____
22. Os técnicos do ordenamento do território devem ter uma perspectiva de planeamento alicerçada na previsibilidade (previsão do que vai ser o futuro). ____
23. No ordenamento do território, o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências. ____
24. O mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos, redes, imagens e narrativas. ____
25. Os espaços devem ser concebidos e cartografados segundo modelos estáticos e bidimensionais, assentes em protótipos computacionais. ____
26. O plano, no ordenamento do território, deve ser a meta ou o futuro. ____
27. Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações. ____
28. Os especialistas do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel chave na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço. ____
29. Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ter competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário. ____
30. Os técnicos do ordenamento do território devem estar munidos de um conhecimento científico preferencialmente especializado. ____
31. As competências dos profissionais do ordenamento do território devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares. ____
32. As abordagens no planeamento devem seguir uma estratégia de imposição hierárquica descendente (*top-down*), em que o Estado assume um papel pivô. ____

33. Na conceção do espaço deve-se dar ênfase aos processos de deliberação participativa. ____
34. A participação pública no urbanismo e no ordenamento do território deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população. ____
35. No urbanismo e no ordenamento do território os planos devem configurar uma lógica de governo formal e obrigatoriamente vinculativos. ____
36. No ordenamento do território as relações de poder, devem reger-se por estratégias de governança plural. ____
37. Os profissionais do ordenamento do território devem ter um espírito corporativo associado à defesa dos seus interesses sociais, económicos e profissionais. ____
38. O Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades. ____
39. A implementação dos projetos urbanos deve apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem social. ____
40. O urbanismo e o ordenamento do território deve assentar num sistema estrito de regulação de uso do solo. ____
41. O urbanismo e o ordenamento do território deve ser perspectivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais. ____
42. No ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado”. ____
43. O ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral. ____
44. O ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais. ____
45. No ordenamento da paisagem deve-se dar importância à opinião pública de forma a conhecermos as suas preferências e os seus usos dominantes. ____

Muito obrigada pela sua colaboração!

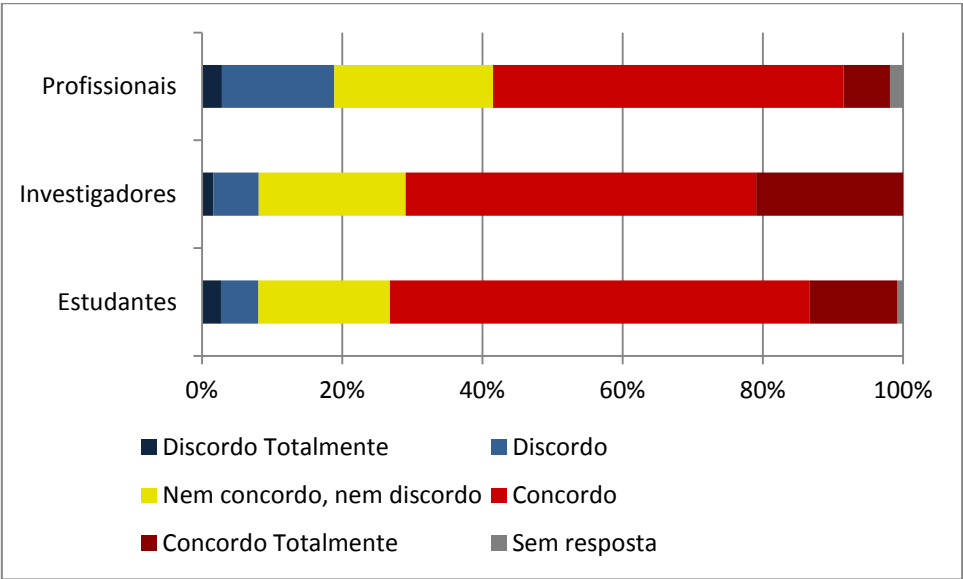
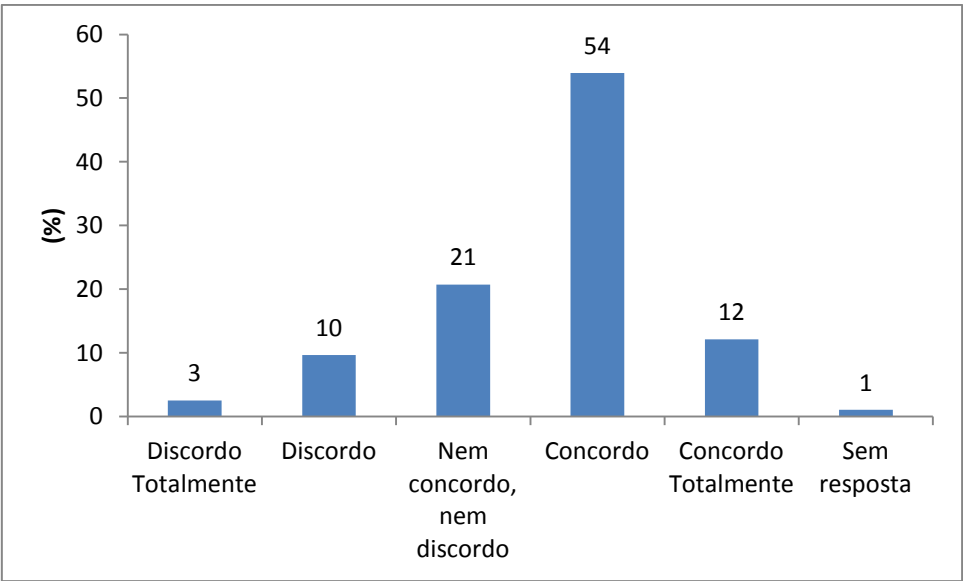
ANEXO V – RESULTADOS

P1 - Os espaços devem ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear.



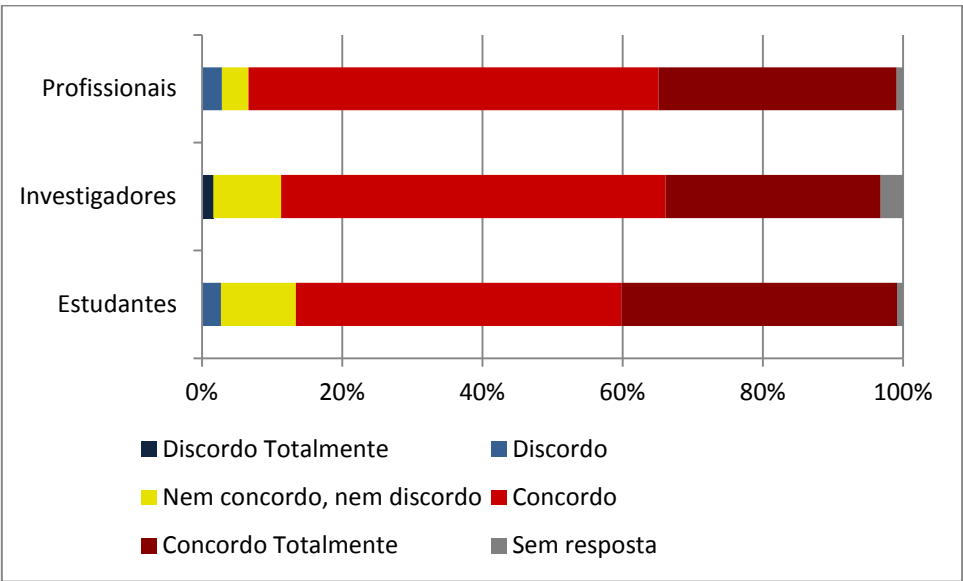
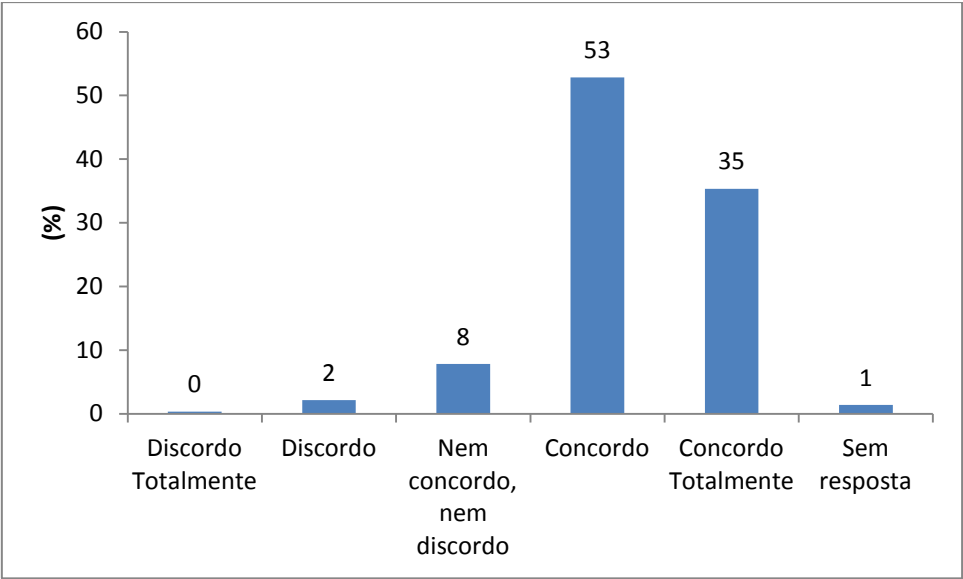
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	26%	34%	18%	16%	1%	5%
Estudantes	29%	29%	20%	21%	1%	1%
Investigadores	24%	32%	26%	8%	2%	8%
Profissionais	24%	41%	12%	15%	1%	8%

P2 - Os espaços urbanos devem interpretados seguindo as apropriações sociais.



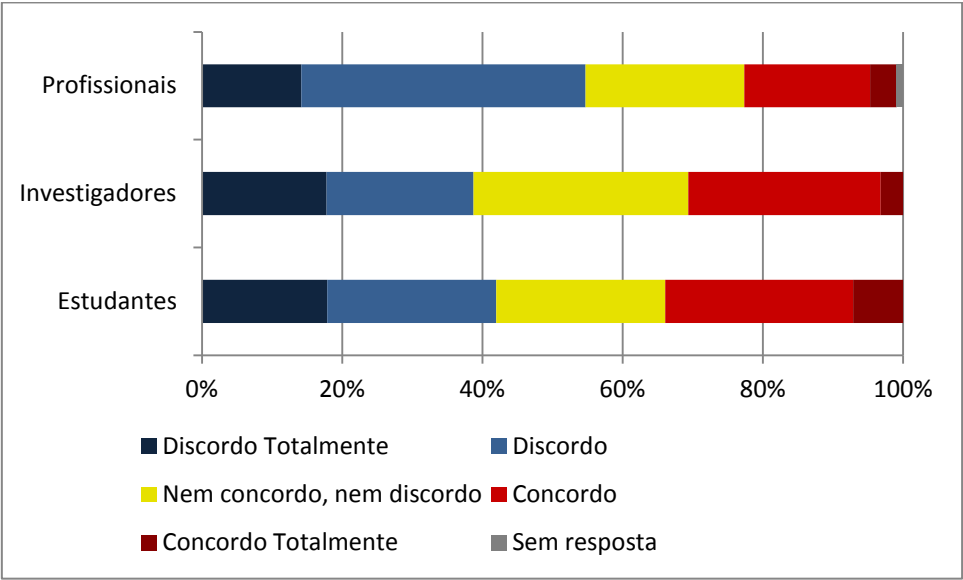
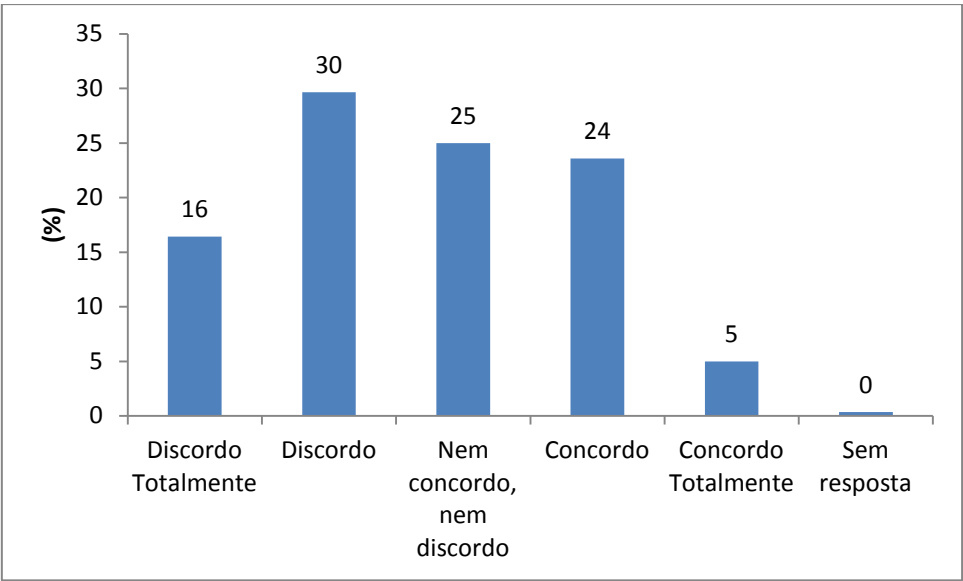
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	3%	10%	21%	54%	12%	1%
Estudantes	3%	5%	19%	60%	13%	1%
Investigadores	2%	6%	21%	50%	21%	0%
Profissionais	3%	16%	23%	50%	7%	2%

P3 - Os espaços urbanos devem ser interpretados de uma forma tridimensional: percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente.



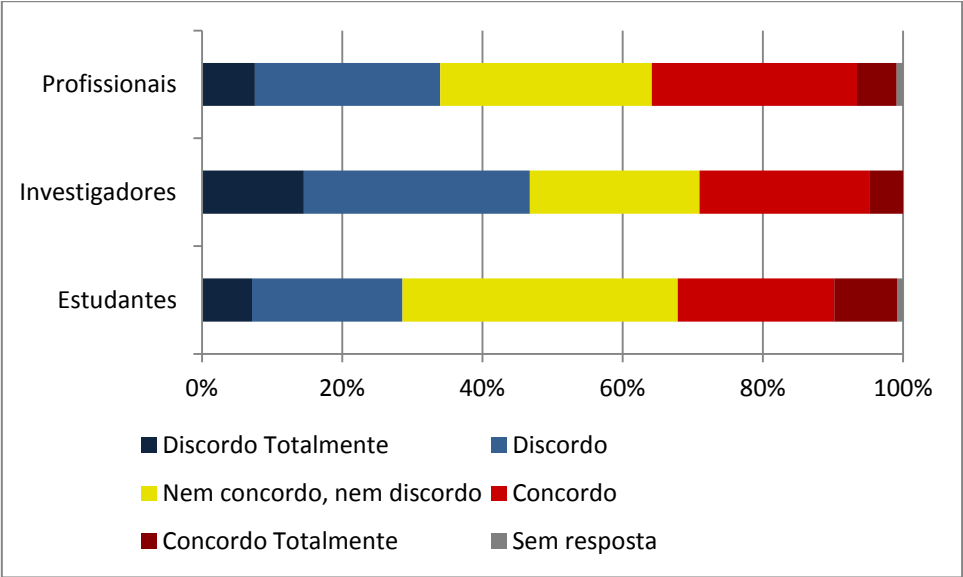
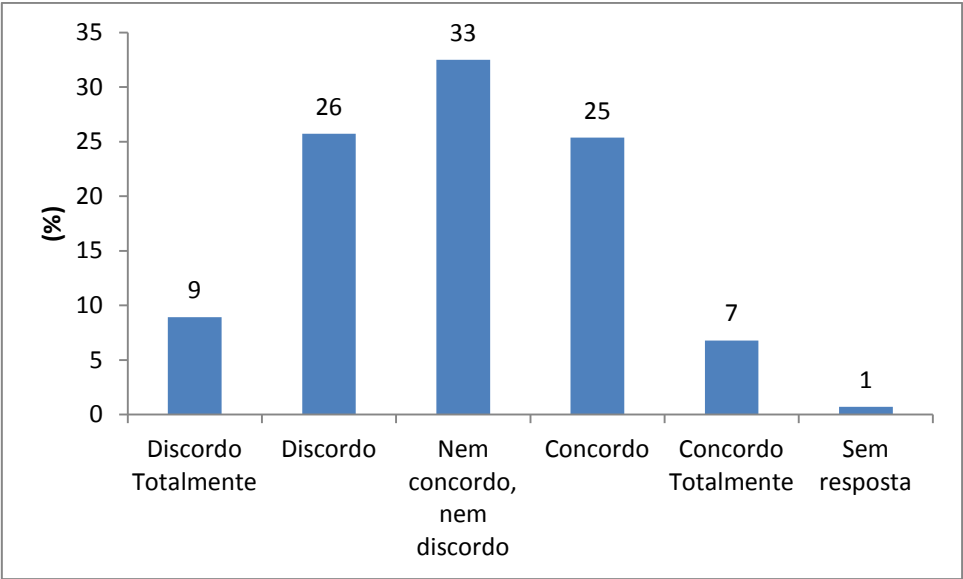
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	2%	8%	53%	35%	1%
Estudantes	0%	3%	11%	46%	39%	1%
Investigadores	2%	0%	10%	55%	31%	3%
Profissionais	0%	3%	4%	58%	34%	1%

P4 - Os espaços urbanos devem ser o espelho de relações de poder (social, política e económica) diferenciadas.



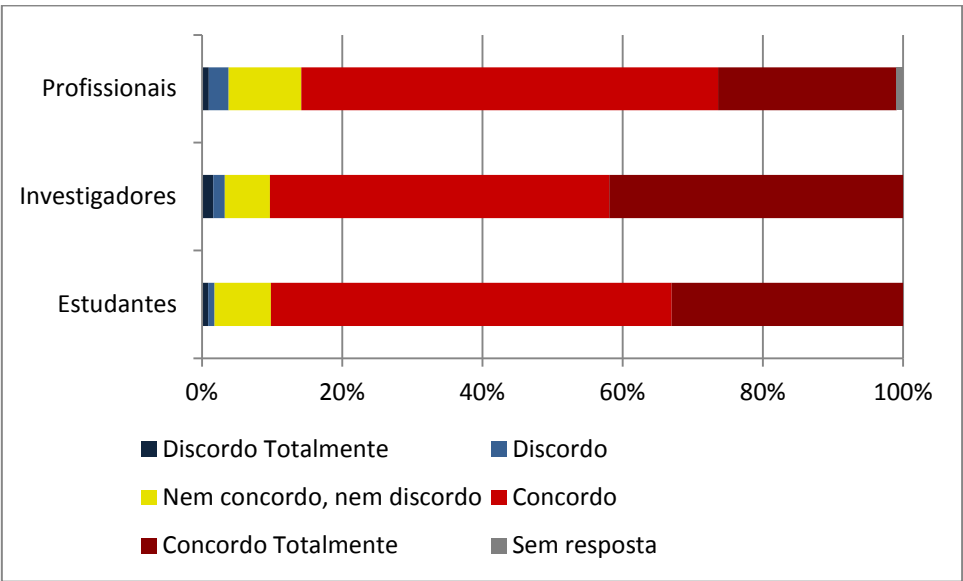
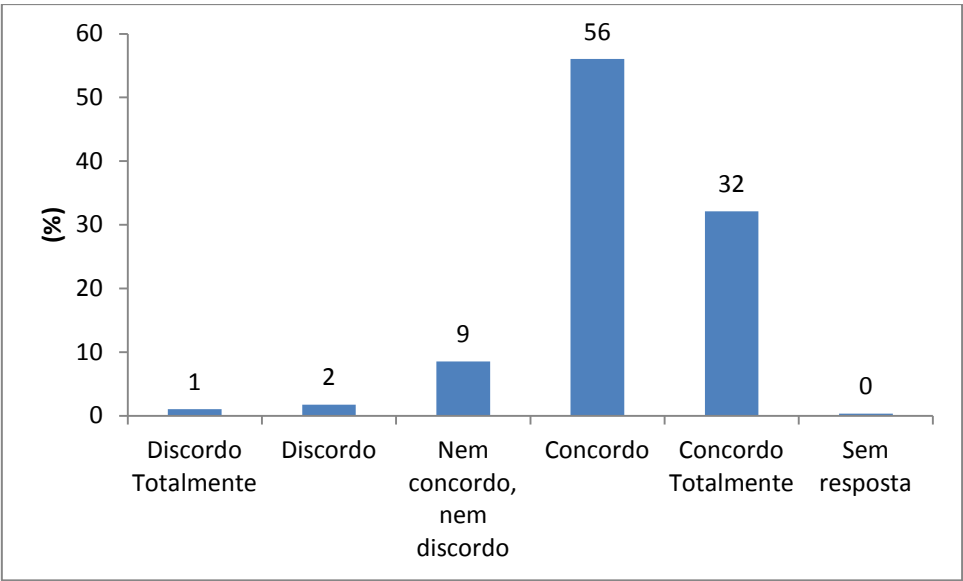
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	16%	30%	25%	24%	5%	0%
Estudantes	18%	24%	24%	27%	7%	0%
Investigadores	18%	21%	31%	27%	3%	0%
Profissionais	14%	41%	23%	18%	4%	1%

P5 - Os lugares devem ser entendidos como entidades objetivas.



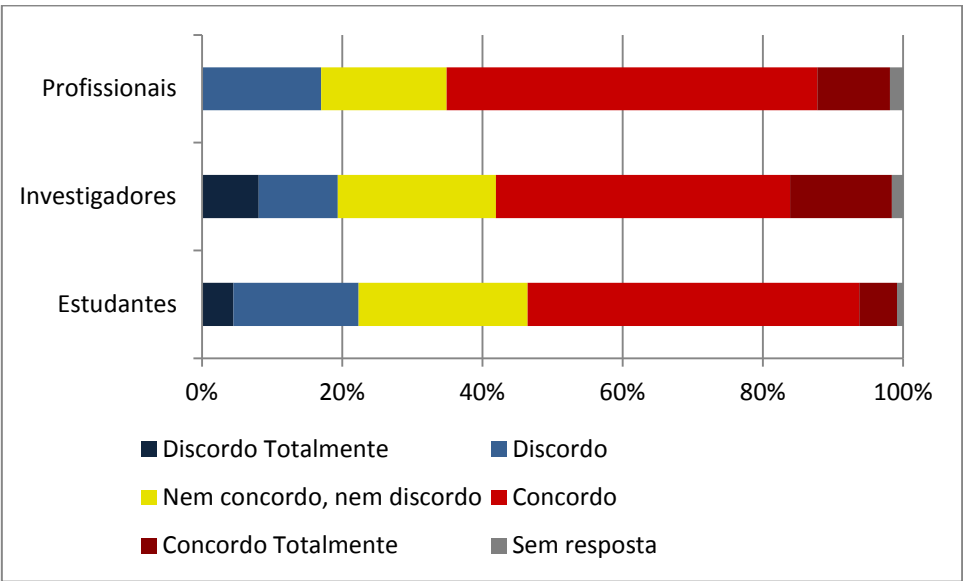
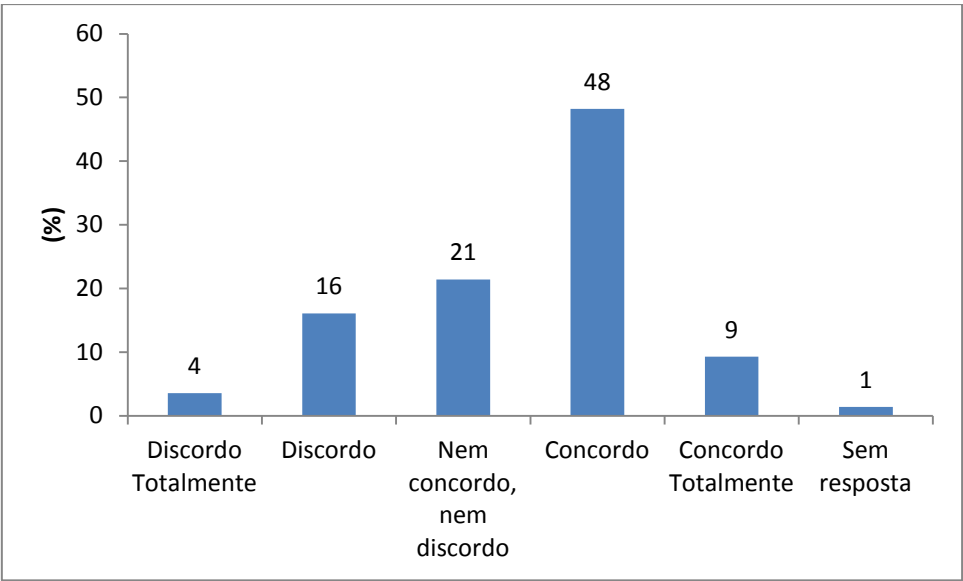
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	9%	26%	33%	25%	7%	1%
Estudantes	7%	21%	39%	22%	9%	1%
Investigadores	15%	32%	24%	24%	5%	0%
Profissionais	8%	26%	30%	29%	6%	1%

P6 - Os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações.



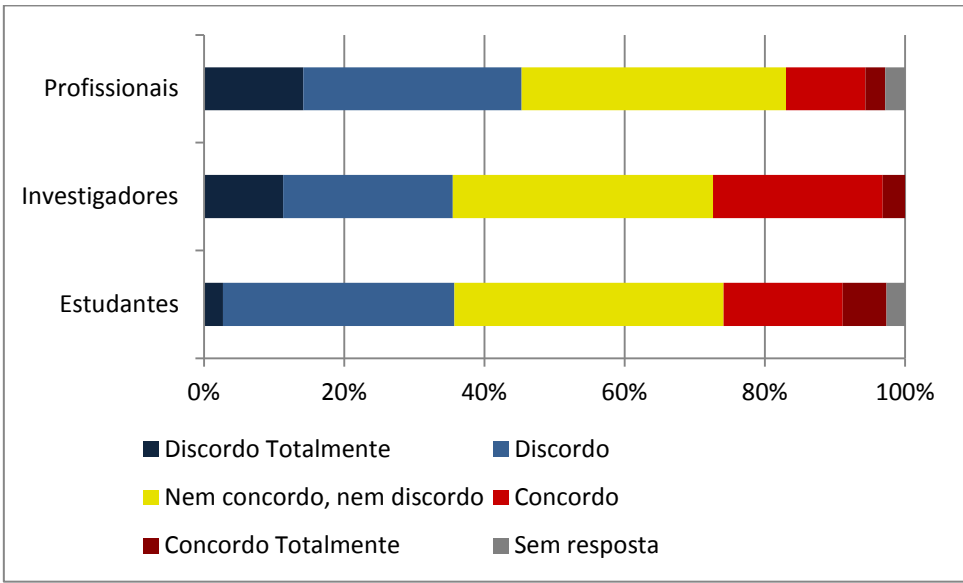
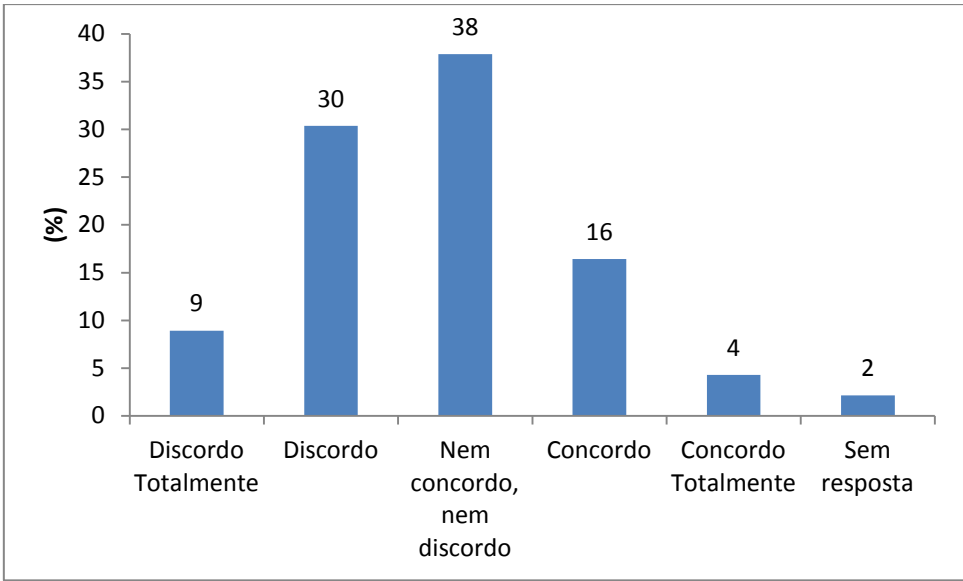
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	2%	9%	56%	32%	0%
Estudantes	1%	1%	8%	57%	33%	0%
Investigadores	2%	2%	6%	48%	42%	0%
Profissionais	1%	3%	10%	59%	25%	1%

P7 - As diferentes áreas urbanas devem ser entendidas de uma forma objetiva, mensurável e cartografável.



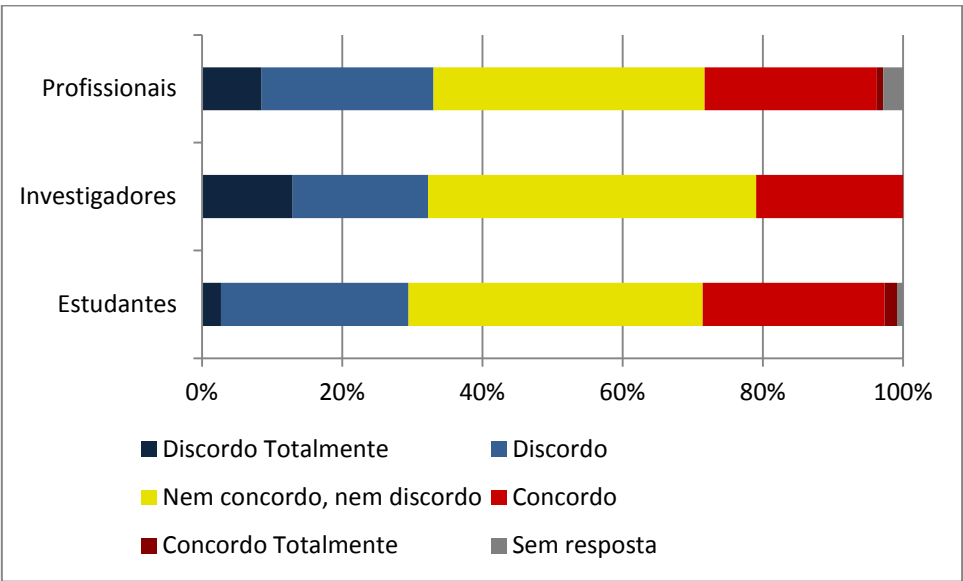
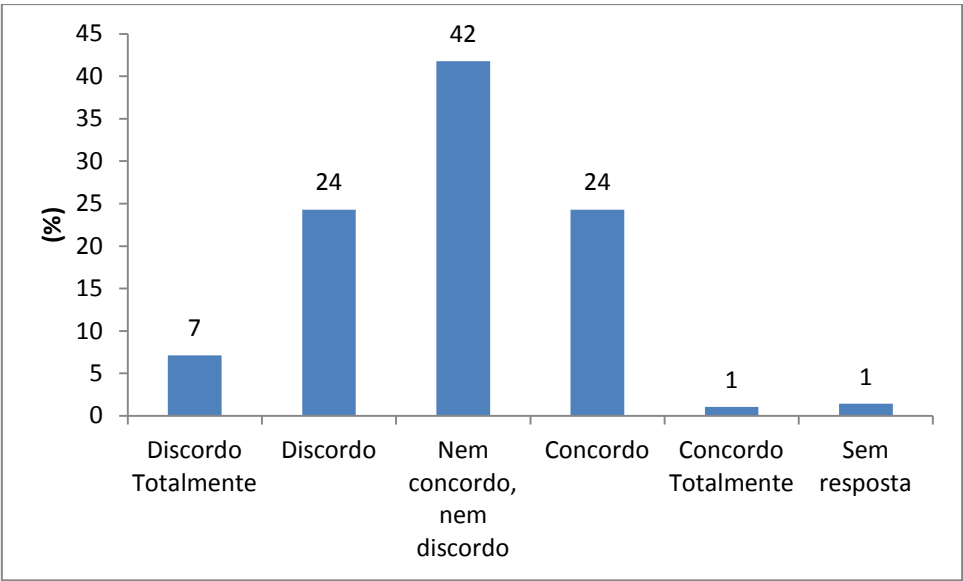
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	4%	16%	21%	48%	9%	1%
Estudantes	4%	18%	24%	47%	5%	1%
Investigadores	8%	11%	23%	42%	15%	2%
Profissionais	0%	17%	18%	53%	10%	2%

P8 - Os espaços urbanos devem ser concebidos e estruturados seguindo lógicas reticulares.



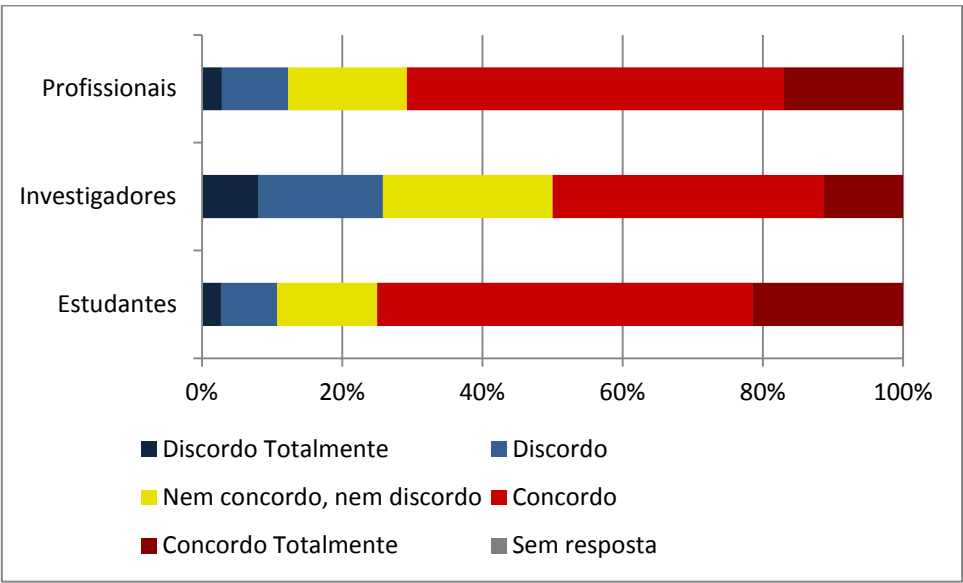
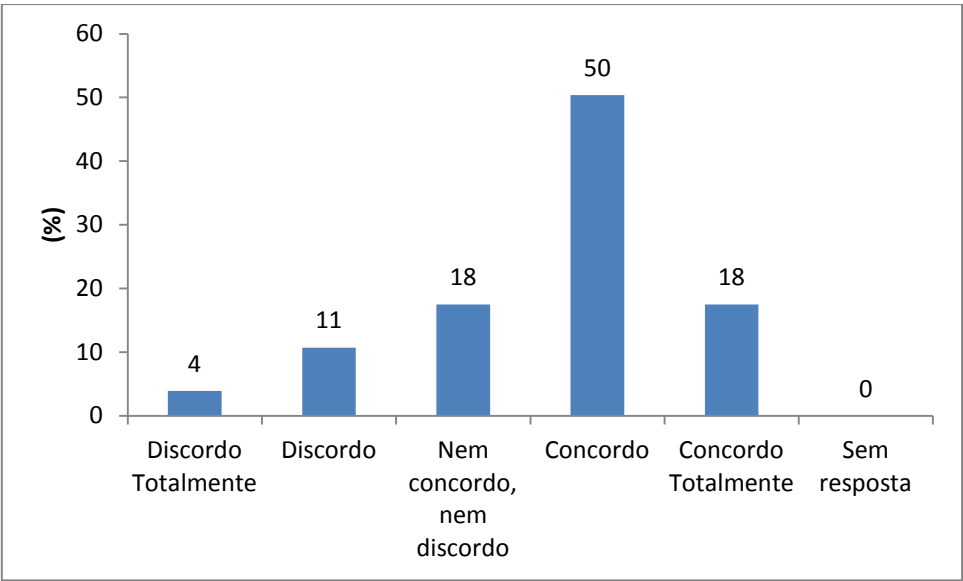
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Média total	9%	30%	38%	16%	4%	2%
Estudantes	3%	33%	38%	17%	6%	3%
Investigadores	11%	24%	37%	24%	3%	0%
Profissionais	14%	31%	38%	11%	3%	3%

P9 - Os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e numa configuração aureolar.



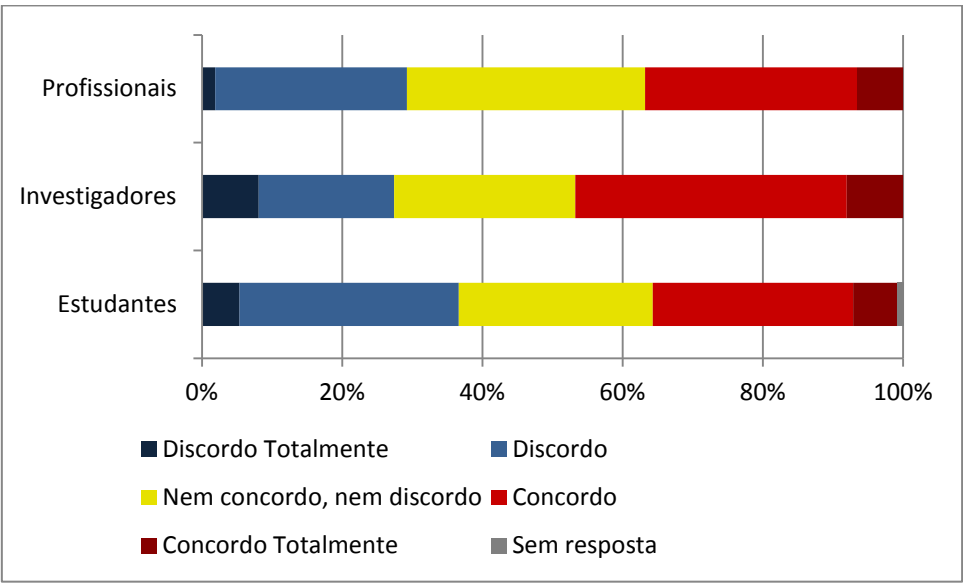
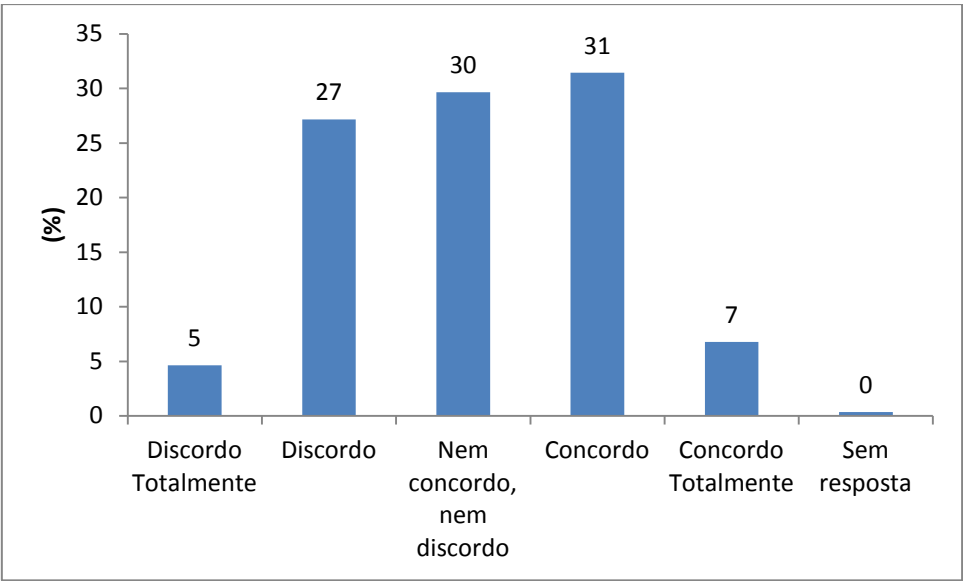
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	7%	24%	42%	24%	1%	1%
Estudantes	3%	27%	42%	26%	2%	1%
Investigadores	13%	19%	47%	21%	0%	0%
Profissionais	8%	25%	39%	25%	1%	3%

P10 - Os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais.



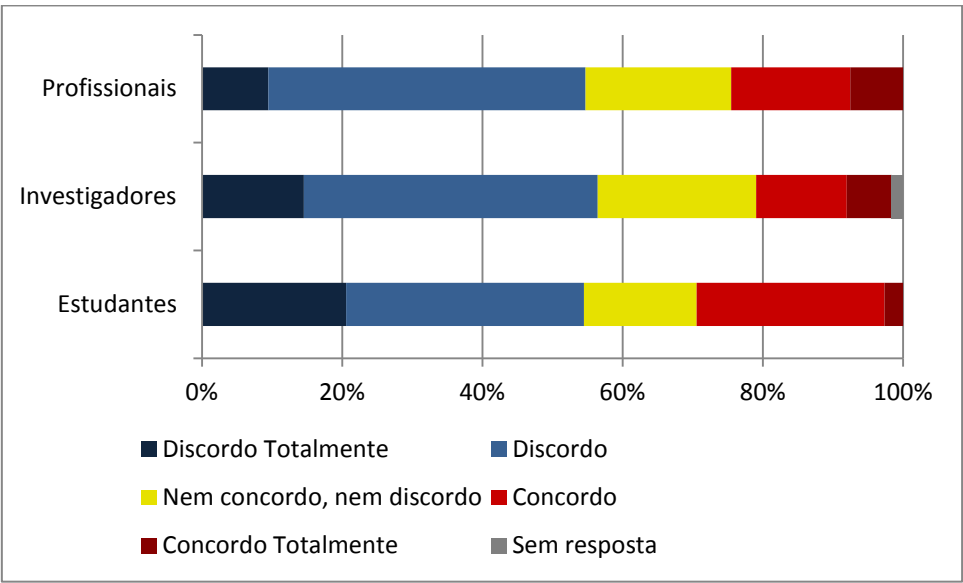
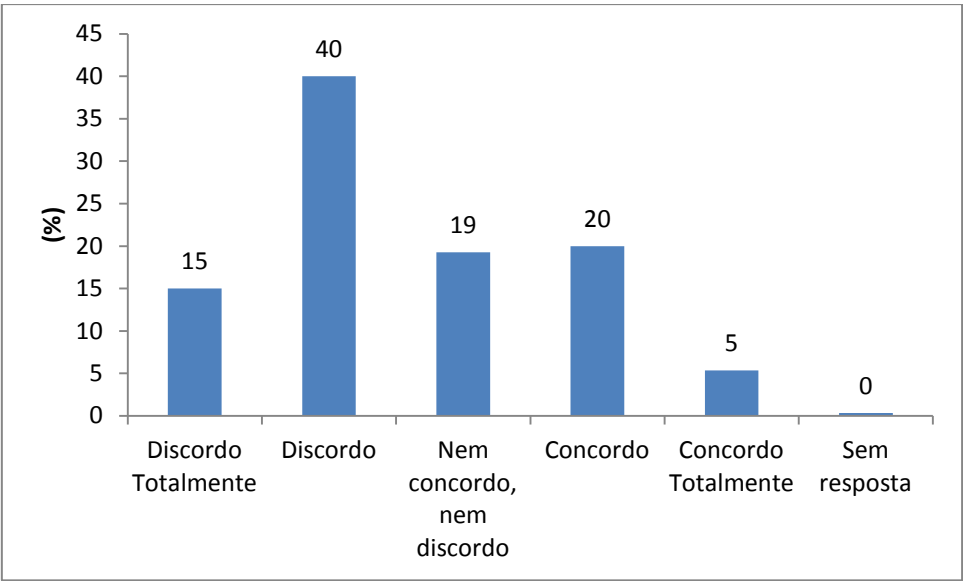
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	4%	11%	18%	50%	18%	0%
Estudantes	3%	8%	14%	54%	21%	0%
Investigadores	8%	18%	24%	39%	11%	0%
Profissionais	3%	9%	17%	54%	17%	0%

P11 - Os processos de globalização esvaziaram a urbanidade local, logo o ordenamento deve focar-se na afirmação das pequenas comunidades.



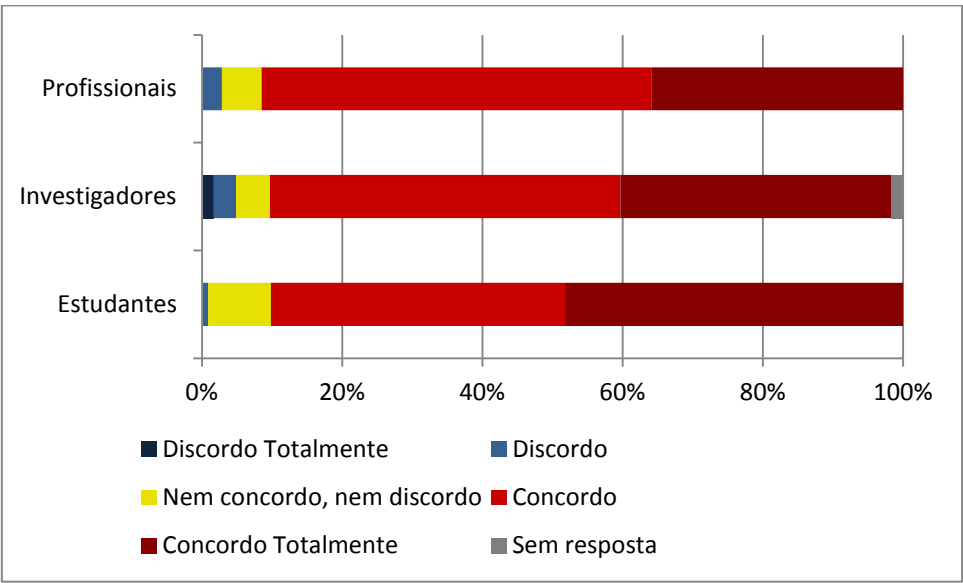
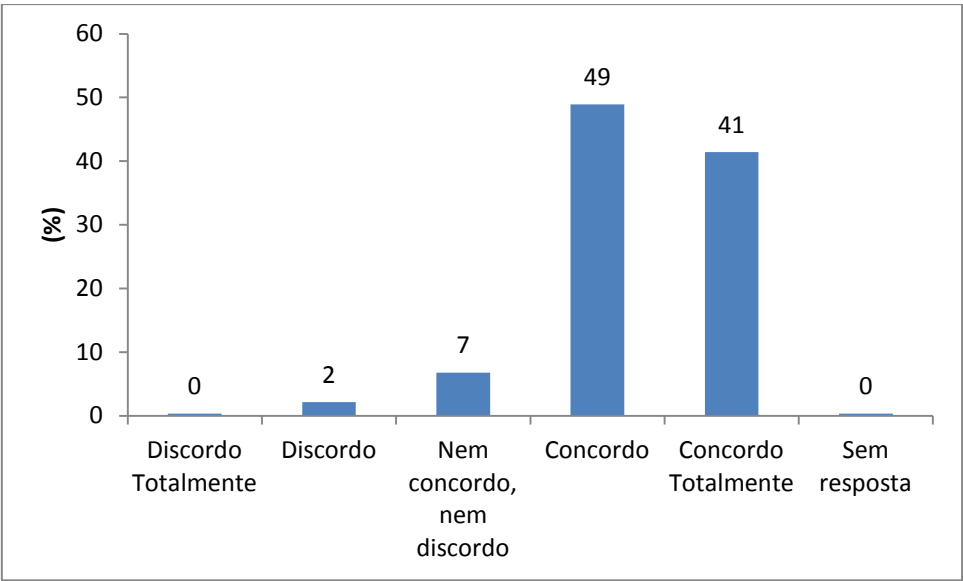
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	5%	27%	30%	31%	7%	0%
Estudantes	5%	31%	28%	29%	6%	1%
Investigadores	8%	19%	26%	39%	8%	0%
Profissionais	2%	27%	34%	30%	7%	0%

P12 - Os espaços urbanos devem ser desenhados seguindo lógicas hierárquicas e com delimitações fixas de usos ou funções.



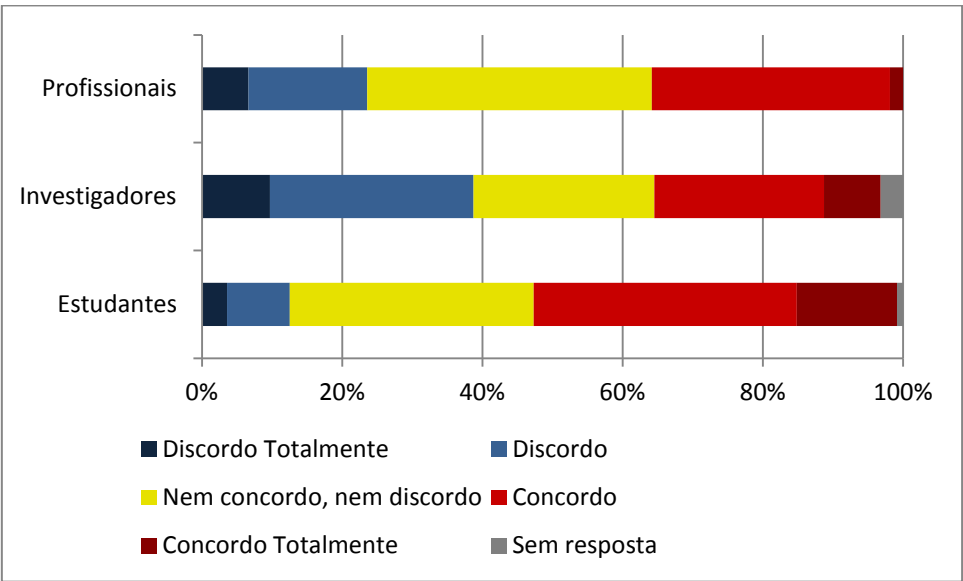
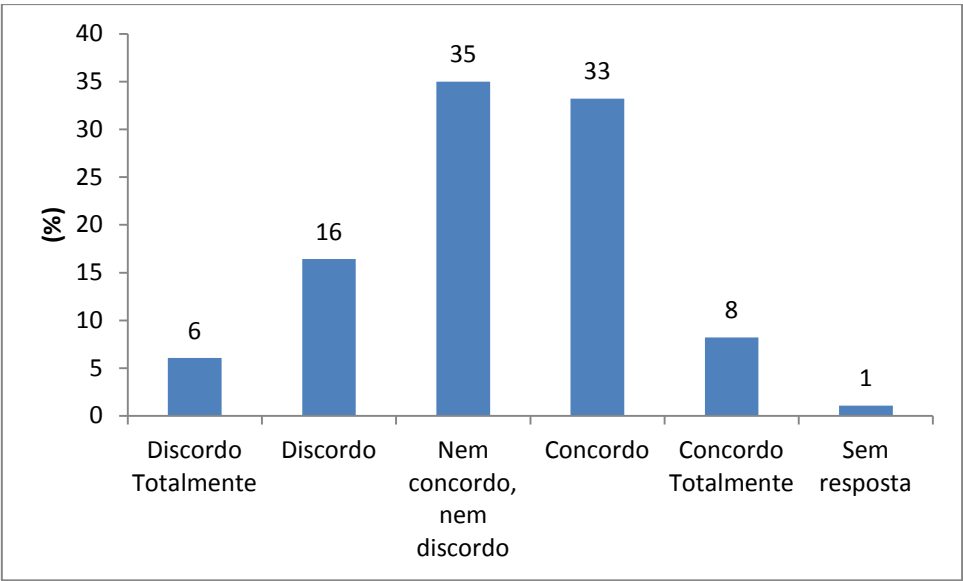
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	15%	40%	19%	20%	5%	0%
Estudantes	21%	34%	16%	27%	3%	0%
Investigadores	15%	42%	23%	13%	6%	2%
Profissionais	9%	45%	21%	17%	8%	0%

P13 - Os espaços urbanos encontram-se em constante reconfiguração, logo as propostas urbanísticas devem assentar em proposta flexíveis.



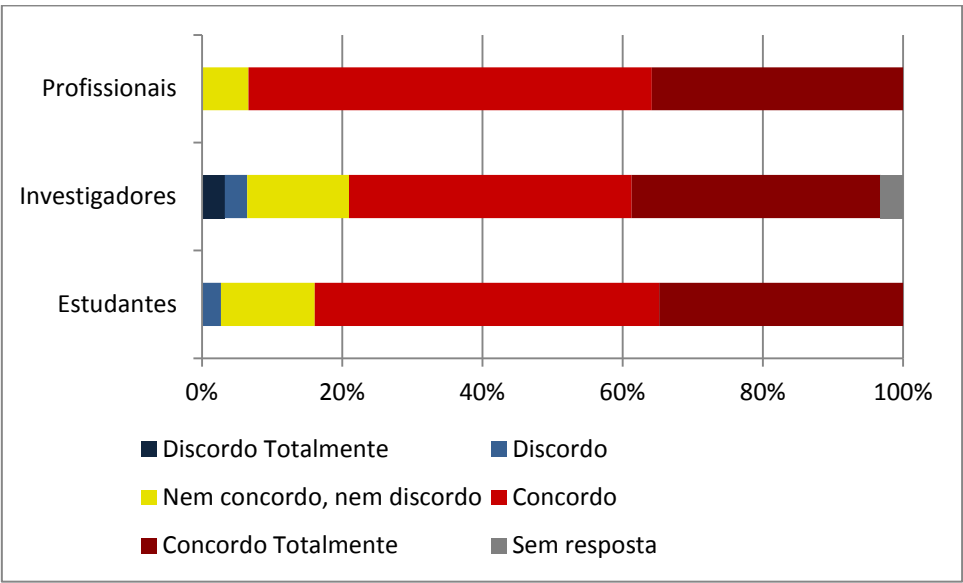
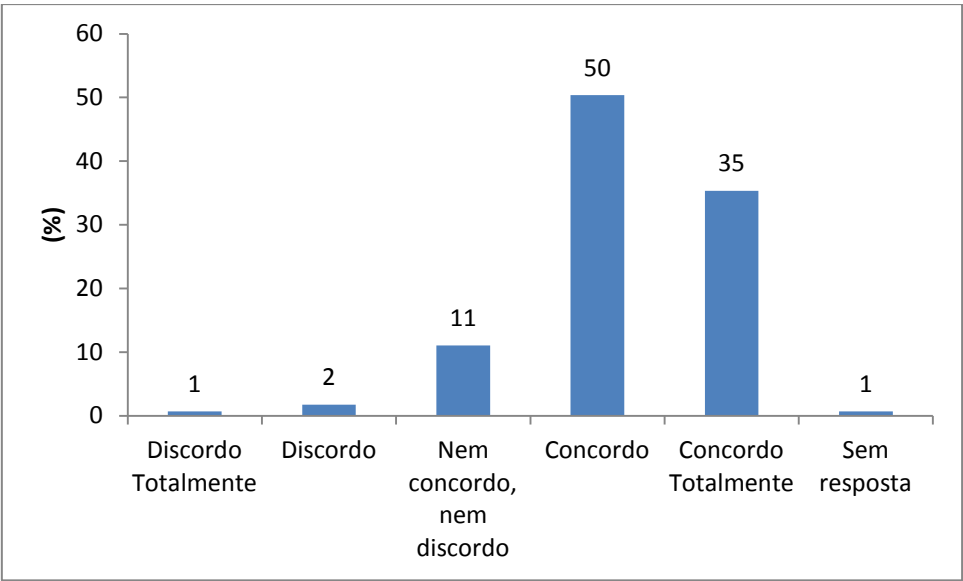
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	2%	7%	49%	41%	0%
Estudantes	0%	1%	9%	42%	48%	0%
Investigadores	2%	3%	5%	50%	39%	2%
Profissionais	0%	3%	6%	56%	36%	0%

P14 - A avaliação da qualidade da paisagem deve recorrer a análises estatísticas complexas de forma a assegurar uma maior objetividade dos dados obtidos.



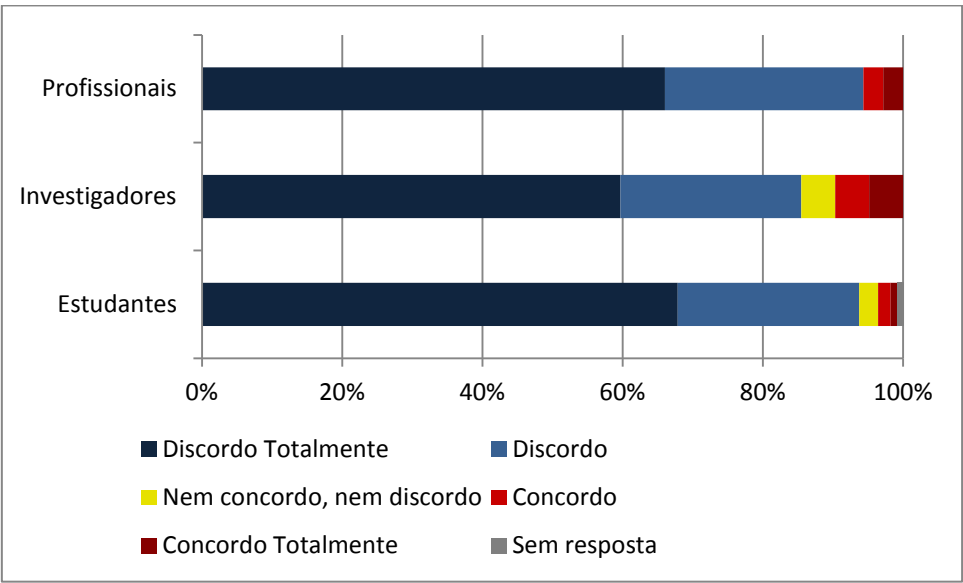
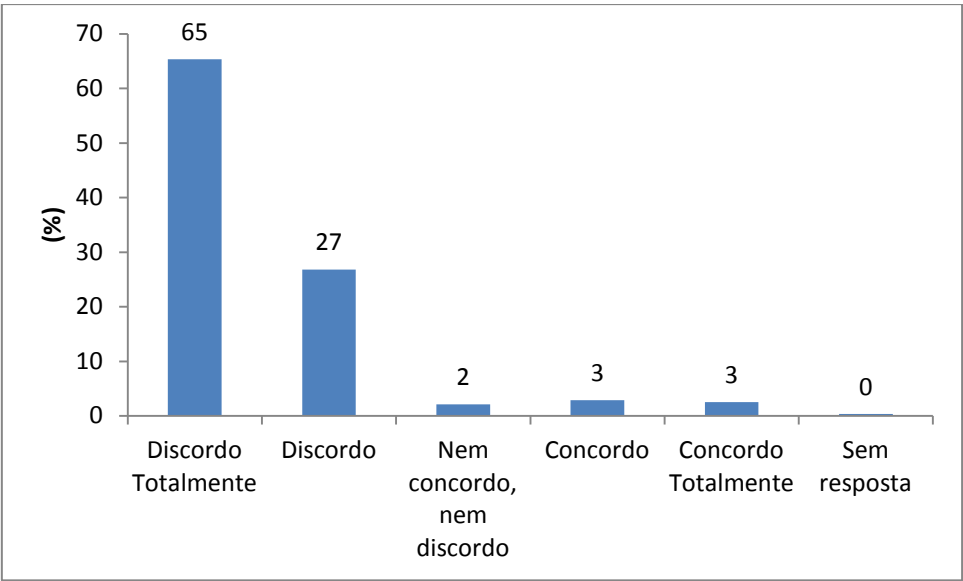
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	6%	16%	35%	33%	8%	1%
Estudantes	4%	9%	35%	38%	14%	1%
Investigadores	10%	29%	26%	24%	8%	3%
Profissionais	7%	17%	41%	34%	2%	0%

P15 - O ordenamento da paisagem deve ser multifuncional e seguindo uma perspectiva estratégica, assente na flexibilidade inclusiva e uma sensibilidade diversificada.



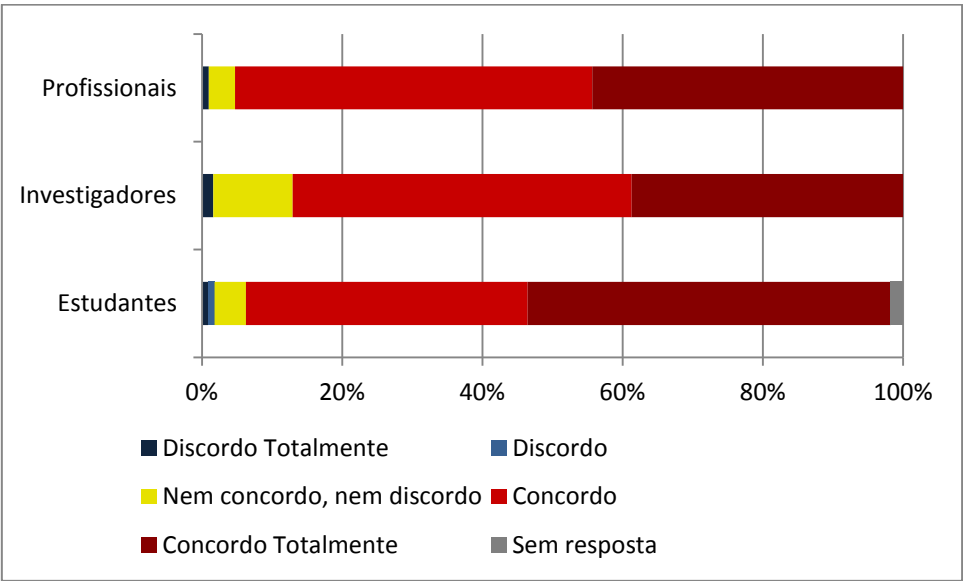
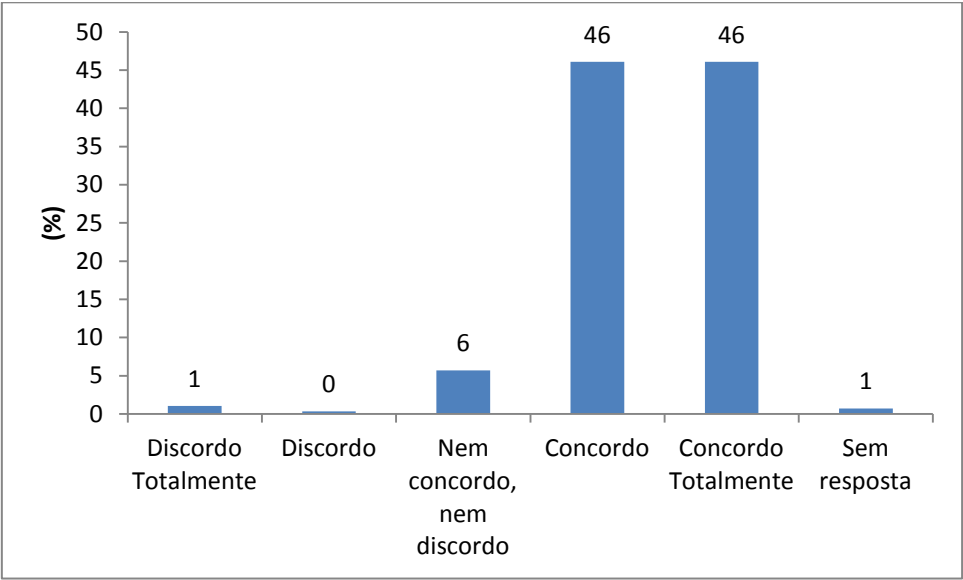
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	2%	11%	50%	35%	1%
Estudantes	0%	3%	13%	49%	35%	0%
Investigadores	3%	3%	15%	40%	35%	3%
Profissionais	0%	0%	7%	58%	36%	0%

P16 - A paisagem não deve assumir grande importância nas questões do urbanismo e do ordenamento do território.



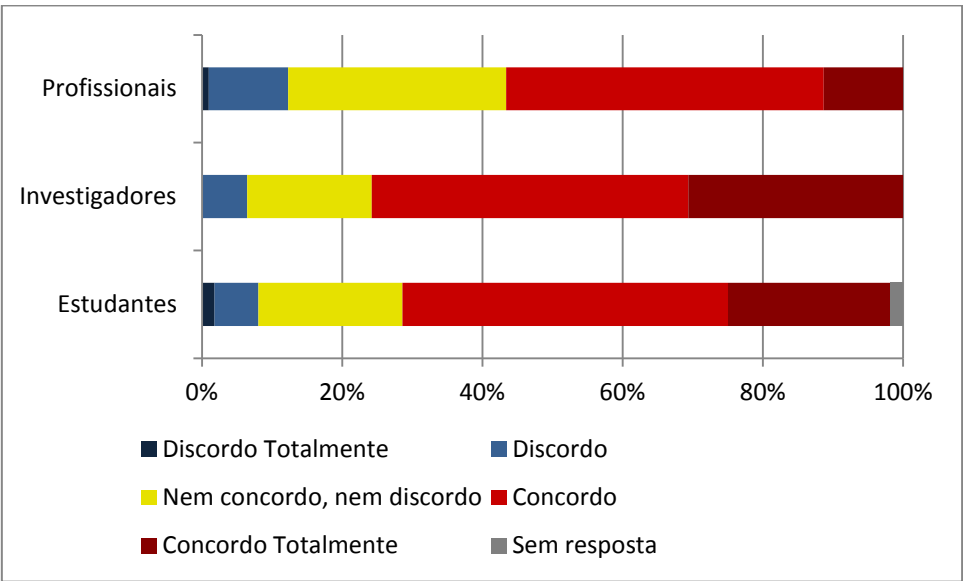
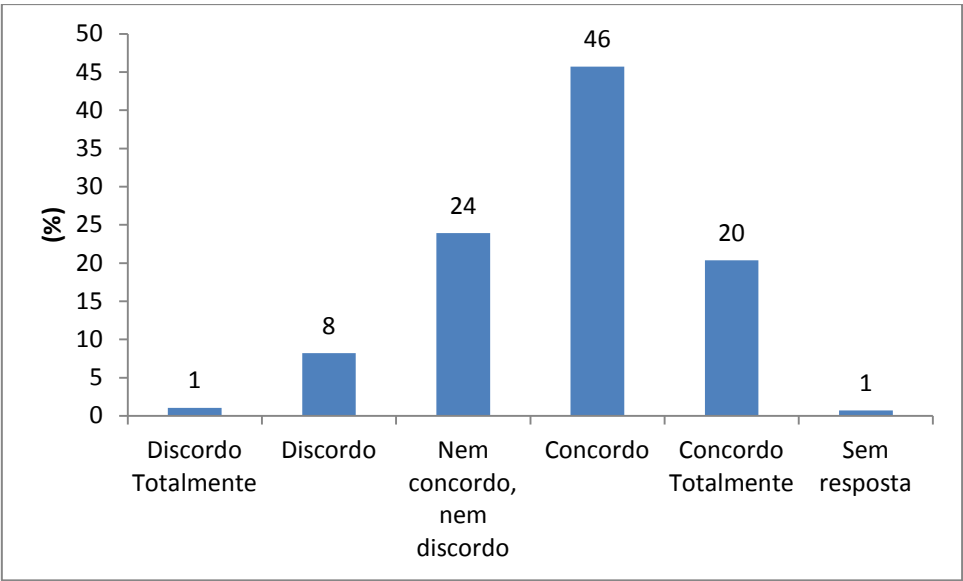
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	67%	25%	2%	3%	3%	0%
Estudantes	68%	26%	3%	2%	1%	1%
Investigadores	60%	26%	5%	5%	5%	0%
Profissionais	66%	28%	0%	3%	3%	0%

P17 - O processo de avaliação da paisagem deve resultar numa troca de informação e partilha de conhecimento de forma a beneficiar tanto as entidades envolvidas como também os cidadãos em geral.



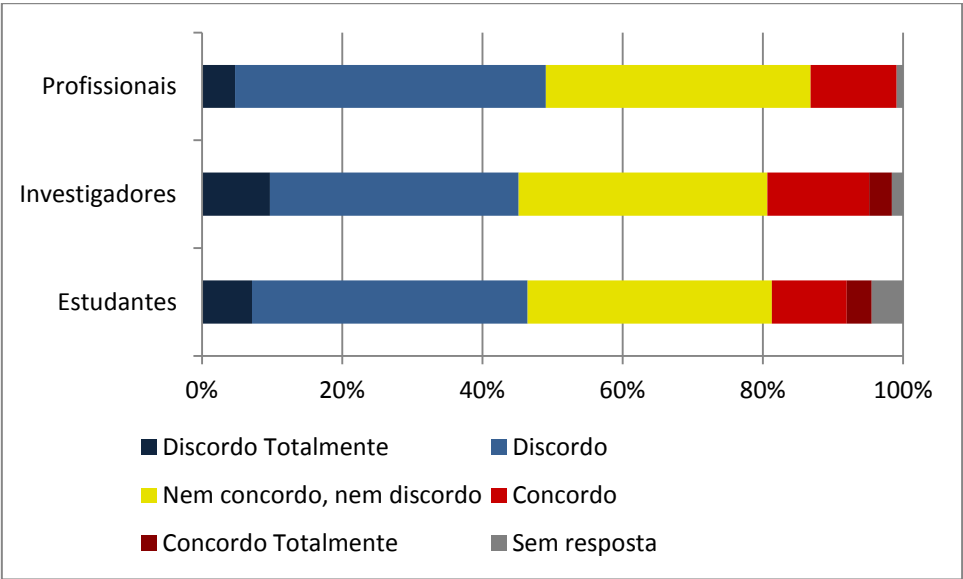
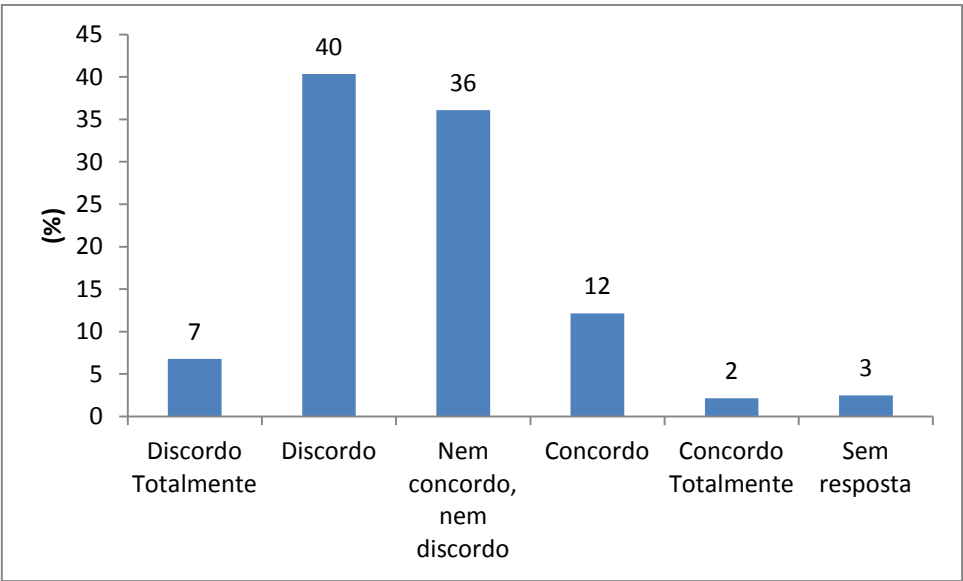
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	0%	6%	46%	46%	1%
Estudantes	1%	1%	4%	40%	52%	2%
Investigadores	2%	0%	11%	48%	39%	0%
Profissionais	1%	0%	4%	51%	44%	0%

P18 - No urbanismo e no ordenamento do território o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço.



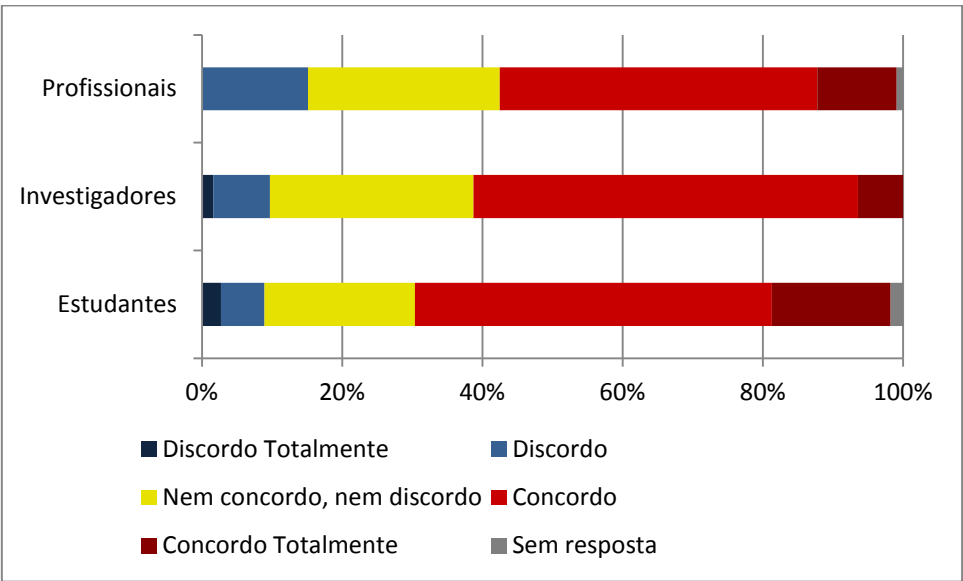
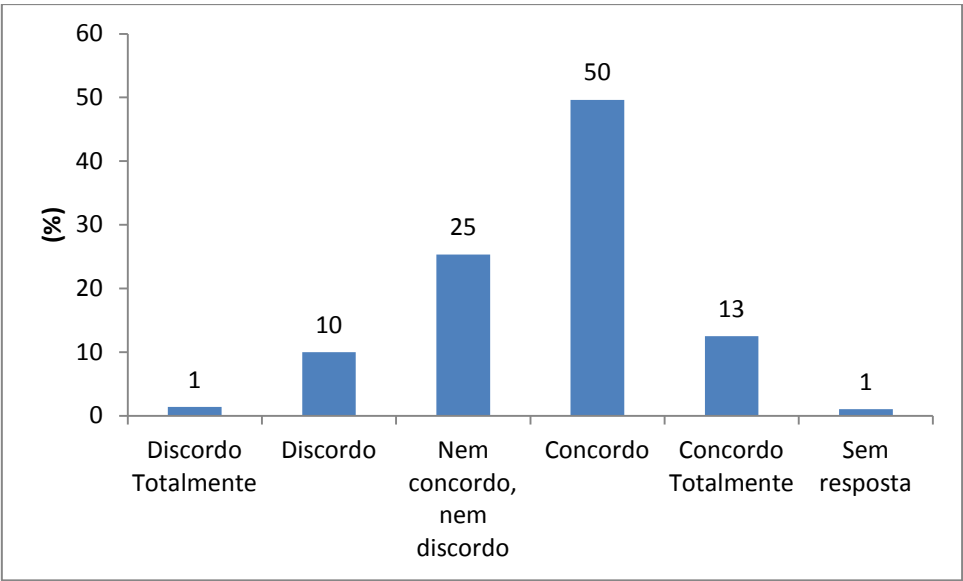
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Média total	1%	8%	24%	46%	20%	1%
Estudantes	2%	6%	21%	46%	23%	2%
Investigadores	0%	6%	18%	45%	31%	0%
Profissionais	1%	11%	31%	45%	11%	0%

P19 - Na reflexão urbanística deve-se privilegiar o tempo relativamente ao espaço.



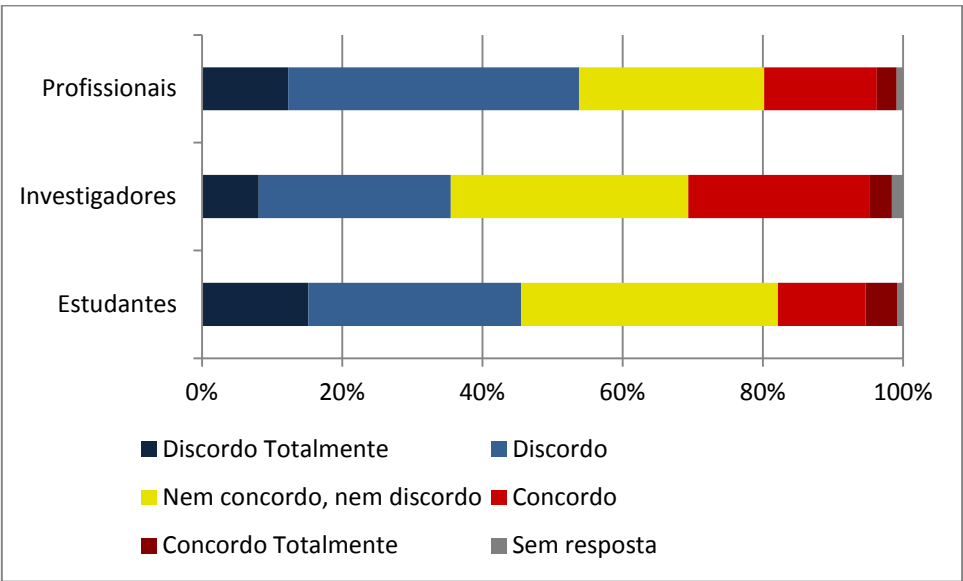
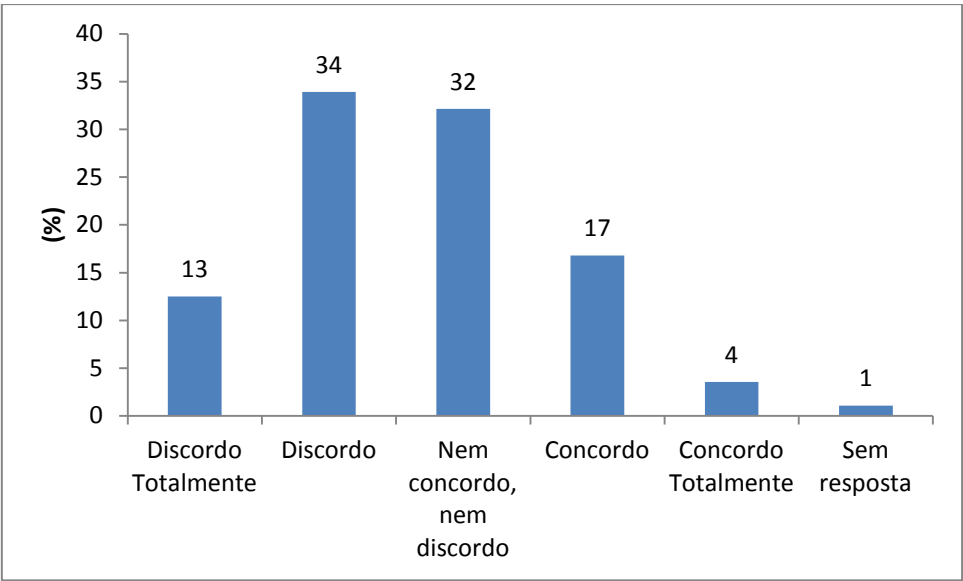
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	7%	40%	36%	12%	2%	3%
Estudantes	7%	39%	35%	11%	4%	4%
Investigadores	10%	35%	35%	15%	3%	2%
Profissionais	5%	44%	38%	12%	0%	1%

P20 - O tempo, no ordenamento do território, deve ser real, privilegiando-se as necessidades que vão emergindo.



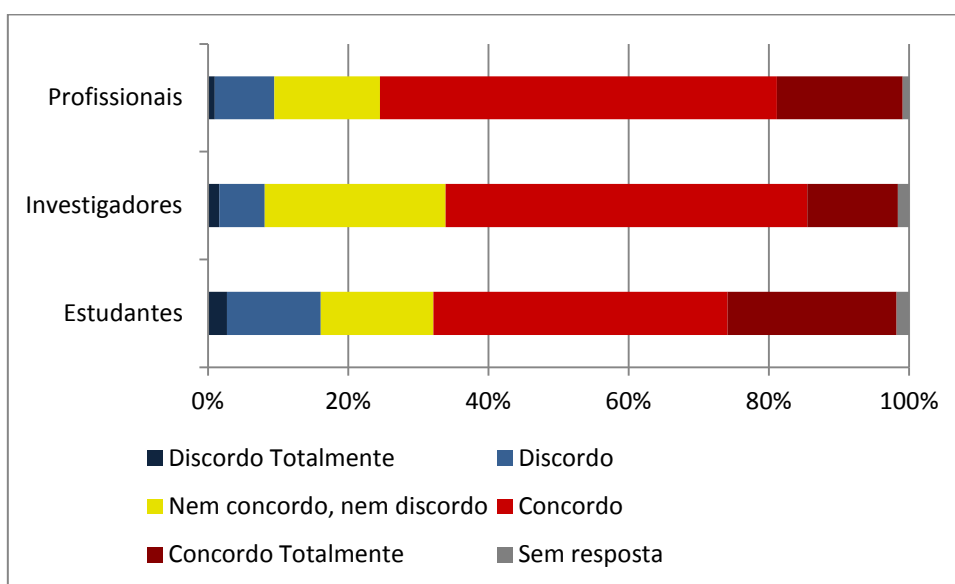
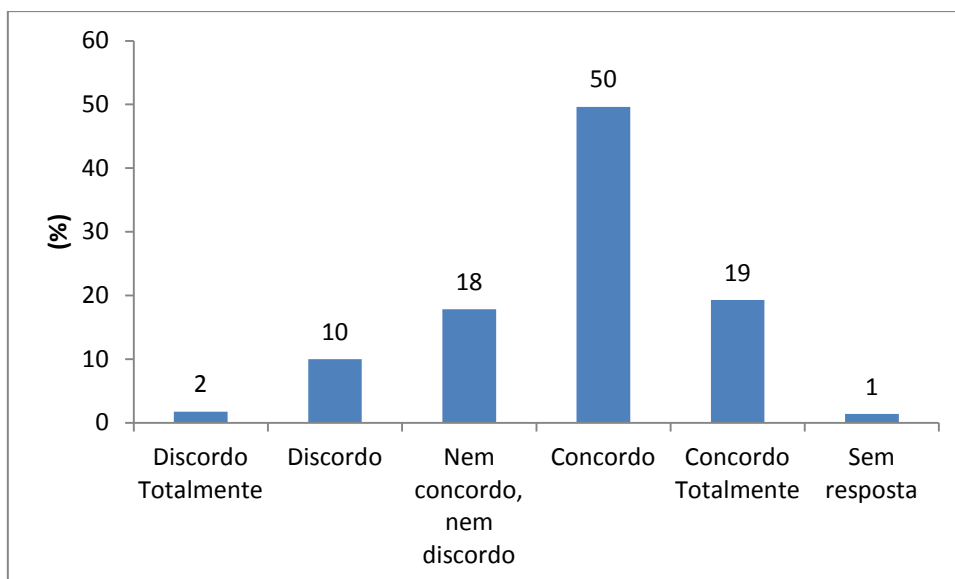
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	10%	25%	50%	13%	1%
Estudantes	3%	6%	21%	51%	17%	2%
Investigadores	2%	8%	29%	55%	6%	0%
Profissionais	0%	15%	27%	45%	11%	1%

P21 - A concepção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social.



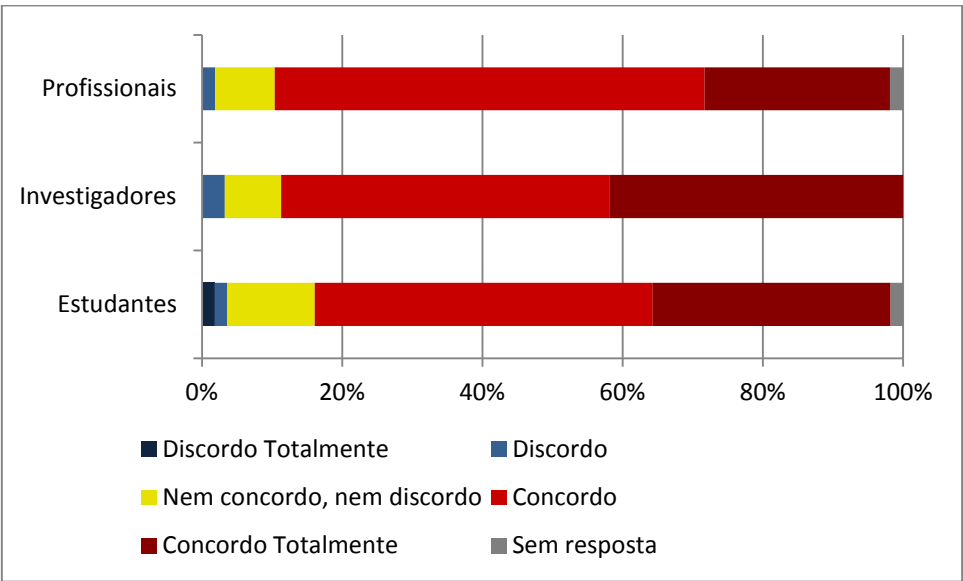
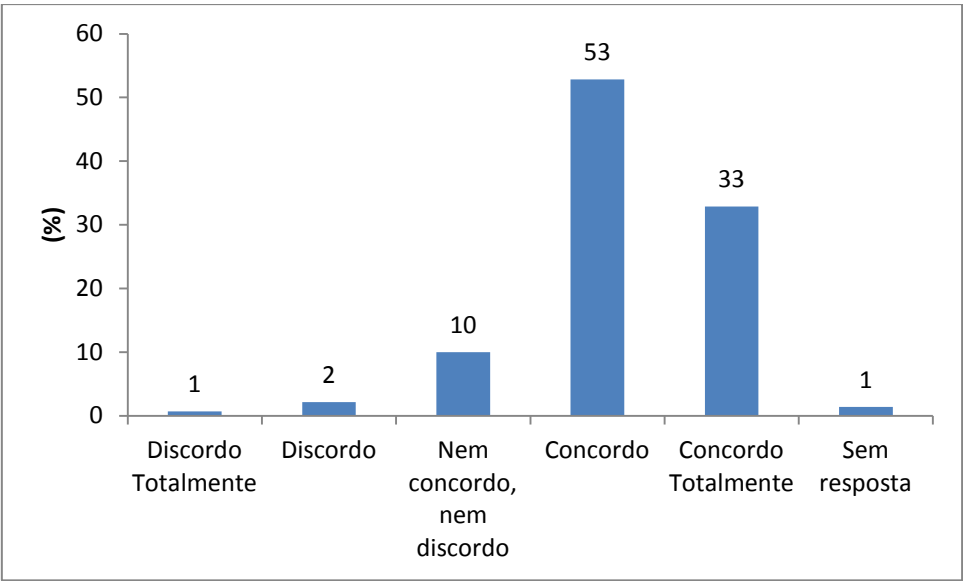
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	13%	34%	32%	17%	4%	1%
Estudantes	15%	30%	37%	13%	4%	1%
Investigadores	8%	27%	34%	26%	3%	2%
Profissionais	12%	42%	26%	16%	3%	1%

P22 - Os técnicos do ordenamento do território devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade (previsão do que vai ser o futuro).



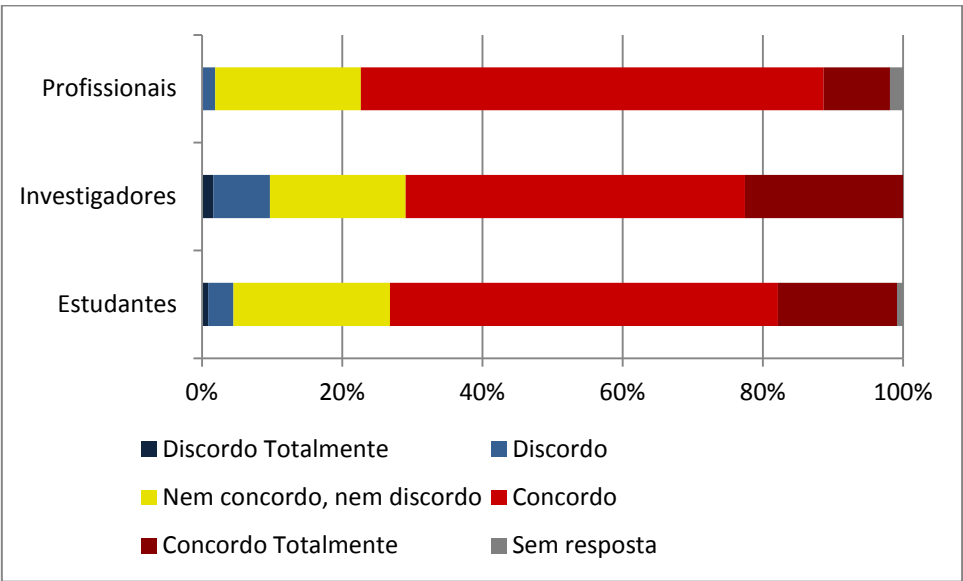
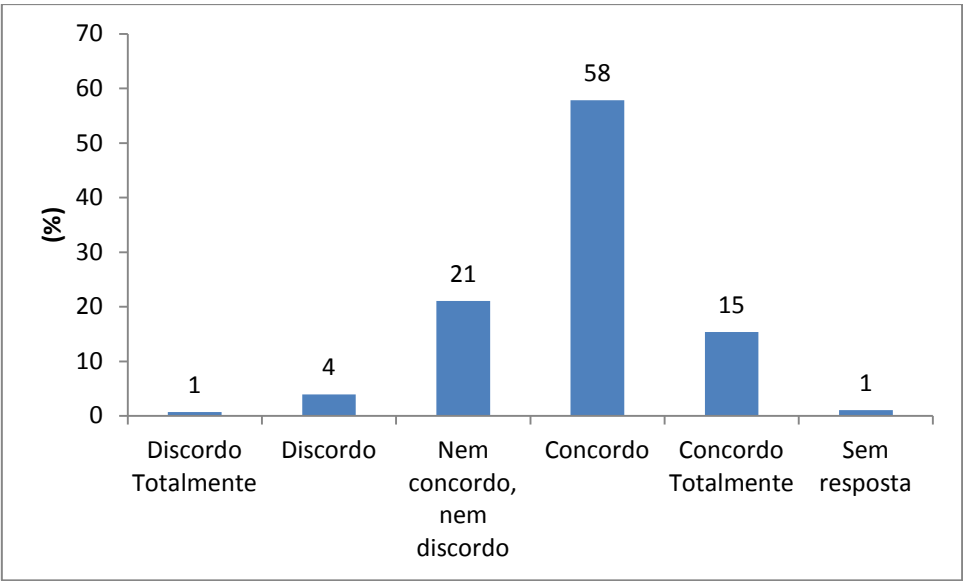
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	2%	10%	18%	50%	19%	1%
Estudantes	3%	13%	16%	42%	24%	2%
Investigadores	2%	6%	26%	52%	13%	2%
Profissionais	1%	8%	15%	57%	18%	1%

P23 - No ordenamento do território, o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências.



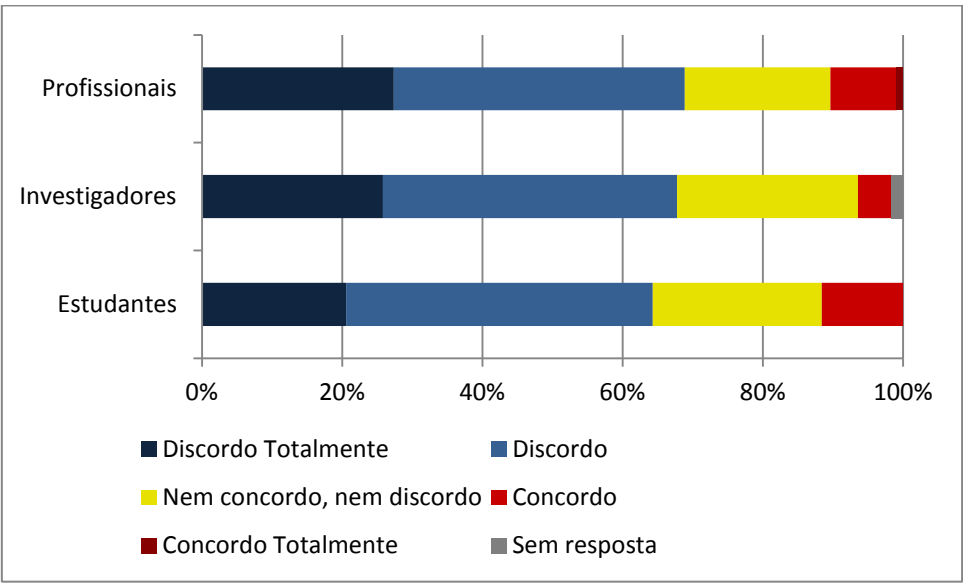
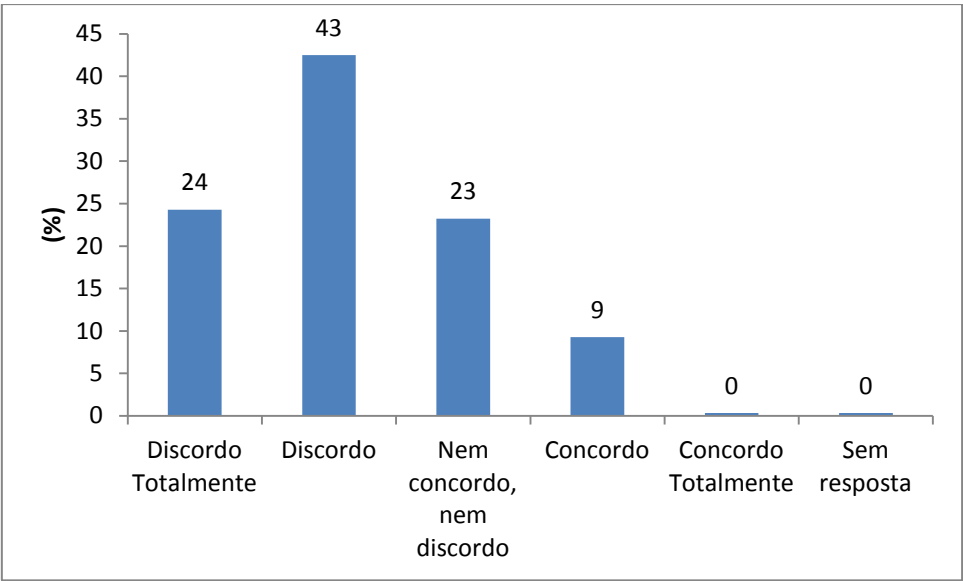
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	2%	10%	53%	33%	1%
Estudantes	2%	2%	13%	48%	34%	2%
Investigadores	0%	3%	8%	47%	42%	0%
Profissionais	0%	2%	8%	61%	26%	2%

P24 - O mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos, redes, imagens e narrativas.



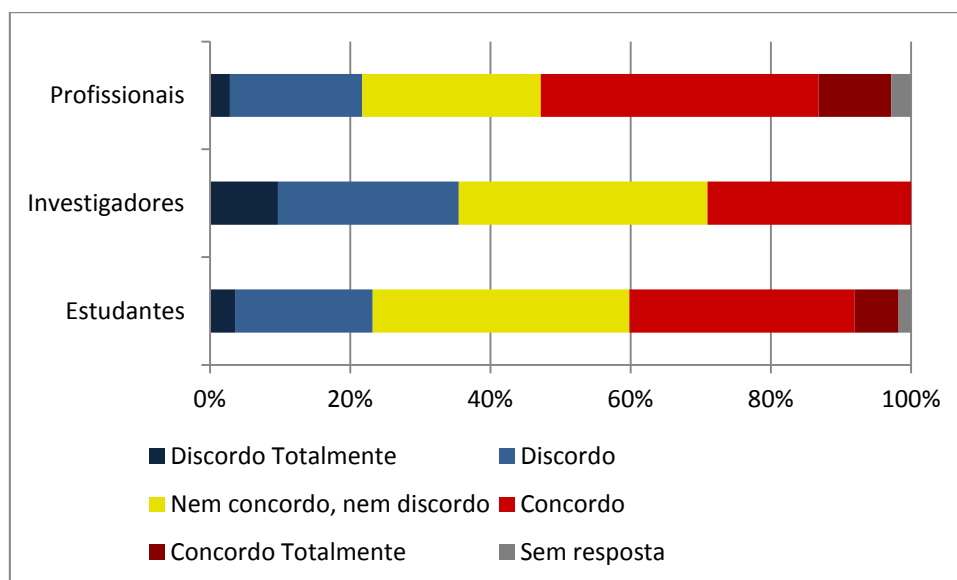
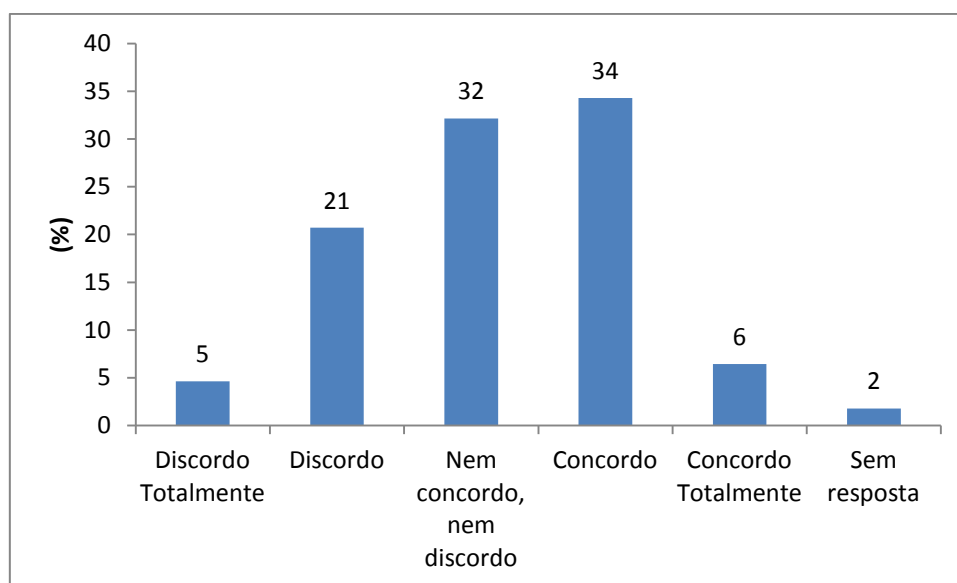
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	4%	21%	58%	15%	1%
Estudantes	1%	4%	22%	55%	17%	1%
Investigadores	2%	8%	19%	48%	23%	0%
Profissionais	0%	2%	21%	66%	9%	2%

P25 - Os espaços devem ser concebidos e cartografados segundo modelos estáticos e bidimensionais, assentes em protótipos computacionais.



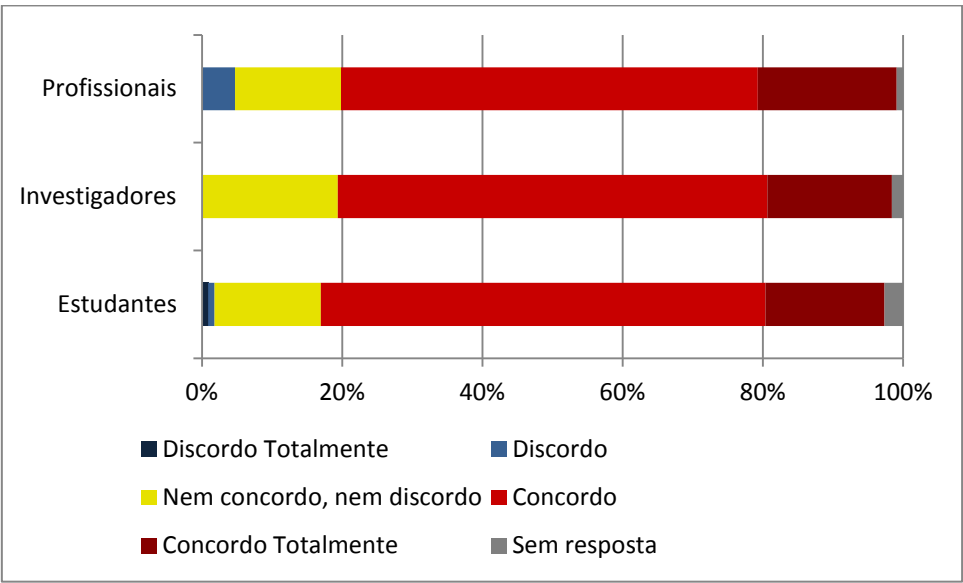
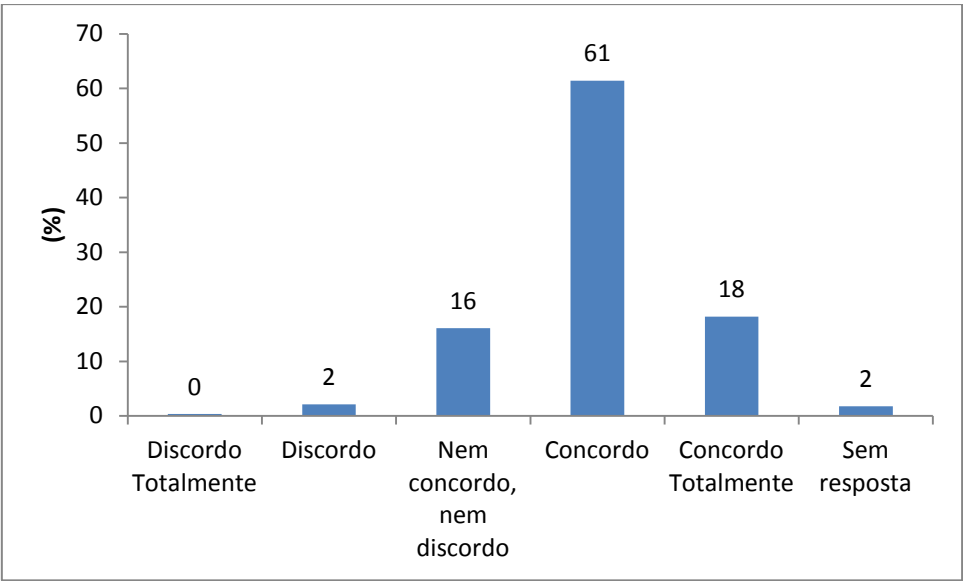
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	24%	43%	23%	9%	0%	0%
Estudantes	21%	44%	24%	12%	0%	0%
Investigadores	26%	42%	26%	5%	0%	2%
Profissionais	27%	42%	21%	9%	1%	0%

P26 - O plano, no ordenamento do território, deve ser a meta ou o futuro.



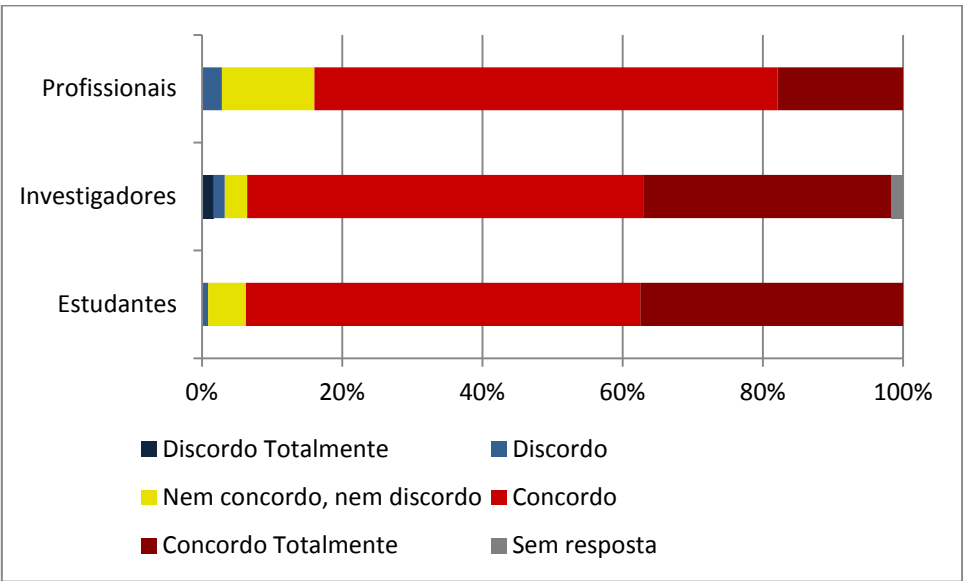
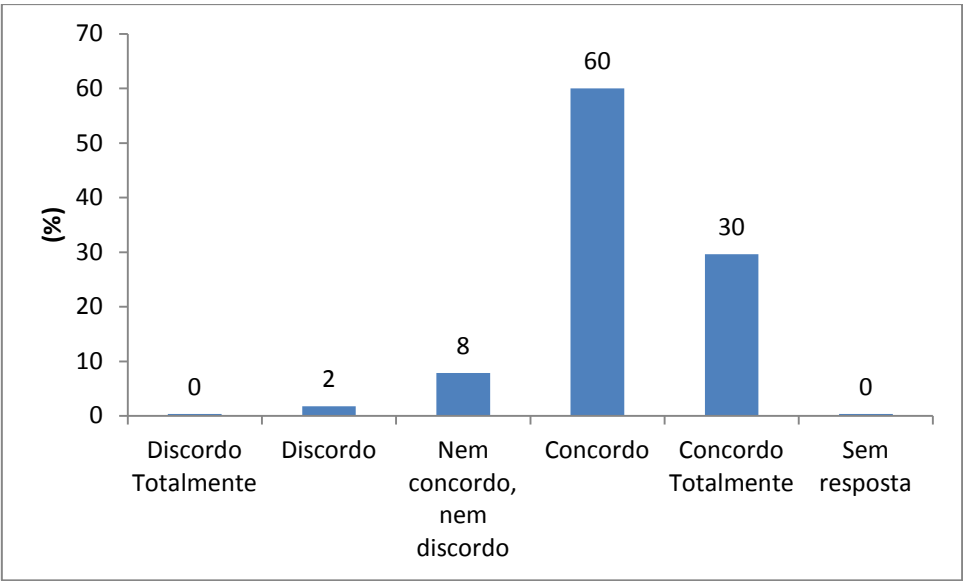
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	5%	21%	32%	34%	6%	2%
Estudantes	4%	20%	37%	32%	6%	2%
Investigadores	10%	26%	35%	29%	0%	0%
Profissionais	3%	19%	25%	40%	10%	3%

P27 - Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações.



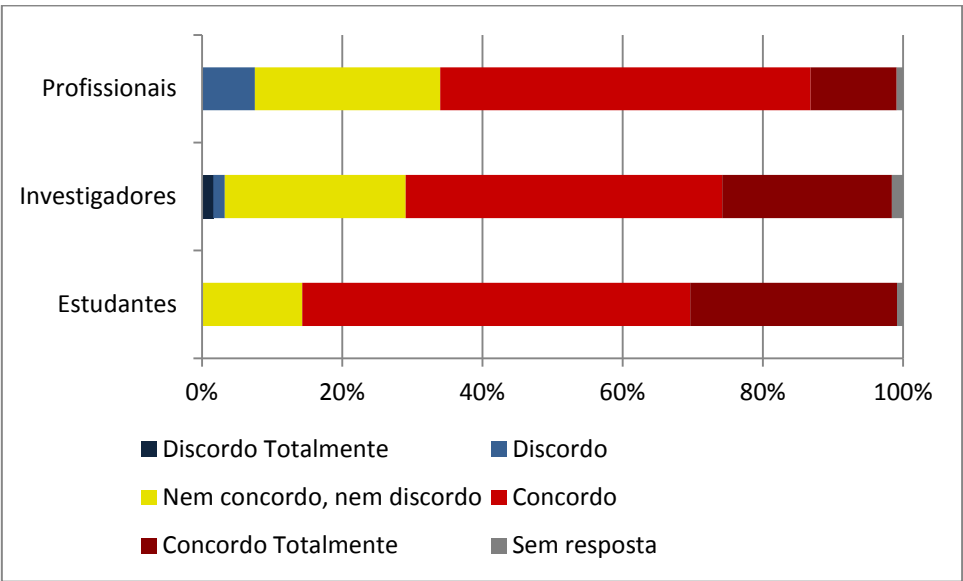
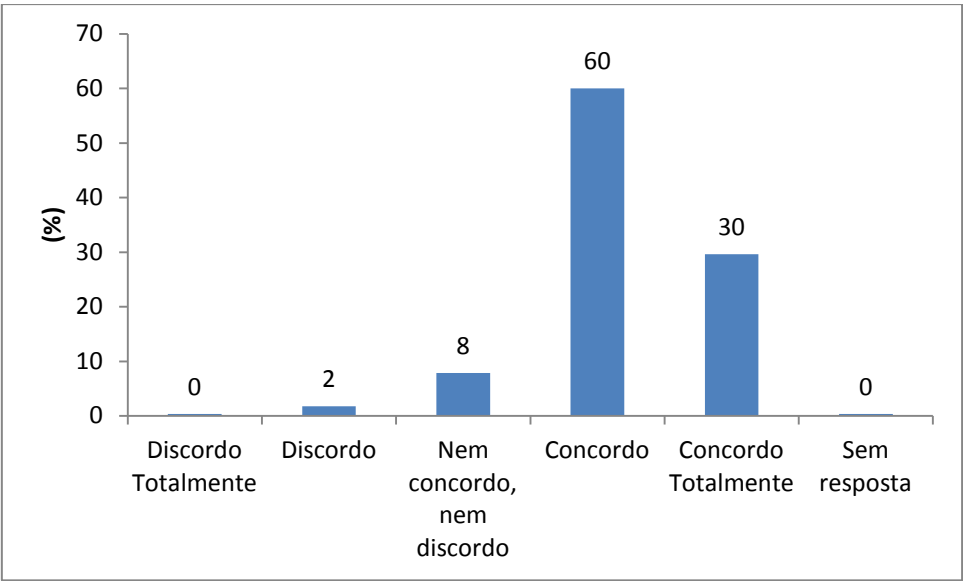
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Média total	0%	2%	16%	61%	18%	2%
Estudantes	1%	1%	15%	63%	17%	3%
Investigadores	0%	0%	19%	61%	18%	2%
Profissionais	0%	5%	15%	59%	20%	1%

P28 - Os especialistas do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel chave na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço.



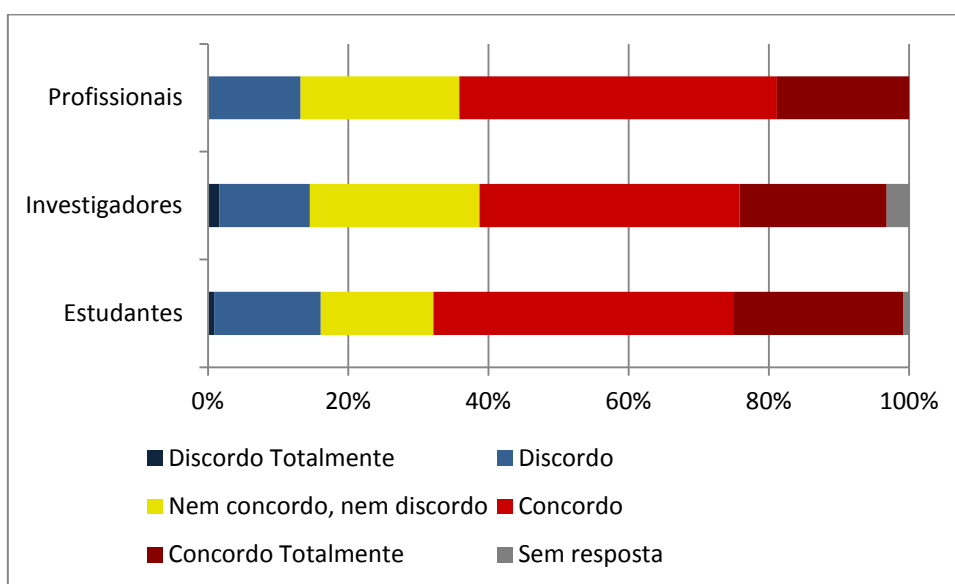
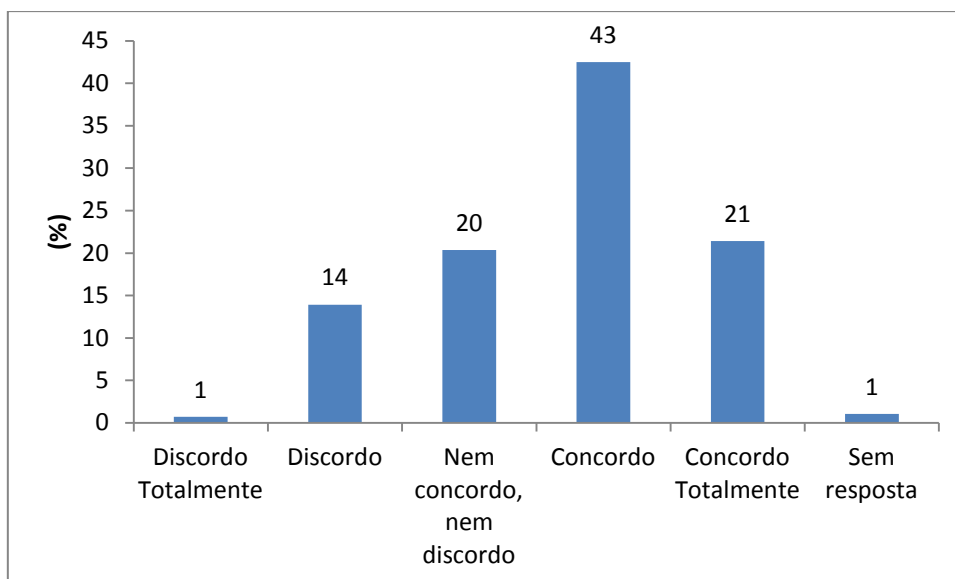
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	2%	8%	60%	30%	0%
Estudantes	0%	1%	5%	56%	38%	0%
Investigadores	2%	2%	3%	56%	35%	2%
Profissionais	0%	3%	13%	66%	18%	0%

P29 - Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ter competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário.



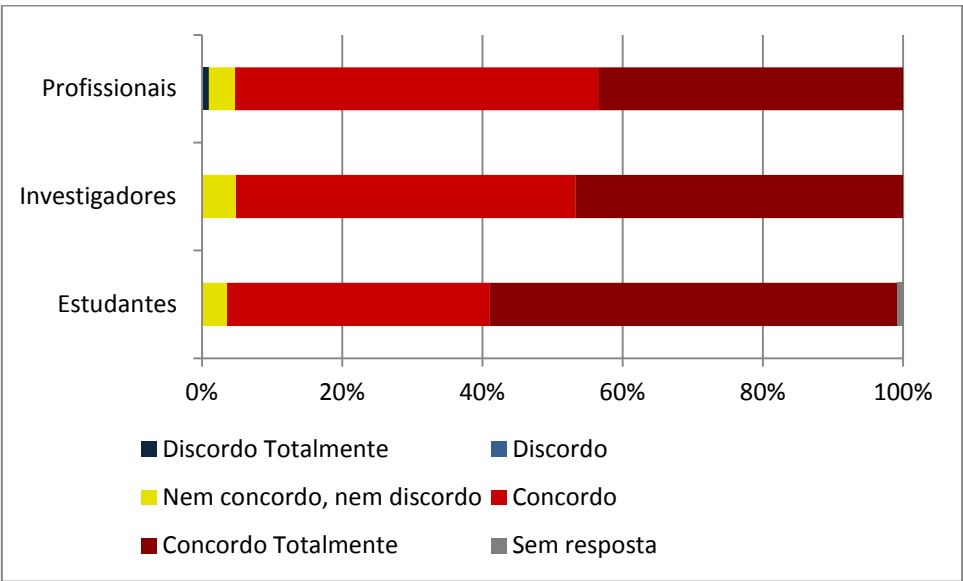
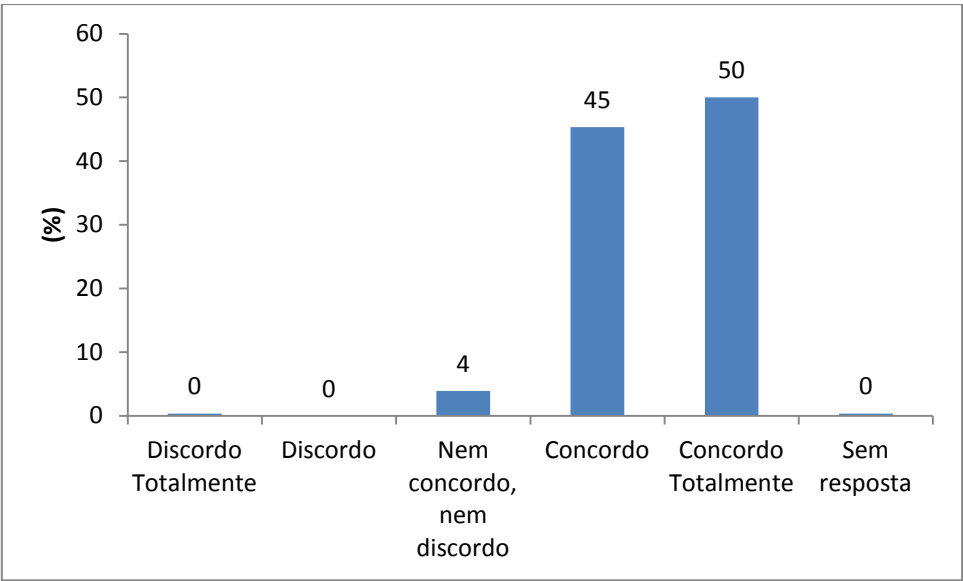
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	3%	21%	52%	22%	1%
Estudantes	0%	0%	14%	55%	29%	1%
Investigadores	2%	2%	26%	45%	24%	2%
Profissionais	0%	8%	26%	53%	12%	1%

P30 - Os técnicos do ordenamento do território devem estar munidos de um conhecimento científico preferencialmente especializado.



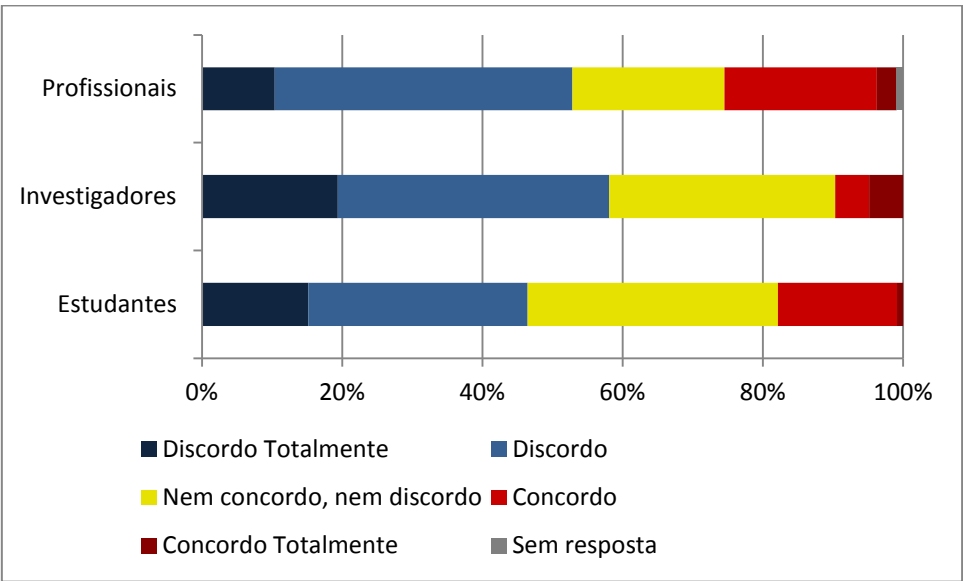
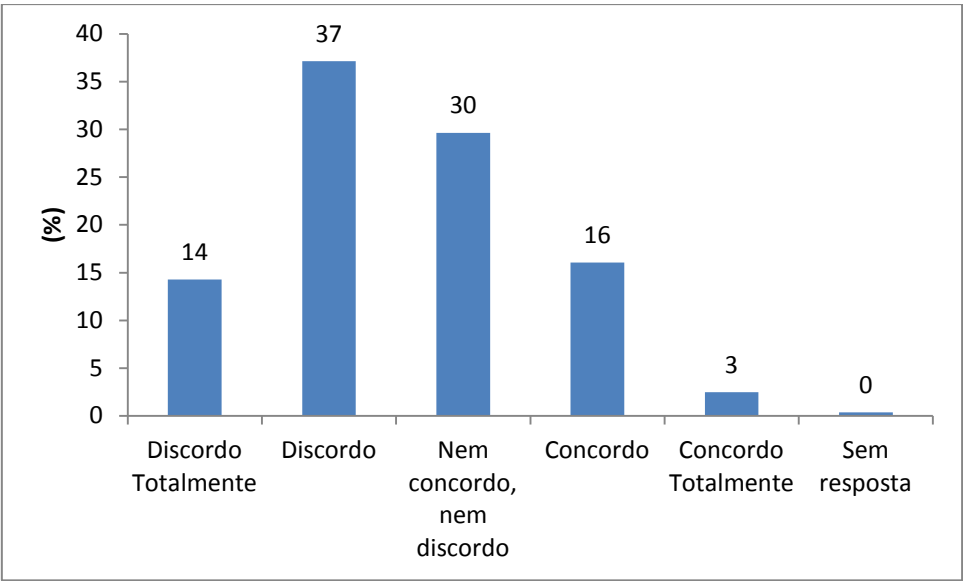
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	14%	20%	43%	21%	1%
Estudantes	1%	15%	16%	43%	24%	1%
Investigadores	2%	13%	24%	37%	21%	3%
Profissionais	0%	13%	23%	45%	19%	0%

P31 - As competências dos profissionais do ordenamento do território devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares.



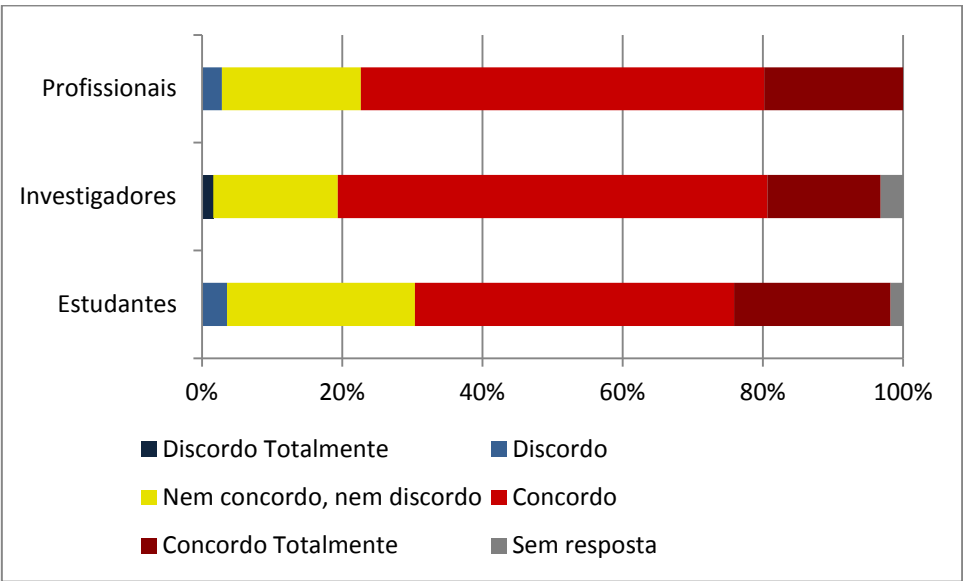
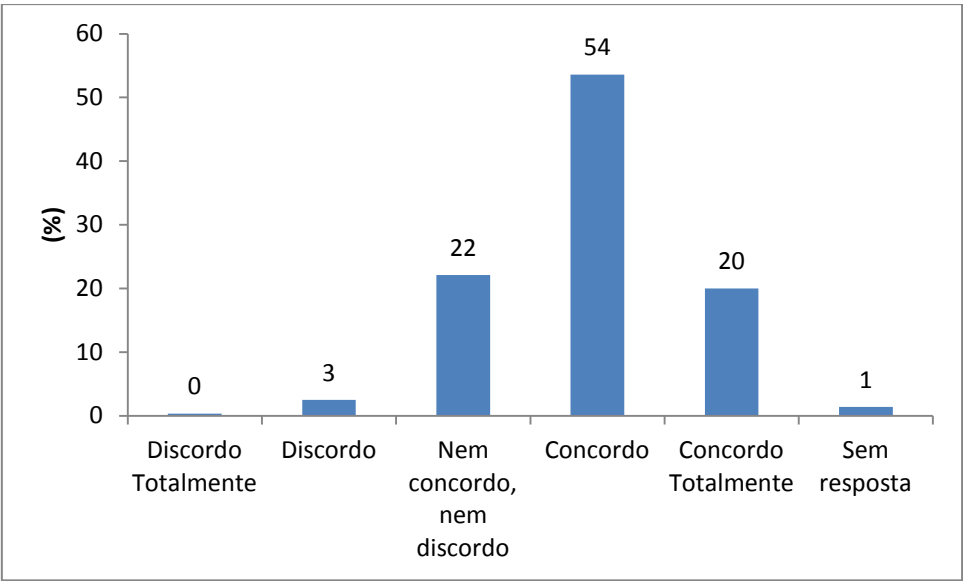
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	0%	4%	45%	50%	0%
Estudantes	0%	0%	4%	38%	58%	15
Investigadores	0%	0%	5%	48%	47%	0%
Profissionais	1%	0%	4%	52%	43%	0%

P32 - As abordagens no planeamento devem seguir uma estratégia de imposição hierárquica descendente (*top-down*), em que o Estado assume um papel pivô.



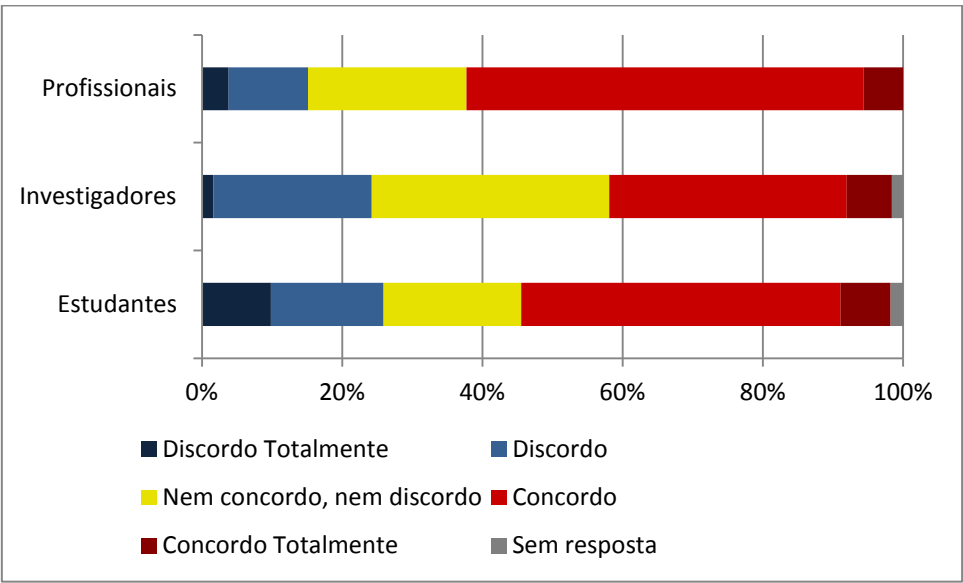
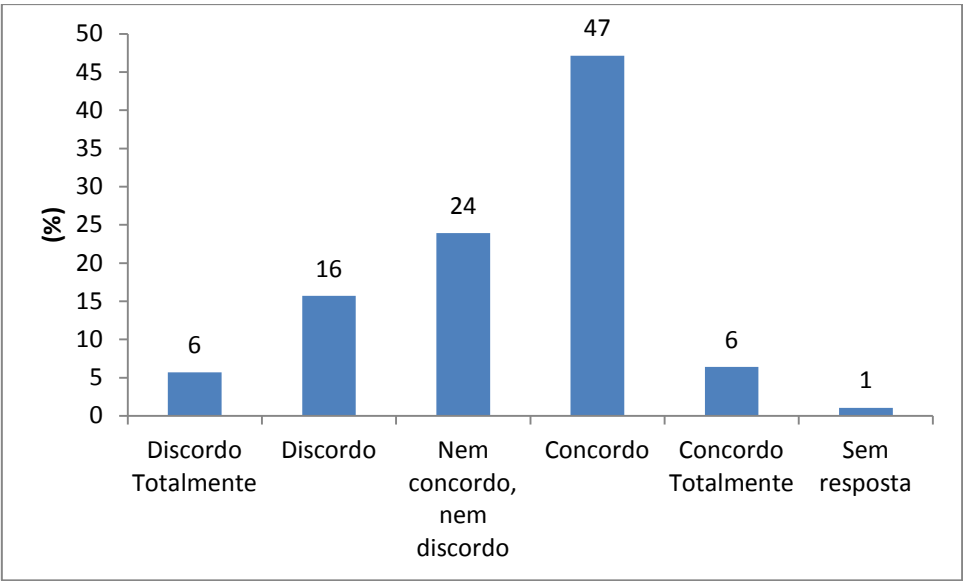
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	14%	37%	30%	16%	3%	0%
Estudantes	15%	31%	36%	17%	1%	0%
Investigadores	19%	39%	32%	5%	5%	0%
Profissionais	10%	42%	22%	22%	3%	1%

P33 - Na concepção do espaço deve-se dar ênfase aos processos de deliberação participativa.



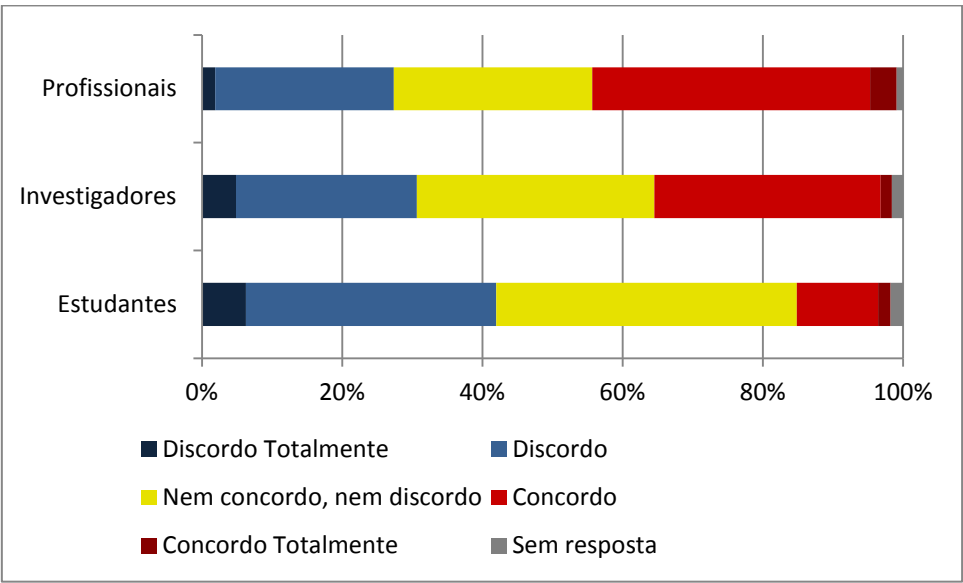
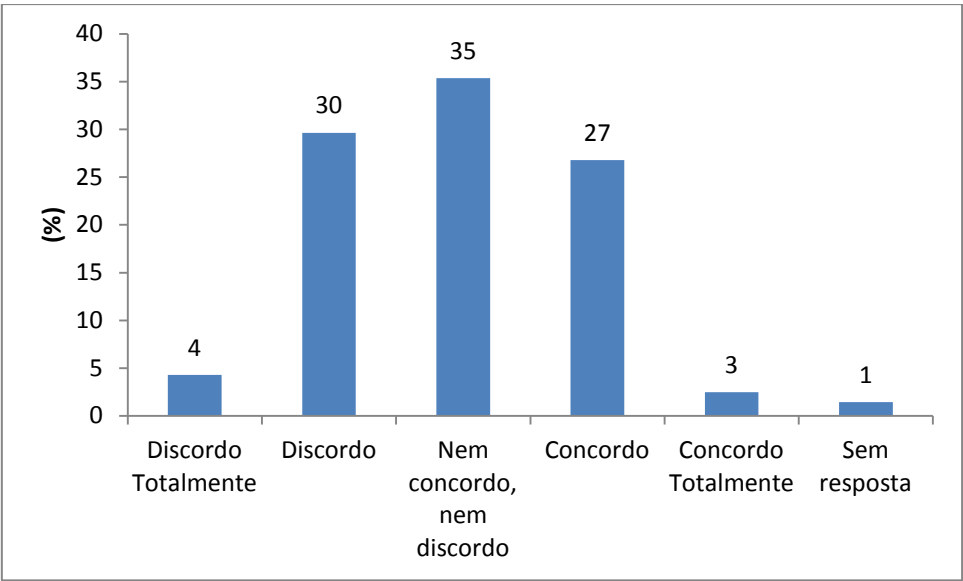
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	3%	22%	54%	20%	1%
Estudantes	0%	4%	27%	46%	22%	2%
Investigadores	2%	0%	18%	61%	16%	3%
Profissionais	0%	3%	20%	58%	20%	0%

P34 - A participação pública no urbanismo e no ordenamento do território deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população.



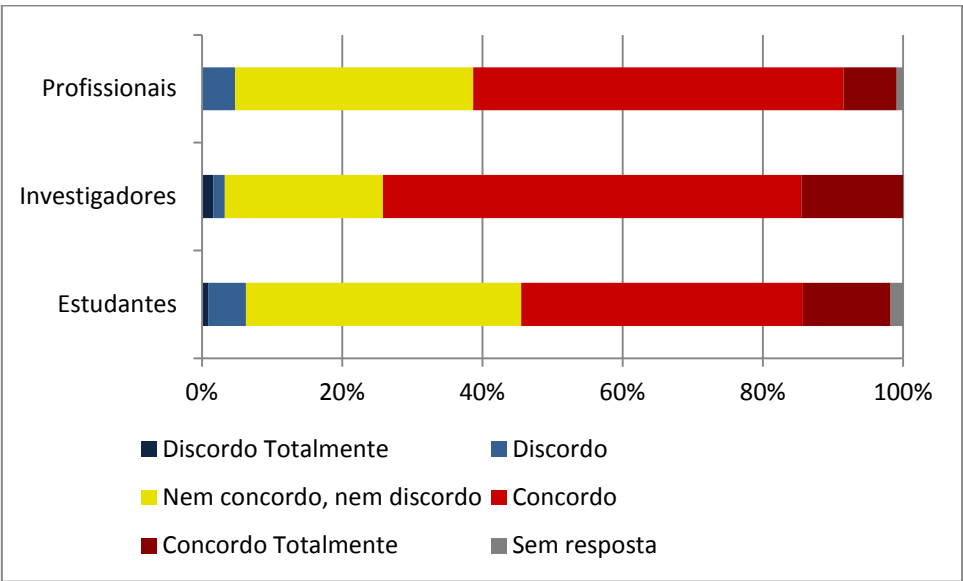
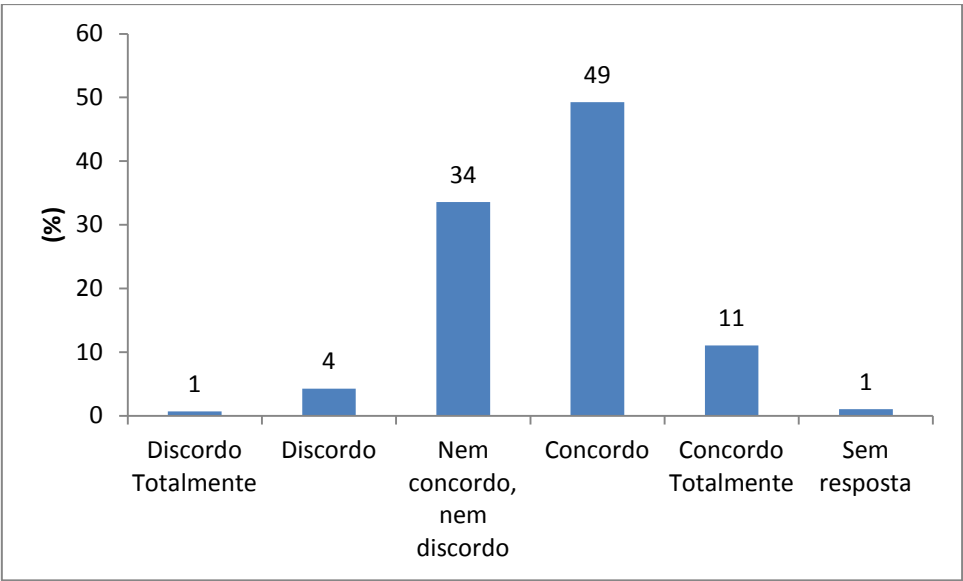
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	6%	16%	24%	47%	6%	1%
Estudantes	10%	16%	20%	46%	7%	25
Investigadores	2%	23%	34%	34%	6%	2%
Profissionais	4%	11%	23%	57%	6%	0%

P35 - No urbanismo e no ordenamento do território os planos devem configurar uma lógica de governo formal e obrigatoriamente vinculativos.



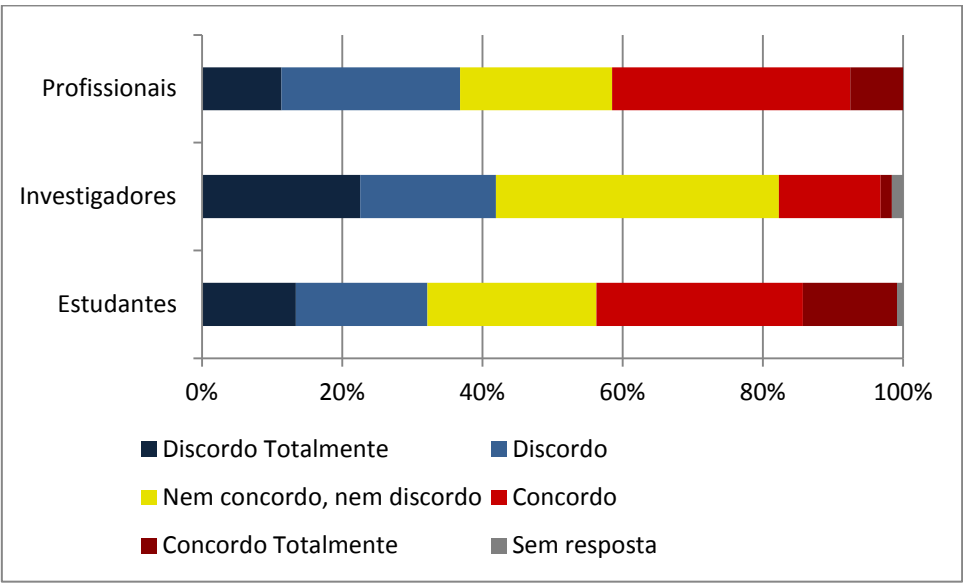
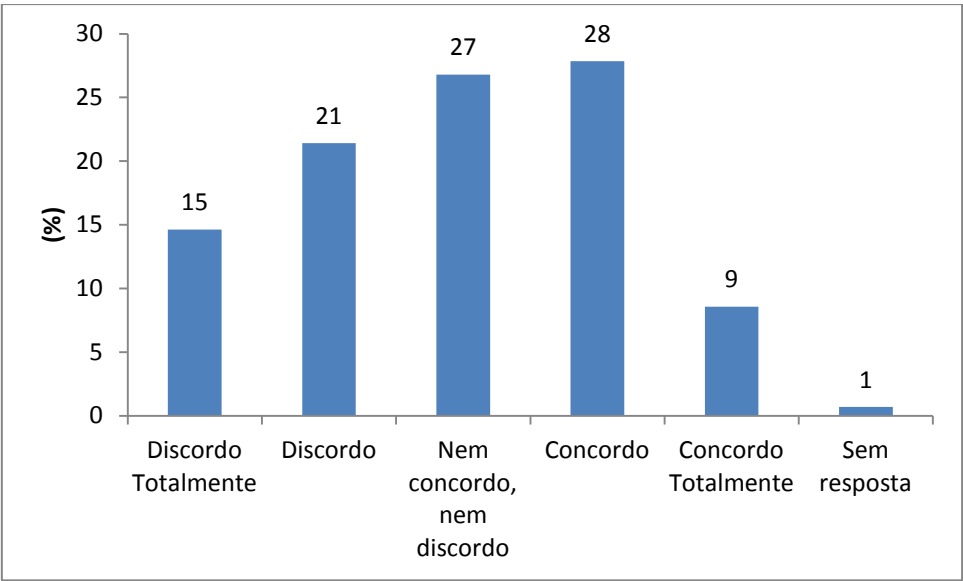
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	4%	30%	35%	27%	3%	1%
Estudantes	6%	36%	43%	12%	2%	2%
Investigadores	5%	26%	34%	32%	2%	2%
Profissionais	2%	25%	28%	40%	4%	1%

P36 - No ordenamento do território as relações de poder, devem reger-se por estratégias de governança plural.



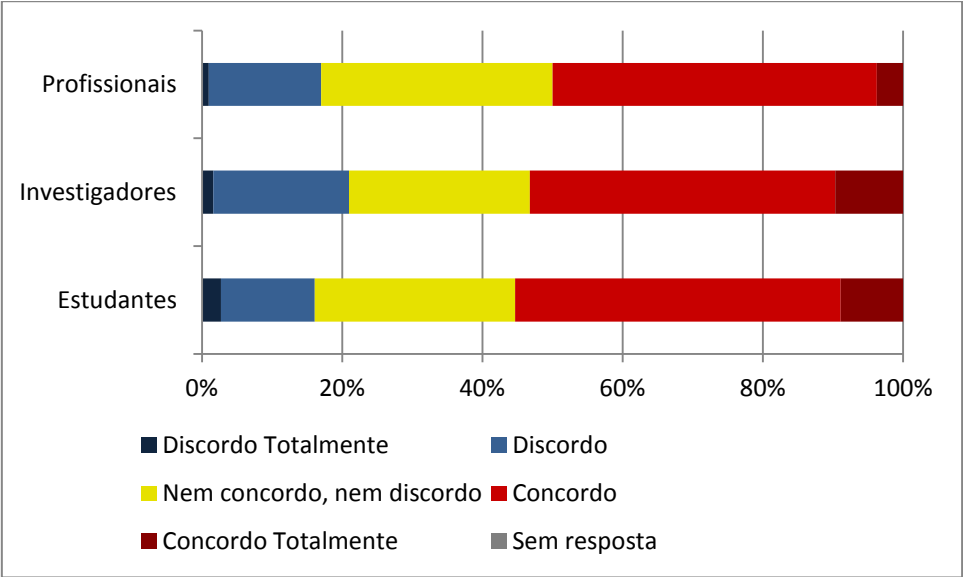
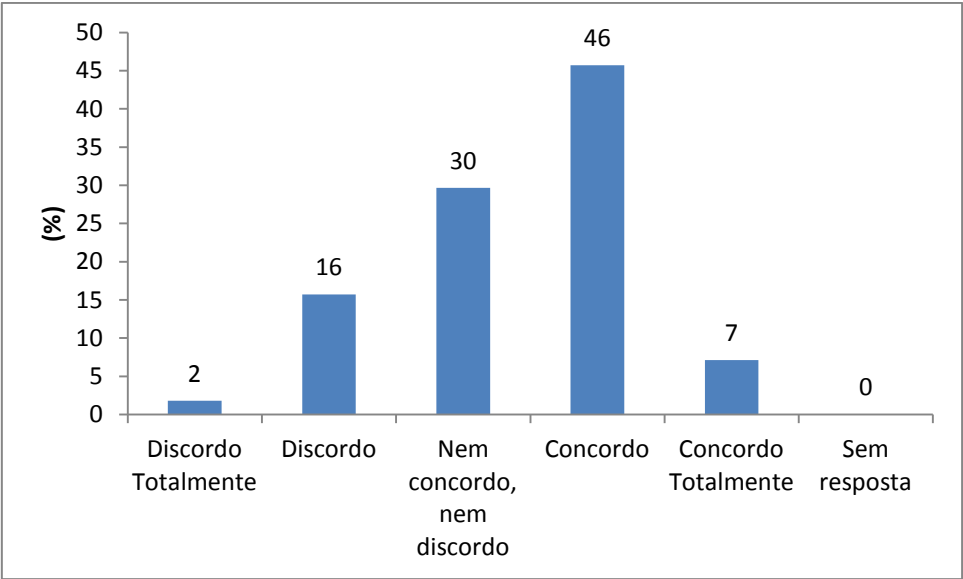
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	4%	34%	49%	11%	1%
Estudantes	1%	5%	39%	40%	13%	2%
Investigadores	2%	2%	23%	60%	15%	0%
Profissionais	0%	5%	34%	53%	8%	1%

P37 - Os profissionais do ordenamento do território devem ter um espírito corporativo associado à defesa dos seus interesses sociais, económicos e profissionais.



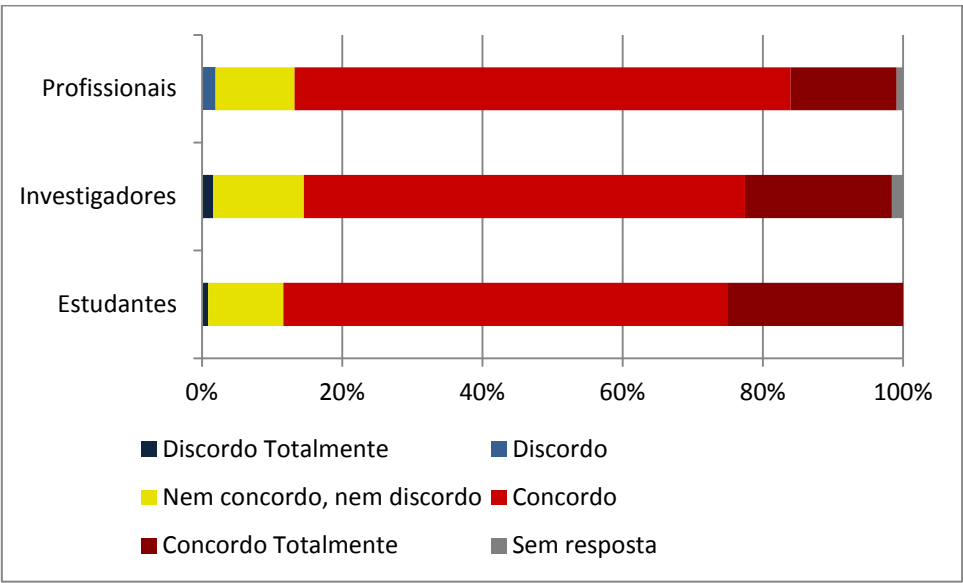
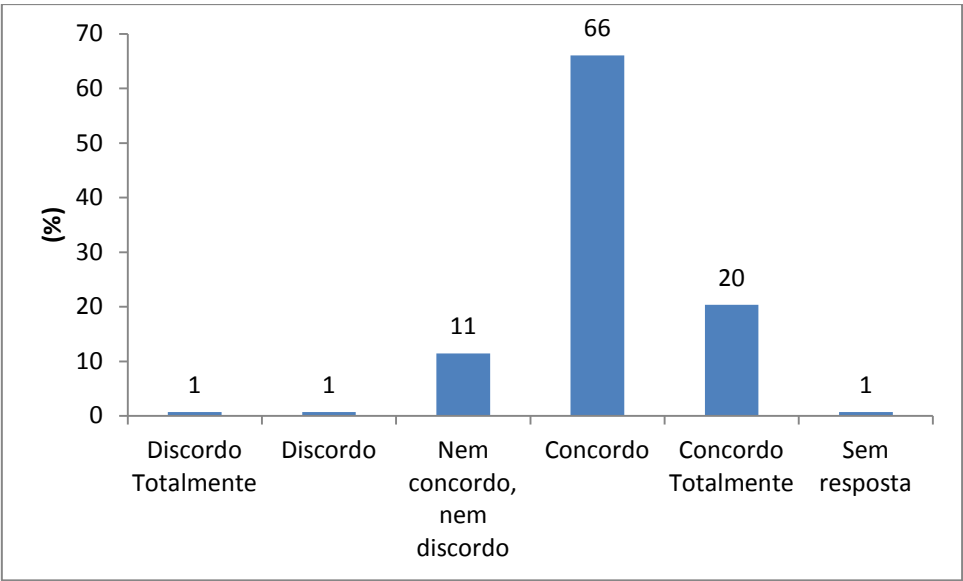
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	15%	21%	27%	28%	9%	1%
Estudantes	13%	19%	24%	29%	13%	1%
Investigadores	23%	19%	40%	15%	2%	2%
Profissionais	11%	25%	22%	34%	8%	0%

P38 - O Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades.



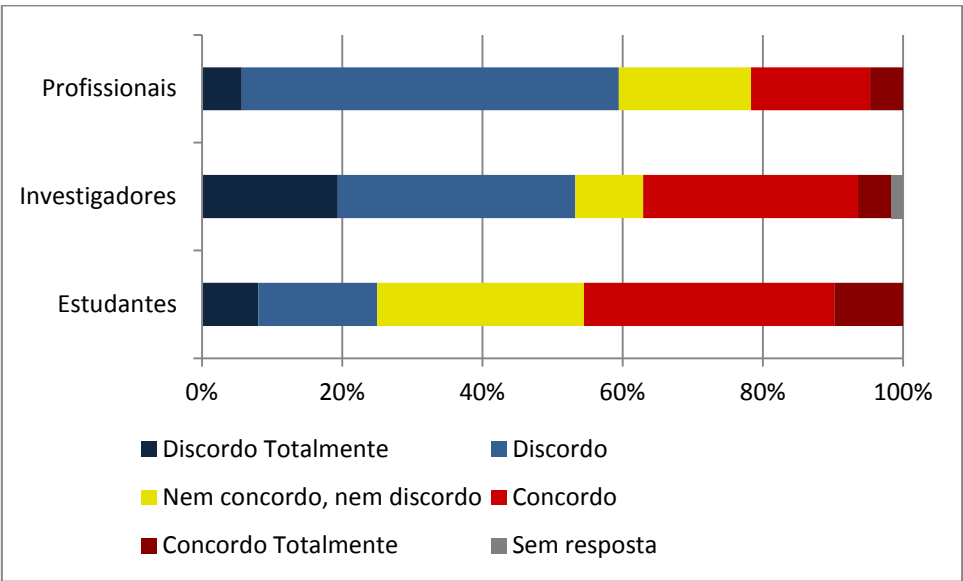
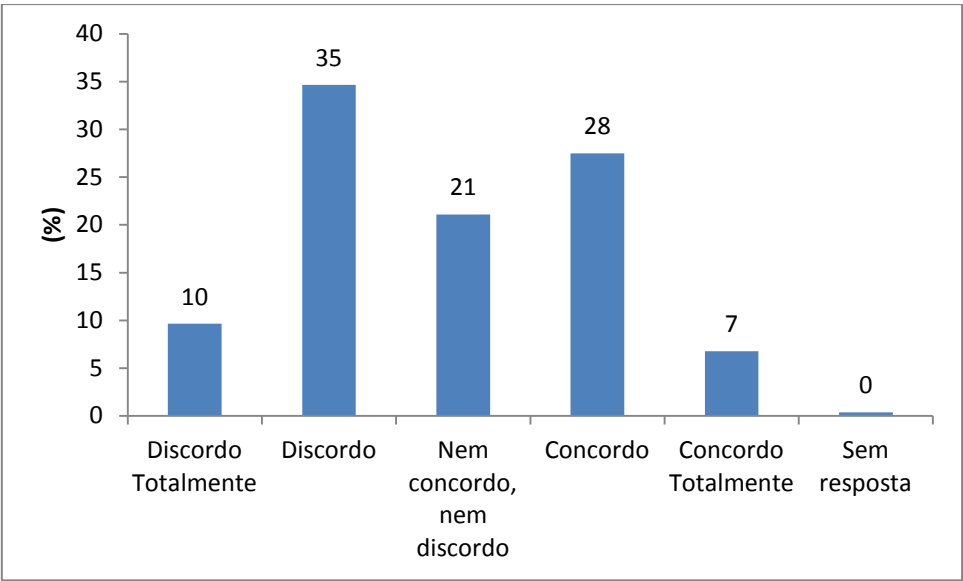
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	2%	16%	30%	46%	7%	0%
Estudantes	3%	13%	29%	46%	9%	0%
Investigadores	2%	19%	26%	44%	10%	0%
Profissionais	1%	16%	33%	46%	4%	0%

P39 - A implementação dos projetos urbanos deve apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem social.



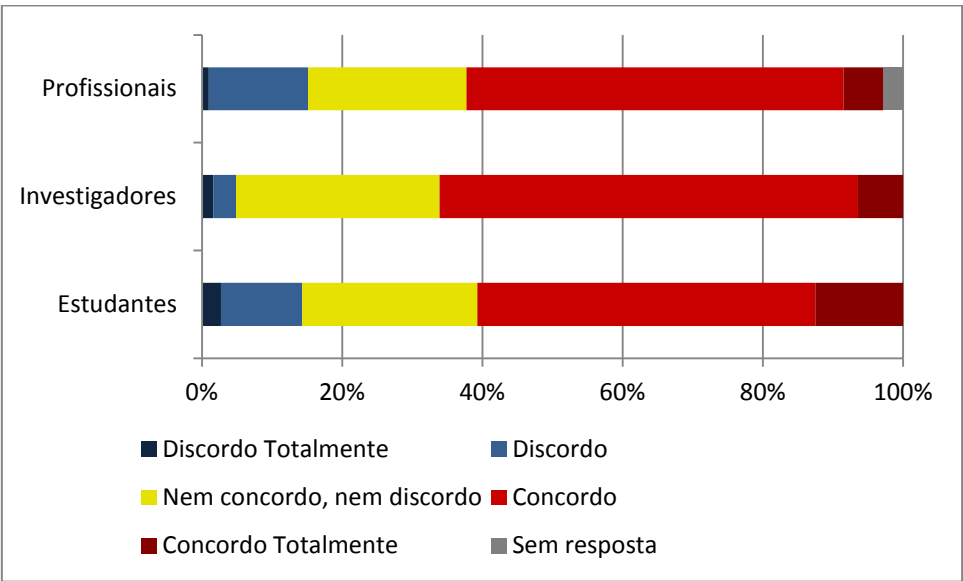
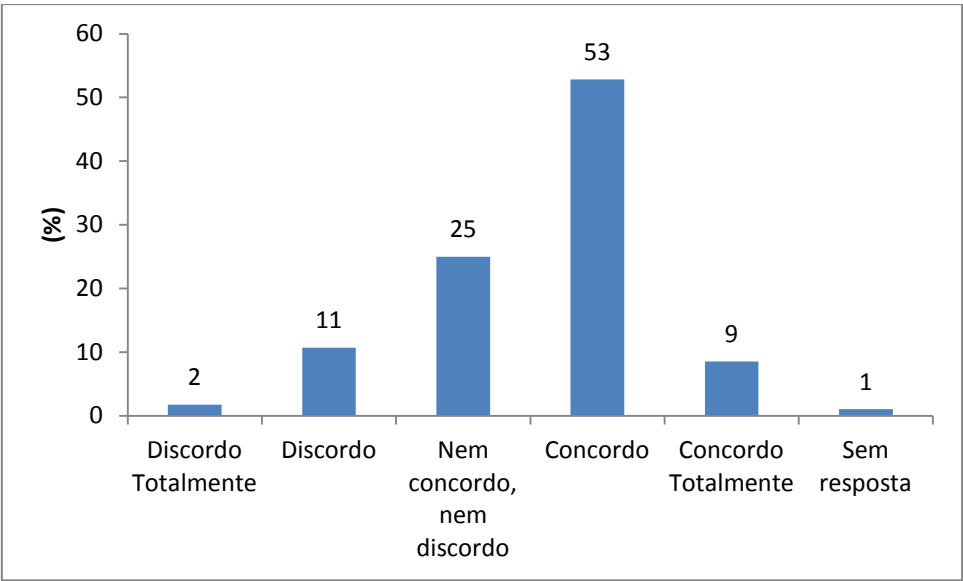
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	1%	11%	66%	20%	1%
Estudantes	1%	0%	11%	63%	25%	0%
Investigadores	2%	0%	13%	63%	21%	2%
Profissionais	0%	2%	11%	71%	15%	1%

P40 - O urbanismo e o ordenamento do território deve assentar num sistema estrito de regulação de uso do solo.



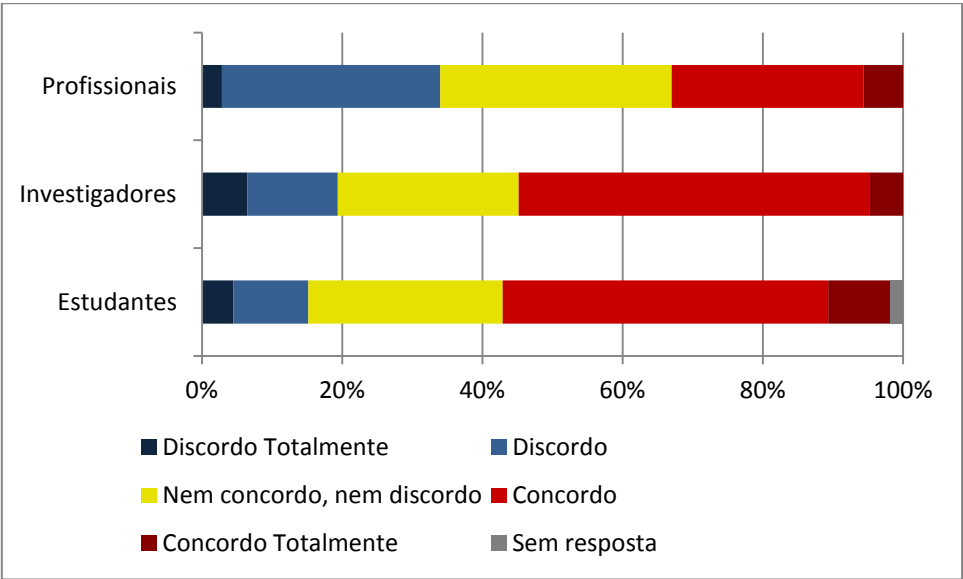
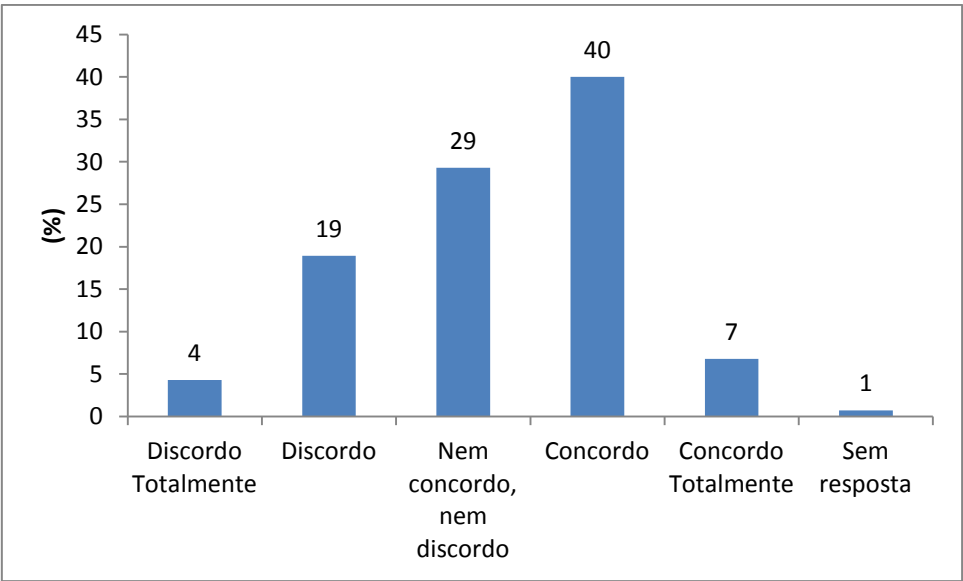
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	10%	35%	21%	28%	7%	0%
Estudantes	8%	17%	29%	36%	10%	0%
Investigadores	19%	34%	10%	31%	5%	2%
Profissionais	6%	54%	19%	17%	5%	0%

P41 - O urbanismo e o ordenamento do território deve ser perspectivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais.



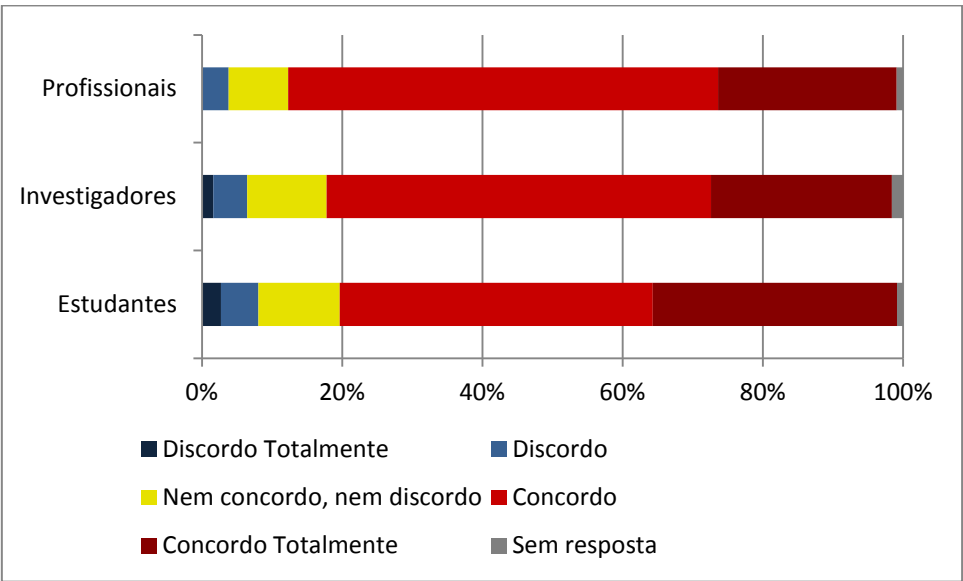
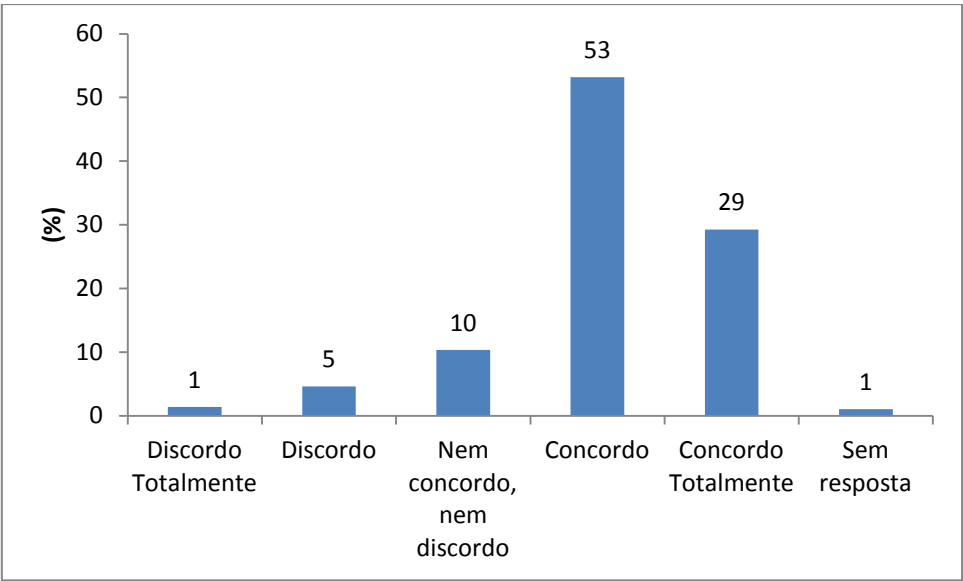
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	2%	11%	25%	53%	9%	1%
Estudantes	3%	12%	25%	48%	13%	0%
Investigadores	2%	3%	29%	60%	6%	0%
Profissionais	1%	14%	23%	54%	6%	3%

P42 - No ordenamento da paisagem o interesse público deve ser “negociado”.



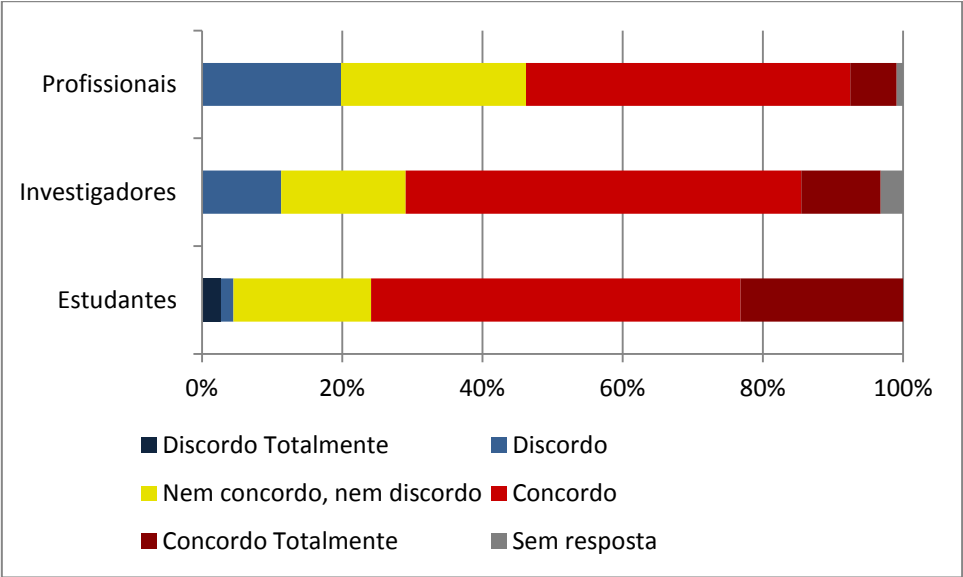
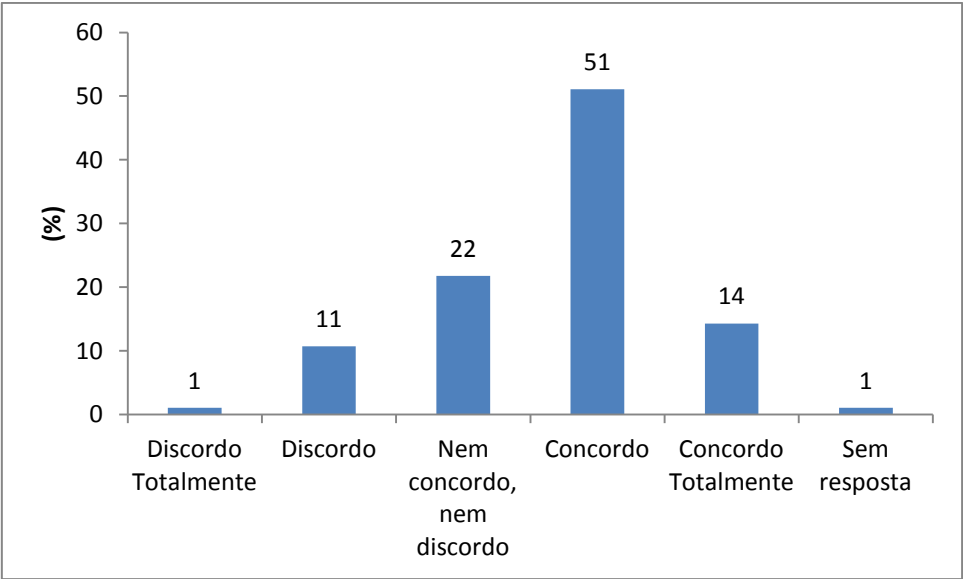
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	4%	19%	29%	40%	7%	1%
Estudantes	4%	11%	28%	46%	9%	2%
Investigadores	6%	13%	26%	50%	5%	0%
Profissionais	3%	31%	33%	27%	6%	0%

P43 - O ordenamento da paisagem deve assentar na definição e salvaguarda do interesse público geral.



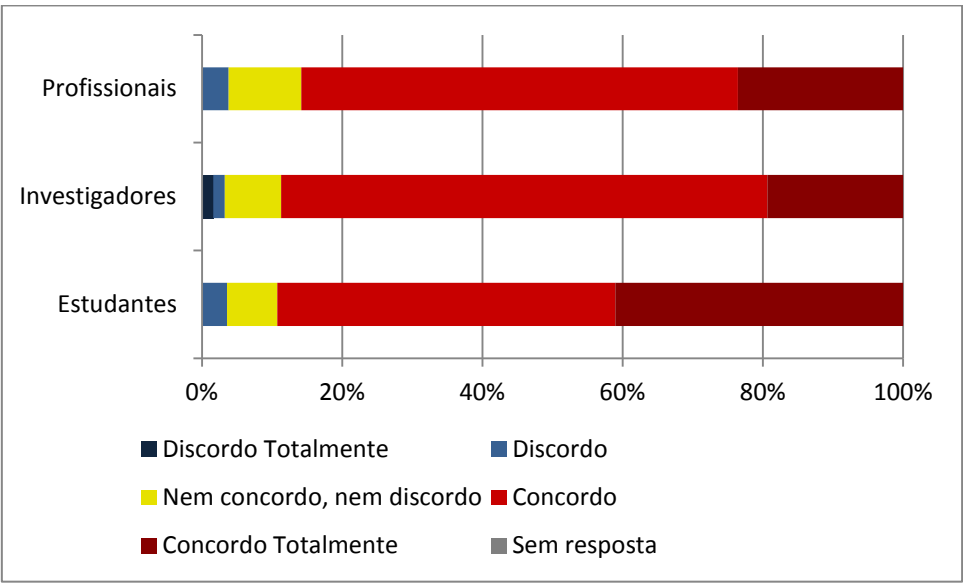
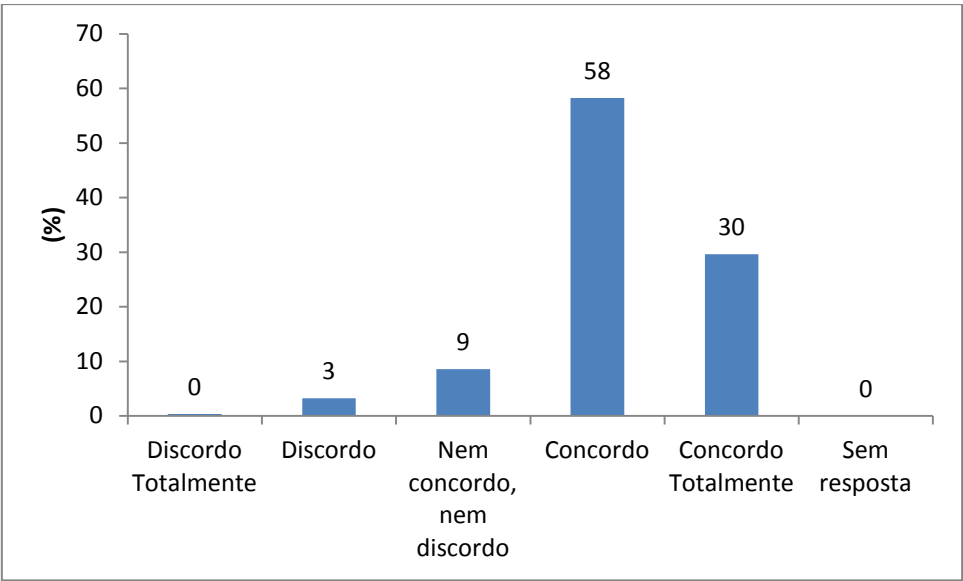
	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	5%	10%	53%	29%	1%
Estudantes	3%	5%	12%	45%	35%	1%
Investigadores	2%	5%	11%	55%	26%	2%
Profissionais	0%	4%	8%	61%	25%	1%

P44 - O ordenamento da paisagem deve assentar nos interesses sociais.



	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	1%	11%	22%	51%	14%	1%
Estudantes	3%	2%	20%	53%	23%	0%
Investigadores	0%	11%	18%	56%	11%	3%
Profissionais	0%	20%	26%	46%	7%	1%

P45 - No ordenamento da paisagem deve-se dar importância à opinião pública de forma a conhecermos as suas preferências e os seus usos dominantes.



	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem resposta
Total	0%	3%	9%	58%	30%	0%
Estudantes	0%	4%	7%	48%	41%	0%
Investigadores	2%	2%	8%	69%	19%	0%
Profissionais	0%	4%	10%	62%	24%	0%

ANEXO VI – BASE DE INDICADORES PARA O PORTAL DE DADOS DO OBSERVATÓRIO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM DE GAIA

Domínio	Tema	Indicador	Descrição do Indicador	Unidade	Frequência	Período de referência	Fonte	Fonte original
TERRITÓRIO	Ambiente	Águas residuais tratadas	Percentagem do volume de água com entrada nas ETAR pelo volume de água faturada	(%)	Anual	2010	REOT	Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM
		Área afeta a Reserva Ecológica Nacional	Percentagem da área afeta a REN pela área total do concelho	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Autorizações emitidas para realização de ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN, por sistema	Número de autorizações emitidas para realização de ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN, por sistema	(n.º)	Anual	2011	IDA	CCDRN
		Construção de habitação em solo rural	Percentagem do número de novos fogos em solo rural pelo número total de fogos em solo rural	(%)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM
		Consultas à tutela em áreas classificadas e em vias de classificação e noutras áreas arqueológicas inventariadas	Número de consultas à tutela em áreas classificadas e em vias de classificação e noutras áreas arqueológicas inventariadas	(n.º)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM
		Eficiência do consumo do solo	Área de solo urbano pelo número de habitantes	(ha/hab)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Empresas dedicadas à exploração florestal	Número de empresas dedicadas à exploração florestal	(n.º)	Anual	2008	IDA	INE
		Evolução da área prevista como Perímetro Urbano	[(área prevista como perímetro urbano no ano n - área prevista como perímetro urbano no ano n - 1) - 1]*100	(%)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM

		Floresta em áreas de valorização ecológica	Percentagem de área de solo com uso florestal pela área de REN	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Habitats naturais	Número de habitats naturais	(n.º)	Anual	2010	IDA	Parque Biológico de Gaia, EEM
		Intenção de realização de ações em áreas de REN	Número de pedidos em REN pela área total de REN	(n.º/km²)	Anual	2011	IDA	CCDRN
		Operações urbanísticas em área de estrutura ecológica complementar	Número de operações urbanísticas em área de estrutura ecológica complementar	(n.º)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Operações urbanísticas em área de estrutura ecológica fundamental	Número de operações urbanísticas em área de estrutura ecológica fundamental	(n.º)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Operações urbanísticas em solo rural	Número de operações urbanísticas em solo rural	(n.º)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Operações urbanísticas relevantes (OUR), por categoria de espaço	Percentagem do número de operações urbanísticas relevantes por categoria de espaço pelo número total de operações urbanísticas relevantes	(%)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM
		Outras ocorrências do património natural relevantes	Número de outras ocorrências do património natural relevantes	(n.º)	Anual	2010	IDA	Parque Biológico de Gaia, EEM
		Perdas de água (não faturada)	Percentagem do volume anual de água captada não faturada pelo volume total de água captada	(%)	Anual	2010	IDA	Águas de Gaia, EEM
		População servida por espaços verdes	Área de espaço verde existente pelo número de habitantes	(m²/hab)	Anual	2011	IDA	Parque Biológico de Gaia, EEM
		Praias de qualidade certificada	Percentagem do número de bandeiras azuis atribuídas pelo número de zonas	(%)	Anual	2011	IDA / REOT	ABAE

			balneares					
		Projetos de obras públicas em quintas urbanas e áreas inventariadas como património arquitetónico, arqueológico e geomorfológico	Número de projetos de obras públicas em quintas urbanas e áreas inventariadas como património arquitetónico, arqueológico e geomorfológico	(n.º)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM
		Propostas e projetos de valorização ou qualificação implementados com carácter agrícola ou florestal, em áreas de Quintas em Espaço Rural	Número de propostas e projetos de valorização ou qualificação implementados com carácter agrícola ou florestal, em áreas de Quintas em Espaço Rural	(n.º)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM
		Taxa de área afeta a outros PMOT	Percentagem de área afeta a PU e PP pela área total do concelho	(%)	Anual	2010	IDA	Gaiurb, EEM
		Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água	Percentagem da população servida pela rede de abastecimento de água pelo número de habitantes	(%)	Anual	2010	IDA	Águas de Gaia, EEM
		Taxa de cobertura da rede de saneamento	Percentagem da população servida pela rede de saneamento pelo número de habitantes	(%)	Anual	2010	IDA	Águas de Gaia, EEM
		Taxa de cobertura das ETAR	Percentagem da capacidade máxima das ETAR pelo número de habitantes	(%)	Anual	2010	IDA	Águas de Gaia, EEM
		Taxa de ocupação do solo em área classificada como ‘zona de urbanização programada’	Percentagem da área do solo ocupado com alvará de construção pela área classificada como de expansão urbana	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Taxa de ocupação do solo em área classificada como ‘zona urbanizada’	Percentagem da área do solo ocupado com alvará de construção pela área classificada como urbanizada	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Taxa de ocupação florestal	Percentagem da área de solo com uso florestal pela área total do concelho	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Uso agrícola efetivo em RAN, por	Percentagem de área de solo com uso	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb,

		usos do solo	agrícola efetivo pela área de RAN					EEM
		Uso florestal de produção efetivo em ‘Áreas Florestais de Produção’	Percentagem de área de uso florestal efetivo pelas áreas classificadas como Florestais de Produção	(%)	Anual	2008	IDA	Gaiurb, EEM
		Uso florestal de proteção efetivo em ‘Áreas Florestais de Proteção’	Percentagem de área de uso florestal efetivo pelas áreas classificadas como Florestais de Proteção	(%)	Anual	2008/2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Valorização dos cursos de água	Extensão (em quilómetros) dos cursos de água requalificados	(km)	Anual	2009	IDA / REOT	Águas de Gaia, EEM
		Valorização ecológica do território, por categoria de espaço	Percentagem de área de EEM por categoria de espaço pela área total do concelho	(%)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
	Mobilidade	Ciclovias	Extensão (em quilómetros) de ciclovias	(km)	Anual	2011	IDA	CMG
		Corredores qualificados para autocarros	Extensão (em quilómetros) dos corredores qualificados para autocarros	(km)	Anual	2011	IDA / REOT	CMG
		Dinâmica de implementação de modos suaves	Extensão (em quilómetros) de ciclovias e de vias pedonais	(km)	Anual	2011	REOT	CMG
		Dinâmica de implementação de modos suaves no centro histórico	Extensão (em quilómetros) de ciclovias e vias pedonais no centro histórico	(km)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Execução do Projeto ‘Avenida da República até ao mar’	Percentagem da extensão de via executada pela extensão de via prevista	(%)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Interfaces de passageiros, por tipo	Número de interfaces de passageiros por tipo: paragens de autocarro / estações de metro / estações de comboio / praças de táxi / paragens fluviais	(n.º)	Anual	2011	IDA	CMG
		Investimento em novas vias de comunicação, per capita	Investimento em novas vias de comunicação pelo número de habitantes	(€/hab)	Anual	2011	IDA	CMG

		Modos suaves nas travessias do rio Douro	Número de atravessamentos pedonais e cais para barcos, como transporte público	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Planos de Mobilidade e Acessibilidades	Número de planos de mobilidade e acessibilidade	(n.º)	Anual	2011	IDA	CMG
		Pontos de atracagem de barcos no rio Douro	Número de cais para barcos, como transporte público	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Rede de metro	Extensão (em quilómetros) da rede de metro	(km)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Rede viária, por nível hierárquico	Extensão (em quilómetros) da rede viária por nível hierárquico: eixos de alta capacidade/ eixos concelhios estruturantes / eixos concelhios complementares / ruas de provimento local	(km)	Anual	2009	IDA	Gaiurb, EEM
		Vias pedonais	Extensão (em quilómetros) de vias pedonais	(km)	Anual	2011	IDA	CMG
	Urbanismo	Alojamentos familiares de residência habitual, segundo a existência de infraestruturas e estacionamento, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de alojamentos familiares de residência habitual, segundo a existência de infraestruturas e estacionamento	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Alojamentos familiares de residência habitual, segundo o regime de propriedade, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de alojamentos familiares de residência habitual, segundo o regime de propriedade	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Alojamentos familiares, por tipo, em 1981, 1991, 2011 e 2011	Número de alojamentos familiares por tipo	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Alojamentos, em 1981, 1991, 2011 e 2011	Número de alojamentos	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Alojamentos, por freguesia, em 1981,	Número de alojamentos por freguesia	(n.º)	Decenal	1981/1991/	Censos	INE

		1991, 2011 e 2011				2001/2011		
		Alojamentos, por tipo de alojamento, em 1981, 1991, 2011 e 2011	Número de alojamentos por tipo (familiares ou coletivos)	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Alojamentos, por tipo de ocupação, em 1981, 1991, 2011 e 2011	Número de alojamentos por tipo de ocupação (residência habitual/ residência secundária/ vagos)	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Consolidação da tipologia de moradias na faixa litoral	Percentagem do número de pretensões tipologia moradia em áreas destinadas a moradias na faixa litoral pelo número de pretensões em áreas destinadas a moradias na faixa litoral	(%)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Dinâmica da construção, por categoria de espaço	Percentagem do número de pretensões por categoria de espaço pelo número total de pretensões	(%)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Dinâmica da construção, por categoria de uso do solo, na plataforma cidade	Número de pretensões na plataforma cidade, por categoria de espaço	(n.º)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Dinâmica do comércio / serviços na 2ª centralidade	Número de processos de publicidade na segunda centralidade	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Dinâmica do comércio/serviços na plataforma cidade	Número de processos de publicidade na plataforma cidade	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Distribuição das pretensões por uso proposto no centro histórico	Percentagem do número de pretensões, por novo uso proposto no centro histórico, pelo número total de pretensões no centro histórico	(%)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Edifícios, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de edifícios	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Edifícios, por época de construção, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de edifícios por época de construção (antes de 1919/ 1919-1945/ 1946-1970/ 1971-1990/ 1990-2011)	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE

		Edifícios, por freguesia, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de edifícios, por freguesia	(n.º)	Decenal	1981/1991/ 2001/2011	Censos	INE
		Edifícios, por número de alojamentos, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Edifícios por número de alojamentos	(n.º)	Decenal	1981/1991/ 2001/2011	Censos	INE
		Edifícios, por tipo de edifício clássico, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de edifícios por tipo de edifício clássico	(n.º)	Decenal	1981/1991/ 2001/2011	Censos	INE
		Edifícios, por utilização do edifício, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de edifícios por tipo de utilização (exclusivamente residencial/ principalmente residencial/ principalmente não residencial)	(n.º)	Decenal	1981/1991/ 2001/2011	Censos	INE
		Evolução da procura das áreas industriais	Número de pretensões em áreas industriais (existentes e previstas)	(n.º)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Execução do Projeto ‘Encostas do Douro’	Percentagem do número de ações executadas pelo número de ações previstas	(%)	Anual	2011	REOT	CMG
		Execução em ZUP	Número de unidades de execução	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Parque habitacional	Número de edifícios destinados ao uso habitacional	(n.º)	Anual	2011	REOT	INE
		Programação do PDM	Percentagem de área de ZUP estudada pela área de ZUP prevista em PDM	(%)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Requalificação de pedreiras	Número de projetos de requalificação de pedreiras executados pelo número de pedreiras existentes	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
		Suportes publicitários em EEM	Número de processos relativos a suportes licenciados em categorias de EEM	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
	Demografia	Densidade populacional	Número de habitantes por km ²	(hab/km ²)	Decenal	1991/2001	INE	INE
		População residente, em 1981, 1991,	Número de população residente	(n.º)	Decenal	1981/1991/	Censos	INE

POPULAÇÃO		2001 e 2011				2001/2011		
		População residente, por freguesia, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de população residente por freguesia	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		População residente, por sexo, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de população residente por sexo	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		População residente, por grupo etário, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de população residente por grupo etário	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		População residente, por estado civil, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de população residente por estado civil	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		População presente, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de população presente	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		População ativa, por sexo e grupo etário	Número de população ativa por sexo e grupo etário	(n.º)	Decenal	2001	INE	INE
		Famílias, por tipo, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de famílias por tipo (clássicas ou institucionais)	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Famílias clássicas, segundo a dimensão, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de famílias clássicas segundo a dimensão	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
		Representação demográfica do concelho na GAMP	Percentagem do número de habitantes do concelho pelo número de habitantes da GAMP	(%)	Anual	2011	REOT	INE
	Educação	População residente, por nível de instrução, em 1981, 1991, 2001 e 2011	Número de população residente por nível de instrução	(n.º)	Decenal	1981/1991/2001/2011	Censos	INE
	Emprego	Desempregados inscritos nos centros de emprego	Número de desempregados inscritos no centro de emprego	(n.º)	Anual	2011	Pordata	Pordata
	Saúde e Proteção	Famílias beneficiárias de habitação social	Percentagem do número de famílias beneficiárias de habitação social pelo número de famílias residentes	(%)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM INE

	Social							
ORGANIZAÇÕES	Instituições Públicas e Privadas	Captação de novas atividades empresariais	Número de empresas	(n.º)	Anual	2008	REOT	INE
		Caracterização da atividade empresarial, por CAE	Percentagem do número de empresas por CAE pelo número total de empresas	(%)	Anual	2008	REOT	INE
		Receitas municipais provenientes das taxas urbanísticas (eur)	Total de receitas obtidas com as taxas urbanísticas	(€)	Anual	2010	REOT	Gaiurb, EEM
		Evolução do turismo rural	Número de estabelecimentos hoteleiros em solo rural	(n.º)	Anual	2011	REOT	Gaiurb, EEM
	Sociedade Civil	Listagem de Organizações não Governamentais de Ambiente e outras associações que desenvolvam projetos em parceria	Número de organizações não governamentais de ambiente e outras associações que desenvolvam projetos em parceria	(n.º)	Anual	2009	Eco XXI	Gaiurb, EEM